

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME BIANCHI MOREIRA

**MARXISMO E CRISE: SOCIALISMO OU BARBÁRIE NA CRÍTICA DE
ESQUERDA DO PÓS-GUERRA FRANCÊS (1946-1967)**

CURITIBA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME BIANCHI MOREIRA

**MARXISMO E CRISE: SOCIALISMO OU BARBÁRIE NA CRÍTICA DE
ESQUERDA DO PÓS-GUERRA FRANCÊS (1946-1967)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Dennison de Oliveira

Co-orientador: Mateus Henrique de Faria Pereira

CURITIBA
2015

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Bianchi, Guilherme

Marxismo e crise: socialismo ou barbárie na crítica de esquerda do pós-guerra francês (1946-1967) / Guilherme Bianchi – Curitiba, 2015.
157 f.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Co-orientador: Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Perreira

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Crítica marxista. 2. França – Política e governo – 1946-1967. 3.
França – História. 4. Castoriadis, Cornelius, 1922-1997. 5. Lefort, Claude,
1924-. 6. Lyotard, Jean-François, 1924-. I.Título.

CDD 944.083



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GUILHERME BIANCHI MOREIRA**, intitulada: **Marxismo e Crise: Socialismo ou Barbárie na crítica de esquerda do pós-guerra francês (1946-1968)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovada*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, onze de março de dois mil e quinze.

Prof. Dr. Dennison de Oliveira (orientador)
Presidente da Banca Examinadora

Profa Dra Lidiane S. Rodrigues (UFSCAR)
1º Examinador

Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien (UFPR)
2º Examinador

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central a constituição de uma análise histórica sobre o grupo francês Socialismo ou Barbárie, ativo enquanto grupo autônomo entre 1949 e 1967 cujo início remonta, entretanto, a participação nas fileiras do trotskismo francês desde 1946. O principal suporte documental a ser usado aqui serão os quarenta números da revista publicada pelo grupo entre 1949 e 1965: a revista *Socialisme ou Barbarie*. Dando centralidade às relações entre os intelectuais aqui estudados e o estatuto do marxismo como teoria revolucionária, tentaremos aprofundar o estudo do desenvolvimento da crítica de Socialismo ou Barbárie tendo em vista a experiência constituída por Cornelius Castoriadis, Claude Lefort e Jean-François Lyotard no seio do grupo. A hipótese central é de que uma consideração mais justa da experiência de tais autores em torno do grupo em questão passa pela necessária compreensão acerca das tensões, crises, polêmicas efetivadas através de seus entedimentos relativos à organização da classe trabalhadora, ao papel do intelectual e as interpretações sobre o fenômeno do totalitarismo. O percurso busca mostrar, no entanto, como tais temas se entrecruzam diretamente com o progressivo afastamento do grupo com o marxismo como categoria analítica e de orientação política, mobilizando certa trajetória que se encaminha de um marxismo crítico para uma crítica do marxismo.

Palavras-chaves: marxismo, intelectuais, Castoriadis, Lefort, Lyotard.

ABSTRACT

This study takes as its main objective the establishment of a historical analysis of the French group Socialism or Barbarism, active as autonomous group between 1949 and 1967 whose start dates back to the participation in the ranks of French trotskyism since 1946. The main supporting documentation to be used here will be the forty issues of the magazine published by the group between 1949 and 1965: the *Revue Socialisme ou Barbarie*. Providing centrality to the relations between the intellectuals studied here and Marxism as revolutionary theory, we will try to allow the study of the development of Socialism or Barbarism criticism considering the experience of Cornelius Castoriadis, Claude Lefort and Jean-François Lyotard within the group. The central hypothesis is that a fair consideration of such authors experience around the group in question involves the necessary understanding of the tensions, crises, controversies effected through their understandings related to the working class organization, the role of the intellectual and the interpretations of the totalitarian phenomenon. The study intends to show, however, how these issues intersect directly with the progressive distancing of the group with marxism as an analytical and political category, mobilizing a trajectory that moves from a critical marxism to a critique of marxism.

Keywords: marxism, intellectuals, Castoriadis, Lefort, Lyotard.

LISTA DE SIGLAS

CGT: *Confédération générale du travail*

LCF: *Ligue Communiste de France*

PCF: *Parti communiste français*

PCI: *Parti communiste internationaliste*

POI: *Parti ouvrier internationaliste*

SB: *Socialismo ou Barbárie*

SFIO: *Section française de l'Internationale ouvrière*

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação não existiria sem o extremo cuidado com que Giulle Vieira da Mata me orientou desde os trabalhos de graduação. Agradeço principalmente a ela por toda a amizade e confiança.

Agradeço à Helenice Rodrigues da Silva (*in memoriam*) a quem pouco conheci, mas quem me encorajou a prosseguir com o plano de pesquisa que a havia apresentado ainda em 2012. Como o leitor poderá constatar, sua presença intelectual atravessa o texto a seguir. Mas, mais que sua presença intelectual através dos textos, foi por ela que conheci colegas, ex-alunos e pessoas próximas que me auxiliaram de forma determinante no processo de escrita da dissertação. Nesse sentido, não tenho palavras pra descrever o quanto devo à Raphael Guilherme de Carvalho, ex-orientando de Helenice, que me ajudou exaustivamente nas decisões sobre o caminho da pesquisa e da vida.

Agradeço imensamente à Mateus Pereira, pela amizade e pela constante e exaustiva ajuda com o trabalho. Agradeço à Rafael Benthien, pelo extremo cuidado na leitura crítica dos meus textos e pelos apontamentos essenciais no exame de qualificação e na ocasião da defesa. Agradeço também à Dennison de Oliveira, pela orientação decisiva. À Lidiane Rodrigues, pelas fundamentais críticas e sugestões relativas ao meu trabalho na ocasião da defesa.

Meus mais sinceros agradecimentos à Mauro Franco, por toda a amizade compartilhada desde a graduação, cujos frutos estão presentes ao longo de todo esse trabalho.

Listar os amigos que, cada um de sua forma, me fizeram companhia durante o tempo de preparo da dissertação parece ser uma tarefa ingrata, mas corro o risco de parecer formalista. Agradeço imensamente à Roger Cavalheiro, Lucas Campacci, Lia Raquel, André Fabricio, Maria Franzoni, Clara Cuevas, Mateus “Bolaxa”, Alessandro Andrade, Marília Tanaka, Gabriel Augusto, Guilherme “Xinxá”, Marco Sartori, Daniella Bianchi, Felipe Bianchi, Larissa Brum, Flavia Bortolon, Lorena Brandão, Rodrigo Henrique, Jumara Pedruzzi, Valéria Bini, Daniel Mendes, e especialmente à todos os amigos da Vulvaros. À Angela Sierra.

Aos professores e pesquisadores que compartilharam comigo seu tempo e conhecimento para o amadurecimento das ideias desse trabalho, especialmente Marcelo Rangel, Sérgio da Mata, Clóvis Gruner, Pablo Ortellado e Stephen Hastings-King.

Aos funcionários da Universidade Federal do Paraná, especialmente Maria Cristina Parzowski, por todo o auxílio nos caminhos entre as estruturas burocráticas da universidade

À meu pai Eduardo e meu irmão Danilo, pelas paixões herdadas da política, não a política dos burocratas, nem a das instituições, mas da política como categoria da verdade.

No entanto, esse pequeno trabalho é dedicado inteiramente à minha mãe, Flavia Bianchi. Para o bem, sua vida sempre girou em torno do meu bem-estar. Com uma vida devotada em sobreviver ela nunca me desencorajou em fazer tudo aquilo que achei que deveria. No último ano, enquanto escrevia o presente trabalho, convivi diariamente com ela e, observando seu cotidiano, testemunhei o quanto ainda estamos distantes de uma sociedade livre de patriarcado e de padrões. Longe de significar um sintoma negativo sobre o mundo, tal experiência só intensificou minha identificação como alguém para quem qualquer possibilidade de transformação passa necessariamente pelo trabalho crítico acerca de nossa situação cotidiana. Devo isso e muito mais a ela.

SUMÁRIO

RESUMO	I
ABSTRACT	II
LISTA DE SIGLAS	III
AGRADECIMENTOS	IV
INTRODUÇÃO	1
1 TERRITÓRIOS	7
1.1 O UNIVERSO DE SOCIALISMO OU BARBÁRIE: MATERIALIDADE E PROJETO.....	9
1.2 ESBOÇO GENEALÓGICO DO CAMPO INTELECTUAL FRANCÊS.....	14
- CASO DREYFUS E OS MANIFESTOS.....	16
- A FORMAÇÃO DE UM CAMPO INTELECTUAL.....	20
1.3 O PÓS-GUERRA COMO CASO.....	25
- ESPAÇOS POSSÍVEIS DA CRÍTICA DE ESQUERDA: MILITÂNCIA POLÍTICA, UNIVERSIDADE E CAMPO EDITORIAL.....	25
- INTELECTUAIS E COMUNISMOS: SOBRE UM CAMPO DIFUSO.....	35
2 CRÍTICA COMO CRISE	43
2.1 SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “SÓCIO-BÁRBARO”.....	44
- TROTSKY NA FRANÇA E O PROBLEMA DA BUROCRATIZAÇÃO.....	44
- UMA MINORIA DENTRO DA MINORIA: A CRIAÇÃO DE UMA TENDÊNCIA CRÍTICA NO SEIO DO TROTSKISMO FRANCÊS.....	49
- RADICALIZAÇÃO DA CRÍTICA: PARA ALÉM DO SOCIALISMO DE CASERNA?.....	60
2.2 CLAUDE LEFORT E A FENOMENOLOGIA DA VIDA OPERÁRIA.....	70
- A BUSCA PELA AUTONOMIA E O PROBLEMA DA SUBJETIVIDADE OPERÁRIA.....	70
- O INTELECTUAL E SEU CONTRÁRIO: LEFORT E SARTRE, CASTORIADIS E PANNEKOEK.....	81
2.3 CORNELIUS CASTORIADIS: DESAJUSTES ENTRE MARXISMO E REVOLUÇÃO.....	90
- DINÂMICAS DO CAPITALISMO MODERNO.....	91
- DA SUSPENSÃO DO MARXISMO COMO CATEGORIA INTERPRETATIVA.....	96
3 GUERRA E EXPERIÊNCIA	105
3.1 A VIOLÊNCIA COMO PROBLEMA PARA A ESQUERDA FRANCESA DO PÓS-GUERRA.....	106
- TOTALITARISMO E VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA.....	106

3.2 STALINISMO COMO TOTALITARISMO: O TERROR COMO ESTRUTURA POLÍTICA.....	112
A SITUAÇÃO INTERNACIONAL SOB UM PONTO DE VISTA RADICAL.....	112
- DOMINAÇÃO TOTALITÁRIA E CRÍTICA DO MARXISMO.....	122
3.3 JEAN-FRANÇOIS LYOTARD E A GUERRA FRANCO-ARGELINA.....	128
- O NEOCOLONIALISMO COMO QUESTÃO.....	129
- A CAUSA ARGELINA COMO PONTO DE VISÃO E O FIM DO GRUPO.....	133
CONCLUSÃO	140
REFERÊNCIAS	148

(...) Uma vez curados da crença socialdemocrata no progresso cultural e confrontados com a crescente barbárie, [os marxistas] vivem na permanente tentação de, por meio da "tendência objetiva", defenderem aquela e, num ato de desespero, esperarem a salvação do mortal inimigo que, como "antítese", deve ajudar de forma cega e misteriosa a preparar o desfecho feliz. A acentuação do elemento material perante o espírito como mentira desenvolve, contudo, uma espécie de precária afinidade eletiva com a economia política, cuja crítica imanente se pratica, comparável à conivência entre a polícia e o submundo. Desde que se eliminou a utopia e se exige a unidade de teoria e práxis, tornámo-nos demasiado práticos. A angústia frente à impotência da teoria proporciona o pretexto para se render ao onipotente processo de produção e admitir assim plenamente a impotência da teoria. Os traços malévolos não são estranhos ao discurso marxista autêntico, e hoje há uma crescente semelhança entre o espírito comercial e a sóbria crítica apreciativa, entre o materialismo vulgar e o outro, em que é cada vez mais difícil separar corretamente sujeito e objeto.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central a constituição de uma análise histórica sobre o grupo francês Socialismo ou Barbárie, ativo enquanto grupo autônomo entre 1949 e 1967 cujo início remonta, entretanto, a participação nas fileiras do trotskismo francês desde 1946. O principal suporte documental a ser usado aqui serão os quarenta números da revista publicada pelo grupo entre 1949 e 1965: a revista *Socialisme ou Barbarie*¹.

Apesar de a revista se estabelecer em nosso texto como principal suporte de análise, escolhemos o grupo (e não a revista enquanto seu material de expressão) como objeto central de nossa investigação. A razão dessa escolha se deu principalmente por considerar que a compreensão do texto como único espelho das atividades do grupo poderia contradizer a devida importância das redes de sociabilidade nas quais os intelectuais aqui estudados estiveram presentes. No entanto, a perspectiva de “ultrapassar” o universo editorial do grupo encontra claros limites em nosso trabalho, principalmente pelo fato de não termos tido contato direto com a documentação primária sobre o grupo, como as pautas de reunião, cartas e relatórios, presentes hoje no *Institut Mémoires de l'édition contemporaine* (IMEC) através do *Fonds Socialisme ou Barbarie/Daniel Mothé*. Ainda assim, como o leitor poderá perceber, toda a referência sobre a trajetória histórica dos autores para além da revista teve como suporte 1) a bibliografia secundária escrita sobre o grupo, através dos poucos autores que já entraram em contato com tais documentações, principalmente Marie-France Raflin, Philippe Gottraux e Marcel van-der Linden e 2) as entrevistas concedidas pelos membros do grupo durante as décadas após o fim do mesmo, na qual procuraram pensar sua trajetória nos espaços em torno do grupo.

O interesse pela presente investigação nasceu através da necessidade de compreensão dos caminhos intelectuais de autores, que, considerados substancialmente diferentes um do outro a partir da década de 1970, remontavam a um passado em comum, a uma experiência mesma. A princípio, nos perguntávamos, o que ligaria a ênfase em Cornelius Castoriadis nos processos imaginários e criativos das sociedades ao apelo de Claude Lefort por um conceito de democracia inventiva e uma crítica ao totalitarismo em seus mais diferentes aspectos, ou à

¹ A pesquisa com a fonte foi efetivada através da consulta e digitalização da revista na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ - Marina São Paulo de Vasconcellos. Nos últimos meses de 2014, entretanto, o coletivo francês *Archives Autonomies* disponibilizou gratuitamente o acesso completo aos 40 números da revista, que pode ser consultada em: <<http://archivesautonomies.org/spip.php?article758>>. Acesso em 15 de janeiro, 2015.

obra de Jean-François Lyotard, tão conhecida como o anúncio inaugural do discurso pós-moderno ao fim das grandes narrativas? Talvez pouca coisa. Mas, em nossa hipótese, os anos em torno do grupo *Socialismo ou Barbárie* a partir de 1946 forneceram aos três, mas também a tantos outros autores como Jean Laplanche, Henri Simon, Daniel Mothé, Guy Debord, Gérard Genette, Daniel Blanchard, Pierre Guillaume, Edgar Morin e Albert Masó, o compartilhamento de uma experiência em comum. É tal experiência que constitui o objeto central de nosso trabalho.

Não queremos dizer, no entanto, que abarcaremos e analisaremos todos os aspectos da vida de cada autor como determinantes na elaboração de sua crítica política. Objetivaremos, no entanto, um estabelecimento mais ou menos cruzado entre alguns aspectos biográficos e as formulações textuais e críticas de tais autores². A revista produzida pelo grupo segue sendo, nesse sentido, nossa fonte principal. No entanto, a percepção aqui é de que reduzir o grupo a sua expressão editorial seria ignorar muitos outros sentidos em jogo que, a despeito da limitação material já citada, tentaremos levar em conta³.

A criação de uma narrativa que dê conta de uma experiência tão diversa e plural apresenta dificuldades para o historiador preocupado em não dissolver tal experiência em determinados fatores de ordem política ou histórica. No caso de um estudo onde o objeto é tanto a experiência política de um grupo de indivíduos em torno de um projeto intelectual (seus diálogos, polêmicas, cisões), quanto também as ideias políticas desenvolvidas por esses intelectuais, a maior dificuldade parece recair na tentação de reificar as categorias nativas desenvolvidas por tais autores no momento de explicação de seus projetos intelectuais. Em outras palavras, o problema a ser enfrentado aqui aparece sempre como uma espécie de jogo entre o investigador e o investigado. Se, por exemplo, esses personagens narram sua própria experiência em torno do grupo *Socialismo ou Barbárie* como a gênese de um projeto “pós-

² Por exemplo, da importância de perseguição stalinista aos trotskistas na Grécia como momento fundamental nas percepções de Cornelius Castoriadis acerca do esgotamento político da experiência soviética, ou da fenomenologia assimilada por Claude Lefort na universidade por intermédio de seu mestre Merleau-Ponty, e as significativas articulações de tal fenomenologia em suas elaborações acerca da importância da experiência proletária para a formulação da crítica política.

³ Para além da importância da trajetória dos autores envolvidos no grupo em outros territórios (institucionais, acadêmicos, de militância), poderíamos notar outros sentidos em que a revista por si só parece não abarcar. As reuniões públicas realizadas pelo grupo no auditório *Mutualité* no 5º *arrondissement* de Paris, ou os encontros entre os participantes do grupo e os trabalhadores fabris parisienses, ou ainda a participação direta do grupo em mobilizações grevistas na França. São momentos que, ainda que não analisados de forma pormenorizada em nosso trabalho, tentaremos considerar na mobilização de uma análise das formações intelectuais do grupo.

marxista”⁴, ou como a invenção de uma nova práxis para a esquerda⁵, será que, de fato, essa percepção reflete as reais estratégias deslocadas por meio de seus textos, discursos, críticas?

Como o leitor poderá observar, uma das hipóteses desenvolvidas ao longo do texto é a de que a crítica desenvolvida pelo grupo esteve longe de ser homogênea, e a ênfase dada às polêmicas e crises dentro do grupo tentará ilustrar a impossibilidade de abarcar a experiência do grupo como uma experiência de lugar único. Pelo contrário, se aposto nas ideias de “marxismo crítico” e “crise do marxismo” como importantes chaves de leitura na compreensão da trajetória do grupo, é exatamente porque creio que as estratégias fornecidas por tais autores se movimentam em torno de tais categorias, seja de forma crítica, ou de forma apologética. O estatuto do marxismo como teoria revolucionária parece ser a pedra de toque da maioria das discussões em torno do grupo; dando centralidade às relações entre os intelectuais aqui estudados e o marxismo creio ser possível abordar mais profundamente o desenvolvimento da crítica de Socialismo ou Barbárie.

Nesse sentido, o primeiro capítulo se apresenta como uma tentativa de oferecer elementos para a posterior compreensão das movimentações críticas do grupo. Se o título do trabalho estabelece o lugar de fala do grupo aqui estudado (a crítica de esquerda do pós-guerra francês), uma análise acerca desse lugar de fala parece indispensável. Objetivando um mapeamento geral do ambiente pelo qual o grupo em questão irá se movimentar, tentarei, ao longo do primeiro capítulo, pensar na constituição da ideia de intelectual na França como um importante precedente para as gravitações críticas do pós-guerra. A pergunta pela qual o primeiro capítulo tentará responder é: “em que mundo foi possível a emergência de Socialismo ou Barbárie?”. Após uma breve retomada historiográfica acerca do *Caso Dreyfus*, e uma contextualização geral acerca da formação de uma cultura política francesa marcada pela figura do intelectual no século XX, o capítulo encaminha uma reflexão acerca dos espaços em jogo no ambiente intelectual de esquerda do pós-guerra francês. Estabelecendo uma diferenciação entre dois campos distintos de movimentação da crítica de esquerda da época, o campo acadêmico e o campo político, objetivamos a demonstração de diferentes possibilidades críticas em tais ambientes. Precisamente porque boa parte da crítica erigida em torno de SB levará em questão as próprias (im)possibilidades críticas dos intelectuais de

⁴ O termo é de Kostas Axelos, refletindo sobre a experiência dos intelectuais em torno da revista *Arguments* e do grupo *Socialisme ou Barbarie*. Cf. AXELOS, Kostas. *Vers la pensée planétaire*. Paris: Éditions de Minuit, 1964, p. 186.

⁵ LYOTARD, Jean-François. *A partir de Marx y Freud*. Caracas: Editorial Fundamentos, 1973, p. 15.

esquerda franceses, interessa para nós a demonstração daquilo que SB não foi, e portanto, das possibilidades erigidas pelo ambiente em que atuava.

O capítulo precedente articula três pontos centrais na compreensão do projeto intelectual do grupo SB. Em primeiro lugar, oferecemos uma análise sobre a gênese de SB enquanto expressão de descontentamento com a crítica oferecida pelo trotskismo, de modo a demonstrar que tal cisão organizará o conjunto global do discurso de SB, de como suas estruturas significativas estão sempre em diálogo crítico com a tradição do trotskismo (e das outras correntes “heréticas” da esquerda: o anarquismo, o comunismo de conselhos, etc.). Segue-se então a elaboração de dois breves estudos, que acabam por se relacionar entre si. Em primeiro lugar, analiso as propostas de Claude Lefort em torno do que chamo de uma “fenomenologia da vida operária”, ou seja, a movimentação de seus escritos ao redor de uma crítica às concepções leninistas acerca da *organização* e a posterior exigência por uma relação verdadeiramente autônoma entre proletariado e projeto revolucionário: uma relação livre do paradigma da representação, tão cara a história do marxismo. Após isso, mobilizo uma análise acerca dos escritos de Cornelius Castoriadis e suas posições em relação ao movimento socialista moderno, tentarei demonstrar que uma justa compreensão de suas ideias só pode ser efetivada através de uma tensão que parece estar presente em todos seus escritos da revista *Socialisme ou Barbarie*: a tensão entre a análise política do “sistema-mundo” e as progressivas críticas ao marxismo como categoria interpretativa e transformadora, por parte de Castoriadis.

Por último, o terceiro capítulo pretende pensar um outro momento das mesmas inter-relações entre crítica política e teoria marxista descritas acima. O capítulo busca refletir sobre como as discussões em torno do problema da violência ajudaram a intensificar a crítica ao marxismo edificada por parte do grupo. Partindo da discussão sobre os usos do conceito de totalitarismo no seio da discursividade de esquerda do pós-guerra, e as posteriores formulações de Castoriadis e Lefort acerca da sociedade soviética como sociedade do terror por excelência argumentaremos que os usos do conceito de “terror” e “totalitarismo” ganham centralidade no discurso de SB não meramente por um sentido de denúncia, mas precisamente como estratégia analítica que busca, por intermédio da crítica à violência, elaborar novas possibilidades de crítica e prática política. No mesmo sentido, a parte final do trabalho tem por objeto as reflexões efetivadas no grupo em torno dos conflitos franco-argelinos que levarão a independência da Argélia em 1962. Nossa hipótese é a de que tais registros críticos em relação a guerra da Argélia demonstram, em sentidos distintos, as percepções acerca do

afastamento do grupo com a crítica de esquerda hegemônica do período. Os textos de Lyotard sobre a Argélia, bem como as polêmicas sobre a permissão ou não de auxílio à FLN (*Front de Libération Nationale*) por parte dos membros de Socialismo ou Barbárie, serão analisadas tendo em vista as diferentes recepções de tais discussões em torno dos espaços do grupo. Pretendemos demonstrar, com isso, que o fim da publicação da revista *Socialisme ou Barbarie* em 1965, e o conseqüente fim do grupo em 1967, remontam à própria abertura aos dissensos possíveis em relação a paradigmas considerados intocáveis pelo pensamento de esquerda tradicional de então, sendo as reflexões sobre a violência e o totalitarismo partes fundamentais de tais paradigmas. Em outras palavras, nossa interpretação oferece um lugar privilegiado para pensar as relações construídas no grupo entre teoria e prática política; sobre como se constituíram cruzamentos e diálogos entre os substratos teóricos (a fenomenologia, o marxismo etc.) e os posicionamentos políticos dos personagens aqui analisados.

Por ora, cabe notar que o universo variável de temas e o grande número de participantes nos 20 anos do grupo Socialismo ou Barbárie⁶ e nos 40 números da revista nos obrigou a uma escolha e um recorte sobre temas e personagens. Como perceberá o leitor, as análises temáticas da revista centram-se de modo geral em três autores: Castoriadis, Lefort e Lyotard. De todo modo, tentaremos mostrar também como o grupo não se limita às suas posições, apresentando, quando possível, as recepções e ideias de outros membros da revista (é o caso de Henri Simon, Daniel Mothé e Pierre Souyri). No campo temático e de análise da revista *Socialisme ou Barbarie*, decidimos circunscrever nossa análise aos textos que respondessem diretamente aos problemas abordados aqui: a questão da organização dos trabalhadores, as análises sobre a burocracia no capitalismo moderno e na sociedade soviética, os textos analíticos sobre a teoria marxista e, por fim, nos textos já citados sobre a violência como categoria analítica do totalitarismo soviético, bem como em relação ao regime neocolonial. Ao leitor, vale ter em mente que as pretensões imediatas do grupo SB ultrapassavam de forma considerável tais problemas, no entanto, em vistas de elaborar nossa hipótese acerca das tensões entre teoria marxista, analítica da política global e projeto revolucionário no interior da crítica de SB, justifica-se a escolha de determinados textos, situações e conflitos discursivos em nosso trabalho.

Nas páginas a seguir, procuraremos produzir um estudo sobre uma certa crise. Por um

⁶ Quando nos referimos ao grupo a escrita virá como “Socialismo ou Barbárie” (ou em forma de sua abreviação SB), quando nos referirmos especificamente à revista, a escrita virá com o nome original em francês e em itálico “*Socialisme ou Barbarie*”.

lado, é uma crise fruto dos desejos de superação da função intelectual tal como concebida até então no campo da esquerda (crise essa manifestada pelas propostas em SB de uma prática intelectual que superasse o paradigma da representação ou pelas críticas à condescendência intelectual ao poder soviético). Por outro, é também uma crise que responde diretamente à percepção das impotências do marxismo como categoria analítica e de orientação política. Ambas as crises têm efeitos profundos na trajetória do grupo, o modo de desenvolvimento dessas crises, seus efeitos nos discursos da revista, na produção crítica dos autores, nos espaços em torno do grupo, nas polêmicas e cisões, se constituem como objetos de nossa investigação. Não é o estudo da crise do marxismo ou da crise da ideia de intelectual moderno, mas o estudo *de uma* crise, seu desenvolvimento e problemas em torno de um importante, ainda que pequeno, grupo de intelectuais franceses no pós-guerra; das experiências, tentativas, conflitos e controvérsias nas quais se viram envolvidos.

1) TERRITÓRIOS

Em uma entrevista realizada em janeiro de 1974, Castoriadis⁷ recomendava para futuros historiadores que se dedicassem ao estudo da história do grupo Socialismo ou Barbárie o exame profundo de todos os aspectos envolvidos na vida de uma pequena organização revolucionária durante 18 anos. Ou seja, recomendava atenção não só aos aspectos ideológicos aparentes na superfície dos textos, mas também no exame de sua vida cotidiana efetivada através das crises, cisões, debates e polêmicas nas quais o grupo foi envolvido e se envolveu. Claude Lefort, por sua vez, indicará que a história do grupo (ou, pelo menos, a história do grupo durante a época que pertencera a ele) poderia ser compreendida pelas tensões existentes entre suas posições e as de Castoriadis⁸; posições essas que se referem a uma atuação intelectual mais ou menos pedagógica em relação aos trabalhadores. Enquanto Lefort defenderia uma perspectiva de atuação mais analítica em relação aos trabalhadores, sem necessariamente se manifestar como guia político e intelectual, Castoriadis retomaria o apelo pela necessidade de constituição de uma vanguarda política, capaz de organizar os trabalhadores e propagar suas ideias. Tal disputa, edificada indiretamente em torno da definição sobre a função do intelectual, marca um ponto importante na história do grupo, como analisaremos no segundo capítulo do presente trabalho.

Mas a isso adicionaríamos: como compreender os conflitos em torno dessa função intelectual em um certo universo político e histórico sem se remeter necessariamente para a gênese da ideia de intelectual no mundo moderno? Ainda que concordemos que o chamado Caso Dreyfus não determina ou explica o *modus operandi* dos intelectuais no século XX, que diferenças marcantes podem ser apontadas entre os dois momentos, acreditamos, e tentaremos demonstrar, que o significado dos eventos passados contribui de modo significativo para a ação dos intelectuais franceses no pós-guerra, e se tal significado é sempre reelaborado de acordo com as estratégias adotadas é porque o próprio presente no qual se fala é marcado pela incerteza e pela pluralidade de vozes e possibilidades. Da mesma forma, o universo de atuação dos intelectuais comunistas no pós-guerra merece ser analisado; a importância do campo editorial na disputa de ideias, por exemplo, parece fornecer um importante elemento na compreensão mais elaborada das ideias em disputa, das possibilidades materiais de circulação

⁷ CASTORIADIS, Cornelius. *Uma sociedade à deriva*. Aparecida: Ed. Ideias e Letras, 2006, p. 28-29.

⁸ LEFORT, Claude. *Uma entrevista inédita de Claude Lefort*, por Ruy Fausto. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=02&t=05>>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

das palavras, das relações cruzadas entre intelectuais, acadêmicos e militantes.

No caso de um estudo que tem como objetivo a compreensão da ação dos intelectuais, da história de seu pensamento, bem como da relação estabelecida entre tais personagens e seu público (operários e operárias, trabalhadores, estudantes), a retomada temática sobre a gênese do intelectual no vocabulário político e na vida pública francesa se torna imprescindível.

Objetivando a produção de uma narrativa que se afaste da percepção do contexto como referência histórica determinante, apresentaremos alguns elementos que circundam e, de algum modo, organizam o entendimento do que é ser um intelectual na França do século XX sem desconsiderar aquilo que Dominick LaCapra aponta como a necessidade de entendimento inter-relacional entre texto e contexto, ou seja, da percepção de que, se é possível compreender parte do texto pelo contexto, o contrário também é verdadeiro. Se afirmamos dessa forma que não há contexto que esteja totalmente para além do texto, isso não significa assegurar a suspensão de referenciais fora do texto. O contexto aqui será pensando sempre como uma relação não-determinante entre o texto e a sociedade de onde provém, de modo que o contexto em questão está sempre aberto a novas reinterpretações na prática. Como bem observou Marshall Sahlins a significância histórica não pode nunca ser predicada a partir das propriedades objetivas do acontecimento, ou seja, os efeitos históricos de um dado giram em torno do modo como os acontecimentos, os textos, os eventos são acolhidos na cultura em questão, modo este que *nunca é o único possível*. Não é o objetivo aqui supor que textos devam ser apartados de seus contextos, mas, pelo contrário, que só existem textos e contextos, sem nenhum centro fixo absoluto.

Tal também como afirma o historiador argentino Elías Palti⁹ a temporalidade aparece como a dimensão central de uma história que toma o texto como seu impulsionador. As transformações conceituais, da linguagem política e, portanto, do modo como o texto se permeia com o mundo jamais são estabilizadas por completo: o evento Dreyfus, as transformações em torno da figura do intelectual, o campo editorial do pós-guerra, nascem sob uma certa cultura política, mas transformam essa mesma cultura política. São as transformações de tal universo, entendidas em sua importância para a interpretação das práticas intelectuais do grupo SB, que analisaremos em sequência.

⁹ PALTÍ, Elías. *Un diálogo com Elías Palti* por Rafael Polo Bonilla. Disponível em: <www.flacso.org.ec/docs/i36polo.pdf> Acesso em 17 de setembro de 2014.

1.1 – O UNIVERSO DE SOCIALISMO OU BARBÁRIE: MATERIALIDADE E PROJETO

Enquanto projeto político, o início do grupo Socialismo ou Barbárie remonta para a história do trotskismo na Europa Ocidental. Surgido como tendência da organização trotskista na França dos anos 1940, o Partido Comunista Internacionalista (PCI), o grupo oferecia uma crítica do stalinismo soviético que, desde o início, conflitava com as interpretações de um “trotskismo oficial”. A percepção era a de que, ainda que o trotskismo oferecesse uma perspectiva crítica acerca da expansão da burocracia na URSS, tal crítica se expressava através de uma atitude puramente reformista, mantendo intocável a análise histórica e política de um “tempo heroico” do socialismo soviético. Para os criadores da tendência Chaulieu-Montal (que logo se transformaria em Socialismo ou Barbárie), essa atitude do trotskismo atestava um deficit político na problematização do problema natureza da URSS. O problema da burocracia não seria, para eles, um desvio eventual através do qual uma reforma nas estruturas do Estado soviético poderia dar cabo. Pelo contrário, a percepção, ainda enquanto tendência do PCI, era a de que uma luta verdadeiramente revolucionária deveria ter na abolição das camadas burocráticas sua tarefa principal. A URSS não seria mais, como defendia Trotsky e seus seguidores, um “Estado operário degenerado”, mas agora uma “mistificação integral do socialismo”¹⁰.

Tais posições, polêmicas pois defendidas dentro de uma organização positivada pela crítica de Trotsky, levaram quase que naturalmente o grupo a um estado de reclusão. Seus dois criadores, Cornelius Castoriadis e Claude Lefort, decidem em 1948 romper com o PCI e tornar a tendência Socialismo ou Barbárie um grupo autônomo. Até 1967, o grupo publicará quarenta volumes da chamada *Revue Socialisme ou Barbarie - Organe de Critique et d'Orientation Révolutionnaire* e se consolidará como uma importante voz no campo intelectual de esquerda francês.

O primeiro número da revista *Socialisme ou Barbarie* foi lançada na França em março de 1949, menos de 1 ano depois da ruptura do grupo com o PCI. Ao primeiro olhar, observa-se uma revista impressa em um papel de alta gramatura. Na capa branca uma linha vermelha cruza horizontalmente toda sua extensão; *Socialisme*, dentro da linha vermelha horizontal

¹⁰ PREMAT, Christophe. *A la recherche de l'autonomie: le groupe 'Socialisme ou Barbarie' et Mai 68*. Disponível em: <http://www.sens-public.org/IMG/pdf/SensPublic_Heritages_de_Mai_68_CPremat1.pdf>. Acesso 15 de setembro, 2014.

escrito em preto; *ou Barbarie* escrito embaixo, com uma fonte menor. Ainda menor, abaixo, lê-se *Organe de Critique et d'Orientation Révolutionnaire*. Na capa, apresentasse já o conteúdo da revista, e os artigos presentes de cada edição figuram dentro de uma fina linha vermelha (ver figura 1).



Figura 1: A revista *Socialisme ou Barbarie*

Como principal fonte estudada aqui, a revista enquanto forma privilegiada de amplificação das ideias do grupo merece algumas considerações iniciais. De fato, o estudo de revistas requer atenção quanto às condições de produção que as tornam possíveis, mapeamentos mais gerais acerca de seu processo de difusão, e constatações de sua “população” no sentido dos autores que habitam cada espaço de um universo que está longe de ser homogêneo. Enquanto veículo maior de expressão das ideias que circulavam nas

discussões do grupo Socialismo ou Barbárie (doravante SB), as considerações acerca de sua materialidade tem importância justamente porque são parte de um processo de historicização das práticas intelectuais desenvolvidas por tais personagens. Como lembrou Tania de Luca, tal historicização requer a análise das “condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”¹¹.

No caso francês, já foi notado como os gêneros de impresso desempenharam um papel considerável na politização da população desde a erupção política de 1789, com seus panfletos e gravuras de denúncia e informação. No início do século XX, o livro político já conhece um ambiente de extrema fecundidade no território francês e os periódicos são cada vez mais frequentes e numerosos¹². No campo comunista do pós-guerra, a política soviética de agitação e propaganda propiciaria uma estruturação do mercado editorial e sua penetração cada vez maior na sociedade francesa. Apesar da força do Partido Comunista Francês (PCF) e das políticas editoriais comandadas pela Kominform, os centros intelectuais de esquerda autóctones e não submetidos às decisões do PCF também criavam seus próprios jornais e editoras capazes de desenvolver outros nichos políticos e editoriais no ambiente intelectual de esquerda¹³.

Se o projeto da revista *Les Temps modernes*, por exemplo, era possibilitado pelo apoio de editoras reconhecidas e financeiramente estáveis (*Gallimard*, *Julliard* e *Presses d'aujourd'hui* dependendo do período), as possibilidades materiais de SB eram menos seguras. Como afirma Philippe Gottraux, a natureza original de SB (um grupo minoritário saído do seio de outro grupo já minoritário – o PCI) afetou diretamente o universo material de seu maior meio de expressão, a revista. Constantemente confrontada com problemas financeiros, o grupo e a revista teriam conseguido sobreviver graças ao apoio financeiro de seus membros, notadamente por meio de contribuições voluntárias.

Assim, não somente o público como também o próprio conteúdo da revista são determinados em grande parte pela identidade militante do grupo, mas as

¹¹ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

¹² Mesmo antes, vale observar a recusa de Zola em publicar sua “carta aberta ao Presidente” sob a forma de brochura e sua decisão em publicar no jornal *L'Aurore*, percebendo as possibilidades de maior alcance do jornal. Cf. MOLLIER, Jean-Yves. Grandes momentos do livro político na França. In: DEAECTO, Marisa. & MOLLIER, Jean-Yves. *Edição e Revolução: Leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte: UFMG, 2013, p. 249-266.

¹³ Cf. HAGE, Julien. L'âge d'or des Librairies Militantes. In: SOREL, Patricia (org). *Histoire de la Librairie Française*. Paris: Cercle de la Librairie, 2009, pp. 321-341.

condições de sobrevivência da publicação diferem muito das revistas de esquerda tradicionais do período, como *Esprit* ou *Les Temps modernes*, e mesmo de uma publicação menos consagradas como *Arguments*. *Socialisme ou Barbarie* é uma revista militante em todas as fases de sua composição e produção. Ela não tem nenhum apoio editorial, ao contrário de *Arguments* que pode contar com a logística da *Editions de Minuit*.¹⁴

Acerca da circulação da revista, o mesmo Gottraux nota que, com uma difusão relativamente limitada, a revista assistiria a um aumento crescente do número de assinantes, passando de 157 assinaturas em maio de 1957 para 322 em março de 1961, segundo relatórios oficiais do grupo. A progressão das vendas por correspondência segue a mesma trilha: de 40 e 50 exemplares entre 1950 e 1951, à 150 e 190 entre 1953 e 1954. Depois de 1956, entretanto, os números aumentam consideravelmente, quando entre 300 e 600 exemplares são vendidos. Sobre esse período, Castoriadis nota como alguns eventos políticos externos (a revolução húngara e o movimento polonês, em 1956) estimularam consideravelmente a vida do grupo, que em 1952 estava “reduzido a uma dezena de camaradas e os números [eram] pouco frequentes e finos”¹⁵.

Um relatório no início dos anos 60 afirmava que, em média, a revista teria vendido mil exemplares por edição (considerando assinaturas, vendas por correspondência e vendas em bancas e livrarias)¹⁶. Entretanto, os números oficiais também notam que a tiragem de cada número variava entre 3 mil e 4 mil exemplares, o que ocasionaria um grande número de cópias não vendidas. É claro que os números não falam por si só, e nesse sentido é interessante notar que, apesar de não constituir o objeto principal do presente trabalho, a circulação da revista também poderia ser mapeada por sua difusão indireta no interior das universidades, dos partidos, e dos espaços de sociabilidade intelectual como os cafés e as livrarias.

É difícil estabelecer um quadro geral acerca de como a revista *Socialisme ou Barbarie* se apresentava para seu leitor, devido a própria estrutura não pragmática da revista, cujas sessões não eram necessariamente constantes e segregadas. De fato, como notou Castoriadis, também a quantidade de páginas variava muito com o período e, se os volumes dos primeiros anos da revista alcançam raramente as 100 páginas, após 1956 todos os números ultrapassam essa marca, sendo o número de maior espessura a edição de número 23 da revista, datada de

¹⁴ GOTTRAUX, Philippe. *Socialisme ou Barbarie: une revue iconoclaste dans la France d'après-guerre*. Disponível em: <<http://mondialisme.org/spip.php?article129>>. Acesso em 15 de novembro, 2014.

¹⁵ CASTORIADIS, Cornelius. *Uma sociedade à deriva*. Aparecida: Ed. Ideias e Letras, 2006, p. 29.

¹⁶ *Résultats globaux des ventes* (papéis pessoais de Georges Petit). Citado por: GOTTRAUX, P. *Ibid.*, 2014.

1958, contendo 208 páginas. Tentaremos analisar tais variações de acordo com a dinâmica própria das discussões do grupo e das condições objetivas da política externa, que “ofereciam” materiais através dos quais as análises do grupo iriam se centrar.

As sessões da revista também não eram sempre constantes, de modo que os primeiros números apresentam simplesmente os artigos em sequência, sem divisões temáticas. Novamente, o ano de 1956 parece ser um divisor nessa questão, como tentaremos defender ao longo de nosso trabalho. É só a partir do número 19 (julho e setembro de 1956) que a revista se divide em duas partes (e assim será até o último número, em 1965): uma primeira parte será, a partir de então, dedicada aos artigos de caráter mais teóricos ou interpretativos em relação à questões relativas ao marxismo e à crise da república francesa e o gaullismo. A segunda parte, intitulada *Le Monde em Question*, acolhia artigos dedicados a análise conjuntural da política externa em seus aspectos político-econômicos, históricos e culturais, bem como correspondências acerca da situação dos movimentos de esquerda em diferentes países. Após 1956, tanto os textos críticos de Castoriadis em relação ao marxismo, quanto os textos de Lefort em relação ao universo operário e o papel dos intelectuais, além todos os textos de Lyotard sobre a Argélia, aparecem na primeira sessão da revista, normalmente figurando nas primeiras páginas. A percepção de uma centralidade na figura desses últimos personagens, sempre destacados em termos de habitação dos espaços da revista, demonstraria o funcionamento de relações de hierarquia próprias do campo intelectual que, segundo Bourdieu¹⁷, constitui propriamente um sistema de linhas de força.

A revista funcionaria, assim, como um espelho de relações externas de hierarquia dentro do próprio grupo, de suas expressões e crises internas. Como afirma Sirinelli, as revistas, enquanto objetos históricos, aparecem como ambientes que oferecem ao campo intelectual estruturas por meio de “forças antagônicas de adesão– pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas”¹⁸.

Para além dos apontamentos acerca da revista em questão, cabe nos perguntar em que mundo foi possível o surgimento do grupo SB, de sua revista principal, e de seus projetos políticos que observaremos mais atentamente. Já apontei brevemente (e veremos melhor no

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002, p. 9.

¹⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 249.

capítulo 2) como o universo político de uma esquerda anti-stalinista, sob a participação nos círculos trotskistas, estabelece alguns territórios de atuação na prática de tais autores. No entanto, se terminássemos por isso a análise poderia ser obscurecida por uma importância demasiadamente objetiva do ambiente político na mobilização desses atores. O que precisamos estabelecer, antes de adentrar a uma análise mais efetiva acerca da produção teórica e crítica do grupo SB, são os termos dentro dos quais parecem funcionar a atuação de intelectuais e comunistas no momento do pós-guerra francês. Não pretendemos defender, no entanto, que esses termos determinam a atuação do intelectual, como se a tradição intelectual francesa fosse um universo centralizado no qual tais atores se aproximariam ou se afastariam de um certo tipo mítico de “intelectual”, de um modelo ideal de posicionamento. O que tal retorno a uma história *dos* intelectuais pode oferecer, na verdade, são alguns elementos importantes para pensar acerca das disputas através das quais a mobilização intelectual, tão essencial para os autores aqui estudados, sempre está se referindo.

1.2 – ESBOÇO GENEALÓGICO DO CAMPO INTELECTUAL FRANCÊS

Michel Foucault já notara de modo expressivo como o modelo do intelectual moderno resgatou e apropriou certos valores que apareciam já no auge do Iluminismo francês, sob o signo do sujeito que reivindica a universalidade da lei justa, no qual Voltaire apareceria como a encarnação mais sólida de tal “escritor jurista”¹⁹. Com a pretensão objetiva de representar a lei divina ou a voz do Estado em nome de uma razão universal, tal personagem se valeria de sua posição para denunciar as mentiras, as obscuridades, os déspotas. Com as transformações políticas ao longo do tempo, se transformaria também o papel do intelectual. Seu papel político ascendente no final do século XIX e ao longo do século XX é moldado enquanto pertencente a uma ordem política na qual a imprensa tem importância notável e na qual os partidos políticos adquirem lugar evidente na luta política.

Em 1947, Jean-Paul Sartre descreveria certo modelo de intelectual onde a pressuposição de um caráter político da literatura e da palavra poderia ser entendida, em si mesmo, como potência e ação.

(...) ao falar, eu desvendo a situação por meu próprio projeto de mudá-la; desvendo-a a mim mesmo e aos outros, para mudá-la; atinjo-a em pleno

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *O que é o Iluminismo*. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). Michel Foucault (1926-1984). Rio de Janeiro: Taurus Editora. Publicado originalmente no Magazine Littéraire, 1984, p. 107.

coração, transpasso-a e fixo-a sob todos os olhares; passo a dispor dela; a cada palavra que digo, engajo-me um pouco mais no mundo e, ao mesmo tempo, passo a emergir dele um pouco mais, já que o ultrapasso na direção do porvir.²⁰

O chamado “intelectual engajado” caracterizou-se como portador da defesa de um sentido da história. A geração de pensadores que havia experimentado o acontecimento da ocupação nazista na França e a Segunda Guerra em plena maturidade²¹ fora confrontada com a questão de que tipo de posição exercer em relação a tais eventos. Seu posicionamento em momentos históricos cruciais (guerras, crises políticas, etc.) funcionava como modo de moralização do mundo em um sentido determinado.

Ao refletir sobre tal fenômeno, Edgar Morin chegou a falar de uma “missão intelectual”, aproximando a ideia de intelectual engajado à de intelectual profético²². A aproximação se baseia na constatação de que a atividade de tais intelectuais derivavam de suas concepções sobre o futuro, fundadas na crença do progresso inevitável. A figura dominante desse intelectual do pós-guerra responde, para Morin, a uma dupla definição por ele mesmo e pelos demais. Define-se não só pela sua participação em um grupo social mas, sobretudo, pela sua relação com a cultura de seu tempo, com o universo simbólico próprio de um dado momento histórico.

Essa moderna forma de ativismo é marca indelével da emergente cultura política francesa que floresce com o século XX. Ao longo desse século, veremos diversos tipos de manifestações que, de uma forma ou de outra, se encontram ligadas à questão fundamental do período: a palavra enquanto ação. Também a conjuntura política do período fornece as bases para tal ação. A Revolução Russa, a Guerra da Espanha, o período de Vichy e a Resistência francesa, as guerras da Argélia e Hungria, a Guerra Fria, a descoberta dos gulágs na URSS, a morte de Stálin e o futuro do comunismo. São todos esses momentos de crise da consciência política nacional, e é, a partir de tais momentos, que o engajamento e/ou posicionamento apareceu como dever para os membros da *intelligentsia*.

Se a experiência da guerra possibilita o que Tony Judt chamou de uma radicalização da linguagem e das práticas dos intelectuais de esquerda²³, preparando o terreno para

²⁰ SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura*. São Paulo: Ática, 2004, p. 20.

²¹ Para citar alguns, em 1945 Sartre e Raymond Aron tinham 40 anos, Maurice Merleau-Monty tinha 38, Albert Camus tinha 32.

²² MORIN, Edgar. La mission de l'intellectuel. In: *L'intellectuel, l'intelligentsia et les manuels*. Paris: Anthropos, 1983, p. 26.

²³ JUDT, Tony. *Passado Imperfeito: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa do pós-guerra*. Rio de

emergência da figura intelectual engajado, é necessário notar que essa tradição do pós-guerra está em diálogo constante com outro momento da história francesa. Marcado por disputas e conflitos interpretativos o chamado Caso Dreyfus aparece historiograficamente como um momento essencial para a compreensão das funções políticas e sociais, bem como das causas históricas, do aparecimento desse novo ator social, o intelectual, e de sua decorrente posição no pós-guerra francês. Ao recuperar uma historiografia que, como a do Caso Dreyfus, possa parecer esgotada, meu objetivo não é senão oferecer elementos que nos auxiliem a pensar na constituição do universo histórico-político no qual os intelectuais de esquerda irão se movimentar no pós-guerra francês. A breve reflexão em sequência busca, dessa forma, o estabelecimento de noções gerais para a compreensão acerca do mundo em que foi possível a emergência do grupo SB.

Caso Dreyfus e os manifestos

O caso Dreyfus, como sabemos, movimentou de forma determinante a opinião pública francesa da última década do século XIX. Foi a partir dele que se circunscreveram dois polos de pensamento distintos que organizaram a vida política da França ao longo do século XX sob a designação de esquerda e direita, dando nova vida a uma diferença que já se apresentava no decorrer da Revolução Francesa de 1789. É a partir do caso também que a palavra “intelectual” surge no campo semântico francês enquanto substantivo (*o* intelectual, *um* intelectual). De fato, como notou François Dosse²⁴, não é possível encontrar a palavra “intelectual” nem no *Grand Dictionnaire universel* (1866-1878) de Pierre Larousse, nem no *Dictionnaire Littré* (1876). Em geral, notou-se que a origem do substantivo “intelectual” datava-se da publicação do “Eu Acuso!” de Émile Zola em janeiro de 1898. Na verdade, como bem mostrou Trevor Field²⁵, Maurice Barrès já utilizara o termo em 1894, e ele voltaria a aparecer em 1897 em seu romance *Les Déracinés*. No entanto, parece ser incontestável que, a luz da carta de Zola, o termo ganharia uma verdadeira significação no ambiente público mundial²⁶.

Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 12

²⁴ DOSSE, François. *La marche des idées – histoire des intellectuels, histoire intellectuelle*. Paris: La Découverte, 2003, p. 62.

²⁵ FIELD, Trevor. *Vers une nouvelle datation du substantif intellectuel*. In: Travaux de linguistique et de littérature: Strasbourg, 1976, p. 159-167.

²⁶ Vale citar algumas das diversas recepções do caso para além do mundo europeu: BARBOSA, Rui. *O processo do capitão Dreyfus*. São Paulo: Giordano, 1994. & CALHEIROS, Pedro. *L'impacte de l'affaire Dreyfus au Brésil e au Portugal*. In: Colóqui Portugal, Brésil, France: histoire et culture, 1988, Paris: Fondation

O que é ser um intelectual na França a partir da década de 1940 absolutamente não é o mesmo que ser intelectual em 1900, mas o sentido de sua ação está em diálogo e confronto constante com a tradição política da história nacional francesa. Ainda que concordemos que o chamado Caso Dreyfus não determina ou explica o *modus operandi* dos intelectuais no século XX, que diferenças marcantes podem ser apontadas entre os dois momentos, acreditamos, e tentaremos demonstrar, que o significado dos eventos passados contribui de modo significativo para a ação dos intelectuais franceses no pós-guerra, e se tal significado é sempre reelaborado de acordo com as estratégias adotadas é porque o próprio presente no qual se fala é marcado pela incerteza e pela pluralidade de vozes e possibilidades. Os fatos são conhecidos, mas vale uma breve recapitulação em vistas de oferecer elementos para a compreensão do funcionamento das disputas pelo legado do intelectual no século XX.

Desde 1897, o veredito que condenara o capitão do exército francês, Alfred Dreyfus, por traição à pátria já vinha sendo publicamente questionado. Requeria-se, em diversos jornais, a revisão do processo. O assunto estava consolidado na vida política francesa. Em 14 de novembro do mesmo ano, o jornal *Le Temps* publicava a carta aberta de Scheurer-Kestner, vice-presidente do Senado, ao senador Arthur Ranc na qual solicitava a revisão do processo. “A partir daí não se discutia outras coisas nas redações dos jornais e nos salões, a não ser Dreyfus e os revisionistas”²⁷.

Em 25 de novembro aparece no *Figaro* o primeiro artigo de Émile Zola em favor da causa do capitão Dreyfus. No texto, intitulado simplesmente “Sr. Scheurer-Kestener”, Zola romantiza o caso sobre o qual deseja alertar o público e finaliza o artigo com uma frase que denota um aspecto importante que marcará as décadas seguintes em relação aos intelectuais: a crença nos valores da justiça e no seu triunfo histórico determinado. Para Zola “*a verdade está a caminho, e nada a deterá*”. Para Zola a necessidade de partir em defesa de Dreyfus representava sobretudo a necessidade de proteger a pátria francesa dos perigos relativos ao anti-semitismo. Dreyfus, o oficial de artilharia judeu e alsaciano, foi o alvo perfeito, na interpretação de Zola, para ser exibido à nação e punido exemplarmente enquanto inimigo da pátria²⁸.

Gulbenkian, 1988.

²⁷ WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 21.

²⁸ Vale lembrar que esse é o momento de amadurecimento do anti-semitismo na modernidade europeia. Se a Revolução de 1789 altera bruscamente as condições políticas do continente, fazendo surgir os Estados-nações cujas economias exigiam cada vez mais crédito (vale lembrar do apontamento de Hannah Arendt, para quem a emancipação dos judeus no século XIX é fruto mesmo da necessidade dos governos de um massivo apoio

Ao final de 1897, o general Saussier abre um inquérito contra o comandante Walsin-Esterhazy, aquele que fora denunciado como verdadeiro culpado pelos defensores de Dreyfus anos antes. O entusiasmo atinge em cheio os *dreyfusards* (como são chamados a partir de então os favoráveis a causa de Dreyfus) quando Esterhazy é levado ao Conselho de Guerra em 10 e 11 de janeiro de 1898, mas o entusiasmo é logo desfeito com a absolvição de todas as acusações à Esterhazy por unanimidade. Os defensores de Dreyfus parecem então estar condenados ao silêncio. É então que Zola realiza o que Michel Winock chamou de “gesto inacreditável”. Contando com a ajuda de um dos poucos políticos que defendem Dreyfus, Georges Clemenceau, Zola submete para o jornal *L’Aurore* uma carta aberta ao presidente da França Félix Faure, intitulada “Eu Acuso...” (*J’acuse...*). É essa carta que ficará famosa como evento e ponto de partida de uma certa “missão” da figura intelectual. Na carta, Zola acusa nominalmente todos aqueles envolvidos no escândalo e proclama desde o início a sua convicção na inocência de Dreyfus:

Meu dever é de falar, não quero ser cúmplice. Minhas noites seriam atormentadas pelo espectro do inocente que paga, na mais horrível das torturas, por um crime que ele não cometeu. E será à sua Excelência, senhor Presidente, que dirigirei meus clamores, a verdade, com toda força da minha revolta de homem honesto. Conheço a sua honra e, por isso, sei que ignora a verdade. A quem mais eu poderia denunciar a turba malfeitora dos verdadeiros culpados, que não à Sua Excelência, o primeiro magistrado do país?²⁹

Um manifesto, dito dos “intelectuais”, fundado no direito constitucional de petição, vem a público um dia após a publicação da carta de Zola. A partir da publicação do primeiro manifesto abre-se o precedente. Michel Winock e Jacques Julliard, em seu *Dictionnaire des Intellectuel Français*, apontam a existência de três diferentes séries de manifestos com múltiplas listas em favor da revisão do processo (são 17 listas de nomes a assinar o primeiro manifesto e 16 listas a assinar o segundo)³⁰. Na interpretação de Jean-François Sirinelli tais

financeiro) e acabam por transformar a posição sociopolítica do povo judeu. O surgimento do imperialismo, ao fim do século XIX, ocasiona outro tipo de transformação. Introduzindo nas nações europeias o espírito comercial de concorrência competitiva, o imperialismo acaba por retirar os privilégios dos judeus nos negócios do Estado, e sua importância enquanto grupo declina. Nesse momento, a comunidade judaica começa a se isolar e ser isolada. Segundo Arendt, na era do imperialismo “a riqueza dos judeus havia se tornado insignificante; para a Europa, desprovida de equilíbrio de poder entre as nações que a compunham, e carente de noções de solidariedade intereuropeia, o elemento judeu, intereuropeu e não nacional, tornou-se objeto de ódio, devido à sua riqueza inútil, e de desprezo, devido à sua falta de poder” In: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 35.

²⁹ ZOLA, Emile. *Eu acuso!* São Paulo: Hedra, 2007, p 35.

³⁰ Para uma lista completa dos signatários cf. WINOCK, Michel & JULLIARD, Jacques. *Dictionnaire des Intellectuel- Français*. Paris: Éditions Seuil, 2009, p. 443-461.

manifestos simbolizam o “nascimento de uma arma”³¹ no sentido em que esboçam pela primeira vez uma reivindicação pelo direito de agrupamento coletivo como modo de fortalecer o protesto na afirmação de uma comunidade política em torno de interesses iguais, fundados numa certa percepção de justiça. Os manifestos representam ainda a reivindicação de um poder simbólico fundado na autoridade institucional e civil, visto que os assinantes eram apresentados, nos manifestos, junto a seu título (professor, escritor, editor, advogado, etc.), demonstrando o uso dos seus instrumentos profissionais fora da esfera de sua ocupação institucionalizada, adentrando agora precisamente na esfera pública.

De certo que poderíamos notar que a reputação dos manifestos é, em grande parte, retrospectiva e falha em demonstrar as recepções sociais da petição no momento em que lançada. No entanto, não podemos, com isso, obscurecer o fato de que esse momento representa um precedente significativo daquilo que o século XX francês viria a ser palco. Para Habermas o momento prepara o terreno para a posterior hegemonia do chamado “intelectual total” na França.

A definição é clara: os intelectuais dirigem-se a uma esfera pública ressonante, atenta e informada, quando lutam, com argumentos retoricamente aguçados, por direitos violados e verdades reprimidas, por inovações vencidas e progressos adiados. Eles contam com o reconhecimento de valores universais, confiam num estado de direito minimamente funcional e numa democracia que, por sua vez, só permanece viva devido ao engajamento de cidadãos tão desconfiados quanto militantes. Esse tipo, segundo sua autocompreensão normativa, pertence a um mundo em que a política não se reduz à atividade do Estado; no mundo do intelectual, uma cultura política de protesto complementa as instituições do Estado.³²

O que queremos mostrar, no entanto, é que tal caracterização do intelectual está longe de ser hegemônica e que, na verdade, é objeto de múltiplas disputas e apropriações ao longo do século XX. De fato, observaremos como a substância do conceito (sobre aquilo que se entende como a “função” do intelectual) é também muito problematizada e repensada no contexto do pós-guerra e será por um bom tempo objeto de discussões nos círculos de esquerda da França após 1945. No caso do grupo SB, a ideia de uma função intelectual

³¹SIRINELLI, Jean-François. *Pour la révision du procès. «Une protestation»*. Disponível em: <http://www.liberation.fr/cahier-special/1998/01/12/pour-la-revision-du-proces-une-protestation_544879> Aces- so 15 de novembro, 2014.

³²HABERMAS, Jurgen. *Heinrich Heine e o papel do intelectual na Alemanha*. Revista Cadernos de Filosofia Alemã, São Paulo, n. 3, 1997, p. 81.

baseada no paradigma da representação é radicalmente colocada à prova no momento em que os intelectuais envolvidos em torno do grupo exercem um trabalho de reflexão sobre os limites da ideia de vanguarda, quando oferecem, por exemplo, espaços para a expressão direta de operários e trabalhadores franceses na revista *Socialisme ou Barbarie* (observaremos no capítulo 2 os modos de funcionamento desse projeto, e o seu sentido para a crítica do conceito hegemônico de intelectual no período).

Mas mesmo as recepções imediatas ao Caso Dreyfus não podem ser compreendidas pelo vórtice único dos intelectuais *dreyfusards* (como eram chamados os favoráveis a causa de Dreyfus). A constatação da posição estabelecida pelos *anti-dreyfusards* também importa no sentido de ilustrar como o caso não produziu apenas recepções positivas na interpretação do que significava, na época, ser um intelectual.

A formação de um campo intelectual

Se é a partir das intervenções de Zola que se cristaliza o uso do substantivo “intelectual”, também é nesse momento que podemos observar a gênese de um contrário. Nesse registro, o escritor Maurice Barrès definiria, em 1898, o intelectualismo como “uma semi-cultura que destrói o instinto sem o substituir por uma consciência. Todos esses aristocratas do pensamento pretendem apenas mostrar que não pensam como a multidão”³³. Se alguns fundamentos políticos da cultura de direita já estavam presentes na vida pública e política francesa já há algum tempo, alguns autores notam que é a partir do Caso Dreyfus que eles irão se solidificar como força expressiva no universo político do país. O historiador americano Paul Mazgaj³⁴ nota, nesse sentido, que o nacionalismo característico dos intelectuais *anti-dreyfusards* no final do século XIX ajustou os parâmetros que formariam as forças políticas de direita ao longo do século XX francês. O anti-intelectualismo, por sua vez, aparece como marca favorita dos intelectuais de direita no contexto, dado que esses que não aceitam para si a definição de intelectuais. Negam aos intelectuais uma capacidade privilegiada de interferência no debate público ao mesmo tempo em que denunciam o intelectual como um pensador refugiado na abstração, que, perdendo de vista à realidade, tentaria lidar com assuntos que não conhecia profundamente. A designação “intelectual” nasce então, sob esse duplo aspecto. Enquanto legitimador de uma voz individual que interfere na

³³ BARRÈS, Maurice. *Scènes et doctrines du nationalisme*. Paris: F. Juven, 1902, p. 49.

³⁴ MAZGAJ, Paul. *The Origins of the French Radical Right: A Historiographical Essay*. In: *French Historical Studies*, Vol. 15, n. 2, pp. 287-315.

vida pública, ou enquanto elemento caracterizador dos inimigos da nação francesa e abstratas em potencial³⁵. É só a partir de então que serão circunscritos dois polos de valores distintos no pensamento intelectual francês. Uma divisão simbólica, entre direita e esquerda, que marcará de forma determinada o universo da cultura política francesa no século XX. É necessário cuidado, no entanto, para não reduzir o surgimento dos intelectuais em nome de um evento único, desconsiderando outras dinâmicas sociais na formação de tal cultura. O surgimento das universidades na França marca também, em consonância com o Caso Dreyfus, uma mutação essencial para a reflexão da história dos intelectuais no século XIX e XX.

Christophe Charle, em um famoso texto sobre a formação dos intelectuais na França, atestava que existiram mudanças morfológicas essenciais que permitiram a reivindicação, por parte dos intelectuais, de um poder simbólico e uma identidade coletiva sancionada pela aparição desse novo termo (*intelectuais*). Que mudanças morfológicas são essas? São sobretudo mudanças no caráter dimensional desses novos personagens que entram em cena na história francesa. Se é possível rastrear, ainda que de forma incompleta, a existência de 4.173 “*homens de letras, cientistas e publicistas*” de acordo com o recenseamento de 1876, nota-se um aumento significativo no recenseamento de 1901, elevando-se à 7.432 o número daquelas que vivem de sua pena³⁶. Uma definição restritiva, que considera ainda alguns universitários como intelectuais funcionários também presente nesse período, poderia admitir, segundo os cálculos de Charle, a existência de cerca de 10.000 pessoas formando esse grupo definido como intelectuais no primeiro ano do século XX. Ainda que tal abordagem se mostre demasiadamente quantitativa e funcionalista, os números nos auxiliam a pensar como os indivíduos em tal empreendimento são suficientemente numerosos para que tenhamos já, no período, a possibilidade de formação de grupos com características gerais delimitadas. O que queremos dizer é que, aliado a tal possibilidade meramente quantitativa, passam a existir também condições gerais para o apogeu desses intelectuais. A elevação do nível de instrução primária, secundária e superior, a explosão da imprensa e da edição, são esses, entre outros, estruturas importantes para o modo de atuação pública dos intelectuais.

³⁵ Em outra passagem, Maurice Barrés denunciava os intelectuais: “Só o fato de terem criado recentemente esta palavra Intelectuais para designar, como se fosse uma espécie de casta nobiliárquica, as pessoas que vivem nos laboratórios e nas bibliotecas, só esse fato um dos males mais ridículos de nossa época, refiro-me à pretensão de alçar os escritores, os eruditos, os professores, os filósofos à posição de super-homens. As aptidões intelectuais, que certamente não desprezo, tem um valor apenas relativo. Quanto a mim, na ordem social, considero bem mais elevado a têmpera da vontade, a força do caráter, a segurança do julgamento, a experiência prática. Assim, não hesito em colocar certo agricultor ou certo negociante que conheço muito acima de certo erudito, ou de certo biólogo, ou de certo matemático que prefiro não nomear” In: Apud WINOCK, M. *Ibid.*, p. 32.

³⁶ CHARLE, Christophe. *Naissance des intellectuels*. 1880-1900, Paris: Editions de Minuit, p. 143.

A estrutura centralizada do campo intelectual francês é outro importante elemento de caracterização da história dos intelectuais na França. O estabelecimento de grandes instituições literárias, científicas ou artísticas na capital francesa fornece uma estrutura importante de concentração geográfica desses intelectuais. No entanto, ainda de acordo com Charle, a não-homogeneidade dos estudantes universitários se apresenta como uma grande diferença entre a maior parte do século XIX e a ascensão dos intelectuais após o Caso Dreyfus. Como nota o filósofo francês do século XIX Louis Liard:

Nada aproxima; tudo separa, ao contrário, as origens e as afinidades; literários e científicos vêm em geral da Escola Normal; juristas e médicos não são universitários: uns são profissionais, outros teóricos, para esses o ensino, os livros e o laboratório são a vida do professor, para aqueles a lição não passa de um acessório, o essencial é o foro e a clientela.³⁷

Os anos de 1880-1890 serão palco de importantes reformas no sistema educacional francês. As reformas transformam o padrão e os valores até então dominantes. Nenhum universitário, antes das reformas, poderia ser considerado um intelectual no sentido dado após o caso Dreyfus. Agora, após a reforma

A ciência é o novo ideal tanto para as faculdades de ciências e de letras como de medicina, um pouco menos para o direito. Principalmente a relação com o trabalho de professor é transformada pelo aparecimento de estudantes profissionais em letras e em ciências. O universitário pode ser pensado, agora, como um intelectual porque dispõe de um público intelectual específico, ao passo que antes seu público esperava dele acima de tudo um diploma ou um suplemento de cultura como amador.³⁸

Charle propõe ainda que os novos modelos ideológicos funcionam como um aspecto importante dessa evolução temporal no *modus operandi* dos intelectuais. Questiona-se: porque agora a necessidade de uma nova palavra (intelectuais) para se referir a sujeitos históricos já dotados antes de uma palavra para descrevê-los (homens de letras, cientistas, escritores, etc.)? Seria factível averiguar um esgotamento conceitual na medida em que a própria experiência histórica atesta a necessidade de um conceito mais elaborado para a descrição do real?

Paul Bénichou³⁹, por sua vez, acredita que desde a Revolução Francesa mutações ideológicas continuaram a modificar o modelo social do escritor. Se a filosofia do século

³⁷ LIARD, Louis. *L'enseignement supérieur en France*. Paris, 1894, p. 282.

³⁸ CHARLE, C. *Ibid.*, p. 146.

³⁹ BÉNICHOU, Paul. *Le sacre de l'écrivain*. Paris, 1973, p. 275-276. apud CHARLE, C. *Ibid.*, p. 147.

XVIII forjou sua imagem contra a do clérigo, o escritor romântico do XIX pretende traduzir em palavras as tendências profundas do seu tempo. A crise do romantismo, no entanto, não é capaz de dar ao corpus social um substituto. Os acontecimentos políticos do século XIX deixam um vazio e são levados a um quase retorno ao clericalismo oficial, as ideologias literárias que marcam as décadas finais do século se distanciam cada vez mais do romantismo clássico e será só com o evento de um liberalismo vitorioso após 1880 que se favorece uma politização limitada desses atores. Sobrevive, entretanto, o modelo do cientista que, tornado herói pela República (Christophe Charle cita Claude Bernard, Pasteur, M. Berthelot) encarna ao mesmo tempo o “gênio do romantismo”, a positividade da ciência moderna, e um utilitarismo social sancionado pelo reconhecimento universal. Eis o novo modelo, no qual acadêmicos, escritores e universitários, definem-se em sua relação. Fornece-se, ainda, um quadro comum capaz de agrupar autores tão diferentes como Zola e Gustave Lanson em um mesmo conceito: intelectuais.

A palavra (tornada conceito) é então fruto e possibilidade de momentos distintos. Concordamos com Charle que as transformações listadas por ele (urbanização, escolarização, explosão da imprensa e da edição) vão ganhando força na segunda metade do século XIX, em consonância com o fato de que aqueles termos anteriores (escritores, *savants*, homem de letras) não conseguem mais refletir a realidade dessa nova figura pública que, para além de objetivar um trabalho estético, carrega agora em sua escrita fortes traços de politicidade, problematizando o próprio conceito do que é política, do que se enquadra em seu horizonte de reflexão e atuação. Isso não anula o fato de que, no entanto, o conceito em si possua uma força capaz de delimitar uma classe específica de sujeitos (mas nunca homogênea) na medida que observamos princípios de criação de uma consciência coletiva no caso dos intelectuais que protestam contra a denúncia ao capitão Dreyfus.

Aqui, concordaríamos com indicação de Tony Judt, para quem a história francesa, após o estabelecimento do intelectual como legado nacional sofre uma rearticulação essencial que marcará as décadas seguintes. No caso do grupo SB, as disputas sobre o significado da função intelectual sempre retomarão por um lado a tradição histórica francesa e, por outro, a tradição leninista da “vanguarda operária”. Isso demonstra como a opção entre ser pró-Dreyfus ou anti-Dreyfus no final do século XIX organizará os termos da discussão pública no século XX, de modo que, cada vez mais, ficará latente a necessidade em escolher um ou outro

lado em momentos de grandes conflitos nacionais no campo intelectual⁴⁰. Essa *necessidade de escolha* surge como ponto central na história da participação intelectual na vida pública francesa.

(...) ser um socialista internacionalista ou um nacionalista nos anos que precedem a Primeira Guerra Mundial; ser fascista ou antifascista nos anos trinta; apoiar a Resistência ou a Colaboração durante os anos de ocupação; escolher entre o comunismo e o capitalismo, o Oriente e o Ocidente durante a Guerra Fria; ser a favor da descolonização ou da defesa do império; defender uma polícia radical antiautoritária (nacional ou internacional) ou um estado administrativo; e sempre em toda parte ser de Esquerda ou Direita: estes foram os termos em que os intelectuais definiram a si mesmos e, assim, contribuíram para definir o debate público francês durante a maior parte do século passado.⁴¹

Por um lado, parece ser difícil negar que, de modo hegemônico, os intelectuais pensaram dentro desses termos na história do século XX e o paradigma de uma escolha necessária organizou os termos da discussão. Por outro, e como tentaremos demonstrar, essas regras apresentam seus momentos de ineficácia. Para usar um exemplo que diz respeito de forma direta com a presente pesquisa deveríamos refletir sobre como então (dentro de uma perspectiva analítica que busca pensar os intelectuais como sujeitos históricos que, necessariamente, estabeleceram sua posição entre duas escolhas determinadas) pensar o caso de Cornelius Castoriadis? Intelectual grego, radicado na França, Castoriadis recusou explicitamente a necessidade de escolher entre o capitalismo do Leste e o socialismo soviético que, segundo sua interpretação, eram dois momentos de uma mesma sociedade burocrática.

Não queremos dizer que os exemplos de Judt são inexatos; é fato que poderíamos localizar a posição de Castoriadis em diversos deles (militante antiautoritário, de esquerda, a favor da descolonização etc.). O que é necessário notar é que, de algum modo, o esquema é incompleto pois nega a possibilidade de uma transgressão dos termos ou, quando admite essa possibilidade, reitera que tal ideia (de um intelectual que transgredir a escolha) é uma contradição com o próprio conceito de intelectual⁴². Não é o objetivo da presente pesquisa tentar repensar a ideia mesma do que é ser um intelectual, no entanto tentaremos demonstrar,

⁴⁰ O conceito de campo intelectual é aqui utilizado na perspectiva de Bourdieu, para quem, o campo consiste na constituição de um espaço social no qual circulam os produtores de ideias, e onde estabelecem códigos, valores, lógicos que fazem sentido no âmbito do campo entre aqueles que compartilham um mesmo espaço social. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual, itinerário de um conceito*. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.

⁴¹ JUDT, Tony. *The Burden of Responsibility: Blum, Camus, Aron*. Chicago: Chicago Press, 1998, p. 10.

⁴² *Idem*.

a partir do grupo SB, que mesmo a transgressão das escolhas e a recusa em escolher são posicionamentos que se articulam com a atuação dos intelectuais e que não podem ser reduzidas analiticamente através de uma estrutura rígida de posicionamento desses mesmos atores sociais.

1.3 – O PÓS-GUERRA COMO CASO

Espaços possíveis da crítica de esquerda: militância política, universidade e campo editorial

Agora que apresentamos de modo geral uma breve contextualização sobre o surgimento da figura do intelectual na França, passaremos para uma análise de algumas ressonâncias dessa figura no momento do pós-Segunda Guerra tendo em vista alguns dos principais meios de expressão de intelectuais de esquerda no contexto nacional francês, sobretudo na importância do campo acadêmico e do campo político, mas também como ambos acabam por se expressar de diferentes formas sob o meio editorial. O objetivo aqui é a consideração acerca do fato do grupo SB não existir sozinho durante o período analisado. Oferecendo um panorama acerca de grupos análogos à SB, queremos demonstrar outras possibilidades de crítica e posicionamento político e intelectual nos campos acadêmico e político do período. O que nos parece é que uma compreensão mais justa acerca de SB só pode ser efetivada levando em questão aquilo que o grupo não foi: os outros círculos intelectuais, “aliados” ou “concorrentes”. Formular o problema das relações entre as revistas parece ser importante em nosso caso precisamente porque boa parte da crítica erigida em torno do grupo SB leva em questão as próprias possibilidades críticas dos intelectuais franceses do período. Como veremos, a crítica de Lefort aos “intelectuais dito progressistas”, seu progressivo afastamento com *Les Temps modernes*, sua polêmica com Sartre, ou ainda, as também sucessivas posições de Castoriadis contra o marxismo “oficial”, todas esses momentos parecem apontar diretamente para o universo intelectual constituído nos anos em questão.

A historiografia sobre os intelectuais franceses no século XX se caracteriza, em muitos casos, como análises centradas ora mais na ligação entre intelectuais e as organizações

políticas (partidos, grupos militantes, governo), ora mais na ligação entre intelectuais e as universidades francesas. É fato que esses dois campos da vida pública (o político e o universitário) marcaram de forma central a atuação dos intelectuais no contexto, mas é fato também que qualquer análise que reduza um desses campos em relação ao outro acabaria por reduzir, com ela, a complexidade do universo em questão. Pois se é verdade que dependendo do objeto um campo ganha mais importância que outro, ainda assim fica difícil compreender os efeitos de um campo sem interações necessárias com o outro⁴³.

Mesmo o início da propagação do marxismo na França caracteriza-se como um momento de interseção entre esses dois campos. Mark Poster notou⁴⁴, nesse sentido, que entre 1929 e 1934, um grupo de intelectuais formado por nomes como Paul Nizan, Henri Lefebvre, Georges Politzer, mais ligados ao Partido Comunista e ainda fora do ambiente acadêmico, foram de fundamental importância para a propagação das ideias marxistas no seio da política francesa. Por outro lado, nota-se também a importância, no sentido de uma propagação crescente do marxismo, de um grupo de intelectuais concentrados em torno da revista *La Pensée* também ligados ao PCF, mas liderado por já proeminentes cientistas da academia francesa como Paul Langevin, Marcel Prenant, Frederic Joliot-Curie, e Henri Wallon.

Aqui, ainda, ambos os campos acabam por ter origem em um elemento em comum (a ligação com o PCF), o que queremos demonstrar é que, anos depois, com a perda de hegemonia do socialismo soviético enquanto paradigma político para os intelectuais comunistas franceses, esse elemento se perde e tais relações, apesar de existirem e serem substantivas, ganham novas nuances de aceitação e rejeição, bem como diferentes tipos de aproximação com a instituição político-partidária. O exemplo das relações ambíguas de Sartre com o PCF⁴⁵; a quebra de Albert Camus com Partido Comunista em terras argelinas e seu posterior trabalho crítico em relação aos comunistas⁴⁶; a crítica dos intelectuais trotskistas ao

⁴³ A teoria dos campos de Bourdieu é, aqui, essencial. Tal como ele concebe, a compreensão do campo subjaz na ideia de um conjunto de forças objetivas no qual seus participantes estão expostos e, de alguma forma, conectados a uma estrutura mais geral de organização. A dinâmica social no interior de cada campo é organizada pelas disputas na qual seus participantes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico, determinando sua posição na estrutura mais geral do campo. A autonomia de cada campo não significa, entretanto, sua negação no processo relacional entre campos diferentes. Na verdade, Bourdieu defende que os campos são caracterizadas por relações de forças internas entre seus agentes, mas também pelas pressões externas. Nesse sentido, os campos se interpenetram, dialogam, entram em conflitos, absorvem ideias e criam homologias. Cf: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁴⁴ POSTER, Mark. *Existential marxism in postwar France: From Sartre to Althusser*. N.J.:Princeton, 1975.

⁴⁵ Cf. DRAKE, David. *Sartre et le parti communiste français (PCF) après la libération (1944-1948)*. Disponível em: <<http://www.sens-public.org/spip.php?article234&lang=fr>>. Acesso 8 de agosto, 2013.

⁴⁶ Cf. MOREAU, Jean-Luc. *Camus l'intouchable: polémiques et complicités*. Paris: Éds. Écriture, 2010.

PCF (como analisaremos no segundo capítulo), são todos exemplos que podem ilustrar melhor as diferentes formas de relação que se desenvolvem, especialmente no pós-guerra, entre intelectuais e o Partido.

A academia francesa foi um espaço essencial na circulação de ideias dos intelectuais comunistas ou simpatizantes do comunismo no contexto em questão. Escrevendo sobre a década de 1930, Isabelle Gouarné⁴⁷ observou como, em um momento onde as fronteiras entre literatura, ciência e política eram muito porosas, a criação de uma cultura intelectual preocupada em conciliar uma ciência academicamente referenciada com a tradição marxista demonstraria a complexidade do empreendimento. Para Perry Anderson, “foi a ocupação alemã de 1940-44 que inverteu todo o universo político e cultural da III República, e que, pela primeira vez, produziu as condições para a generalização do marxismo como corrente teórica em França”⁴⁸. De fato, se o marco de 1940 parece apontar para um triunfo temporário do autoritarismo, representa também o início das atividades da Resistência e, portanto, a consumação de várias possibilidades de esperança, na qual o comunismo e o materialismo histórico ganhariam posição privilegiada. A aproximação cada vez maior de acadêmicos franceses com o marxismo no decorrer do século XX poderia ser explicada também pelo progressivo abandono do idealismo alemão como forma hegemônica de compreensão filosófica. De fato, a pouca conexão que o idealismo oferecia para pensar as relações entre razão, realidade e história (ação) teria sido um importante fator para que intelectuais, agora envolvidos com problemas decorrentes das guerras, das revoluções e da violência, encarassem o problema do trabalho filosófico de forma diferenciada.

Aqui, a importância e influência do pensamento de um intelectual como Alexandre Kojève não poderia ser ignorada. Nascido na Rússia, Kojève atuou como professor da *École Pratique des Hautes Études* entre 1933 e 1939 ministrando cursos de leitura sobre Hegel e a Fenomenologia do Espírito, e atraiu profundamente o interesse de estudantes ligados aos círculos de esquerda na academia francesa do período através de sua interpretação da obra de Hegel. Entre os alunos frequentadores de seus cursos destacam-se, por exemplo, Jean-Paul Sartre, Georges Bataille, Maurice Merleau-Ponty, Jacques Lacan e Raymond Aron. Um grande número de obras apontou, no entanto, a influência direta e indireta da interpretação de

⁴⁷ GOUARNÉ, Isabelle. *L'introduction du marxisme en France. Philosoviétisme et sciences humaines (1920-1939)*. Rennes: PU Rennes, 2013.

⁴⁸ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense. s/a, p. 51

Kojève em todo âmbito da cultura acadêmica francesa do século XX⁴⁹. A interpretação de Kojève estava calcada, tal como em Marx, em uma leitura materialista da filosofia hegeliana, onde o apelo para a necessidade de superação da dialética senhor/escravo ganharia contornos claramente ligados às perspectivas do marxismo ocidental.

Nesse mesmo sentido, ao decorrer das décadas do pós-guerra a influência do marxismo na academia francesa (sobretudo, é claro, nos cursos de ciências humanas) irá se acentuar cada vez mais, a ponto de Tony Judt notar que, para os historiadores seria impossível, há muito pouco tempo atrás, a escrita de uma análise desincorporada sobre a história intelectual do marxismo francês sem um distanciamento necessário, dada as paixões que ele ainda suscitaria, do contra ao favor⁵⁰.

No campo político, entretanto, foram os anos imediatos após a Primeira Guerra que marcariam um importante aspecto do ambiente no qual os intelectuais de esquerda iriam se movimentar a partir de então. O Congresso de Tours, em 1920, assinalara um momento essencial da formação dessa nova disposição de forças no campo das esquerdas francesas. Tendo sido formada em 1905 pela união de diversos grupos socialistas que existiam desde o final do século XIX, a *Section française de l'Internationale ouvrière* (SFIO) se viu cada vez mais envolvida em conflitos de ordem política nas primeiras décadas do século XX. A unidade política da SFIO começou a se decompor a partir de discussões que giravam em torno sobre que posições a organização deveria tomar em relação à Primeira Guerra ou em relação à Revolução Russa de 1917. Um ano antes do congresso, em 1920, Léon Blum já apontava para a invariável desagregação da organização justificada pela existência de múltiplas tendências em seu seio. Blum, no entanto, ainda apostava na possibilidade de um apelo à unidade⁵¹. Não obstante, o congresso confirmara a primeira previsão de Blum e uma votação, no congresso de 1920, decide pela criação de uma seção francesa da Internacional Comunista (SFIC – logo transformada em Partido Comunista Francês) ligada à III Internacional. A cisão ocorrida era ao mesmo tempo o resultado da adesão ao projeto revolucionário soviético e a recusa de parte da herança da SFIO em razão de seu comportamento durante a Primeira Guerra. Nos anos seguintes, a SFIO permaneceria como organização atuante no campo político mas sua força

⁴⁹ Sobre isso, cf. principalmente BUTLER, Judith. *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*. New York: Columbia University Press, 1987 & JARCZYK & LABARRIERE. *De Kojève à Hegel: Cent cinquante ans de pensée hégélienne en France*. Paris: Albin Michel, 1966.

⁵⁰ JUDT, Tony. *Marxism and the French Left. Studies on Labour and Politics in France, 1830-1981*. New York: NYU Press, 2011, p. 170

⁵¹ ESTIER, Claude. *Un combat centenaire 1905-2005, Histoire des socialistes français*, Paris: Le Cherche Midi, 2005, p. 33-41.

foi substantivamente reduzida nos anos após a criação do PCF. Com cerca de 109 mil membros em 1921, a SFIO virá a contabilizar apenas 28 mil membros em 1933⁵².

O principal órgão editorial da SFIO havia sido tradicionalmente o jornal *L'Humanité*, fundado em 1904 e com alta influência no campo intelectual do país⁵³. Com a cisão de 1920, o jornal passa a ser controlado pelo PCF que, nas décadas seguintes, se constituirá como força dominante do ambiente político e intelectual de esquerda. O projeto editorial do PCF é, segundo Marie-Cecile Boujou, um excelente espelho da história do comunismo francês em seus diferentes aspectos. Se podemos considerar o PCF como força dominante do período, isso tampouco significa dizer que tal campo é homogêneo. Mantendo uma linha convergente de socialismo francês e ideologia bolchevique até meados dos anos 20, a revista torna-se, a partir de então, cada vez mais ligada às determinações soviéticas, se submetendo política e ideologicamente ao Komintern, assim como o PCF.

Os anos que se seguem à divisão da SFIO e à criação do PCF apresentam o surgimento e o fortalecimento de diferentes tradições críticas que colocam em tese a própria hegemonia do Partido. Queremos demonstrar quais eram, afinal, os espaços possíveis da crítica no ambiente do pós-Segunda Guerra, ambiente onde irá florescer a tendência crítica que investigaremos de forma mais detalhada – o grupo SB. A escolha do campo editorial e das revistas como meio privilegiado de análise – centrando-se em alguns grupos citados em sequência – teve como parâmetro a importância que irão obter nas décadas de 1950 e 1960 (os anos estabelecidos no recorte de nosso trabalho). Ao mapear, ainda que de forma geral, alguns possíveis campos de ação, consideramos que ficará mais claro a percepção acerca das circunstâncias dentro das quais a crítica de SB foi efetivada.

De certo que a memória sobre os intelectuais de esquerda franceses do século XX sempre tende a identificar diretamente Jean-Paul Sartre e a revista *Les Temps modernes* como

⁵² Cf. HURTIG, Christiane. *De la SFIO au nouveau parti socialiste*. Paris: Armand Colin, 1970.

⁵³ *L'Humanité* se constitui como principal órgão de um projeto editorial de longo alcance do PCF, que durará de 1920 até 1994 com o fechamento da última editora do Partido. Para mais Cf. COURBAN, Alexandre. *L'Humanité (Avril 1904 – août 1939). Histoire Socialie, Politique et Culturelle d'un Journal du Mouvement Ouvrier Français*. Tese de Doutorado em História, Université de Bourgogne, 2005 & BOUJOU, Marie-Cecile. O Livro na Política: As editoras do Partido Comunista Francês. In: *Edição e Revolução: Leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia: Ateliê Editora, 2013.

maiores representantes de tal tradição. E isso não por acaso; Peter Deli⁵⁴ mostra que, em fins dos anos 1950, *Les Temps modernes* apresentava uma tiragem de 10 mil cópias (para efeitos de comparação, a tiragem da revista *Socialisme ou Barbarie* nunca ultrapassará 4 mil cópias durante os 20 anos de sua publicação) e uma ampla circulação no meio universitário e político francês da época⁵⁵, quando comparada a outras revistas (e exceção aqui, como veremos, parecer ser a revista *Esprit*). Para Perry Anderson, durante as décadas do pós-guerra, *Les Temps modernes* tornou-se "a revista teórica mais influente do país"⁵⁶.

Apenas 2 meses após os bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki e a posterior rendição japonesa, surge o primeiro número da revista *Les Temps modernes*. O comitê editorial do primeiro número era formado por Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Simone de Beauvoir, Raymond Aron, Michel Leiris, Albert Ollivier e Jean Paulhan. A apresentação de Sartre no primeiro número procurou definir os objetivos da revista enquanto a formação de um núcleo intelectual capaz de contribuir para formar e informar a opinião pública e intervir politicamente (ainda que fora dos partidos políticos) para oferecer possibilidades de transformações na sociedade. A experiência da ocupação nazista e da colaboração de alguns intelectuais com o regime de Vichy levantava questionamentos acerca da responsabilidade política e moral do escritor na sociedade. O engajamento proposto seria uma forma de produzir aquilo que os partidos não haviam conseguido⁵⁷: uma ação no mundo menos engessada pelo papel da institucionalidade político-partidária, tal como observamos através da interpretação de Merleau-Ponty sobre o papel da revista em seus anos iniciais.

O espectro do marxismo vai ser a presença mais forte na revista nas décadas imediatas do pós-guerra. A revista dirigida por Sartre tentará aproximar o existencialismo (a proposta de uma filosofia da ação no mundo contra o primado do espiritual), com a herança crítica de Marx. Para Cristina Diniz Mendonça

Se o momento histórico era então vivido como um momento de ruptura radical, se a revolução (...) parecia estar nas "coisas", não era mais possível, para uma filosofia que se propunha "concreta", ignorar a teoria da revolução. A "irresistível atração" exercida pela "classe ascendente" sobre os intelectuais saídos da Resistência destroçava as ideias dominantes e fazia do

⁵⁴ DELI, Peter. *De Budapest à Prague: les sursauts de la gauche française*. Paris: Anthropos, 1981, p. 78-79.

⁵⁵ Acerca da influência de *Les Temps modernes* na cultura francesa, cf. BOSCHETTI, Anne. *Sartre et "Les Temps Modernes": Une entreprise intellectuelle*. Paris: Editions de Minuit, 1985.

⁵⁶ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense. s/a, p. 52.

⁵⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Les Aventures de la Dialectic*. Paris: Gallimard, 1955, p. 277.

marxismo a "filosofia tornada mundo". Descartada a perspectiva de uma "filosofia pura" (filosofia em sua acepção mais tradicional), recusada toda filosofia que não seja crítica do tempo presente, isto é, que não seja práxis, os "existencialistas", abrigando-se à sombra do marxismo, buscam uma arma teórica e política que lhes permita "lutar ao lado da classe operária"⁵⁸

O encontro do marxismo com o existencialismo acaba por engendrar uma necessidade de se portar no mundo enquanto intelectual. No número 2 da revista, Merleau-Ponty ressaltaria esse aspecto assinalando que existencialismo e marxismo seriam a representação "das duas metades da posteridade hegeliana"⁵⁹. A questão da responsabilidade do escritor ganhará corpo. Para Sartre, não se tratava mais de exigir dos escritores que, para além de sua obra, escrevessem também artigos ou assinassem petições, mas que toda literatura deveria necessariamente engajar uma causa. Dessa forma, ao lado de uma função clássica de socialização do conhecimento por parte dos intelectuais investidos de legitimidade política, observa-se também a função ideológica que tem por finalidade explicar a sociedade e fornecer outras possibilidades de mundo ao fundar um discurso de verdade⁵⁹.

Ao decorrer dos anos 50, o ânimo com a perspectiva revolucionária do marxismo começa a dar lugar a diversos conflitos na revista. No momento em que Sartre se aproxima mais da teoria revolucionária, Merleau-Ponty está em contínuo afastamento da mesma. Os debates dados entre Sartre e Merleau-Ponty podem auxiliar na ilustração dos possíveis códigos em disputa sobre a ideia do papel do intelectual na revista *Les Temps modernes*. Tal debate se dá em 1953 por ocasião de defesa do Partido Comunista Francês por Sartre, até então um crítico do Partido.

Em 1953, o PCF havia clamado apoio dos trabalhadores em duas ocasiões distintas (contra a Guerra da Coreia e contra a prisão do secretário-geral do partido, Jacques Duclos, nas manifestações grevistas de abril de 1952). Sartre escreve um artigo contra a fraca resposta operária ao chamado do partido. Ele conclui, através de uma clássica citação do Manifesto Comunista, que a classe operária só poderia existir enquanto expressão do Partido Comunista, que sem esse tal classe seria apenas uma expressão vazia de influência, enquanto *massa passiva e alienada*. Sartre acreditava que o Partido Comunista era a representação necessária e exata da classe operária, o Partido seria aquilo sem o que não haveria unidade de classe; a mediação constitutiva das massas. A representação da classe pelo Partido deveria ser

⁵⁸ MENDONÇA, Cristina. "*Les Temps modernes*": Um projeto iluminista no pós-guerra francês. In: *Novos Estudos*, n. 20, 1998, p. 142.

⁵⁹ RODRIGUES, H. *Texte, action, histoire: réflexions sur le phénomène de l'engagement*. Paris, L'Harmattan, 1955, p. 20.

monolítica, ou seja, o organismo da ligação deveria ser o ato puro, se ele implicasse o menor germe de divisão não haveria a unificação do aparelho partidário e representacional.

Merleau-Ponty, reagindo à posição de Sartre, assinala que tal assertiva denotaria uma interpretação equivocada de Marx, onde substitui-se a organização dos trabalhadores pelo “interesse do partido”. Para Merleau-Ponty, tal identificação realizada por Sartre esqueceria a longa trajetória dos movimentos operários enquanto política autônoma e auto-representável, e não enquanto fruto de uma burocracia partidária. Seria equivocado compreender e identificar diretamente, quase que sem mediação, o interesse de classe com o interesse de partido. Para ele seria preciso, tal como Marx, compreender uma práxis tecida entre a subjetividade dos trabalhadores e as determinações materiais e históricas do partido⁶⁰.

A concepção de engajamento está intrínseca a posição de cada um e, de alguma forma, cremos que as duas posições demonstram de modo geral o que se percebe como a função do intelectual no projeto da revista *Les Temps modernes*, de forma que a discussão ganhará importância para pensar projetos distintos de atuação intelectual e crítica política ao longo da década de 1950.

Enquanto na concepção sartreana o entendimento da função intelectual subsiste na ideia de escritor que opina e intervém em todo acontecimento relevante, como um estado de vigília permanente; para Merleau-Ponty, essa função deve ser recusada. Ao escrever minuciosamente sobre cada acontecimento o escritor induziria o público leitor a aceitar fatos isolados que o impediriam de observar a realidade de forma mais abrangente, ou induziria a rechaçar tais fatos isolados, sem percebê-los de uma maneira ampla. Para Merleau-Ponty essa vigília que só informa peca em não analisar e não refletir sobre aquilo do que se fala “de tal modo que se fosse dado ao leitor, um dia, reunir o conjunto de manifestos e pequenos artigos diários ou mensais de um intelectual engajado (...) perceberia a incoerência, a leviandade, a irresponsabilidade daquele que escreve”⁶¹.

Por outro lado, observamos que a crítica de Merleau-Ponty ressalta um ponto importante da concepção sartreana de engajamento pois aponta que o bolchevismo de Sartre garantiria a esse um futuro fixo que regularia de modo clandestino o curso dos acontecimentos. Se o sentido da história estava dado a priori, todo e qualquer acontecimento

⁶⁰ As posições de Sartre e Merleau-Ponty podem ser consultadas em: SARTRE, J.P. *The communists and the peace*. New York: George Braziller, 1968 & MERLEAU-PONTY, M. Propos. In: *Signes*. Paris: Gallimard, 1960.

⁶¹ CHAUI, Marilene. *Intelectual Engajado: uma figura em extinção*. In: NOVAES, Adauto (org). O silêncio dos intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 23.

seria medido pela sua eficácia ou ineficácia para o sentido histórico, dessa forma os acontecimentos eram tidos como epifanias de um sistema maior, sobre o qual o intelectual saberia secretamente, e por isso opinaria politicamente. Espectador absoluto, o intelectual presumiria a detenção de um “espírito absoluto da História”.

O que tal polêmica demonstra são diferentes tipos de interpretações sobre o papel do intelectual e os questionamentos sobre como agir no mundo. A revista *Les Temps modernes* continuará sendo importante de veículo de comunicação para intelectuais de esquerda nos anos 50 e 60 e, como veremos no capítulo subsequente, Claude Lefort irá ser um colaborador ativo da revista até 1956, quando seu conflito com Sartre torna-se insustentável.

Outro importante núcleo intelectual do período se deu me torno da revista *Esprit*, criada em 1932, que irá agregar uma parte das discussões intelectuais de esquerda não-submetidas às determinações do Partido nas décadas seguintes. Nota-se que, apesar de possuir menos “capital intelectual” que *Les Temps modernes* (autores menos conhecidos no período), *Esprit* alcançou tanto ou mais público que aquela. Contra as 10 mil cópias de cada número de *Les Temps modernes* no final dos anos 40, *Esprit* alcançava 12 mil cópias de tiragem no mesmo período, chegando a alcançar 15 mil na década de 60⁶². Capitaneada por Emmanuel Mounier, a revista *Esprit* surgia como expressão de um contexto histórico de crise na sociedade francesa, uma crise que, segundo Mounier, ultrapassara as determinações materiais, e atingiam o próprio espírito da sociedade. Georges Izard, criador da revista junto com Mounier, testemunhava a necessidade da revista como fruto de uma desilusão com o espírito do tempo

Em Paris, em 1930, André Delage, Louis Emile Galey e eu temos a crescente impressão de sufocamento. O intelectualismo, a literatura que passa para cima dos problemas, dominam as classes sociais elevadas graças à "Nouvelle Revue Française". Pelo resto nós nos sentimos sufocados entre o materialismo de direita, com "Reaction" e a "Revue Française", e da esquerda com "Europe" e "Monde". Nós sentimos a necessidade imperativa de afirmar o primado do espiritual.⁶³

A insatisfação que movimentava a exigência de criação de *Esprit* surgia, então, não só pela descrença na capacidade da intelectualidade de direita em oferecer uma orientação positiva quanto aos problemas da sociedade francesa, mas também pela incapacidade do meio intelectual de esquerda. A circular inicial que acompanhava o primeiro número da revista

⁶² DELI, Peter. *Ibid.* 1981.

⁶³ IZARD, Georges. *Emmanuel Mounier*. In: Journal L'Express, 24/3/1960.

ressaltava a posição da revista e de seus autores como livres de qualquer partido social, político e literário e que não tinha, ela mesma, nenhuma intenção de ditar doutrinas⁶⁴. Por sua vez, a posição dos criadores era de manter uma distância necessária tanto à ideologia do capitalismo industrializado, quanto ao marxismo, descrito como “filho rebelde do capitalismo do qual recebeu a fé na matéria”⁶⁵. A percepção era de que a ideologia do marxismo acabava por reproduzir a fé inabalável dos capitalistas no progresso materialista, reificando a natureza do maquinário capitalista que, segundo Mounier, reduzia a humanidade a sua função de reprodutibilidade industrial.

Depois de interdita a publicação pelo regime de Vichy a partir de 1940 e da prisão de Mounier em 1942, a revista só voltará às atividades em dezembro de 1944 com a publicação de uma *Collection Esprit* pela *Éditions du Seuil*. Após uma breve aproximação do grupo com o PCF nos anos imediatos ao pós-guerra, sob a influência de Jean Lacroix, a década de 50 assistirá um maior distanciamento dos colaboradores da revista com o comunismo. Sob a direção de Albert Béguin até 1957 e depois de Jean-Marie Domenach, *Esprit* se engajou na criação de uma “nova esquerda” e na modernização intelectual fora do espectro maquiavélico do cenário intelectual francês de tais anos, através das recorrentes contribuições de Michel Croizier, Alain Touraine, Paul Ricoeur, e tantos outros⁶⁶. A revista se engajou ainda na luta anticolonial a partir dos anos de luta da guerra da Argélia, mas (ao contrário do radicalismo dos intelectuais comunistas) defendeu a possibilidade de uma negociação diplomática pelo fim da guerra e pelo combate à tortura⁶⁷. Interessante notar ainda que, segundo Jacques Julliard e Michel Winock, a partir de 1970 a revista irá se engajar cada vez mais nas denúncias do totalitarismo, e o fundo teórico de tais denúncias irão surgir “graças às contribuições dos ex-líderes da revista *Socialisme ou Barbarie* (Cornelius Castoriadis e Claude Lefort)”⁶⁸.

O exemplo de *Esprit* serve para mostrar como o cenário intelectual da esquerda francesa não pode ser compreendido através de uma análise que leva em conta somente os

⁶⁴ A "Premier circulaire sur la revue projetée", apareceu pela primeira vez no dia 8/7/1931. O texto integral se encontra no nº 57 do Bulletin des Amis d'Emmanuel Mounier, Paris, pp. 9-10.

⁶⁵ MOUNIER, E. *Ouvres Complètes IV*. Ed. Seuil: Paris, 1963.

⁶⁶ Cf. WINOCK, Michel & JULLIARD, Jacques. *Dictionnaire des Intellectuel Français*. Paris: Éditions Seuil, 2009, p. 531-533.

⁶⁷ Para uma análise detalhada do posicionamento de *Esprit* em relação à guerra franco-argelina, cf. RODRIGUES, Helenice. *Texte, Action et Histoire: Réflexions sur le phénomène de l'engagement*. Paris: L'Harmattan, 1995.

⁶⁸ WINOCK & JULLIARD. *Ibid.* p. 532.

nomes e as tradições mais conhecidas a posteriori, é necessário retomar historicamente os sentidos em disputa no próprio contexto através da consideração da complexidade de espaços possíveis para o exercício da crítica.

No campo dos círculos intelectuais financiados pelo PCF, para além do já citado *L'Humanité*, observamos a importância das publicações *Les Lettres françaises* e *La Nouvelle Critique*. Enquanto a primeira denotaria os primeiros encontros do PCF com o movimento literário de vanguarda, o estruturalismo e a universidade antes de 1968, a *Nouvelle Critique* se apresentava como o órgão da ortodoxia comunista em relação às questões de estética e cultura⁶⁹.

Um grande número de outros veículos formam esse ambiente de comunicação e crítica na esquerda francesa do pós-guerra⁷⁰. Nosso objetivo, no entanto, não é produzir uma análise detalhada de cada um desses veículos mas, na medida do possível, caracterizar a pluralidade desse contexto que não pode ser analisado meramente sob o espectro dos intelectuais ligados ao partido ou à universidade. Tal universo é mais complexo, e o exemplo de *Esprit* e *Les Temps modernes*, bem como do mercado editorial em torno do PCF, nos auxiliam na demonstração de diferentes possibilidades críticas no contexto em questão. No decorrer do presente trabalho tal complexidade ficará mais latente ao observar os diferentes cruzamentos, colaborações, diálogos e disputas em que os integrantes do grupo Socialismo ou Barbárie se veem colocados, nos debates com outros intelectuais, nos confrontos com o PCF ou com outras revistas e grupos.

Intelectuais e comunismos: sobre um campo difuso.

Socialismo ou Barbárie demonstrou uma constante preocupação em resgatar sentidos originais de termos que, em sua visão, estariam sendo deturpados pelo institucionalismo do marxismo ortodoxo e do comunismo oficial (ou seja, o comunismo ligado às determinações soviéticas). Logo no editorial inaugural de sua revista, em 1949, o grupo demonstrava a necessidade de estabelecer o problema dos significados em vistas de constituir uma orientação positiva em torno de termos como socialismo ou marxismo estavam sendo utilizados no contexto em que escreviam.

⁶⁹ DOSSE, F. *A história do estruturalismo – O campo do signo, 1945/1966*. São Paulo: EDUSC, 2007, p. 366.

⁷⁰ Para uma análise acerca da pluralidade do ambiente intelectual do período cf. LOTTMAN, Herbert. *A Rive Gauche: escritores, artistas e políticos em Paris 1934-1953*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

Nunca houve tanta referência sobre o "marxismo", sobre o "socialismo", sobre a classe trabalhadora, sobre uma nova era histórica. E nunca o verdadeiro marxismo tem sido tão distorcido, o socialismo tão abusado, e classe trabalhadora tão frequentemente traída por aqueles que afirmam representá-la.⁷¹

Por conseguinte, outra proposição a ser feita em um trabalho que se dedique a reconstruir historicamente os sentidos de uma luta política e a manifestação de seus autores dentro do universo dos intelectuais de esquerda é a própria revogação do constante erro em reduzir tais termos a uma única propriedade fundamental (a *utopia* socialista, o *Estado* comunista, a *religião secular*, etc.). Tal reivindicação de unicidade esgota a possibilidade de compreensão elaborada de todos os sentidos em jogo que se experimentaram historicamente enquanto socialismo, comunismo, marxismo. Nesse mesmo registro observamos a decisão, de um certo número de autores, em se referir ao comunismo no plural, em vez de referir-se no singular⁷². São, portanto, *socialismos* e *comunismos* diversos que estão em jogo na história do século XX, às vezes unificados em nome de um projeto, outras vezes possibilitando quebras e reconfigurações constantes.

É preciso cuidado também no momento da compreensão sobre as relações estabelecidas entre intelectuais, partidos e instituições no caso francês. Isso porque as análises mais clássicas sobre as relações entre intelectuais comunistas e partido partiram do mundo soviético enquanto modelo de análise. A diferença entre os países é, no entanto, significativa. Como aponta Frédérique Matonti⁷³, as relações entre um partido comunista e os intelectuais que circulam em torno dele parecem diferir de modo substantivo em países de partido único (como no caso da URSS) e em países com instituições partidárias plurais. A figura do intelectual é, portanto, demasiadamente variada dependendo do contexto, da cultura, do ambiente do qual o pesquisador debruça seu olhar. Um trabalho histórico preocupado em reconstruir os sentidos das lutas políticas e intelectuais de um certo número de personagens deve tornar possível o esclarecimento das possibilidades e espaços de ação do ambiente do qual se observa. Nesse sentido, o caso francês apresenta características singulares.

Nos termos que importam à perspectiva de nossa pesquisa, vale pensar na constituição da centralidade da ideia de *transformação política*, como elemento central da

⁷¹ Socialisme ou Barbarie, n. 1, 1949, p. 7.

⁷² Cf. DREYFUS, GROppo, et al. *Le siècle des communismes*, Paris: Point-Histoire, 2000.

⁷³ MATONTI, Frédérique. Les intellectuels et le Parti: les cas français. In: *Le siècle des communismes*, Paris: Point-Histoire, 2000, p. 603.

cultura política de esquerda na França. Diversos autores notam que, ao contrário da maioria dos países, a ideia de socialismo provém, na França, não da emergência do movimento operário moderno, mas nos eventos revolucionários de 1789. A lembrança da Revolução Francesa transformou-se, então, em um legado legitimamente francês⁷⁴.

O mito da Revolução inacabada forjou o imaginário político do intelectual de esquerda, sobretudo a partir da colocação em prática da doutrina do engajamento. As mudanças políticas abriam perspectivas para prováveis “revoluções”, entendidas como possibilidades de operar transformações radicais. O movimento de Liberação em 1944, por exemplo, foi percebido como uma etapa revolucionária em via de uma concretização. “Da Resistência à Revolução” - tal era a palavra de ordem proferida, nesse momento, pela esquerda intelectual.⁷⁵

Seria possível ainda imaginar uma história na qual, após o Caso Dreyfus, o neologismo “intelectual” desaparecesse da língua francesa. O que aconteceu foi exatamente o oposto; a palavra foi amplamente inserida na linguagem da nação de modo que estimulou um certo tipo de ação agora embasado em torno de uma palavra que se torna cada vez mais categoria social e conceito explicativo⁷⁶. Continuando a designar um grupo político, o substantivo intelectual qualifica sobretudo uma atitude e uma maneira de se posicionar no mundo. A representação do intelectual não permanece intocada, pelo contrário, é sempre rearticulada em torno das mutações históricas e sociais de uma cultura. O próprio espaço de ação dos intelectuais é, a cada vez, modificada em decorrência das inflexões sociais e contextuais.

Na França, as eleições de 1945 eclipsaram os partidos da direita. A estratégia de De Gaulle consistia em possibilitar o fortalecimento do governo através das três forças institucionais mais significativas saídas da Resistência. Assim, o PCF tornaria-se uma das

⁷⁴ Por um lado, representou um legado porque mostrava a necessidade de inscrever a igualdade, como garantia, na criação política. Mas, por outro lado, representou também uma tradição da qual era preciso superar. Visto que os acontecimentos de 1789 terminaram em tragédia, era preciso projetar novas experiências ao modelo precedente.

⁷⁵ RODRIGUES, H. *Ibid.*, 2002, p. 82.

⁷⁶ Já em 1927, Julien Benda criticava a tarefa pública conferida aos intelectuais franceses e europeus. Objetivando um gesto de pedagogia política, Benda é extremamente crítico em relação a submissão moral dos intelectuais a ideias e paixões políticas. Para ele, qualquer outra função que mobilizasse a escrita dos intelectuais, que não fossem o compromisso com a defesa da justiça e a ideia de verdade, deveria ser tratada como traição. A busca desincorporada da verdade e da justiça remete então a impossibilidade de defesa de particularismos de qualquer tipo (seja de raça, de nação, ou de classe). Logo, então, Benda não poderia aceitar que supostos intelectuais abnegassem os princípios morais universais em detrimento de paixões políticas. Quase que como contrariando as teses de Benda, foi justamente isso que se tornou paradigma dominante da forma intelectual ao longo do século XX francês.

principais forças políticas dos anos pós-Liberação, contabilizando mais de cinco milhões de eleitores nos anos seguintes. O *Mouvement Républicain Populaire* (MRP) aparecia como outra força expressiva no campo democrático. Nas eleições legislativas de 1945, por exemplo, o PCF é o partido mais bem votado, conseguindo 148 assentos na Assembléia Nacional, seguido pelo MRP (141 assentos) e a SFIO (134 assentos). Nas eleições do ano seguinte, o MRP ocuparia o lugar do PCF, conseguindo 166 assentos. Se o campo político no imediato pós-guerra se reestrutura de forma a eclipsar os partidos de direita, o mesmo pode ser observado no campo intelectual. Como nota Helenice Rodrigues após as décadas que presenciaram duas guerras mundiais o campo intelectual do pós-guerra francês se reestrutura à esquerda no interior do qual os intelectuais, comunistas e/ou simpatizantes da URSS passam a ocupar uma posição dominante⁷⁷. A posição dominante desses intelectuais não significa, em todo caso, uma hegemonia irrestrita. O caso do grupo SB mostra, por exemplo, que os espaços de atuação dos grupos trotskistas eram cada vez mais limitados, sob circunstâncias que observaremos melhor no próximo capítulo. Isso ajuda a reforçar a hipótese de um campo difuso, impossível de ser condensado em termos de unidade. Dos comunistas ligados ao PCF, aos trotskistas do *Parti communiste internationaliste* (do qual emergirá SB), aos intelectuais socialistas independentes etc., a gama de atuação e as formas de socialização são substantivamente distintas.

Na política interna, a França assistia a uma campanha de nacionalização de bancos e serviços, novas leis de imprensa, a adoção de uma política mais dirigista e estatizada pareciam constituir sinais evidentes de rupturas estruturais com os regimes anteriores. Na realidade, por outro lado, as coisas revelaram-se muito mais complicadas. Poucos anos depois da Liberação, era comum no campo semântico das revistas de esquerda, o uso do conceito de “revolução traída”. A reconstrução econômica do pós-guerra impôs a necessidade de aumento do ritmo da produção industrial, e a necessidade do Estado em elevar a taxa de lucro não era consonante com as ideias de superação da luta de classes. Os sonhos de uma França que, saída da Resistência, estaria completamente unida e purificada das oligarquias financeiras, da corrupção, da dominação da imprensa, não se tornaram realidade. De fato, os anos 50 assistirão a uma progressiva derrocada do PCF e da SFIO⁷⁸. Em tal contexto, seria preciso

⁷⁷ RODRIGUES, H. *O intelectual no campo cultural francês: Do 'Caso Dreyfus' aos tempos atuais*. In: *Varia História*, v. 21, n. 34, Belo Horizonte, 2005, p. 402.

⁷⁸ Apenas para dar um exemplo, nas eleições legislativas de 1958, o partido gaullista (UNR) conseguiu 196 assentos, enquanto o PCF conseguiu apenas 10. Requeria-se 360 mil votos para eleger um deputado do PCF, e apenas 20 mil para eleger um gaullista. Cf. LACOUTURE, Jean. *De Gaulle: The Ruler, 1945–1970*. London

reafirmar a missão dos intelectuais de esquerda em auxiliar as transformações sociais que esses intencionavam. De novo, o engajamento torna-se a ferramenta que permitirá essas tentativas de interferência política na história e, aqui, tal necessidade não parece delimitar “tipos” de comunismo: a ideia de engajamento parece atingir a totalidade dos intelectuais de esquerda do período. Aquilo que será objeto de polêmicas é o próprio sentido de tal ideia.

Reduzida a isso, o engajamento poderia ser visto de forma nostálgica e romântica pelo leitor contemporâneo. O que cabe ressaltar, no entanto, são os próprios limites dessa forma de posicionamento e suas contradições internas. De fato, os esforços moralizantes em torno das reflexões sobre o papel do intelectual no pós-guerra não foram, necessariamente, acompanhados de uma moralidade pública. Talvez porque erigida sobre a mitologia construída em torno dos eventos revolucionários de 1789, ou intimidada pelo prestígio de Stálin e de sua influência geopolítica, ou influenciada pelas pretensões teóricas do marxismo; o fato é que uma parte considerável dos intelectuais franceses no pós-guerra fecharam seus olhos para realidade autoritária do comunismo soviético – posição que só vai se transformar de fato nos anos 70 com a publicação, em Paris, do livro-denúncia de Alexander Solzhenitsyn “O Arquipélago Gulág”, ainda que Solzhenitsyn não tenha sido o primeiro a descrever o fenômeno dos campos de concentração na URSS⁷⁹.

Alguns pesquisadores procuraram compreender as bases políticas e ideológicas do que Thomas Pavel chamou de uma “recusa de ouvir” por parte de tais intelectuais. Para Tony Judt, o duplo padrão de moralidade dos intelectuais de esquerda atestaria a falha da perspectiva, comum aos intelectuais de esquerda, que definiria o campo de atuação do escritor entre a escolha de uma posição pública que fosse apologista dos governantes, ou uma posição de conselheiro do povo. Para Judt⁸⁰, uma análise retrospectiva da posição dos intelectuais comprovaria o fato de que essas duas funções cessaram de existir, no século XX, de maneira independente uma da outra; de fato, mesmo para um intelectual como Sartre, que acreditava cumprir apenas um desses papéis, acabava por cumprir os dois (a função de conselheiro do povo era adjacente à função da defesa do governo soviético).

1992, p. 221.

⁷⁹ No capítulo 3 analiso de forma mais elaborada a existência de tais denúncias mesmo no imediato pós-guerra, e o comportamento dos intelectuais comunistas em relação a elas.

⁸⁰ JUDT, T. *Ibid.* 2007, p. 430

Em uma visão dissonante, Michael Christofferson⁸¹ defende que de algum modo a análise de Judt reduziria a complexidade das esquerdas aos nomes mais conhecidos de sua expressão, como Sartre e Merleau-Ponty. Para Christofferson, uma leitura mais atenta de tal complexidade permitiria a observação do exato contrário na história das esquerdas franceses do último século: um pioneirismo crítico em relação ao autoritarismo comunista praticado no Leste que vai formar as bases do movimento de 1968 e do posterior “momento antiautoritário” dos anos 70⁸². Situando o fenômeno do antiautoritarismo em uma perspectiva histórica, Christofferson procura desnaturalizar o uso do conceito de “totalitarismo”, compreendendo os modos de seu uso para além do fenômeno nazifascista, e sua aplicação em relação ao próprio modelo soviético. A comparação realizada por Christofferson entre os casos dos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Itália e França demonstra que a chave para a compreensão dos diversos modos de atuação intelectual descansa nas relações entre determinantes externos e internos. Com isso o autor quer dizer que, para além das determinações políticas objetivas do contexto nacional francês, é o modo próprio de recepção das circunstâncias externas que possibilitariam diferentes modos de se portar enquanto intelectual. Dessa forma, o progressivo desencanto dos intelectuais com o PCF durante a década de 50 poderia ser explicado pela recusa de alguns intelectuais em corroborar as visões do Partido no que se referia a diversos fatores: as constantes negações dos campos soviéticos; a repercussão do discurso de Krushev sobre os crimes de Stálin em 1956; o seu apoio à repressão soviética na Hungria, também em 1956; a abdicação de posicionamento em relação à guerra da Argélia, etc.

Cada uma dessas interpretações sobre o posicionamento dos intelectuais na França do pós-guerra demonstram que a função estava longe de ser sólida e livre de dissonâncias. Como tentaremos demonstrar na sequência do presente trabalho, as inclinações políticas de SB atestaram a necessidade de uma crítica intelectual que não se confundisse com uma representação total dos trabalhadores, ou seja, levantava-se a necessidade de constituição de uma crítica que abrisse espaço para que a subjetividade da classe operária fosse compreendida enquanto fenômeno mais importante da luta política, onde o sentimento experimentado no cotidiano das fábricas deveria ter mais importância que as análises teóricas minuciosas sobre

⁸¹ CHRISTOFFERSON, Michael Scott. *French intellectuals against the Left. The antitotalitarian moment of the 1970s*. Nova York: Berghahn Books, 2004.

⁸² Christofferson cita, como exemplo de tal esquerda antiautoritária nos anos 50: o grupo e a revista *Socialisme ou Barbarie*, a revista *France Observateur*, a revista *L'Express*, a revista *Esprit*.

o que significa estar subjugado a um patrão e a uma sociedade burguesa. Como lembrava o próprio Castoriadis, ao se recordar da função intelectual no período:

Os "intelectuais de esquerda" têm tratado, já há muito tempo, de evitar o verdadeiro problema político. Têm buscado constantemente em algum lugar uma "entidade real" que desempenhasse o papel de salvadora da humanidade, de redentora da História. Acreditaram encontrá-la primeiro em um proletariado idealizado, e depois no Partido Comunista, que seria seu "representante"⁸³.

Claude Lefort, alguns anos mais tarde, pronunciava-se de modo combativo contra as opiniões e crenças difundidas pelos comentaristas e intelectuais de esquerda no período. Cabe notar o curioso fato de que seus textos publicados em 1948 em *Les Temps modernes* e na revista *Socialisme ou Barbarie* (período em que compartilhava sua presença nas duas revistas) citavam dois intelectuais como aqueles aos quais era preciso elaborar uma crítica: Sartre e Merleau-Ponty.

Para Lefort, mesmo seu mestre Merleau-Ponty, intelectual crítico em relação à URSS, calcava-se em uma leitura muito positiva das forças produtivas e da dinâmica revolucionária dos soviéticos. Citando Victor Kravchenko, Lefort defenderia que, sob a perspectiva das classes, a URSS seria uma sociedade exploradora e burocrática. Contra Sartre e os “intelectuais ditos progressistas”, Lefort argumenta que não só a URSS não era um estado dos trabalhadores, mas existia como propósito de explorar esses mesmos trabalhadores⁸⁴.

Apesar da existência de uma hegemonia pública do intelectual de tipo sartreano no período (que surge como representante dos trabalhadores, ou que exerce sua função em torno de uma escolha dualista entre o socialismo soviético e o capitalismo ocidental), se faz interessante observar como, já nos primeiros anos da revista *Socialisme ou Barbarie*, existia uma clara tentativa de repensar o papel do intelectual e problematizar sua função na medida em que a imagem do intelectual comunista apresentava-se, cada vez mais sob a figura de Sartre, como um defensor cego das posições do PCF e, portanto, da própria URSS. A figura de um intelectual dependente e defensor de posições oficiais e institucionais não poderia ser mais incoerente para os membros do grupo Socialismo ou Barbárie. O intelectual que antes se caracterizava como aquele que falava hipoteticamente “de fora do poder”, agora falava em

⁸³ CASTORIADIS, Cornelius. *El intelectual como ciudadano*, 1979, p. 84. Disponível em: <<http://www.elviejotopo.com/web/archivorevista.php?arch=689.pdf>>. Acesso em 9 de agosto, 2014.

⁸⁴ Cf. LEFORT, Claude. “*Kravchenko et le problème de l'URSS*”, *Les Temps modernes*, n. 29, fev. 1948. LEFORT, C. “*Le marxisme et Sartre*”, *Les Temps modernes*, n. 89, abr. 1953. LEFORT, C. *La méthode des intellectuels dits “progressistes”*, *Socialisme ou Barbarie*, n. 23, jan-fev 1958.

nome do poder. Contra os vícios de uma concepção de intelectual demasiadamente oficial e institucionalizada, foi se construindo ao longo dos 20 anos de duração do grupo SB, estratégias que pudessem superar os limites de tal atividade. Já no primeiro número da revista, o editorial de lançamento apontava para o problema da redução operada tanto pelas instituições oficiais da esquerda (o PCF, a administração soviética, etc.) em relação à autonomia da voz dos trabalhadores. Para os autores envolvidos no editorial de inauguração da revista em 1947, discussões que deveriam ser concebidas como um momento de atividade autônoma dos trabalhadores, de autorrepresentação político-social, eram transformadas cada vez mais em “um monólogo ou uma série de monólogos dos representantes bolcheviques, e que os trabalhadores, ainda que inclinados à se opor a política do partido, não poderiam nem se organizar para exercer isso de forma eficaz”⁸⁵.

Como não ver nisso já a preparação de uma crítica que irá se aprofundar cada vez mais em relação a essa concepção de intelectual da qual Sartre parece ser o modelo hegemônico? As próprias tentativas posteriores por parte do grupo de fundar, junto a trabalhadores fabris, um jornal operário (escrito por operários, vale dizer) demonstrariam que a função clássica do intelectual como representante total das classes trabalhadoras teria que ser colocada à prova.

Em nossa visão, tal percepção tem a ver com a constante valoração em torno da ideia de experiência da classe trabalhadora. A rejeição da representação total relaciona-se com a ideia desenvolvida em SB de que nada, no conteúdo teórico e intelectual dos comunistas, poderia substituir a experiência mesma da opressão. Sobre o significado do fato de que essa rejeição à clássica função representativa dos intelectuais ofereceu um instrumento poderoso em torno de uma nova práxis em relação a consciência de classe e ao acesso teórico sobre os problemas cotidianos das classes trabalhadoras, o capítulo em sequência pretende mostrar de fato como o projeto em torno do grupo SB, tendo a revista como centro discursivo, procurou elaborar estratégias práticas em vistas de superar o paradigma do intelectual de tipo sartreano.

⁸⁵ Editorial, *Socialisme ou Barbarie*, n. 1, 1947, p. 7-46, tradução nossa.

2) CRÍTICA E CRISE

No capítulo anterior, analisamos os traços históricos e contextuais da paisagem intelectual da esquerda francesa do século XX. Nossa análise não poderia, porém, abdicar da consideração de outras expressões fundamentais para pensar na movimentação da esquerda francesa do período. Nesse sentido, em vistas de explicar o fundamento do projeto de nascimento do grupo Socialismo ou Barbárie, parece também ser necessário a consideração do ambiente político no qual o grupo se formou. Nossa interpretação aqui é de que a existência (e a percepção) de certo esgotamento da força crítica do trotskismo possibilitou a emergência da crítica do grupo SB. Após uma breve compreensão dos debates de Castoriadis e Lefort dentro do círculo trotskista francês – o Partido Comunista Internacionalista –, o presente capítulo adentra à interpretação elaborada do projeto “sóciobarbáro”.

Após uma compreensão de cunho genealógico de SB, explicitando a formulação de seu projeto crítico, o capítulo encaminha duas discussões mais pontuais em vistas de nossa hipótese, a saber, de que a compreensão do movimento intelectual do grupo passa necessariamente pela compreensão das tensões entre o marxismo como teoria revolucionária e as determinações históricas e objetivas da geopolítica global (e que, portanto, o caminho de um marxismo crítico para uma crítica do marxismo deve ser analisado tendo em vista tais tensões). Primeiramente, analisaremos as contribuições de Claude Lefort na revista *Socialisme ou Barbarie*, tentando perceber como seu projeto de uma “escrita operária” coloca em questão certos paradigmas hegemônicos do marxismo e do movimento socialista. Tentaremos argumentar, que tal projeto (aliado às interpretações de Daniel Mothé, outro membro do grupo) potencializaram a recusa de SB da subordinação da experiência cotidiana às determinações da esquerda do período, bem como a subordinação dessa mesma experiência à certas interpretações marxistas do trabalho como ferramenta de constituição individual e, ainda, como tais posições potencializaram também um afastamento mais radical de SB com as interpretações hegemônicas da função intelectual no período, representada no presente capítulo através das discussões de Lefort com Jean-Paul Sartre nas páginas da revista *Les Temps modernes*, e suas repercussões no grupo SB e nas páginas de sua revista.

Em sequência, mobilizamos uma discussão acerca das contribuições de Cornelius Castoriadis no grupo SB tendo em vista suas análises dos processos políticos e econômicos capitalismo ocidental, bem como suas formulações acerca do socialismo soviético. Tal como no caso de Lefort, nossa interpretação indicará os cruzamentos entre tais ideias com o

progressivo afastamento do grupo com o marxismo. Entendemos que tal afastamento se baseia na percepção desenvolvida pelo grupo de que a crise de tal sistema de pensamento se expressava nas relações constituídas entre a teoria marxista, o poder, e as estratégias políticas da esquerda ocidental. Dando centralidade às análises de Castoriadis e Lefort, tentaremos demonstrar também as recepções de tais ideias em torno do grupo (ressaltando seu caráter de dissenso e pluralidade) através as polêmicas provocadas por opiniões divergentes e as posteriores cisões desenvolvidas em torno de SB.

2.1 – SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “SÓCIO-BÁRBARO”

Trotsky na França e o problema da burocratização

Temos então a evolução de um sistema que cinicamente se denomina "socialista", mas onde lado a lado com a terrível pobreza das massas trabalhadoras pode-se observar a vida de luxo levada por cerca de 10 ou 15 por cento da população que compõe a burocracia exploradora. Esse é um sistema onde milhões de pessoas estão detidas em campos de concentração e trabalhos forçados, onde a política do Estado exerce terror global, onde "eleições" e outros procedimentos "democráticos" seriam considerados farsas sinistras se não fossem as trágicas expressões de terrorismo, de brutalização, e de degradação do homem sob a maior ditadura viva hoje. No mesmo momento, vimos partidos "comunistas" de todo o mundo tornarem-se, através de uma série de ziguezagues políticos, dóceis instrumentos de política externa da burocracia russa⁸⁶

Para entender contra que posições tal declaração do grupo na revista *Socialisme ou Barbarie* estava se dirigindo, cabe retomar brevemente a ambiência política que envolve tais críticas. Em 1938, Trotsky havia publicado aquilo que, de acordo com diversos autores, transformara os rumos da história do pensamento e da prática do comunismo, sendo impossível renegar a importância de seu *Programa de Transição* para o universo da esquerda a partir dos anos 40. Os pólos discursivos, dentro da luta programática da esquerda, irão, a partir dele, se posicionar de acordo com sua relação com o programa trotskista.

Os dirigentes bolcheviques sempre haviam concebido a Revolução Russa como primeira parte de um projeto internacionalista, da revolução europeia e dos países desenvolvidos, como apostara Marx. A questão colocada após a morte de Lenin, era, portanto,

⁸⁶ Editorial, *Socialisme ou Barbarie*, n. 1, 1949, p. 28.

saber de que forma a União Soviética poderia aguentar até uma eventual recuperação do movimento revolucionário europeu (em profunda crise após o fracasso de 1923 na Alemanha). As respostas, agora, divergiam. A estratégia defendida por Stalin subordinava as hipóteses de uma revolução mundial aos interesses da burocracia soviética, já que, segundo seu raciocínio, a União Soviética conseguiria sobreviver sozinha (mas não sem antes transformar a Rússia de uma nação proto-feudal em uma potência industrial, processo que não poderia acontecer sem a coletivização forçada da agricultura).

Por outro lado, a interpretação de Trotsky e da corrente chamada *Oposição de Esquerda* subordinava o futuro da União Soviética à efetivação da revolução no resto do mundo. Tais estratégias contrárias significavam modos de atuação política também diferentes face aos principais problemas internacionais. O modo como a crítica dos socialistas irá se posicionar é fruto de uma posição em relação ao problema no interior da nação soviética. Isso importa pois influenciará de modo decisivo a posição política dos comunistas também em outros países. No caso que analisaremos com mais vagar, o do grupo SB, essa centralidade da internacionalização da revolução detém uma importância fundamental na elaboração da crítica política do grupo. Todos os momentos analíticos, seja no caso argelino, húngaro ou francês, são sempre articulados teoricamente com um possível movimento revolucionário global.

O programa de Trotsky também insistia na necessidade de efetivação de uma escala móvel de trabalho, no controle operário da produção sob a forma de uma economia planificada, na expropriação dos grandes grupos capitalistas, e na estatização do sistema de crédito. Uma das contribuições mais importantes, ao menos no que diz respeito na tradição posterior entre os trotskistas, é a ênfase nas reivindicações democráticas e nacionais nos países coloniais e semi-coloniais, também de importância central ao longo do projeto de SB, como analisaremos mais a frente. No fundo, a causa primordial de toda luta trotskista (e também de grupos procedentes, como veremos) parece sempre se apoiar na tentativa de retomada e efetivação histórica do paradigma já posto nos escritos de Marx: a revolução seria obra dos próprios trabalhadores, ou então não seria. Uma nova organização internacional deveria, então, dar o devido valor central a uma tal *pedagogia da ação*, na qual para aqueles aos quais o poder fora negado, tivessem agora a possibilidade de uma instituição independente capaz de possibilitar a sua auto representação. Nasce daí a bandeira principal da IV Internacional: a luta contra o stalinismo e a burocracia (a formação de tal organização significaria, desde já, a expressão de um confronto aberto com o governo soviético e com a

Terceira Internacional, já que o apelo pela construção de um novo partido internacional implicaria um apelo para uma nova revolução na própria União Soviética). Observemos brevemente de que forma se constitui essa luta dentro dos debates do período; tal tarefa será importante na compreensão seguinte sobre como o grupo SB nasce através de uma insatisfação central com as próprias estratégias do trotskismo de travar uma batalha contra a burocratização do maquinário político e social.

No quadro das contradições emergentes da sociedade soviética, onde a “economia socialista” começava a ser disputada entre os que reiteravam a manutenção da economia como economia fechada, e aqueles que apontavam a necessidade de compreendê-la como “economia de transição”, em um contexto global de imensa catarse no ponto de vista econômico após 1929, Trotsky foi um dos primeiros a perceber os perigos inerentes na formação de uma nova classe burocrática. O sujeito central da sociedade soviética acabava por não ser mais o proletariado, pelo contrário a burocracia e a alta casta do partido apresentavam-se, então, enquanto os sujeitos centrais.

Na análise de Trotsky, em seu *A Revolução Traída* de 1937, ele ressalta que o nível superior da pirâmide social russa estava composto pela “única camada social privilegiada e dominante, no pleno sentido da palavra”; esta camada “que, sem realizar um trabalho produtivo direto, manda, administra, dirige, distribui penalidades e recompensas”⁸⁷. O reino da burocracia encontraria, no lado oposto, o silêncio e a obediência das massas trabalhadoras. Se se comporta objetivamente como “dona” da sociedade⁸⁸, se comporta subjetivamente também como a dona absoluta da sociedade, alimentando uma consciência específica de classe dirigente. Tal dominação não poderia se dar, se não por modo da opressão, e sua propriedade não pode triunfar se não por aquilo que Trotsky chama de “apropriação oculta do trabalho dos outros”. Aí se encontraria então a luta de classes (pretensamente eliminada pelo stalinismo) na União Soviética, na análise de Trotsky.

De que forma então a herança da crítica trotskista se expandiu para além da União Soviética? Diversos trabalhos tentaram reconstruir essa espécie de geografia da crítica trotskista, tentando compreender a sua articulação em diferentes espaços políticos e o modo

⁸⁷ TROTSKY, L. *A revolução traída*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1936/revbet/>> Acesso em 10 de setembro de 2014.

⁸⁸ Trotsky chega a exemplificar de modo mais objetivo: “carros conversíveis para os “ativistas”, perfumes franceses para “nossas senhoras” e margarina para os operários, armazéns de luxo para os privilegiados e a imagem das comidas finas exposta na vitrine para a plebe” In: TROTSKY, L. Idem.

como ela forneceu um importante instrumento teórico e prático de luta para diferentes grupos nacionais⁸⁹.

Na França, a Ligue Communiste de France (LCF) é fundada em 1930, apenas um ano após a expulsão de Trotsky da União Soviética. Com poucos membros, o grupo logo concluiu o nível de dificuldade de constituição de uma oposição de esquerda às forças mais tradicionais de esquerda na França do período. Dividida entre o Partido Socialista (SFIO) e o Partido Comunista Francês (PCF), satélite do governo soviético, a esquerda francesa do período assiste, como a generalidade da vida política na França, à preocupação constante da situação em que se encontrava a nação. Situação perigosa, como descreve Tony Judt, onde, a princípio, somente uma mudança poderia salvá-la.

Essa situação na França incluía, e, em parte, derivava, de suas instâncias republicanas e democráticas, e de sua ênfase nos direitos individuais, em detrimento das obrigações e dos interesses da comunidade. A partir daí decorria a facilidade da comunicação através de barreiras políticas tradicionais e, também, uma certa ambivalência diante dos desafios antidemocráticos, nacionais ou internacionais.⁹⁰

Para tal nova organização trotskista que naturalmente se opunha à política hegemônica do PCF, a situação era complicada. Com a organização de uma luta política independente fora de questão, a saída para os chamados “oposicionistas de esquerda” foi a aliança estratégica com o PCF e a organização socialista independente da União Soviética, a SFIO (*Section française de l'Internationale ouvrière*) – ambas que haviam formado juntas a chamada Frente Popular em 1936. A estratégia tática em se unir com o PCF e a SFIO estava embasada em uma diretriz que Trotsky chamara de *entrismo*. Tal estratégia política consistia na filiação voluntária de seus membros nos partidos hegemônicos de esquerda de seus respectivos países, especialmente àqueles ligados à Segunda Internacional, com o objetivo de transformar partidos tradicionalmente reformistas em organizações revolucionárias. Tal foi a tática adotada pelos novos trotskistas na França, através da decisão de se filiar a SFIO e ao PCF para defender sua linha política dentro do projeto da chamada *Front Unique*. Dessa forma a

⁸⁹ Cf. por exemplo: ALEXANDER, Robert *International Trotskyism: a documented analysis of the world movement* Durham: Duke University Press, 1991. CANNON, James. *History of American Trotskyism*. Nova Iorque: Pioneer Publishers, 1944. COGGIOLA, Osvaldo. *El trotskismo en la Argentina*. Buenos Aires: CEAL, 1985. CHARPIER, Frédéric. *Histoire de l'extrême gauche trotskiste. De 1929 à nos jours*. Paris: Editions 1, 2002.

⁹⁰ JUDT, Tony. *Passado Imperfeito: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa do pós-guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 35.

frase seguinte de Trotsky em novembro de 1934 demonstra o horizonte da estratégia: “A Frente Única da SFIO e do Partido Comunista contém em si grandes possibilidades. Se quiser ser levada a sério, ela vai se tornar amanhã a mestra da França, mas deve querer. A chave para a situação está agora na Frente Única”⁹¹.

A estratégia encontra seus limites na própria estrutura rígida dos partidos da época, uma vez que os trotskistas são expulsos da SFIO em 1935 no chamado Congresso de Mulhouse devido ao entendimento de que, uma vez inseridos nos quadros do partido, os trotskistas usariam suas estratégias para fazer avançar as rupturas estruturais em detrimento das alianças já constituídas entre os partidos de esquerda e as forças do governo.

Depois daquilo que Stéphane Just⁹² chamou de *la chasse aux trotskystes* (a caça aos trotskistas) por parte das organizações mais tradicionais da esquerda francesa, os trotskistas franceses decidem que é hora de se engajar na construção de um partido revolucionário autônomo. Pierre Naville, então membro do PCF, decide seguir as diretrizes de Trotsky na criação de tal partido. Em 1936 é criado o *Parti Ouvrier Internationaliste*⁹³ (POI) que se torna, após a fundação da IV Internacional em 1938, seu representante legítimo na França até sua dissolução e respectiva fusão com o *Parti Communiste Internationaliste* (PCI) em 1944, partido do qual fará parte a tendência política que originará o grupo Socialismo ou Barbárie.

Do ponto de vista político, a discussão sobre a natureza da burocracia soviética parecia dominar e organizar a posição dos trotskistas na época. Em 1937, no segundo congresso do POI, por exemplo, o militante Yvan Craipeau defendia que a burocracia soviética tinha se tornado uma classe à parte (posição que, pouco mais tarde, vai ser compartilhada com Cornelius Castoriadis). Para Craipeau, a natureza da burocracia soviética significava a necessidade de renunciar à defesa da União Soviética enquanto um “estado operário degenerado”. Estaria em jogo então, a necessidade de recusar à defesa da União Soviética no caso de uma guerra, já que ela mesma não poderia mais se apresentar como alternativa revolucionária viável. A isso, Trotsky responderia que a caracterização da burocracia como classe não invalidava a necessidade de defesa dos princípios históricos da União Soviética, pois

⁹¹ TROTSKY, L. *Aonde vai a França?*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1934/franca/cap02.htm>> Acesso em 18 de setembro de 2014.

⁹² JUST, Stephanie. *L'Impérialisme, stade suprême du capitalisme ou nouvelle époque historique?*. Disponível em: <https://www.marxists.org/francais/just/ddt2/sj_ddt2_1_02.htm>. Acesso em 16 de setembro de 2014.

⁹³ Aqui, vale dizer, a necessidade de criação de um novo partido para os trotskistas nasce após sua expulsão da Frente Popular de 1936, dirigida por Léon Blum.

que estava em jogo agora, segundo Trotsky, era o destino da propriedade nacionalizada e da economia planificada. Segundo Bensaïd, a posição de Trotsky estava baseada na ideia de que:

A vitória dos Estados imperialistas num tal conflito não significaria apenas o derrube da “nova classe” exploradora, mas a redução de toda a economia soviética para o nível de um capitalismo recuado e semi-colonial. Não se podia permanecer neutro perante tal desfecho, tal como perante uma guerra entre um país colonizado e uma potência colonial.⁹⁴

A posição majoritária nas organizações trotskistas será então, no contexto desse imediato pré-guerra, a defesa da URSS "não (...) naquilo em que ela se assemelha aos países capitalistas, mas naquilo em que ela ainda se distingue"⁹⁵. A manutenção da defesa da URSS segue, a partir disso, a lógica de que o derrube da burocracia brotaria como fato consequente à preservação do Estado soviético revolucionário. Por sua vez, a importância de retomar a trajetória do trotskismo na França importa aqui no sentido de oferecer não uma contextualização por si só, mas uma ambientação das posições em jogo e das escolhas e orientações possíveis e disponíveis para os personagens que irão se movimentar em torno de tal ambiente.

Como observaremos na sequência, a posição majoritária não implica a inexistência de conflitos e ideias em disputa. As percepções dos limites do pensamento de Trotsky e suas respectivas tentativas de superação aparecem, a partir do final da década de 30, como um importante centro de discussão onde conflitam-se diferentes posições sobre os mesmos problemas através de uma jovem geração de pensadores e ativistas públicos, como o caso aqui analisado pormenorizadamente, o caso do grupo Socialismo ou Barbárie.

Uma minoria dentro da minoria: criação de uma tendência crítica no seio do trotskismo francês

Se o I Congresso da Quarta Internacional, ocorrido em 1938, era a representação institucional do Programa de Transição, de Trotsky, e apresentava um horizonte de possibilidades com a difusão cada vez maior do trotskismo para além do mundo europeu, o início da Segunda Guerra representou, para a Quarta Internacional (doravante QI), um duro golpe. Além do já citado assassinato de Trotsky em 1940, diversas seções da QI foram destruídas na Europa pelos nazistas e na Ásia pelo Império Japonês. Aqueles que

⁹⁴ BENSAÏD, D. Ibid, p. 56.

⁹⁵ Idem, p. 59.

sobreviveram foram afastados pela própria geografia da guerra e os quadros da QI só conseguiriam se reerguer no final da guerra com a chamada Conferência Europeia da QI, realizada em 1944, que permitiu um espaço para a troca de ideias entre militantes de diferentes nações (o brasileiro Mário Pedrosa representava, desde o Congresso de Fundação da Quarta Internacional, diversos partidos operários da América Latina).

Quando o jovem Cornelius Castoriadis chegou à França, no final de 1945, o PCI estava preparando o II Congresso da Quarta Internacional, que tinha como principal item da pauta a questão da URSS e do stalinismo. O encontro com Claude Lefort é descrito, em diversos lugares, como o momento onde o encontro de ideias semelhantes possibilitou a formação de algo maior que uma subjetividade individual para a expressão política. Assim, Castoriadis⁹⁶ aponta que, participando das discussões preparatórias para o II Congresso da IV Internacional em 1946, conheceu Claude Lefort, “que por sua vez sentia um desconforto crescente ante a linha oficial do PCI. Constatamos rapidamente que nossas opiniões eram parecidas e constituímos com alguns camaradas uma tendência dentro do PCI”. No depoimento de Claude Lefort, a questão da importância do encontro também fica evidente.

Castoriadis e eu, nos havíamos encontrado no início da criação do partido trotskista na França, logo depois da Libertação. Castoriadis chegava da Grécia, e chegava já armado com uma teoria do capitalismo de Estado. Ele julgava que a URSS representava este último estágio do capitalismo. Eu me situava num outro terreno, diria, mais político, eu achava – logo criei uma tendência com Castoriadis – que, se nós havíamos adquirido a convicção de que havia uma dominação da burocracia na URSS, era absurdo ter uma estratégia que visasse persuadir a classe operária a criar um governo PC/PS/CGT, no momento mesmo em que criticávamos a burocracia na URSS. Era preciso escolher.⁹⁷

Como muitos trotskistas da época, haja visto as políticas repressoras dos stalinistas desde o assassinato de Trotsky, Castoriadis e Lefort faziam uso de pseudônimos no momento em que publicavam seus textos ou se posicionavam publicamente em relação a uma questão. No momento, Cornelius Castoriadis era Pierre Chaulieu, Claude Lefort era Claude Montal. Elaborando, dentro do PCI, uma crítica à natureza da União Soviética e uma crítica sobre a posição hegemônica dos comunistas dentro das estratégias de poder, os dois fundaram a tendência Chaulieu-Montal.

⁹⁶ CASTORIADIS, Cornelius. *Uma sociedade à deriva*. Aparecida: Ed. Ideias e Letras, 2006, p. 27.

⁹⁷ LEFORT, Claude. *Uma entrevista inédita de Claude Lefort*, por Ruy Fausto. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=02&t=05>> Acesso em 10 de setembro de 2014.

Dentro do PCI, suas posições já indicavam algumas linhas que os guiariam nos anos iniciais do grupo SB. Contando com apenas algumas dezenas de membros em um partido que já era pequeno⁹⁸, a tendência tentava se opor a tática trotskista comum que consistia em apoiar o PCF a tomar o poder. Os adeptos dessa tática defendiam que a chegada do PCF ao poder levaria à manifestação natural das contradições entre seu programa burguês (que supostamente desejava a conservação das classes) e as reivindicações populares (que supostamente desejavam uma mudança revolucionária). Para a então tendência Chaulieu-Montal, o PCF não representava mais uma mera organização reformista que poderia ser transformada pelas determinações objetivas dos trabalhadores. Era, agora, uma organização contrarrevolucionária cujos objetivos não diferiam das táticas aplicadas na União Soviética e portanto não poderia ser concebida como aliada na luta política.

Essa questão levava a tendência a repensar a questão russa e a recusar a concepção de Trotsky segundo a qual a burocracia russa não passava de uma camada transitória, “que só se mantinha no poder em função de um equilíbrio instável, em escala mundial, entre o capitalismo internacional por um lado e a revolução por outro”⁹⁹. O motivo pelo qual o grupo havia sentido a necessidade de repensar tal prognóstico era o fato de que tal prognóstico não havia sobrevivido à guerra. Ao contrário do que apontava a concepção de Trotsky da burocracia como uma camada transitória, o fato foi que ela saiu fortalecida no pós-guerra, e começava a estender seu poder sobre todo o Leste Europeu, no qual regimes semelhantes ao soviético passavam a existir sob o poder concentrado nos Partidos Comunistas. Essa determinação histórica levaria o grupo à constatação de que a burocracia só poderia ser entendida não mais enquanto *camada*, mas enquanto classe dominante e exploradora, cujo caráter levaria à natural continuação da divisão entre classes. Em um artigo originalmente publicado no Boletim Interno do PCI em 1946, Castoriadis e Lefort já chamavam atenção para as questões que os faziam negar a defesa da União Soviética como estratégia possível na defesa do socialismo. “A luta contra a burocracia soviética constitui agora a tarefa fundamental para o proletariado. Pode-se esta luta durante esse período de guerra ser compatível com a 'Defesa da URSS'? É óbvio que não”¹⁰⁰.

⁹⁸ Christophe Nick aponta cerca de 200 militantes no PCI. In: NICK, Christophe. *Les Trotskistes*. S.l.: Fayard, 2002, p. 337.

⁹⁹ CASTORIADIS, Cornelius. *Ibid.*, 2006, p. 26.

¹⁰⁰ O artigo foi republicado em: CASTORIADIS, C. *Political and Social Writings I*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988, pp. 37-43.

Por parte da tendência Chaulieu-Montal, outros eventos aparecem como momentos essenciais no crescimento da percepção de um afastamento cada vez maior entre as teses desenvolvidas por eles e as estratégias e concepções políticas dos trotskistas.

A partir de 1947, tem início na França greves insurrecionais na fábrica de Renault, empresa estatizada um ano antes. Empregando então cerca de 30 mil indivíduos, a greve começara como uma reação imediata à decisão do governo francês em reduzir a provisão de pão para os trabalhadores de 300 gramas para 250 gramas diárias. A greve era uma iniciativa de trabalhadores trotskistas (membros do PCI) aliados a militantes anarquistas (reunidos em torno da Federação Anarquista). De início, o PCF e a *Confédération générale du travail* (CGT), então parte do governo, recusam-se em apoiar a greve. Um funcionário da CGT declarava no início da greve: “Essa manhã, um bando de *anarco-hitlero-trotskistas* queriam explodir a fábrica”¹⁰¹. Apesar da inicial oposição dos comunistas, a greve logo alcança a maioria dos trabalhadores e começa a se espalhar para outros locais.

Com a expulsão dos comunistas do governo de Paul Ramadier em maio de 1947, o PCF e a CGT começam a apoiar as greves, que se estendem para a fábrica da Citroen, Peugeot, Michelin, à Companhia Energética da França e aos bancos nacionais. As greves ainda vão ser o centro da discussão política na França até o final de 1947, passando por movimentações de extrema violência em novembro, até o abrandamento das insurreições e os acordos com o governo em dezembro do mesmo ano.

Mas qual afinal a importância dos movimentos grevistas de 1947 no que diz respeito à vindoura quebra do grupo de Castoriadis e Lefort com os trotskistas? Para Marie France-Raflin¹⁰², tal importância existe, e é confirmada pela centralidade que o tema das greves e sua análise histórica irá obter em diversos números da revista *Socialisme ou Barbarie*. Segundo a autora, as greves funcionam como eventos onde o potencial das discussões teóricas pode ser confirmado ou confrontado com a prática cotidiana dos trabalhadores. Na interpretação de Raflin, em tal contexto jovens militantes ou teóricos comunistas articulam um certo tipo de crença de que as greves podem antever um momento revolucionário, ou colocar em jogo as tarefas para a possibilidade de criação de uma situação revolucionária por assim dizer.

¹⁰¹ DAVRANCHE, Guillaume. *La grève Renault enflamme la France*. Disponível em: <<http://www.alternativelibertaire.org/?Avril-1947-La-greve-Renault>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

¹⁰² RAFLIN, Marie-France. *Socialisme ou Barbarie, du vrai communisme à la radicalité*. Tese de Doutorado pelo Instiut d'études politiques de Paris, 2005.

No caso dos intelectuais que logo irão fundar o grupo SB, as greves de 1947 indicaram um momento de percepção aguda que os separava cada vez mais dos grupos hegemônicos da esquerda, isso porque as estratégias de tais grupos enfatizavam o apoio às greves somente quando isso significasse um retorno positivo à influência de tais grupos nas mobilizações populares. A ação do PCF e da CGT na inicial recusa de apoio às greves, aliada a percepção de que os trotskistas não ofereciam uma alternativa eficaz às organizações tradicionais, acentuou as percepções de não-alinhamento com tais organizações por parte dos intelectuais em torno da tendência Chaulieu-Montal. Nas palavras de Castoriadis¹⁰³ as greves de 1947 mostraram “a enorme distância que separava os discursos trotskistas do que era pertinente na luta de classes”. Para Daniel Mothé, outro membro da então tendência, a atitude da CGT na Renault durante a greve de 1947 demonstrava a inadequação da política comunista "oficial" aos interesses dos trabalhadores.

Por outro lado, a conjuntura internacional e especialmente o aprofundamento das crises que irão dar origem a chamada Guerra Fria também aparecem como momentos que fazem avançar a posterior quebra e fundação do grupo SB para além das organizações trotskistas¹⁰⁴. Os países que se tornaram áreas de influência soviética no imediato pós-guerra em 1945, especialmente a Iugoslávia e a Polônia, começavam a mostrar sinais de descontentamento com as políticas oficiais vindas da URSS.

Em setembro de 1947, Stalin havia convocado uma conferência em Slarzska-Poreba, na Polônia, onde reuniu representantes dos principais partidos comunistas da Europa (ainda que o partido francês o italiano fossem os únicos representantes da chamada Europa Ocidental). A conferência determinava uma nova linha para o movimento comunista internacional, que agora deveria se concentrar na luta “anti-imperialista”. Dessa conferência nasce o *Kominform*, órgão de comunicação internacional para manter os partidos comunistas internacionais sob a liderança soviética. Como afirma Michel Winock¹⁰⁵, concretiza-se, a partir daí, a teoria dos dois blocos. A luta agora, na interpretação dos partidos comunistas, se

¹⁰³ CASTORIADIS, C. *Ibid.*, 2006, p. 27.

¹⁰⁴ Tony Judt apontou que a crise nos países comunistas do Leste Europeu em suas relações com a União Soviética aproximava geograficamente o problema do comunismo junto aos intelectuais franceses. Se antes era possível explicar os desastres do stalinismo como consequências naturais da modernização e da revolução em uma sociedade retrógrada e feudal como a Rússia pré-revolucionária, o mesmo não se poderia dizer sobre o stalinismo na Europa Central do pós-guerra. Para Judt, “as apologias em prol do comunismo, e por extensão, o marxismo como doutrina da liberação, foram compelidas a reconhecer e explicar o imenso sacrifício humano realizada à época em nome da História e da Liberdade”. In: JUDT, T. *Ibid.*, 2007, p. 13.

¹⁰⁵ WINOCK, M. *Ibid.*, 2000, p. 560.

dará entre Leste x Oeste, Comunismo x Capitalismo. A nova linha, agora representada pela *Kominform*, bem ilustra o tipo de antagonismo tão avesso às interpretações dos autores aqui estudados. O relatório de Andrei Jdanov estabelecia os termos da nova linha: era preciso fortalecer uma oposição cada vez maior contra a potência “conquistadora e imperialista” que são os Estados Unidos da América, potência essa que visa a “hegemonia mundial”. Tal situação provocava, na prática, segundo o relatório, a divisão do mundo em “dois campos principais: o campo imperialista, que reúne, sob a tutela americana as forças reacionárias e antidemocráticas, e o campo anti-imperialista, cujos fundamentos são a URSS e as democracias populares”¹⁰⁶. Tal política procurava fortalecer nos partidos comunistas ocidentais, ainda segundo a interpretação de Winock, no sentido de torná-los eficientes intermediários aptos a desestabilizar ou enfraquecer o bloco inimigo.

Se a análise de Winock certamente funciona para pensar as ações ulteriores do PCF, dos militantes comunistas e dos intelectuais ligados ao partido; não pode ser estendida para a compreensão de como funciona esse mesmo momento para os intelectuais não ligados ao partido, notadamente os trotskistas.

Já excluídos da vida política do comunismo oficial, os trotskistas aproveitaram o momento de crise nos países no leste para colaborar com a perspectiva de uma oposição de esquerda à URSS em tais países. Assim, quando, em 1948, o líder iugoslavo Josip Broz Tito decide quebrar com a *Kominform*, a reação hegemônica quase que natural dentro das organizações trotskistas foi a de saudar a Iugoslávia como representação inequívoca da possibilidade de constituição de um socialismo autônomo para além da URSS. Para Castoriadis, no entanto, essa identificação parecia um tanto quanto superficial. A mesma Iugoslávia a qual os trotskistas chamavam antes de “satélite soviético essencialmente capitalista” se tornara, com o divórcio público entre Tito e Stálin, instantaneamente uma potência essencialmente socialista¹⁰⁷? As contradições do pensamento trotskistas estavam postas, e o diagnóstico de Castoriadis e Lefort dentro do PCI começava a se confirmar.

(...) como discutir com pessoas que pensavam que, se tudo estivesse nacionalizado, teríamos o essencial do socialismo? Só conseguiam ver os países do Leste em função deste dilema: é socialismo (identificado com a nacionalização etc.) ou é capitalismo (identificado com a propriedade privada tradicional).¹⁰⁸

¹⁰⁶ *Idem*, p. 561.

¹⁰⁷ Sobre isso cf. CASTORIADIS, C. *Ibid.*, 2006, p. 29.

Para eles, a questão não poderia mais ser colocada nesses termos. Tratava-se agora de perceber como a ação dos Partidos Comunistas instaurados no poder criavam um novo aparelho de gestão da produção e da sociedade em torno do qual se cristalizava rapidamente uma nova camada (dominante e exploradora, nos termos de Castoriadis e Lefort) e que tal processo encontrava na ideia de nacionalização e planificação sua forma perfeitamente adequada. Também as percepções acerca dos limites do PCI em oferecer alternativas para a criação de instrumentos autônomos de massa parecem ter intensificado o sentimento de deslocamento experimentado por Castoriadis e Lefort.

[...] tanto o PCI como o PC viam no proletariado uma massa a ser dirigida. Ele pretendia somente bem dirigi-la. Ora, esta relação que o partido entretinha com os trabalhadores – ou melhor, que ele desejaria entreter, porque de fato ele não dirigia nada – encontrava-se transposta ao interior da organização entre o aparelho de direção e a base. A divisão entre dirigentes e simples militantes era uma norma. Os primeiros esperavam dos segundos que os escutassem, que discutissem proposições, que votassem, difundissem o jornal e colassem cartazes. Os segundos, persuadidos de que era preciso para a cabeça do partido camaradas competentes, faziam o que se esperava deles. A democracia estava fundada sobre o princípio da ratificação. Consequência: assim como na luta de classe o ponto de vista da organização predominava, na luta no interior do partido, o ponto de vista do controle da organização era decisivo. Ao mesmo tempo que a luta revolucionária se confundia com a luta do partido, este se confundia com a luta dirigida pela boa equipe. O resultado era que os militantes se determinavam sobre cada questão segundo este critério: o voto reforça ou, ao contrário, arrisca enfraquecer a boa equipe?¹⁰⁹

A percepção experimentada por Lefort indica a preocupação em estabelecer a ideia de um partido não como representante dos trabalhadores como se, mesmo à distância da vivência diária dos trabalhadores, o partido pudesse efetuar estratégias políticas efetivas pois dotadas de “boa vontade”. Para ele, a percepção era de que o partido de massas, PCI ou PCF, acabavam por reproduzir os mecanismos de qualquer “típica instituição burocrática”, hierarquizando funções e tomando direções que interessavam mais às orientações do partido do que os interesses reais da base.

A análise da política internacional de acordo com a crítica da experiência soviética e a crítica acerca do papel efetivado pelos PCF ou pelos trotskistas, tornou necessária uma reconsideração fundamental no seio das reflexões de Castoriadis e Lefort. Tratava-se da tarefa de responder sobre o que era o socialismo, afinal. As múltiplas tentativas de responder a essa

¹⁰⁸ *Idem*, p. 28.

¹⁰⁹ LEFORT, Claude. *Éléments d'une critique de la bureaucratie*. Paris: Gallimard, 1979, p. 100-101.

questão formarão o núcleo da crítica de SB. Em nossa interpretação, compreendemos que tais autores estavam convencidos de que a reconsideração de tal questão não poderia abdicar de uma defesa do socialismo enquanto uma concepção de gestão autônoma da produção e da democracia enquanto valor central de uma sociedade socialista.

A tomada de posição do grupo em relação a uma dupla negação, do capitalismo ocidental ou do socialismo praticado no leste, teria ocasionado seu isolamento em relação ao universo dos grupos de esquerda franceses. Como lembra Marcel Van Der Linden: “Aqueles que se recusaram tal escolha não foram ouvidos e eram considerados suspeitos. A oposição anticapitalista foi completamente monopolizada pelos comunistas. Quase não havia espaço para revolucionários independentes”¹¹⁰.

Em seu livro de 2002, Daniel Bensaid procurou definir uma história dos trotskismos, percebendo suas pluralidades históricas no movimento das organizações de esquerda no século XX. Interessante observar que, em uma tabela que consta como apêndice de seu livro, tentando categorizar os caminhos históricos das organizações trotskistas, suas relações e constelações intelectuais, o grupo Socialismo ou Barbarie aparece como uma tendência que escapa da formação central do trotskismo ocidental, constituindo-se como tendência distinta, e em um certo sentido, inclassificável dentro das categorias clássicas da história do marxismo (ver figura 2).

¹¹⁰ VAN DER LINDEN, Marcel. *Socialisme ou Barbarie - A french revolutionary group (1949-65)*. In: *Left History*: York, 1997, p. 8.

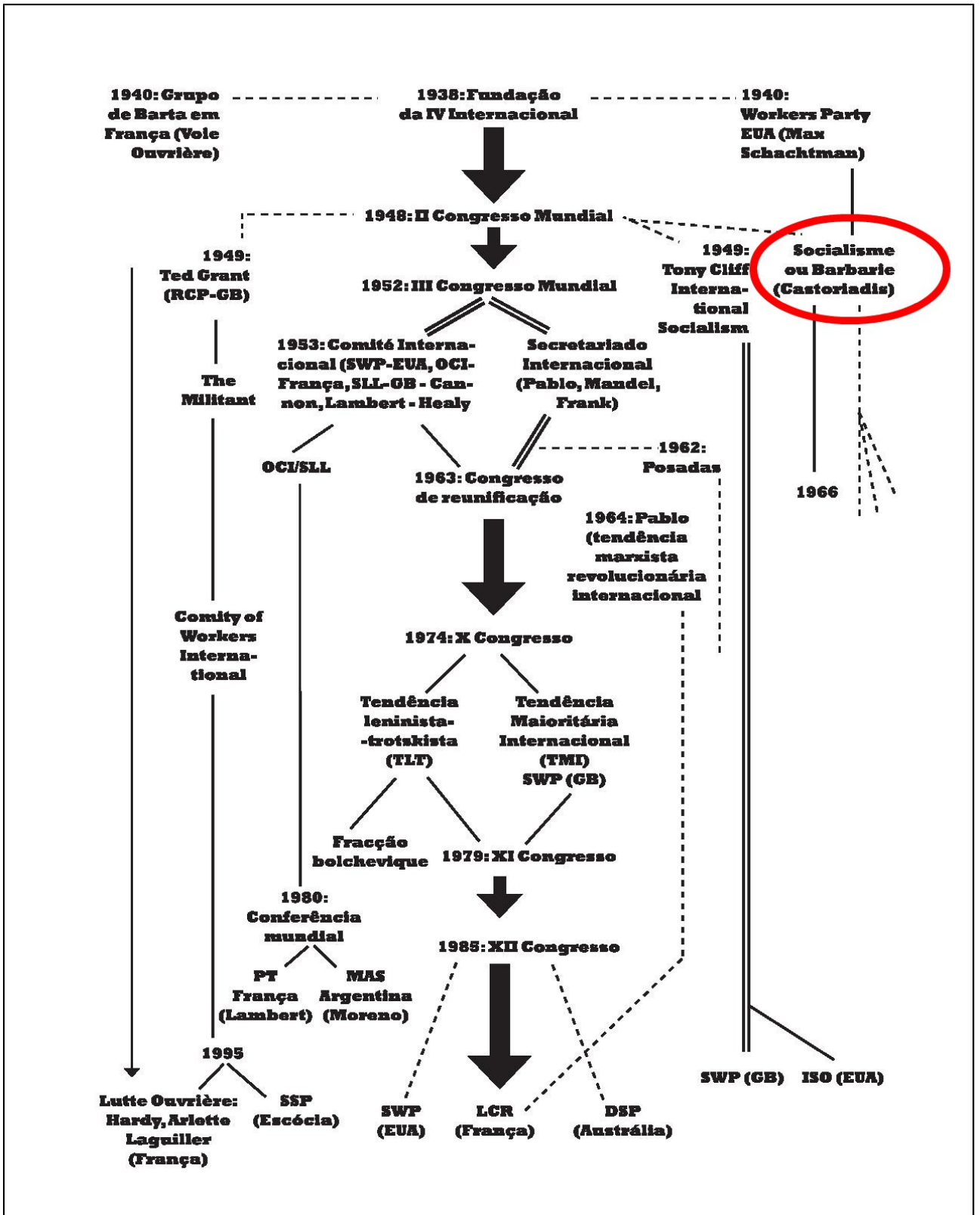


Figura 2: A tabela de Daniel Bensaid demonstrando a cisão de Socialisme ou Barbarie com o II Congresso da IV Internacional. Destaque nosso.

Entretanto, talvez o próprio isolamento permitiu ao grupo, já que afastado das atividades práticas dos comunistas no período, a produção enfática de uma crítica teórico-programática aos caminhos do movimento socialista. Por outro lado, tal fenômeno (o isolamento político) permitiu a convergência de diferentes grupos que, a princípio, se encontravam marginalizados pelos comunistas e militantes da época¹¹¹. Isso permitiu a formação de laços de cooperação e de um espaço de sociabilidade intelectual entre diversos grupos que poderíamos chamar de “não-hegemônicos” no universo de esquerda de fins dos anos 1940 e inícios dos anos 1950. Os diálogos e correspondências serão constantes presenças nos primeiros números da revista¹¹² do grupo como observaremos mais tarde com a correspondência entre SB e Anton Pannekoek, publicadas parcialmente na revista *Socialisme ou Barbarie*.

A percepção aguda da distância que as concepções desenvolvidas pela tendência guardavam em relação às concepções trotskistas de nacionalização e planificação como objetivos centrais da revolução, e do poder integral do partido como instrumental central de sua realização, bem como da defesa da URSS apesar de sua degenerescência burocrática levaram Castoriadis e Lefort a sair do PCI no final de 1948 e tornar a tendência *Chaulieu-Montal* um grupo autônomo, agora sob o nome de Socialismo ou Barbárie.

Na história do grupo SB, os motivos pela escolha de seu nome nunca são explicados satisfatoriamente, de modo que cabe ao trabalho interpretativo do texto em buscar as razões possíveis de tal escolha. Em nossa leitura, o sentido do nome parte de uma disputa constante no grupo pelo legado do socialismo como termo e como projeto. O socialismo de SB não poderia, para os autores, ser confundido com o socialismo existente sob a burocracia stalinista. Para “salvar” o socialismo como projeto antiautoritário e antiburocrático (e,

¹¹¹ “Nos Estados Unidos tal visão foi defendida por um grupo conhecido como a Tendência Johnson-Forest. Johnson era o pseudônimo do revolucionário negro C.L.R. James, Forest era a identidade secreta de Rae Spiegel- (Raya Dunayevskaya), um ex-secretário de Trotsky. Na Grã Bretanha a oposição dentro do movimento trotskista era liderada pelo palestino Ygael Gluckstein, que atuava sob o nome de Tony Cliff. Na França, eram Castoriadis e Lefort em torno de sua tendência Chaulieu-Montal que erguia a voz na oposição a velhos pontos de vista. Todos esses oponentes deixaram a organização internacional trotskista, a IV Internacional, entre 1948 e 1951, para formar grupos independentes. Mantiveram contatos regulares entre eles. De fato, Castoriadis e Dunayevskaya ainda trabalhavam juntos nos anos 1960.” In: VAN DER LINDEN, M. *ibid.*, p. 11.

¹¹² Cf. principalmente VÉGA, CAMILLE, JEAN DOMINIQUE, ANDRÉ, MAURICE, GASPARD, MARCEL: *La vie du Groupe: Déclaration politique rédigée en vue de l'unification avec le Groupe “Socialisme ou Barbarie”*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 77, 1950, pp. 82-94. mas também PEREGRINUS. *Le kolkhoz pendant la guerre*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 4, 1949, pp.4-18. e *La vie de notre Groupe*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 3, 1949, p. 88-92.

portanto, na contramão da *barbárie*) era preciso distanciar certos tipos ideais e projetos autônomos de socialismo da realidade histórica do socialismo soviético.

Na história do marxismo, a gênese da expressão “Socialismo ou Barbárie” pode ser rastreada através dos escritos de Rosa Luxemburgo que, partindo de um dilema já colocado por Friedrich Engels, elaborou a expressão enquanto símbolo da oposição entre a consumação da sociedade de classes (enquanto forma categórica da barbárie) e a perspectiva de uma sociedade articulada através de princípios verdadeiramente livres e anti-imperialistas. Em 1914, Luxemburgo explicava a atualidade da expressão:

Friedrich Engels disse uma vez: “A sociedade burguesa se encontra diante de um dilema: ou avanço para o socialismo ou recaída na barbárie.” Mas o que significa “recaída na barbárie” no grau de civilização que conhecemos hoje na Europa? Até hoje nós temos lido estas palavras sem refletir sobre elas e nós as temos repetido sem perceber sua terrível gravidade. (...) Nós estamos colocados hoje diante desta escolha: ou bem o triunfo do imperialismo e a decadência de toda a civilização tendo como consequências, como na Roma antiga, o despovoamento, a desolação, a degenerescência, um grande cemitério; ou bem a vitória do socialismo, ou seja, da luta consciente do proletariado internacional contra o imperialismo e contra seu método de ação: a guerra.¹¹³

A novidade apresentada por Luxemburgo parece ser aqui a superação da doutrina marxista clássica do comunismo como certeza histórica, que se afirmaria sob qualquer circunstância como teleologia necessária. Introduzindo o “princípio de incerteza”¹¹⁴ no pensamento marxista, Luxemburgo teria apresentado um caráter não-teleológico da história no marxismo, reafirmando a abertura da história para a ação dos indivíduos.

Na interpretação de SB, principalmente em seus primeiros anos, desenvolve-se a ideia de que mesmo após a expropriação dos capitalistas na URSS, ainda assim, estava aberta a possibilidade de desenvolvimento de uma nova camada exploradora. Para os membros do grupo, esse teria sido o caminho soviético: a burocracia substituindo os capitalistas como classe dominante. Sendo a barbárie, tal como a interpretação de Rosa Luxemburgo, o provável caminho das sociedades capitalistas, então também a sociedade soviética (ainda que sob o manto do socialismo) estava fadada à sua realização¹¹⁵. Só um socialismo

¹¹³ LUXEMBURGO, ROSA. *A Crise da Social-Democracia* (Folheto Junius). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>>. Acesso 15 de dezembro, 2014.

¹¹⁴ LOWY, Michel. Resenha ao livro de John Holloway “*Mudar o mundo sem tomar o poder*”. Revista Crítica Marxista, n. 20, 2005, p. 174.

¹¹⁵ Como veremos, poucos anos depois, com a circulação de depoimentos e testemunhos acerca da realidade das prisões e gulágs soviéticos, os membros em torno de SB perceberiam que, de alguma forma, a barbárie no

verdadeiramente atrelado à autonomia como categoria central poderia oferecer uma alternativa factível à barbárie.

Radicalização da crítica: para além do socialismo de caserna?

*O partido, ao fundir-se com a economia de guerra burocrático estatista, em parte já existente, em parte por ele criada, podia justificar, como vigário da classe trabalhadora na Terra, praticamente todas as suas ações, até as mais absurdas, sangrentas e repressivas. O partido que “sempre tem razão” criou assim uma nova sociedade socialista de acordo com sua autoconcepção, que na verdade nada mais é que o recrutamento coativo recuperador de uma classe trabalhadora moderna, sob a direção do Estado.*¹¹⁶

Robert Kurz

Ao longo do imediato pós-guerra era quase impossível, para alguém interessado na teoria marxista e ao mesmo tempo preocupado em oferecer uma crítica contundente às formas de exploração encarnadas sob a figura do Estado, não se encontrar de alguma forma com a crítica oferecida pelo trotskismo. Para Cornelius Castoriadis, escrevendo em 1955 sobre o caminho que conduziu o grupo ao progressivo afastamento do marxismo oficial, as organizações oficiais do socialismo da época pareciam cada vez mais longe das causas populares, seja participando de governos “burgueses”, exercendo a repressão das greves, ou se opondo aos movimentos de libertação de países colonizados.

O trabalhador consciente faz as mesmas constatações ao nível de sua experiência de classe; vê os socialistas envidarem seus esforços para moderar as reivindicações de sua classe e para tornar impossível qualquer ação eficaz visando a satisfazê-los, para substituir a greve por conversações com o patronato e o Estado; vê os estalinistas ora proibirem rigorosamente as greves (como de 1945 a 1947) e tentarem reduzi-las mesmo pela violência ou fazê-las abortar insidiosamente, ora quererem impor brutalmente a greve aos operários que não desejam fazê-la, pois percebem que ela é alheia a seus interesses (como em 1951-1952, com as greves “antiamericanas”). Fora da fábrica, o trabalhador vê também os socialistas e os comunistas participarem de governos capitalistas, sem que disto resulte alguma modificação em sua condição; e ele os vê se associarem, tanto em 1936 quanto em 1945, quando

mundo soviético não era um caminho a ser realizado em um futuro próximo, pois aparecia na verdade já como fundamento político da organização social soviética.

¹¹⁶ KURZ, Robert. *O colapso da modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 47.

sua classe quer agir e o regime está em situação desesperadora, para interromper o movimento e salvar este regime, proclamando que é preciso saber encerrar uma greve", que é preciso "produzir primeiro e reivindicar depois".¹¹⁷

Com o cenário externo povoado com a ação das organizações oficiais socialistas em contradição com a própria teoria, o encontro com o trotskismo pareceria então a melhor opção. Por outro lado, o marxismo, tornado realidade histórica no leste, passava a ser objeto de interpretações das mais diversas. O socialismo soviético (seus limites e problemas) parecia ser a questão central de qualquer discussão que tivesse como objetivo a averiguação da aplicabilidade do socialismo no Ocidente. A posição exercida em relação à URSS organizava o universo dos grupos de esquerda no período, e os termos da discussão programática de cada grupo eram organizados cada vez mais em relação com a posição estabelecida ao problema soviético.

Para os membros do então recém-nascido grupo SB, o trotskismo, apesar de ser a principal expressão de uma política revolucionária anti-stalinista, pecava em não responder questões básicas acerca de tal problema: O que é a Rússia? O que é o Stalinismo? Quais são suas bases sociais e suas raízes econômicas? E, mais importante, como compreender a burocracia que dominara a Rússia desde a década de 1930, e no Leste Europeu desde 1945?¹¹⁸ A tarefa inicial do grupo seria então objetivar uma tentativa de resposta a essas questões, que acabariam levando, como tentaremos demonstrar, a uma intensificação da crítica às organizações marxistas tradicionais e, em última estância, à intensificação da crítica ao próprio núcleo epistemológico do marxismo.

Tal caminho não é fácil de se remontar. O universo de problemas abordados e discutidos ao longo dos 20 anos do grupo SB e dos 40 números da revista *Socialisme ou Barbarie* é plural e heterogêneo, como o próprio universo político intelectual da época. Além do problema nacional soviético já citado, o que podemos observar após uma rápida análise nos índices dos 40 números da revista é a preocupação constante com a expansão da influência soviética no leste europeu, a ascensão dos comunistas na China, o problema do neocolonialismo na África, a crise do Stalinismo após a morte de Stálin, as revoltas populares contra o poder soviético na Polônia, Hungria, Tchecoslováquia; e por outro lado, observamos também a pluralidade de temas teóricos envolvendo a autonomia dos trabalhadores,

¹¹⁷ CASTORIADIS, C. *Sur le contenu du socialisme*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 17, 1955, p. 1-25.

¹¹⁸ *Socialisme ou Barbarie*, n. 1, 1949, pp 1-2.

problemas fabris na França, a crise da classe operária tradicional, a necessidade de constituição de uma escrita operária, com sessões dedicadas a testemunhos de trabalhadores em primeira pessoa, etc¹¹⁹. Quanto à estrutura de participação do grupo, o número de participantes é extremamente variável, tendo nos primeiros anos (1949-1955) nunca um número maior que duas dezenas de membros¹²⁰. O marco de 1956, como observaremos, provoca um aumento relativo desses números, fazendo o grupo chegar a cerca de 81 participantes¹²¹.

Tentaremos em sequência possibilitar o exercício de uma releitura das discussões e embates discursivos considerados mais importantes em vista de nossa hipótese. Nossa hipótese consiste em tentar demonstrar como a crítica à sociedade soviética, aliada à diferentes análises sobre a atuação das organizações socialistas na Europa Ocidental, bem como as tentativas do grupo de repensar um projeto socialista baseado na autonomia dos trabalhadores, levou o grupo a um afastamento crítico em relação ao próprio marxismo como teoria revolucionária. Em vista de oferecer elementos que nos auxiliem na demonstração objetiva de tal hipótese, a preocupação procedente consistirá em uma análise sobre os eixos constitutivos que atravessam a história do grupo, reiterando a importância central tanto de uma investigação das conexões internas e externas ao grupo e sua trajetória política, quanto da revista *Socialisme ou Barbarie* como meio principal das expressões políticas do grupo. Para isso, utilizo aqui tanto de textos memoriais e entrevistas dos membros do grupo sobre a história do mesmo, quanto de trabalhos históricos sobre a trajetória do grupo ao longo do pós-guerra francês¹²². Dado à impossibilidade de consideração total dos mais de 130 artigos escritos ao longo de 20 anos de existência da revista, optou-se aqui por uma escolha referente a artigos que discutam diretamente os problemas aqui tratados: a) as análises em relação à URSS, b) o problema da organização operária, c) as posições em relação a ideia de *intellectual*.

¹¹⁹ Os sumários completos dos 40 números da revista podem ser consultados em: <<http://soubscan.org/>>. Acesso 15 de janeiro, 2015.

¹²⁰ CASTORIADIS, C. *Ibid.*, 2006, p. 29.

¹²¹ RAFLIN, Marie-France. *Ibid.*, 2005, p. 769. Para nossa análise desse momento, ver página X do presente trabalho.

¹²² Cabe dizer que a bibliografia sobre a história do grupo e da revista ainda é pouco numerosa, se resumindo a pouquíssimos livros e trabalhos universitários sobre o tema, como veremos. Em português, a bibliografia é, ainda, inexistente.

No entanto, como observaremos, tal divisão é meramente metodológica, e cada um dos pontos acima citados parecem apontar para o outro; apresentam-se como discussões intercruzadas. O problema da URSS é analisado em diversas vezes através da crítica a imagem da produção incessante que caracteriza tão bem a crítica da burocracia e da organização operária. Por sua vez, é a própria necessidade de reconsideração da ideia de autonomia operária que conduz o grupo à crítica da ideia de intelectual como “representante total” dos trabalhadores. Como veremos a seguir, também o desenvolvimento e inevitável confronto das ideias de Lefort e Castoriadis podem ilustrar como, na prática, forças antagônicas de adesão e exclusão característica de todo e qualquer coletivo político ganham vida no cotidiano de um grupo de intelectuais.

No primeiro número da revista *Socialisme ou Barbarie*, de março de 1949, lemos o nome dos membros integrantes do chamado *Comité de Rédaction*: P. Chaulieu, M. Foucault, Ph. Guillaume, C. Montal, J. Seurel (sic)¹²³. Antes de adentrar na análise textual, é necessário analisar rapidamente o que explica o uso de pseudônimos por Castoriadis (Pierre Chaulieu), Lefort (Claude Montal) e Laplanche (Marc Foucault) que vão se seguir como prática comum ao longo de muitos anos no grupo e na revista.

Segundo o historiador norte-americano Stephen Hastings-King, o uso dos pseudônimos, ou “nomes de guerra”, eram relativamente normais no seio da esquerda anti-stalinista tanto na França, como nos Estados Unidos. Em SB, a adoção dos pseudônimos aparece como expressão de uma necessidade tática. Deve-se recordar que a atividade política revolucionária em círculos intelectuais ocorriam no que Hastings-King chama de uma “zona semi-clandestina”¹²⁴. Tais grupos eram objeto constante de vigilância pela divisão política da polícia parisiense. Além disso, por contar com a presença de estrangeiros engajados politicamente em tais atividades, como Castoriadis e Alberto Maso, há de levar-se em conta que isso poderia servir de motivo para sua deportação. No caso de Lefort, a adoção de pseudônimo se explica também pelas pressões vindas tanto do poder constituído na figura do Estado francês, quanto das diversas repressões que o PCF causava, em situações de greve, àqueles não alinhados a política comunista oficial. Lefort, como professor universitário,

¹²³ Respectivamente: Cornelius Castoriadis, Jean Laplanche, Pierre Guillaume, Claude Lefort, Jean Seurel.

¹²⁴ HASTINGS-KING, Stephen. *Looking for proletariat: Socialisme ou Barbarie and the problem of worker writing*. Brill: Boston, 2014, p. 125.

publicava inicialmente sob o pseudônimo de Claude Montal. O uso dos pseudônimos aparece então como ferramenta de luta e sobrevivência política e pessoal.

Em tal número, um artigo de apresentação seguia após a apresentação do comitê editorial.

O grupo de onde essa revista é parte se constituiu em 1946 no seio da seção francesa da IV Internacional. Seu desenvolvimento político e ideológico acabou por levar-nos ao rompimento não só com as posições atuais dos seguidores de Trotsky, mas também com a verdadeira essência do trotskismo desde 1923, isto é, desde a atitude reformista face à burocracia stalinista.¹²⁵

Essa espécie de manifesto que anuncia o divórcio do grupo com as concepções “reformistas” é mais explicitado em outro artigo, também na primeira edição. Ambos os artigos não contêm assinatura, mas serão republicados mais tarde em coletâneas como textos de Cornelius Castoriadis. Esse segundo artigo, intitulado apenas *Socialisme ou Barbarie*, manifesta de forma mais dura a percepção que levava o grupo a tal afastamento, analisando que não só os trotskistas pecavam na recusa de uma compreensão mais elaborada do stalinismo, mas que mesmo outras correntes que haviam quebrado com os trotskistas apresentavam o mesmo deficit.

Só parecem flutuar neste naufrágio universal pequenas organizações como a IV Internacional, federações anarquistas e alguns grupos chamados de ultra-esquerda (bordiguistas, spartakistas, comunistas de conselhos). Tais organizações são muito fracas, não por causa de sua magreza numérica – quem em si nada significa e não é critério – mas acima de tudo pela sua falta de conteúdo político e ideológico. Relíquias do passado, em vez de arautos do futuro, elas se provaram absolutamente incapazes de compreender as transformações sociais fundamentais do século XX e ainda menos capaz de desenvolver uma orientação positiva através delas.¹²⁶

Ao definir ao interlocutor os problemas de outros grupos do período, o artigo busca definir uma identidade coletiva própria à SB. A preocupação do enunciada acima é demonstrar a existência de algo que de fato separava, ou tornava necessária a separação, de SB e as tendências da chamada *ultra-gauche*. Esse algo, ao menos nos textos de inauguração da revista, é sempre identificado como a relação acerca das tendências reformistas naquilo que se referia ao fenômeno da burocracia e sua aplicação tanto na sociedade soviética como

¹²⁵ *Socialisme ou Barbarie, Présentation*, n. 1, 1949, p. 1.

¹²⁶ *Idem.*, p. 8.

no capitalismo do leste. “Grosso modo, podemos dizer que a profunda diferença entre a situação atual e a de 1848 é o surgimento da burocracia como uma nova camada social que tende a substituir a burguesia na época do capitalismo em declínio”¹²⁷. O primeiro exercício a se fazer aqui é a compreensão sobre o que os membros de SB tinha em mente quando propunham sua crítica à burocracia.

O que percebemos, lendo os textos da revista onde a categoria *burocracia* é mobilizada em termos de uma interpretação do sistema soviético, é a identificação da burocracia sempre através de uma percepção mais geral de tal sistema como uma etapa diferenciada do capitalismo ocidentalizado. Para Castoriadis, o processo de fusão entre o partido e o estado soviético acabara por criar um aparato burocrático centralizado de tal modo que a classe política se transformara, acima de tudo, em uma classe de funcionários a serviço do partido.

Nessa concepção, o poder do Estado soviético poderia ser comparado com uma linha de produção fordista, onde os funcionários enriquecem não mais o capitalista, mas os detentores do poder estatal e partidário. A aproximação entre o socialismo soviético e o capitalismo ocidental residia então, para esses autores, na continuidade estrutural da divisão entre *dirigeant* e *exécutant*, ou seja, uma separação entre aqueles que detém o comando, daqueles que o executam.

Como as formas tradicionais de propriedade e da burguesia do período clássico são deixadas de lado pela propriedade do Estado e pela burocracia, o principal conflito dentro da sociedade gradualmente deixa de ser o antigo (entre os proprietários da riqueza e aqueles sem propriedade) e é substituído pelo conflito entre dirigentes e executantes no processo de produção. Na verdade, a burocracia justifica sua própria existência (e pode ser explicada em termos objetivos) apenas na medida em que desempenha um papel considerado essencial para a "gestão" das atividades produtivas da sociedade e, assim, de todas as outras formas de atividade.¹²⁸

Essa tese, entretanto, não era nova. O revolucionário búlgaro Christian Rakovski já identificava, em 1928, a existência de “profissionais do poder” no seio do Estado soviético, que, pressionando de cima pra baixo as estruturas do partido, fazia crescer os privilégios destinados a manter as tradicionais separações entre as massas e os líderes políticos¹²⁹. Antes

¹²⁷ *Idem.*, p. 10.

¹²⁸ *Idem.*, p. 12.

¹²⁹ Cf. RAKOVSKI, Christian. Los peligros profesionales del poder. In: <www.marxists.org/espanol/rakovski/1928/08-1928.htm>. Acesso em: 15 de setembro, 2014.

disso o próprio Lenin manifestara uma série de preocupações a essa questão, explicitando, em uma carta à comissão do povo, D. Kurski, em 1921, a necessidade de “encontrar entre os comunistas mais zelosos e mais espertos pelo menos dois ou três inteligentes “especialistas” em burocratismo para aprender a perseguir as manifestações burocráticas”¹³⁰.

Se, nos anos imediatos após a revolução, já se percebia os perigos inerentes à formação de uma burocracia partidária, as décadas seguintes mostrariam que tais preocupações tinham fundamento. Anos depois, Trotsky apontaria que a burocracia como casta social, privilegiada e dominante era composta por cerca de 5 a 6 milhões de pessoas¹³¹. Na tarefa de rastrear as origens de tal desvio burocratizante da sociedade soviética, Trotsky observava que a revolução, por ter se dado em um país agrário e atrasado economicamente, dificilmente poderia lograr sucesso sem o apoio e o sucesso revolucionário na Europa. O fracasso das revoluções europeias (em especial da alemã entre 1918 e 1923) teria levado a Rússia à variados problemas e crises econômicas, impulsionando então a constituição de uma casta burocrática pouco afeita à estratégias para a emancipação do trabalhador.

A originalidade da crítica de SB parece residir pontualmente na resposta ao mesmo problema que Trotsky tentara responder: como a revolução russa foi capaz de produzir um regime burocrático? A resposta, no entanto, divergia daquela oferecida por Trotsky por se centrar precisamente na natureza do regime, e não apenas em seu desenvolvimento desigual. Para Castoriadis e Lefort, em um texto publicado ainda como tendência do PCI em 1947, e republicado posteriormente em *Socialisme ou Barbarie*¹³², a degenerescência do sistema soviético deveria ser analisada através do grau cada vez maior que o Estado soviético vinha tomando desde 1917. Para os autores, o desenvolvimento do poder estatal e seus impulsos em controlar o poder econômico teria aproximado o Estado soviético dos Estados capitalistas desde os primeiros anos da revolução.

De fato, segundo Castoriadis, agora no primeiro número da revista, as semelhanças políticas representadas por Estados Unidos e União Soviética, com suas pretensões expansionistas, apontavam para uma inevitável terceira guerra mundial¹³³. A única forma de

¹³⁰ LENIN, V. *Acerca del aparato estatal sovietico*. Moscou: Ed. Progresso, p.314.

¹³¹ TROTSKY, L. Fisionomia social dos meios dirigentes. In: *A revolução traída*. São Paulo: Parma, 1980, p. 95

¹³² Originalmente publicado como *Le probleme de l'URSS et la possibilite d'une troisieme solution historique* como discussão preparatória para o Segundo Congresso da Quarta Internacional. Reimpresso em: *Socialisme ou Barbarie*, n. 1, 1949, pp. 73-89.

¹³³ *Socialisme ou Barbarie*, Éditorial [*Socialisme ou Barbarie*], n.1, 1949, p. 19.

impedir tal acontecimento seria através de uma retomada radical das atividades envolvendo uma revolução socialista. A humanidade estaria condenada, assim, à escolha entre a possibilidade de constituição de uma outra ordem social, ou a inevitável guerra entre as superpotências, entre o socialismo ou a barbárie.

A constatação de que a burocracia soviética estava organizada sob a natureza do regime, de tal modo que tornaria impossível, tal como o trotskismo fazia, uma defesa ainda que pontual da URSS como “resistência” à ordem do capitalismo mobilizou SB, em seus anos iniciais, para uma segunda necessidade analítica. Na medida em que a sociedade soviética não poderia mais ser considerada uma sociedade socialista, objetivava-se o entendimento de qual seria a concepção de socialismo em jogo. A alegação de que o sistema soviético não era socialista levantava a questão sobre o que, então, deveria ser o socialismo.

Os textos dos primeiros anos da revista indicam que a resposta do grupo parecia convergir sempre na ideia de que o socialismo deveria ser definido como a gestão autônoma da produção. A história soviética teria ensinado que a mera abolição da propriedade privada e a expropriação dos capitalistas não trouxera consigo o socialismo desejado, justamente porque não foi acompanhada de uma reelaboração da natureza das relações de produção.

A concepção de socialismo aqui descrita parte da premissa fundamental de que o trabalho fabril é parte determinante da sociedade moderna. Para esses autores, parece ser claro que o gerenciamento da sociedade moderna seria sinônimo do gerenciamento da produção fabril. Afinal, eram as fábricas que determinavam o volume da produção, o nível salarial, o ritmo de trabalho, etc. Em suma, como o próprio grupo explicita: "todos os problemas cuja solução irá determinar com antecedência a direção em que as estruturas da sociedade evoluirá serão resolvidos na fábrica"¹³⁴. Como o alemão Robert Kurz escreveria em 1991, o socialismo soviético teria falhado em conceber uma revolução pois teria permanecido estritamente ligado às formas produtivas do sistema mundial de mercadorias¹³⁵. A lógica de valorização do capital através da ideologia que romantiza o trabalho como progresso, reproduzida na URSS, caracterizaria o que Kurz chamou de “socialismo de caserna”, um socialismo afeito à lógica do mercantilismo produtivista, de racionalidade econômica articulada pela separação entre os que produzem e os que gerenciam. Parece ser exatamente a tal “socialismo de caserna” que se dirige a crítica de SB.

¹³⁴ Idem, p. 35.

¹³⁵ KURZ, Robert. *Ibid.*, 1992.

A partir disso fica fácil perceber em que se agarra a concepção de socialismo como gestão autônoma da produção, pois, para SB, só a gestão dos trabalhadores em torno da produção poderia garantir uma gestão social verdadeiramente transformativa. Se o paradigma da sociedade moderna é a transformação da antiga oposição entre proprietários e não-proprietários na oposição entre dirigentes e executantes, não se torna factível o vislumbre de uma transformação que não vise abolir exatamente a gestão da produção como uma função social gerida por um extrato em particular. Para SB, se tal não fosse o objetivo primordial de um projeto socialista (a abolição da diferença entre os que dirigem e os que executam), então a “nova sociedade” “só vai ter limpado o terreno para o surgimento de uma nova classe exploradora, que irá surgir dos 'gerentes' de produção e de burocracias que dominam a vida econômica e política”¹³⁶.

Vale observar que a relação estabelecida aqui entre SB e a teoria marxista ainda é muito forte. Naquele momento, a crítica à URSS ainda não era acompanhada de uma crítica às formas epistemológicas do marxismo, pois trata-se de contexto diferente daquele na metade dos anos de 1950, quando essa crítica se acentuará.

Esse período de transição [a ditadura do proletariado] pode apontar o caminho para o comunismo se conduzir a um rápido desenvolvimento das forças produtivas e, assim, permite que uma melhoria constante no padrão de vida material das massas, uma redução progressiva do horário de trabalho e, assim, uma melhoria no seu nível de cultura. Uma revolução em escala mundial poderia atingir estes fins.¹³⁷

Como podemos observar, a figura de Marx ainda era usada fortemente como argumento de autoridade em relação aos supostos “desvios” dos stalinistas e trotskistas, e mesmo à referência aos conceitos mais marcantes do marxismo eram retomados de forma positiva, em especial quando os autores escrevem sobre o processo de transição entre o capitalismo avançado e a sociedade socialista, sob a ideia de ditadura do proletariado.

Mas há também, ainda que de forma circunstancial, a tentativa de recuperação de certa operacionalidade de tal ideia, tentando afastá-la do uso feito pela burocracia stalinista e pelas organizações marxistas tradicionais em vista de legitimação política. É o que se pode observar em duas situações do mesmo texto de apresentação da revista, em 1949.

¹³⁶ *Socialisme ou Barbarie*, Editorial [Socialisme ou Barbarie], n.1, 1949, p. 35.

¹³⁷ *Idem*, p. 31.

A ditadura do proletariado não pode ser apenas uma ditadura política. Acima de tudo, deve ser uma ditadura econômica do proletariado. Caso contrário, ele servirá apenas como uma fachada para a ditadura da burocracia.¹³⁸

Mais a frente, lê-se:

Na política, da mesma forma, a ditadura do proletariado não pode significar a ditadura de um partido único. (...) A ditadura do proletariado significa democracia para o proletariado. Todo direito deve ser concedido aos trabalhadores e, sobretudo, o direito de constituir organizações políticas que têm seus próprios pontos de vista específicos.¹³⁹

O que observamos aí, por um lado, é o resgate da herança teórica de Marx como função de autoridade na elaboração de um projeto “verdadeiramente socialista”. Por outro, a mesma herança é objeto de releituras, sempre tendo a experiência histórica real como ponto de oposição. É possível aqui aproximar tal argumentação, que a primeira vista pode parecer incoerente, daquilo que o filósofo húngaro György Lukács defendia já em 1919, em seu clássico “O que é o marxismo ortodoxo?”. Lukács separava o método do marxismo de seu conteúdo imediato argumentando que a fidelidade ao método da dialética marxista (a sua filosofia da história, seu método analítico) não implicaria necessariamente em uma cega fidelidade às teses particulares de Marx. Lukács chama atenção ao fato de que a teoria marxista parte de uma reflexão baseada em um método investigativo, e não em conteúdos universais¹⁴⁰. A natureza da própria crítica dialética estaria então em produzir rupturas em si mesma. A argumentação do texto em SB em relação a teoria marxista parece seguir um caminho semelhante: a negação e os descaminhos que a sociedade soviética havia trilhado em relação à teoria marxista não colocaria em prova a teoria marxista, pois era tal sociedade (e não a teoria) quem se desviava da dialética marxista ao colocar em prática uma concepção de sociedade monolítica.

Veremos no próximo item que as tensões de tal relação (da crítica de SB e a “fidelidade” ao marxismo como teoria) se intensificam cada vez mais nos textos da revista, e os anos 1950 serão palco de uma reviravolta essencial em tal relação. Analisaremos assim

¹³⁸ Idem, p. 43.

¹³⁹ Idem, p. 44.

¹⁴⁰ “A função do marxismo ortodoxo não é uma liquidação definitiva de falsas tendências, mas uma luta incessantemente renovada contra a influência perversora das formas de pensamento burguês sobre o pensamento do proletariado. Essa ortodoxia não é a guardiã soub de tradições, mas a anunciadora sempre em vigília da relação entre o instante presente e suas tarefas em relação à totalidade do processo histórico” In: LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 104.

primeiramente as concepções em torno da chamada *question de l'organisation*, acreditando que uma análise das posições de Lefort e Castoriadis acerca dos questionamentos sobre como conceber a organização dos trabalhadores pode nos oferecer elementos valiosos para a compreensão do universo crítico do grupo SB. Após isso, no item 2.3, segue uma breve tentativa de leitura de outro eixo político de fundamental importância para o mesmo universo crítico: as interpretações sobre as mutações do capitalismo moderno através dos escritos de Cornelius Castoriadis que objetivaram interpretar os caminhos do capitalismo na modernidade europeia do pós-guerra. Como finalização do presente capítulo, mobilizo uma análise sobre artigos de Castoriadis de fins dos anos 50 até o fim da publicação da revista, em 1965, onde o afastamento da crítica com a teoria marxista parece apontar para um caminho sem volta.

2.2 – CLAUDE LEFORT E A FENOMENOLOGIA DA VIDA OPERÁRIA

A busca pela autonomia e o problema da subjetividade operária

A trajetória biográfica de Claude Lefort poderia ser contada pelas interseções da importância que tiveram na sua vida o meio universitário e a política militante. Mesmo suas reflexões nos anos de SB, como veremos, parecem sempre articular essas duas modalidades de vivência de tal modo que sua reflexão sobre a prática dos operários no cotidiano não se separa de uma radical formulação filosófica ligada a fenomenologia. Do mesmo modo, Lefort toma o cuidado para não sobrepor as teorizações em lugar da experiência cotidiana dos trabalhadores, compreendendo a experiência mesma como irreduzível a geometrias científicas.

Enquanto estudante no liceu Carnot, em Paris, durante os anos de Ocupação nazista (1940-1944), o contato de Claude Lefort com a fenomenologia tem início quando de seu contato com seu professor Maurice Merleau-Ponty. Sobre esse período, Lefort diria, em uma entrevista pouco antes de sua morte em 2010: “Descobri Marx na minha aula de filosofia, com um professor que era Merleau-Ponty e que me permitiu imediatamente compreender o marxismo sem cair em suas versões mecânicas e deterministas”¹⁴¹. Paralelamente a seus estudos em filosofia, Lefort já era militante trotskista desde 1943 quando havia organizado uma fração do PCI com outros estudantes do liceu. O posterior encontro com Castoriadis em

¹⁴¹ LELLOUCHE, Serge. *L'invention du politique. Rencontre avec Claude Lefort* Disponível em: <http://www.scienceshumaines.com/index.php?&lg=fr&id_article=10814>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

1946, como já descrevemos, encorajou Lefort a prosseguir na elaboração de uma crítica aos métodos tradicionais das organizações revolucionárias em suas posições mais ortodoxas.

Em todo o período em que Lefort participou do grupo SB, estava também envolvido com sua carreira acadêmica. Tendo trabalhado para a UNESCO entre 1947 e 1948, Lefort se tornou professor de filosofia em Nîmes (1950) e Reims (1951). Também em 1951 é recrutado como assistente de Georges Gurvitch na Sorbonne e, entre 1953 e 1954, ministrou aulas de filosofia na Universidade de São Paulo¹⁴². Tendo enfrentado conflitos com Gurvitch, Lefort é transferido para a área de sociologia do CNRS (Centre national de la recherche scientifique) onde permanece como pesquisador até 1966, graças ao apoio recebido por Raymond Aron. Permanecerá, até o final de sua vida, diretamente atrelado à academia francesa, como participante ativo do *Centre de recherches politiques Raymond Aron* ligado à EHESS (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales).

Por outro lado, sua trajetória também se confunde com o militantismo político, como ele mesmo relembra

(...) quando estava ainda no Liceu, em classe de Filosofia – meu professor era Merleau-Ponty – eu ignorava ainda o que era o trotskismo, quando ele me perguntou sobre as minhas opiniões políticas. Era sob a ocupação alemã, em 1944, portanto numa conversa reservada. Ao me ouvir, ele me perguntou se, por acaso, eu conhecia os trotskistas, já que o meu radicalismo parecia muito próximo do trotskismo, mesmo se eu não conhecesse isso. Alguns meses mais tarde, por acaso, fiz uma articulação clandestina com um militante trotskista – duplamente clandestina, em relação aos alemães, e em relação aos resistentes comunistas. Isso me levou a entrar no PCI, que fora criado recentemente. Não sem – nesse intervalo – arrastar comigo, para essa aventura, um certo número de estudantes.¹⁴³

¹⁴² Acerca de sua passagem pelo Brasil, Claude Lefort lembraria em uma entrevista concedida à Ruy Fausto em 2004: “Eu estive, pela primeira vez, no Brasil, em 1953-54. Eu ensinei no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, então na rua Maria Antonia. Guardo uma lembrança excelente. Quanto ao Brasil, foi uma imensa descoberta para mim, algo que conta muito na minha vida. Todas as notícias concernentes ao Brasil me são preciosas. Estabeleci laços de amizade com inúmeros brasileiros. Fiquei fascinado pelo próprio Brasil. Estive de novo por lá em várias ocasiões. Deve ter havido um intervalo de uns vinte anos entre a minha primeira estada e a segunda, que ocorreu no período final da ditadura. Quando voltei [para a Europa], fiquei muito amigo principalmente de [Roberto] Salinas. Sua morte me chocou muito. Ele era, em extremo, um brasileiro, pela sua sutileza, seu humor, sua sensibilidade, seu sentido da hospitalidade. Voltei ao Brasil duas ou três outras vezes. Estive no Rio Grande do Sul, fiz uma conferência em Porto Alegre há bastante tempo, já havia uma municipalidade petista, e eu me lembro de já ter falado então de um reformismo radical! Estive, evidentemente, em Campinas, no Norte, em Recife, na Bahia. Não posso dizer que conheço bem o Brasil, porque é preciso ficar mais tempo. Finalmente, tive um grande prazer em acolher em Paris, no meu seminário, estudantes de excelente nível (*remarquables*), que desde então fizeram uma carreira brilhante”. In: *Uma entrevista inédita de Claude Lefort por Ruy Fausto*. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/p_ag.php?r=02&t=05>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

¹⁴³ Idem.

Durante os anos 1950, Lefort participará ativamente das atividades envolvendo o grupo SB. Sua presença, entretanto, pode ser observada em outros veículos influentes da intelectualidade no mesmo período, como a revista *Cahiers internationaux de sociologie* e a própria *Les Temps modernes*¹⁴⁴. Seu envolvimento com esse último acabará logo no começo dos anos 1950 por consequência de uma discussão com Sartre sob condições que analisaremos mais a frente mas que respondem diretamente ao problema das relações entre teoria política e prática revolucionária.

De fato, o cruzamento da atividade acadêmica e militante importa para a percepção das articulações próprias dos escritos de Lefort na época de SB, que gravitaram sempre entre as duas questões: entre uma análise calcada na tradição teórica da fenomenologia, do marxismo, da teoria política clássica, e no ambiente próprio do cotidiano dos trabalhadores, nas questões de organização prática da atividade revolucionária, das percepções que os trabalhadores constroem sobre si mesmos em sua vivência diária como sujeitos sociais.

Enquanto uma organização de intelectuais e militantes envolvidos em um projeto político e intelectual, na qual a revista *Socialisme ou Barbarie* era a forma máxima de expressão de seus objetivos, há uma discussão presente em seus primeiros anos acerca da forma de organização do grupo. O grupo seria só uma coletividade de indivíduos compartilhando um mesmo espaço para o exercício de sua crítica? Ou deveria haver o desenvolvimento de uma práxis em conjunto em relação às algumas diretrizes básicas do coletivo? Se sim, o grupo se assumiria de alguma forma enquanto vanguarda e retornaria à ideia leninista na qual a consciência política da classe trabalhadora deveria ser despertada exteriormente, por uma classe de vanguardistas?

No segundo número da revista, de junho de 1949, uma resolução expressava o encaminhamento que tal discussão deveria tomar no grupo. A maioria do grupo havia votado pela rejeição da concepção leninista de organização operária. A ideia era de que SB deveria desenvolver sua crítica em vistas de possibilitar a formação de um partido revolucionário, capaz de coordenar as lutas operárias diretamente à conquista do poder.

Definindo os objetivos do grupo, o texto intitulado apenas *Le parti révolutionnaire (résolution)*, começava definindo os limites de atuação das críticas do grupo e da revista.

¹⁴⁴ Para uma análise mais detalhada da participação de Lefort em outras revistas cf. RAFLIN, Marie-France. *Socialisme ou Barbarie, du vrai communisme à la radicalité*. Tese de Doutorado pelo Instiut d'études politiques de Paris, 2005.

Política revolucionária seria, para eles, a atividade coerente e organizada visando sempre a tomada de posse do poder estatal, em vistas de aplicar um programa determinado.

Não é política a redação de livros, nem a publicação de revistas, nem a propaganda, nem a agitação, nem a luta sobre as barricadas, que são unicamente elementos que podem expressar um papel político enorme, mas que só podem ser considerados meios políticos na medida em que estão explicitamente ligados ao objetivo final que é a despossessão do poder estatal para a aplicação de um determinado programa.¹⁴⁵

A percepção dos limites aqui parece apontar para uma divisão entre a política como modo de alcançar o Estado, e meios que o tornem isso possível em uma suposta “superestrutura” (a leitura, a jurisdição, o debate). Mas a necessidade de se afastar das políticas comunistas oficiais também faz parte do projeto. Quando se referem à concepção leninista de partido, por exemplo, reafirmam a incapacidade de convergência de tal concepção com os objetivos do grupo. Ora, a concepção de Lênin pressupunha em si mesma uma separação entre a vanguarda do partido (notadamente intelectuais e funcionários do partido) e aqueles que “marcham atrás”¹⁴⁶.

Para SB, a tentativa leninista na separação de trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais só poderia ser a expressão da total contradição com sua orientação programática. Se o objetivo da crítica à burocracia no grupo deveria encaminhar uma supressão completa da oposição entre gestão e execução, essa supressão só poderia retornar essencialmente em uma abolição na distinção leninista de trabalho manual e intelectual. Mas mesmo a resolução que apontava SB como núcleo de formação de um partido revolucionário não foi algo aceito de forma majoritária dentro do grupo. Uma nota antes do artigo indicava:

Grande parte da discussão girou em torno das questões levantadas por eles [os que discordaram da resolução]. No entanto, vários problemas também foram discutidos que não devem ser diretamente relacionados com o problema central, e todos serão objetos de novas discussões (incluindo o problema da organização socialista da economia e da abolição das relações dirigentes-executantes nesta etapa).¹⁴⁷

¹⁴⁵ Socialisme ou Barbarie, *Le parti révolutionnaire (résolution)*, n. 2, 1949, p. 98.

¹⁴⁶ Cf. LENIN, V. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

¹⁴⁷ Socialisme ou Barbarie, *La vie de notre groupe*, n. 2, 1949, p. 95.

Vale notar que um desses membros que discordam da resolução é Claude Lefort que, mesmo em uma entrevista recente antes de sua morte, destacava as tensões existentes entre suas opiniões e as linhas majoritárias do grupo, encarnadas na figura de Castoriadis.

Nessa revista, houve sempre, no decorrer desses anos, uma tensão entre Castoriadis e eu, a despeito da nossa amizade e do nosso acordo a propósito da crítica da burocracia. Castoriadis queria criar uma nova organização política, eu, de minha parte, pensava que devíamos procurar ter principalmente o papel de suscitar e cristalizar núcleos de operários revolucionários nas empresas, sem tentar assumir o papel de uma direção, isto é, sem nos propor construir o que, a meu ver, seria, inevitavelmente, um novo partido.¹⁴⁸

O conflito político representado entre Lefort e Castoriadis pode nos auxiliar na demonstração de como a crítica do grupo se organiza em torno de alguns pontos polêmicos mesmo para os próprios membros do grupo. Com isso creio que podemos ilustrar o núcleo central da crítica de SB em relação ao problema da organização dos trabalhadores (essencial para a percepção da tensão existente entre a produção do discurso da revista e a tradição do marxismo). Para isso, caberá apontar os principais momentos e objetivos da política ali narrada, com a participação do “intelectual operário” Daniel Mothé, e como também podemos demonstrar as fissuras que o projeto do grupo apresentou, os embates naturais em torno de uma pequena organização de esquerda no início dos anos 50, em Paris.

A luta política de cada tempo resgata e interpreta suas próprias questões através da experiência histórica. No caso da extrema-esquerda francesa, por exemplo, as teorizações em torno do problema de como os trabalhadores deveriam se organizar trazem quase sempre a experiência dos soviets na Rússia revolucionária e as experiências proletárias fracassadas do XIX (França em 1871, Alemanha 1918-23) como fundamento de onde a discussão deve partir. Embora cada luta traga elementos novos, ela deve sempre ser capaz de explicar e recolocar problemas fundamentais não resolvidos trazidos do passado. Daí o porque toda discussão sobre o problema organizativo dos trabalhadores em SB será sempre discutido sob o vórtice da experiência do movimento operário moderno¹⁴⁹, e as potencialidades de sua emancipação.

A necessidade de autonomia no processo de realização das lutas operárias já era apontado pelo grupo desde quando tendência do PCI. Para o grupo, uma organização que se

¹⁴⁸ LEFORT, C. *Uma entrevista inédita de Claude Lefort por Ruy Fausto*. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/p_ag.php?r=02&t=05>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

¹⁴⁹ Esse é, aliás, o título de um famoso texto de Castoriadis. Cf. CASTORIADIS, C. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

pretendesse socialista não poderia abdicar do desenvolvimento e da preparação de organismos autônomos de massas que não respondessem a um poder centralizado na figura de sindicatos partidarizados, governistas, ou controlados hierarquicamente.

Embora se possa considerar que a antiga tradição marxista já havia colocado o trabalhador como centro de sua análise, o modo como tal tradição concebia os trabalhadores era sempre como expressão personificada de forças econômicas no processo de produção¹⁵⁰. Por outro lado, concebendo a revolução socialista como futuro automático da humanidade, a reflexão sobre como identificar os trabalhadores enquanto sujeitos revolucionários era muitas vezes passada para segundo plano na análise macroeconômica dos marxistas. Para SB, aí residia o ponto a ser superado.

Em um texto de 1955, publicado na edição de número 17 da revista *Socialisme ou Barbarie*, Daniel Mothé apontava esse mesmo problema quando ressaltava as dificuldades de congregar a concepção de trabalhadores como sujeitos autônomos, com a prática socialista hegemônica do período (levada a cabo seja por stalinistas ou trotskistas). Para Mothé, para tais socialistas, pensar o trabalhador era pensar o processo de sua politização, o que significava dizer “iniciá-los nos mistérios dessa ciência”. Essa iniciação, em todo caso, objetivava o convencimento de que só o partido, enquanto expressão histórica de seus interesses, poderia representá-lo.

Eles (stalinistas e trotskistas) tendem a substituir a política das organizações de massas pela política do partido; a iniciativa dos trabalhadores pela iniciativa do partido; é tudo sobre substituir os problemas que nascem na produção ou na vida pública dos trabalhadores por problemas políticos gerais que interessam ao partido.¹⁵¹

O editorial da edição de número 12 da revista, datado de 1952, *L'expérience prolétarienne* escrito por Claude Lefort, auxilia na compreensão da formação de um projeto de uma experiência autônoma dos trabalhadores, em face das concepções tradicionais dos socialistas. Para Lefort, inclusive a interpretação de Marx apontaria para uma dupla natureza do proletariado. Pois se o proletário é por um lado uma criação do capitalismo, posicionado como peça mais fundamental do desenvolvimento técnico, ele (o proletário) opera igualmente

¹⁵⁰ Stephen Hastings-King nota que, até então, as ciências humanas francesas não haviam produzido pesquisadores que tomassem a classe operária como objeto legítimo de estudos. Seria só após 1958, com o fracasso da oposição dos trabalhadores à Quinta República de De Gaulle, que a sociologia como disciplina acadêmica (representada especialmente por Alain Touraine, Serge Mallet e Michel Crozier) se encontraria com a classe trabalhadora francesa. Cf. HASTINGS-KING, S. *Ibid.* p. 106.

¹⁵¹ MOTHÉ, Daniel. *Le problème d'un journal ouvrier*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 17, 1955, p. 29.

dentro da racionalidade dominante burguesa, e ao mesmo tempo fora dela por causa de sua experiência enquanto o que experiência a própria exploração¹⁵². O que observamos é que tal concepção do proletário, por outro lado, foi justaposta, na tradição marxista vulgar, como uma visão que reduz a experiência do trabalhador ao nível da fábrica, que reduz o proletário como expressão de sua função econômica. Essa concepção nasce da redução do entendimento do processo histórico como desenvolvimento da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Reduzida a isso, a história apareceria como um episódio particular na evolução da natureza, e seus personagens apareceriam como seres dotados de uma protoconsciência pois concebidos na verdade tal como os acontecimentos eram concebidos na teoria de Braudel: “espumas no mar da história”¹⁵³.

Ainda sobre Marx, Lefort ressalta que uma leitura mais responsável de sua obra apontaria um afastamento necessário a essa concepção reducionista do proletário, ou ao menos, estabeleceria outras formas de concebê-lo. Parte considerável do artigo em questão é uma releitura da concepção de proletário (e sua função na revolução) na obra de Marx. Não cabe a nós refazer integralmente esse caminho, mas demonstrar a hipótese da existência de uma relação sempre aberta à interpretação de Marx, ora corroborando com suas análises, ora apontando seus limites, ora objetivando sua superação.

A questão central para Lefort era tentar compreender como articular uma visão realista do proletariado como aquele em que é totalmente excluído de toda atividade social, segundo Marx, mas que, apesar de tal determinação, é possuidor de uma potência revolucionária? Nas palavras de Lefort: “Como poderia o proletariado assumir as inúmeras tarefas sociais, políticas, econômicas e culturais que uma revolução bem sucedida traria se, logo na noite anterior, era radicalmente excluído da vida social?”¹⁵⁴

A abordagem de Lefort supõe que a alienação na sociedade capitalista é menos uma realização por completo, e mais uma tendência a ser intensificada no capitalismo burocrático. Enraizada na crítica de SB sobre a burocracia, Hastings-King define que tal visão pressupunha que a ideologia capitalista gerencial tendia a excluir cada vez mais os trabalhadores da interação criativa com seu trabalho. Por outro lado, a criatividade ainda era continuamente necessária em razão de resolver os inúmeros problemas decorrentes da

¹⁵² LEFORT, C. *L'expérience prolétarienne*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 11, 1952, p. 1.

¹⁵³ BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. São Francisco: University of California Press, 1995, p. 21. Ed. Original: BRAUDEL, F. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 1 st ed., Paris: Armand Colin, 1949

¹⁵⁴ LEFORT, C. *Ibid.*, n. 11, 1952, p. 3.

produção fabril. “Se os trabalhadores fossem completamente alienados, não só a ação revolucionária seria impossível, mas a própria produção capitalista entraria em um impasse”.¹⁵⁵

O que a análise de Lefort recupera é a concepção de que nenhuma classe pode ser reduzida integralmente à sua função econômica na sociedade. Uma descrição concreta das relações sociais são sempre um componente necessário na concepção dessa mesma classe. A análise do proletariado requer, por sua vez, uma abordagem específica que seja capaz de acessar o seu *desenvolvimento subjetivo*. A questão passa a ser então como acessar tal subjetividade. A questão não pode ser mais a tendência de fixação da relação do proletariado ao indivíduo como abstração; para Lefort, o objetivo deveria ser a pesquisa acerca de como a estrutura social do proletariado emergiria de situações subjetivas, sempre relacionadas com a determinação real e econômica do sujeito.

Como homens, colocados nas condições de trabalho industrial, se apropriam desse trabalho? Como é que eles constroem vínculos entre as relações específicas entre si mesmos, e como eles percebem e moldam suas relações com o resto da sociedade? E, de maneira singular, como é que eles compõem a experiência compartilhada que faz deles uma força histórica?¹⁵⁶

A resposta e a proposta de Lefort para o estudo de tais “subjetividades operárias” reside em uma virada perspectivista na práxis do grupo SB. A ênfase na proposição de uma teoria autônoma da organização dos trabalhadores deveria partir de uma autonomia na própria produção textual. Seguindo sua posição em relação à organização revolucionária, Lefort argumenta que apenas trabalhadores poderiam saber e escrever acerca de sua experiência nas fábricas e na luta política. Desse modo, a teoria revolucionária deveria se circunscrever através da análise e da interpretação sobre o que os trabalhadores escrevessem.

Cabe dizer que, para além da originalidade de tal percepção, o primeiro número da revista *Socialisme ou Barbarie* já contava com um texto escrito por um operário acerca das condições do trabalhador americano na época e outro texto já constava na mesma edição do presente artigo de Lefort¹⁵⁷. Mas, em que medida a leitura de tais textos “testemunhais” poderia oferecer uma ferramenta analítica e política para um projeto revolucionário?

¹⁵⁵ CASTORIADIS apud. HASTINGS-KING, *Ibid.*, p. 108.

¹⁵⁶ LEFORT, C. *Ibid.*, n. 11, 1952, p. 10.

¹⁵⁷ O artigo de Paul Romano “L’ouvrier américain” está presente, dividido por partes, nos números 1, 2, 3, 4 e 5-6, da revista *Socialisme ou Barbarie*. Na edição de número 11, adjunto ao artigo de Claude Lefort, está presente o artigo “La vie en usine” de G. Vivier, que tem continuação na edição de número 12.

A leitura dos textos de testemunho deveria se efetivar, para Lefort, tendo em vista alguns pontos principais: a) as relações do trabalhador com seu trabalho, seu conhecimento do processo de trabalho, seu interesse pela produção, sua posição em relação aos processos de racionalização do trabalho, o trabalhador estabelece necessariamente uma relação crítica com tais processos? b) as relações com outros trabalhadores, inclusive na relação entre trabalhadores de funções com hierarquias diferentes. “Há tendências para a cooperação, competição ou isolamento? Há preferência por trabalhar individualmente ou como uma equipe? (...)”, c) a vida fora da fábrica e o conhecimento do trabalhador sobre o contexto político, o impacto da vida na fábrica na vida familiar, como o trabalho ocupa seu tempo fora da fábrica, que tipos de distração são de sua preferência, etc. d) as ligações entre o trabalhador e o movimento operário, como ele se sente em relação a tais organismos, sua participação ou ausência em movimentos trabalhistas¹⁵⁸.

As narrativas individuais, detalhando a experiência dos trabalhadores, permitiriam aos militantes e intelectuais acesso aos conflitos entre o duplo pertencimento dos trabalhadores de que fala Lefort (ao mesmo tempo dentro da racionalidade dominante e fora dela pela experiência da exploração). Essas narrativas apontariam para o conteúdo latente de cada experiência, apontando também os potenciais políticos e revolucionários presentes na contingência de cada experiência em particular e também retroalimentando a experiência do trabalhador leitor da revista (o conhecimento de outras experiências permitiria a identificação do compartilhamento de situações para além do universo fabril).

O que os militantes podem trazer para o diálogo que liga eles aos trabalhadores de vanguarda (como os trabalhadores que escrevem as narrativas) é a análise comparativa das narrativas que possam dar uma descrição coerente dos “comportamentos espontâneos” dos trabalhadores no contexto do trabalho industrial.¹⁵⁹

A influência da fenomenologia aqui parece ser clara. Lefort, ex-aluno e seguidor de Maurice Merleau-Ponty, apostava no uso das leituras comparativas, de modo a isolá-las e interpretar os conflitos e práticos das classes trabalhadoras (que emergem como universais na teoria marxista clássica) dentro da própria experiência individual, e não mais como evidências de uma “*forma ideal geral*”. A função de tal atividade residia na tentativa de compreender como as experiências individuais são politizadas na prática à sua própria maneira. Como,

¹⁵⁸ LEFORT, C. *Ibid.*, n. 11, 1952, p. 12-13.

¹⁵⁹ HASTINGS-KING, *Ibid.*, p. 113.

afinal, os trabalhadores restituem o sentido de sua prática por meio de suas experiências de vida, suas narrativas e testemunhos.

Entre 1956 e 1957 a revista publicara uma série de relatos autobiográficos escritos por Daniel Mothé, pseudônimo de Jacques Gautrat¹⁶⁰, militante comunista e operário nas fábricas parisienses da Renault. Tendo chegado ao grupo SB em 1951, período de efervescência das discussões sobre o problema da organização, Mothé lembraria esse período em uma entrevista de 1992: “[o problema da organização] não era o meu problema. O problema, para mim, era a ruptura com o bolchevismo e como analisar a burocracia de modo que nem os trotskistas nem os bordiguistas poderiam ter feito”¹⁶¹.

Em 1955, porém, Mothé está decidido a levar a sério as proposições de Lefort sobre a possibilidade de um núcleo político e intelectual de trabalhadores autônomos, sem a necessária mediação de uma organização partidária, mas adverte que a própria ideia não se tratava de uma novidade.

Não se trata de uma ideia nova, (...) tais documentos [os jornais operários] já existiram na história do movimento dos trabalhadores (os jornais operários do século 19). E (...) essa ideia pertence à concepção fundamental do socialismo, a capacidade da classe trabalhadora para destruir o capitalismo e gerir, a si mesmo, uma sociedade socialista.¹⁶²

Para Mothé, a ideia de um jornal de trabalhadores deveria, sobretudo, ser autônomo no sentido em que seus editores, distribuidores e leitores deveriam ser os próprios trabalhadores. A atividade do jornal não poderia se separar da atividade de seu público. “O jornal não terá como objetivo a difusão de uma concepção política estabelecida para a classe operária, mas compartilhará as experiências concretas dos trabalhadores individuais, a fim de responder aos problemas que lhes dizem respeito”¹⁶³.

Os problemas a serem respondidos pelos trabalhadores giravam em torno de problemas clássicos ao movimento dos trabalhadores: a exploração a que eram submetidos, as

¹⁶⁰ Aqui, optamos por seguir a referência ao autor pelo seu pseudônimo, como Stephen Hastings-King explicara: “Para Jacques Gautrat, Mothé era uma identidade separada, uma posição social construída por dentro e em torno de Socialismo ou Barbárie que havia lhe permitido exercer a função de intelectual, e abriu um leque diferente de possibilidades políticas e culturais que estavam disponíveis para ele na Renault” In: HASTINGS-KING, S. *Ibid.*, p. 243.

¹⁶¹ HASTINGS-KING, S. *Ibid.*, p. 242.

¹⁶² MOTHÉ, Daniel. *The problem of workers paper*. Publicado originalmente em *Socialisme ou Barbarie*, n. 17, 1955. Disponível em <<http://viewpointmag.com/2013/09/26/the-problem-of-the-workers-paper/>> Acesso em 15 de setembro de 2014.

¹⁶³ *Idem.*

formas possíveis de luta contra a alienação na produção. Mas também: o modo como as ideologias de esquerda e sua difusão no seio da classe trabalhadora representaria um problema a ser discutido pelos trabalhadores: eles se sentiam representados por tais organizações? Lefort apontaria, em 1958, a necessidade de tal empreendimento se atentar à impossibilidade de: “(...) definir o que o proletariado é na sua realidade, uma vez rejeitadas todas as representações que se fazem de sua condição quando ele é percebido através do prisma deformador da sociedade burguesa ou dos partidos que pretendem exprimi-la”¹⁶⁴.

Ao se opor as tentativas stalinistas e trotskistas em “politizar os trabalhadores”, Daniel Mothé dizia que os trabalhadores eram vistos, por ambos os tipos de organização, como meros “reservatórios”, onde o partido buscava sua “força material”, “eles tendem a substituir as políticas de organizações de massas com a política do partido, a iniciativa dos trabalhadores pela iniciativa do partido”. A conclusão era de que os problemas políticos que interessavam aos partidos, não eram problemas, de fato, para as classes trabalhadoras, eram discussões que diziam mais respeito à burocracia russa ou ao PCF, do que à própria vida cotidiana dos trabalhadores.

Encontrar o ponto de contato entre a experiência imediata dos trabalhadores, com a formação da experiência teórica dos militantes, era esse o objetivo. Se a classe trabalhadora precisava da organização revolucionária para “teorizar” sua experiência (colocá-la sob um plano analítico), Mothé considerava que a organização teórica também necessitaria da experiência prática dos trabalhadores, a fim de recorrer a essa experiência quando necessário em vistas de uma organização política.

Daniel Mothé, representando um tipo de intelectual operário, colocou em prática a perspectiva de uma autêntica valoração teórica da experiência fabril, articuladamente com o projeto de SB que Lefort havia descrito anteriormente. Os escritos de Mothé funcionaram para confirmar o projeto de uma relação de contato produtiva com a classe trabalhadora e os intelectuais, professores, economistas, do grupo SB. Já foi analisado como a escrita de Mothé e o projeto de SB de uma “escrita operária”, ultrapassando os limites da atividade editorial, e adentrando ao universo político das fábricas francesas, inaugurou um novo momento na história intelectual da esquerda francesa ao produzir uma posição intelectual contra a velha tradição da “literatura proletária”, em seus aspectos narrativos e estilísticos¹⁶⁵.

¹⁶⁴ LEFORT, Claude. *Ibid.*, 1979 [1958], p. 90.

¹⁶⁵ Cf. HASTINGS-KING, Stephen. *Looking for proletariat: Socialisme ou Barbarie and the problem of worker writing*. Brill: Boston, 2014.

As posições de Lefort e Mothé apontam aqui a posição central, em SB, das concepções acerca da autonomia da experiência dos trabalhadores. Conforme apontou Renata Schevisbiski tal orientação da análise teórica para a experiência explícita do proletariado significou também a mobilização de certas análises históricas que fossem capaz de interpretar a experiência operária sob diversas formas (insurreições, revoltas, resistências, tipos de organizações cotidianas etc.). Nesse sentido, observa-se também a centralidade dos textos dedicados às análises da política global na revista *Socialisme ou Barbarie*¹⁶⁶, de modo que o projeto de compreensão da experiência subjetiva dos trabalhadores estava atrelado diretamente ao panorama contextual do período. Isso não significa afirma uma relação de determinação entre um e outro, mas, como apontou Schevisbiski em sua interpretação dos textos de Lefort: “no lugar de examinar-se do exterior a situação e o desenvolvimento do proletariado, [procurou-se] restituir do interior sua atitude em face de seu trabalho e da sociedade”¹⁶⁷.

O que podemos afirmar é que as narrativas em primeira pessoa e as formulações de Lefort e Mothé sobre sua potencialidade auxiliaram na recusa do grupo em subordinar a experiência dos trabalhadores às determinações das organizações de esquerda do período, potencialidade que atingirá outras perspectivas do trabalho de Lefort no seio do grupo.

O intelectual e seu contrário: Lefort e Sartre, Castoriadis e Pannekoek

Outro ponto que vale ser destacado é o modo como tal projeto de Lefort e Mothé representou um claro afastamento em relação à ideia do intelectual comunista francês como porta-voz do comunismo soviético e da política institucional. De fato, a formulação de Lefort acerca dos limites da interpretação intelectual sobre a organização dos trabalhadores serviu como um dos motivos de uma longa discussão com Jean Paul Sartre nas páginas da revista *Les Temps Modernes* em 1954, que acabou resultando na saída de Lefort de tal revista.

Para Sartre, as concepções de Lefort acerca dos limites da representação levava obrigatoriamente para o reconhecimento da nulidade da ação militante. Por outro lado, as Sartre diria que tais ideias levariam à constatação de que não haveriam tarefas a serem executadas por militantes em relação à classe trabalhadora a não ser a interpretação, de forma

¹⁶⁶ O item 2.3, com as análises sobre as interpretações de Castoriadis sobre o universo político das décadas de 1950 e 1960 poderão ilustrar melhor a centralidade do tema, e sua importância para a emergente crítica do marxismo constituída por Castoriadis.

¹⁶⁷ SCHEVISBISKI, Renata Schlumberger. *A “obra” da ideologia e a ideologia na obra de Claude Lefort*. Tese de Doutorado (USP), 2013, p. 35.

que a abordagem fenomenológica de Lefort reduziria então a ação do intelectual ao de um *espectador otimista*. Sartre apontava então que tal posição representava uma proposta de ausência nas lutas dos trabalhadores e identificava Lefort como alguém a serviço do patronato: “(...) se eu fosse um jovem patrão, eu seria lefortista”¹⁶⁸. O tom do debate é extremamente duro e Sartre não poupa esforços para denunciar o que considera um desvio burguês na crítica comunista de Lefort.

Mas você, Lefort, quem é você? Aonde você se encaixa? Como você pode nos falar da experiência da classe trabalhadora que “nada tem de objetiva” e na qual “apenas lida com sua própria atividade”? Você provavelmente se considera dentro desses intelectuais “que diligentemente tem sido capaz de adquirir a compreensão teórica do movimento”¹⁶⁹.

Quando você era um trotskista, você apostava em 50% de chance para a história se deteriorar. Pelo menos era uma questão de possibilidades e você estava pronto para lutar contra elas: o campo ainda estava aberto. (...) Antontem, você era um revolucionário deliberado, hoje sua atividade é definida por uma inação militante¹⁷⁰.

Para Lefort, em uma tréplica publicada na seção *Correspondance* de *Les Temps modernes*¹⁷¹, o único objetivo de Sartre com o artigo seria a defesa irrevogável da União Soviética, e para isso Sartre utilizaria os ataques contra os que então lutavam pela desagregação da crença na política soviética como futuro possível para a esquerda¹⁷². Não cabe aqui analisar o conflito sobre a interpretação do mundo soviético, que será objeto de nossa investigação no terceiro capítulo. O que vale dizer é que o conflito com Sartre demonstra que as formulações teóricas de Lefort colocam em risco as chaves de pensamento do marxismo até então. Para Sartre era inconcebível divorciar o Partido Comunista da organização dos trabalhadores. Sartre acreditava que o Partido Comunista era a representação necessária e exata da classe operária, ele (o Partido) seria aquilo sem o que não haveria unidade de classe, portanto, a mediação constitutiva das massas. A representação da classe pelo Partido deveria ser monolítica, ou seja, o organismo da ligação deveria ser o ato puro, se

¹⁶⁸ SARTRE, Jean Paul. *Réponse à Lefort*. In: *Les Temps Modernes*, n. 89, 1953. Reimpresso em: SARTRE, Jean Paul. *The communists and the peace with a reply to Claude Lefort*.

¹⁶⁹ SARTRE, J.P., *Idem*, p. 244.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 296.

¹⁷¹ LEFORT, C. *De la réponse à la question*. In: *Les Temps modernes*, n. 104, 1954, pp. 157-154.

¹⁷² Ver também: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Sartre e o ultra-bolchevismo*. In: *As aventuras da dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ele implicasse o menor germe de divisão não haveria a unificação do aparelho partidário e representacional. “Se a classe trabalhadora quiser se separar do Partido, ela tem apenas um meio a sua disposição: se desmoronar em pó”¹⁷³.

Lefort inverte essa relação. A gestão dos trabalhadores visando o socialismo não poderia ser nem o resultado predestinado de um desenvolvimento histórico dado, nem uma ação histórica por parte de um Partido esclarecido, nem ainda através da aplicação exata de uma teoria que é verdadeira em si mesma. Para Lefort (e em nossa interpretação, um caminho que será seguido ao longo dos anos do grupo SB) só o desencadeamento da atividade criativa e autônoma dos trabalhadores seria capaz de produzir uma transformação na estrutura do capitalismo.

No terreno ainda do ensaio de Lefort, e da crítica de Sartre, outro importante documento para a compreensão da complexidade do universo intelectual do grupo SB, é o texto de Castoriadis intitulado “*Sartre, le stalinisme et les ouvriers*” publicado na edição de número 12 da revista *Socialisme ou Barbarie*. No que concerne ao nosso tema é interessante notar de que modo o texto de Castoriadis procura formular uma crítica ao ataque de Sartre à Lefort, ao mesmo tempo em que não se limita a uma defesa ilimitada deste, criticando o que considera impossibilidades práticas também do pensamento lefortiano.

Logo no início do texto, Castoriadis provoca a imagem de Sartre como intelectual legítimo da classe operária e escreve:

Tudo isso [as opiniões de Sartre sobre a relação inevitável entre operários e o Partido], o leitor pode se perguntar, pode ser verdadeiro e pode ser falso. Mas o que temos que fazer agora, então? Bom, o leitor tem uma opção: Primeiro, esperar por uma das próximas edições de *Les Temps Modernes*, onde Sartre publicará seu capítulo final. Se, no entanto, a generosidade do leitor, seu entusiasmo, e sua impaciência levá-lo para a ação imediata e impedi-lo de esperar o resultado natural desta constipação ideológica, ele então pode tentar já tirar suas conclusões daquilo que leu.¹⁷⁴

Seguindo a posição de Lefort sobre a necessidade de uma organização para além das representações partidárias tradicionais, Castoriadis argumenta que a reconstrução do movimento revolucionário só poderá surgir através de uma orientação fundamentalmente oposta às organizações stalinistas como o Partido Comunista Francês.

¹⁷³ SARTRE, J.P. *Ibid.*, 1968, p. 88.

¹⁷⁴ CASTORIADIS, C. *Sartre, le stalinisme et les ouvriers*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 12, 1953, p. 66.

Depois de apontar diversas contradições no discurso de Sartre em relação a necessidade de identificação partido/trabalhadores, Castoriadis nota como a visão de Sartre é embasada em um pressuposto de redução da teoria a um aparato de pouca importância para a ação da classe operária.

Teoria é algo bom para livros antigos, mas na vida real ela não tem muito propósito. Com isso, Sartre dirá para nós o que o proletário e o partido são, e como nós podemos resgatar “a classe trabalhadora, toda comunidade francesa e a paz”, sem “moldar ou remodelar a teoria do proletariado”. Tal teoria, ele diz, aparece como algo “inútil, perigoso, e até presunçoso”.¹⁷⁵

Após rastrear a presença do pressuposto teórico no próprio texto de Sartre que se pretende “anti-teórico” Castoriadis analisa a hipótese sartreana de que a experiência subjetiva dos trabalhadores nada tem a oferecer de positivo para a luta política dos mesmos¹⁷⁶. Para Castoriadis, Sartre confunde a experiência subjetiva no trabalho industrial, com os meios de socialização dessa experiência. É óbvio, para um atento leitor de Marx como Castoriadis, a experiência fabril moderna arrancava o trabalho de seu significado para o produtor, pois produzia para uma atividade que nada dizia a seu respeito. A consideração que Sartre parecia ter ignorado era a de que a própria significação negativa da atividade carregava em si mesmo seu contrário, ou seja, tal como já apontamos na consideração de Lefort, a experiência da fábrica, da socialização dos problemas, das percepções e sensibilidades do trabalhador carregavam a possibilidade de transformar essa significação negativa em potencial político.

Por último, convém notar que, apesar de partir em defesa de seu companheiro de grupo, Castoriadis é categórico quanto aos limites que enxerga na concepção de Lefort sobre o formato de uma organização revolucionária. Apesar de concordar que o problema da organização dos trabalhadores e de sua liderança pelo partido deve ser resolvido em outro terreno que não no da legitimação do partido como força representativa completa dos trabalhadores, Castoriadis nota que a solução passa ainda pela constituição de uma liderança que, dotada de um programa e de uma forma organizacional, deveria exercer sua presença enquanto vanguarda em potencial. A tarefa seria então afastar a noção de vanguarda da concepção hegemônica de um partido burocratizado. Por outro lado, o então atual estado de

¹⁷⁵ Idem, p. 68.

¹⁷⁶ Sartre escreve para Lefort: “Talvez você esteja sonhando com a influência “cultural” do trabalho. Nesse caso, lamento informá-lo que investigadores anglo-saxões e alemães irão destruir o seu sonho. A influência cultural do trabalho compartimentalizado é inteiramente negativa” In: SARTRE, J.P. apud CASTORIADIS, Idem, p. 71, grifos do original.

completa falência das organizações operárias significava que o grupo pouco podia fazer além de analisar o momento quando as “condições objetivas” para a formação de uma outra forma de organização dos trabalhadores se tornasse possível.

Isso não significa que o grupo não tem agora nenhum papel a desempenhar, nenhum papel historicamente importante. No presente momento, apenas o grupo pode – e, ao menos que eu esteja enganado, ele é o único no mundo a fazê-lo – continuar com a elaboração de uma ideologia revolucionária, definir um programa, e continuar com o trabalho de propagação das ideias. São atividades muito valiosas, mesmo que os resultados não apareçam imediatamente. A realização dessas tarefas é um pressuposto básico para a constituição de uma liderança, uma vez que isso se torne objetivamente possível.¹⁷⁷

A citação acima parece se aproximar muito mais daquela concepção tradicional de intelectual engajado que observamos no primeiro capítulo, do que a concepção de Lefort. Isso mostra como a ideia da função intelectual está aberta a diferentes interpretações, mesmo quando se fala de um único grupo de intelectuais. A concepção de Lefort, ao contrário da de Castoriadis, subverte a ideia de representação em nome de uma concepção fenomenológica da experiência operária. Se ele, intelectual, professor universitário, não experimenta a realidade histórica dos trabalhadores, como pode falar sobre ela? A função do intelectual aqui residiria no objetivo de criação de um espaço onde fosse possível que os trabalhadores se autorrepresentassem, contassem sua experiência e compartilhassem suas visões acerca do processo criativo para outra sociedade, ou seja, apenas auxiliar os trabalhadores em sua própria auto-organização espontânea. Já, conforme visto na citação acima de Castoriadis, o processo de propagação das ideias, elaboração de um programa, indicaria uma relação mais representativa entre intelectual e trabalhador, muito próxima da formulação de Gramsci, uma relação entre indivíduos que exercem a função intelectual e indivíduos que não a exercem. Para Castoriadis, o objetivo seria então disputar a orientação política do movimento por meio de um novo tipo de organização (autônoma, não burocrática, nem autoritária). Entretanto, tanto na concepção de Lefort quanto na de Castoriadis, a divisão entre intelectuais e trabalhadores aparecem mais como complementares do que como separadas no processo de ação política. Em todo caso, o impasse estava colocado. Conforme apontou Stephen Hastings-King:

¹⁷⁷ CASTORIADIS, C. *La direction prolétarienn*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 10, 1952, p. 71.

Para Lefort, o problema da burocratização era primordial. Não só era o problema a organização revolucionária por si só, mas a produção teórica também tinha que evitar cair na armadilha de dizer aos trabalhadores o que eles estavam “realmente fazendo”. Para Castoriadis, isso tornaria o trabalho político impossível, porque uma ou outra versão dessa relação havia sido construída sobre a natureza da própria teoria.¹⁷⁸

Os personagens envolvidos também perceberam tal dificuldade de congregação de ideias tão diferentes. Em junho de 1952, Lefort deixa o grupo junto de outros colaboradores, mas poucos meses depois volta a fazer parte do grupo¹⁷⁹. Outra discussão em torno do “problema da organização” (tal como se refere Castoriadis) irá produzir a cisão final de Claude Lefort com o grupo em 1958.

Entretanto, em abril de 1954, o problema da organização voltaria à ordem do dia, fruto de uma carta recebida pelo grupo com autoria de Anton Pannekoek, o famoso teórico comunista holandês, conhecido pela elaboração teórica do chamado “comunismo de conselhos”. Acompanhemos a polêmica através da leitura de Pablo Ortellado:

Em seu livro clássico de 1946, *Os conselhos operários*, Pannekoek tinha escrito que “a luta dos trabalhadores contra o capital não é possível sem organização – e a organização surge espontaneamente, imediatamente.” Ele se opunha à formação de partidos operários que buscassem doutrinar e controlar os trabalhadores. Pela sua própria natureza os partidos seriam contrários à auto-organização. “Há,” segundo Pannekoek, “grupos e partidos que pretendem ter a posse exclusiva da verdade, que tentam ganhar os trabalhadores com sua propaganda excluindo todas as outras opiniões. Por um constrangimento moral – e quando têm o poder, também físico – tentam impor seus pontos de vista sobre as massas. É preciso deixar claro que o ensino unilateral de um sistema de doutrinas serve apenas – e na verdade, deve servir – para alimentar seguidores obedientes e, portanto, para manter a velha ou para preparar uma nova dominação.”¹⁸⁰

Na carta que endereçara à SB, publicada na edição de número 14 da revista, em 1954, Pannekoek reafirmava suas opiniões ao saudar com gratidão o grupo SB que, em sua percepção, produzia uma crítica muito próxima daquela que ele havia produzido na década anterior. Segundo Pannekoek, a perspectiva conselhistas resolvia o “nó de contradição do

¹⁷⁸ HASTINGS-KING, S. Ibid. p. 110.

¹⁷⁹ Van der LINDEN, M. Ibid. p. 14.

¹⁸⁰ PANNEKOEK apud ORTELLADO, Pablo. *A organização da autonomia: Castoriadis, Pannekoek e Lefort sobre a organização operária*. Disponível em: <<http://www.gpopai.org/ortellado/2012/01/a-organizacao-da-autonomia-castoriadis-pannekoek-e-lefort-sobre-a-organizacao-operaria-2005/>> Acesso em: 09 de setembro de 2014.

problema da direção operária”¹⁸¹. Mas adiantava, desde o começo, os limites que separavam suas formulações das de SB

Ao passo que vocês restringem a atividade destes organismos [organismos autônomos dos trabalhadores] à organização do trabalho nas fábricas depois da tomada do poder social pelos trabalhadores, nós consideramo-los também como meio pelo qual os trabalhadores conquistarão esse poder. Para conquistar o poder não é preciso que “um partido revolucionário” tome a direção da revolução proletária. Este “partido revolucionário” é um conceito trotskista que encontrou grande adesão (depois de 1930) entre o grande número de ex-militantes do PC desiludidos com a prática do partido (...) Pode ser que agora me perguntem: mas então, no quadro desta orientação, para que serve um partido ou um grupo e quais as suas tarefas? (...)No quadro da discussão apresentada no n.º 10 da vossa revista¹⁸², foi com razão afirmado que a nossa tarefa é principalmente teórica: encontrar e indicar pelo estudo e discussão o melhor caminho de ação para a classe operária. No entanto, esta educação não deve ser dirigida somente aos membros do grupo ou partido mas sim à massa da classe operária. É ela que deve decidir nas suas reuniões de fábrica e nos Conselhos, qual a melhor maneira de agir.¹⁸³

A esse apontamento, Castoriadis responderá que tal visão peca em não levar em conta os próprios conflitos que surgiriam nos processos revolucionários onde surgissem conselhos operários, tal qual a experiência da Guerra Civil Espanhola havia demonstrado. Mesmo com a constituição de tais organismos, a luta de classes seria transposta ao seu próprio seio. Interesses distintos entrariam em cena, e seria ingênuo acreditar que mesmo os representantes das classes hostis ao proletariado, os stalinistas ou reformistas, estariam alheios a tal processo. Isso explicaria a necessidade de uma organização central para os trabalhadores. “Ela [tal organização] deveria ser capaz de intervir nas lutas, combater a influência das organizações burocráticas, propor aos operários modos de ação e de organização”¹⁸⁴. Admitindo os riscos de degenerescência que essa posição poderia levar, Castoriadis nota que o maior risco seria não agir em decorrência de tal consciência. Pannekoek ainda responderá brevemente a réplica de Castoriadis, mas a carta nunca será publicada na revista¹⁸⁵. Tal resposta não publicada de Pannekoek reiterava que, aos reais perigos advindos do apoderamento do poder por camadas

¹⁸¹ PANNEKOEK, A. *Lettre à Chaulie*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n.14, 1955, p. 47.

¹⁸² Aqui, Pannekoek está se referindo ao artigo de Castoriadis já citado por nós: “La direction prolétarienne”, presente no número 10 da revista *Socialisme ou Barbarie*.

¹⁸³ PANNEKOEK, A. *Idem*. p. 45-46.

¹⁸⁴ CASTORIADIS, C. *Réponse au camarade Pannekoek*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 14, 1955, p. 48.

¹⁸⁵ A segunda carta de Pannekoek pode ser lida em: <www.marxists.org/portugues/pannekoek/1953/12/carta.htm> Acesso em 13 de setembro de 2014.

específicas dentro dos processos políticos de conselhos operários, deveria partir uma radicalização da luta enérgica contra tais camadas através da “força do argumento”, e não através dos métodos violentos colocados em prática recorrentemente pelos comunistas no poder.

Mais uma vez o problema estava posto, e os encaminhamentos práticos de tal discussão pouco tardariam a chegar. Quatro anos depois, a discussão voltaria em termos muito semelhantes, na polêmica que levaria Castoriadis e Lefort ao rompimento. No artigo que marca sua despedida do grupo, Lefort considera que sua inevitável saída do grupo era produto da incompatibilidade do que ele considerava “posições leninistas” de Castoriadis¹⁸⁶. Para Lefort, o problema em Castoriadis era a concepção de um “organismo minoritário, seletivo e centralizado”, se aproximando assim do modelo expresso na famosa obra de Lênin, “Que Fazer?”, onde a consciência política se introduz ao proletariado como algo externo. O que Lefort argumentava era a necessidade de criação de uma atividade militante de caráter não pedagógico, a função de tal atividade deveria ser “explicitar aquilo que se inscreve como tendência na vida e na conduta dos operários”. O militante aparece assim não mais como dirigente, mas como agente dos trabalhadores. O que nos parece é que para Lefort a organização da classe operária deveria ocorrer espontaneamente, sem o controle ou a decisão de partidos e instituições, por mais antiburocráticas que elas fossem.

Henri Simon, membro do grupo que, junto com Claude Lefort, decide por sua saída do grupo após a percepção de que a proposta por uma política organizativa não-centralizada era incompatível com as percepções do resto do grupo, analisaria em anos mais recentes o momento de sua saída com Lefort

Pessoalmente, participei de *Socialisme ou Barbarie* de 1952 à 1958 (...) Essa ruptura aconteceu sob as considerações sobre o problema da organização que não colocavam mais o interesse central na ação da classe trabalhadora. Pelo contrário, a maioria do grupo havia visto no Gaullismo um tipo de fascismo (o que era uma análise incorreta), e elaborou a conclusão de que teríamos que participar em uma revolta da classe trabalhadora, daí a necessidade de uma organização estruturada. Essa orientação era, no entanto, oposta à concepção de trabalhadores enquanto questionadores porque o grupo via si mesmo como um guia, um coordenador, um recrutador com o objetivo de impor uma linha em vez de considerar essa linha através do comportamento dos próprios trabalhadores¹⁸⁷.

¹⁸⁶ LEFORT, C. *Organisation et parti*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 26, 1958, pp. 120-134.

¹⁸⁷ SIMON, Henri. *Workers' Inquiry in Socialisme ou Barbarie*. Disponível em: <<http://viewpointmag.com/2013/09/26/workers-inquiry-in-socialisme-ou-barbarie/>>. Acesso em 13 de setembro

Castoriadis ainda responderia, no número subsequente da revista, que sua proposta consistia no projeto de uma organização ativa através do exercício de uma democracia radical, “baseada na autonomia da base no limite colocado pela unidade de ação, na democracia direta e na eleição e revocabilidade de todos os cargos centralizados”¹⁸⁸.

A autonomia se ganha através de uma série de influências contraditórias; a liberdade surge no curso da luta com os outros e contra os outros. Respeitar a liberdade de alguém não é não tocar nele: é tratá-lo como adulto e lhe dizer o que se pensa. Respeitar sua liberdade não como moralista, mas como revolucionário, é ajudá-lo a fazer o que lhe proporcionar essa liberdade – não num futuro hipotético, mas aqui e agora; não instaurar o socialismo no lugar dele, mas ajudá-lo a realizar atos socialistas desde hoje.

Em todo o caso, o destino estava traçado, Lefort havia saído do grupo em 1958 e a partir de agora dedicaria suas análises ao grupo fundado junto com Henri Simon “*Informations et liaisons ouvrières*”, dedicada ao seu projeto inicial acerca da “experiência proletária” em SB. Lefort voltará a se encontrar intelectualmente com Castoriadis em meio à maio de 1968, e juntos produzirão o primeiro documento intelectual sobre as revoltas de maio¹⁸⁹, entretanto, à guisa de conclusão, vale dizer que o legado das teorizações de Lefort continuaram como referência obrigatória nas discussões do grupo ao longo dos anos 60, já sem sua presença nos comitês editoriais¹⁹⁰. Também como afirma o historiador holandês Marcel Van der Linden, os textos de Lefort sobre a experiência proletária foram um importante predecessor de tentativas mais tardias de análise do capitalismo “*from below*” como as de Raniero Panziere, Edward Palmer Thompson, Ehard Lucas, e, adicionaríamos, das próprias análises de Van der Linden¹⁹¹.

de 2014.

¹⁸⁸ ORTELLADO, P. *Ibid.*

¹⁸⁹ Se trata da coletânea *Mai 68: La Brèche*, escrita por Cornelius Castoriadis, Claude Lefort e Edgar Mórin e lançada em Paris em julho de 1968.

¹⁹⁰ Stephen Hastings-King também observou como a experiência em torno de SB ofereceu a um pensador como Guy Debord numerosas ferramentas para a elaboração de sua crítica à sociedade mercantil. Tendo feito parte do grupo durante 1960 e 1961, Debord articulou diversas discussões de SB no projeto de nascimento de sua organização, a Internacional Situacionista. Para mais cf. HASTINGS-KING, Stephen. *L’Internationale Situationniste, Socialisme ou Barbarie, and the Crisis of the Marxist Imaginary*. In: SubStance, University of Wisconsin, v. 90, n. 3, 1999, pp. 26-54.

¹⁹¹ Seu livro acaba de ser traduzido para o português pela Editora Unicamp: van der LINDEN, M. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*, Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

2.3 – CORNELIUS CASTORIADIS: DESAJUSTES ENTRE MARXISMO E REVOLUÇÃO

Hoje em dia, quando se fala sobre o grupo Socialismo ou Barbárie, a primeira imagem a ser relacionada com o grupo e a revista é a de Cornelius Castoriadis. Fundador do grupo, foi o único membro que permaneceu ativo no grupo durante toda sua existência entre 1948 e 1967 e suas formulações críticas acerca da burocratização da sociedade soviética permaneceram sempre como o símbolo máximo do grupo.

Filho de pais gregos, mas tendo nascido em Constantinopla em 1922, Castoriadis estudou economia e filosofia na Universidade de Atenas, na Grécia. Membro ativo da Juventude Comunista Grega em 1937 e líder de um grupo que pretendia reformar o Partido Comunista Grego, Castoriadis viu-se ameaçado dos dois lados quando se tornou trotskista em 1942. A Grécia estava sob ocupação nazista desde 1941, e o Partido Comunista Grego estava tomado pelas lideranças stalinistas, o que tornara difícil sua permanência no país que logo entraria numa sangrenta guerra civil.

Tendo conseguido uma bolsa de estudos do Instituto Francês de Atenas (IFA), Castoriadis embarca para França em 1945 a bordo do transatlântico *RMS Mataroa*. Tal viagem é famosa pois, organizada pelo então diretor do IFA Octave Merlier, levava à Paris um grande número de intelectuais gregos que irão obter significativo reconhecimento na França das décadas seguintes, entre eles Kostas Axelos, Adonis A. Kyrou, e Kostas Papaioannou¹⁹²

A experiência de Castoriadis com a militância comunista na Grécia e a perseguição aos trotskistas por parte dos poderes stalinistas (que chegaram a assassinar até 600 seguidores de Trotsky na Grécia) pode ser considerada base de muitas de suas críticas ao modelo dos partidos comunistas na Europa Ocidental e suas posteriores críticas ao próprio marxismo.

Permanecendo como membro do grupo SB até sua desagregação em 1967, Castoriadis participará ativamente da vida intelectual francesa, sempre desenvolvendo sua crítica às ortodoxias teóricas e estratégicas dos movimentos de massas. Ao mesmo tempo que escrevia em SB e participava da vida política do grupo, Castoriadis era funcionário da *Organisation de coopération et de développement économiques* (OCDE) exercendo a posição de Diretor de Estatísticas e Estudos de Crescimento. É possível observar, dessa forma, um cruzamento entre as práticas discursivas de Castoriadis com as instituições as quais engajou-se. O exercício de função de pesquisador em economia teria permitido a Castoriadis o estudo em profundidade

¹⁹² Cf. PREMAT, Christophe. *Destins d'exilés: trois philosophes grecs à Paris*. Paris: Le Manuscrit, 2011.

dos parâmetros de desenvolvimento das economias capitalistas que tanto serviram para suas análises comparativas entre essa última e a economia socialista da URSS. Academicamente, Castoriadis só irá se tornar professor em 1979, quando eleito como *Directeur d'Études* da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*¹⁹³. Analisaremos mais a frente como a obra de Castoriadis durante os anos 1970 e 1980 respondem, de alguma forma, a problemas colocados muito antes, nos tempos de SB.

Nos anos 50, enquanto não escrevia sobre o problema da organização operária e apresentava suas opiniões conflitantes com a de Lefort, Castoriadis aparecia sempre como porta-voz da revista, apesar de sempre recusar a figura do líder. Economista e filósofo de formação, seus interesses temáticos na revista flutuaram sempre entre a análise dos processos de modernização e burocratização do capitalismo e as interpretações e propostas pela fundamentação de uma transformação verdadeiramente revolucionária para a sociedade. No que tange os objetos centrais da presente pesquisa, analisaremos o que consideramos ser uma das contribuições mais importantes de Castoriadis no universo do grupo SB: a análise do capitalismo ocidental, bem como as formulações acerca do socialismo burocrático soviético. Pretendemos demonstrar como tais análises apontam ainda mais para a intensificação da crítica ao marxismo como teoria revolucionária.

Dinâmicas do capitalismo moderno

Já apontamos anteriormente as concepções de Castoriadis sobre o problema da organização dos trabalhadores na sociedade capitalista, cabe agora uma análise que dê conta da compreensão do pensamento de Castoriadis em relação aos limites do próprio desenvolvimento do capitalismo dentro do que ele chama de “sociedade burocrática” que, como veremos, não se limita ao ocidente capitalista, mas pode (e segundo ele, deve) ser estendida à análise da sociedade soviética.

É durante os anos 1950, principalmente após as denúncias de Khrushchov e sua repercussão no seio do comunismo europeu (como analisaremos com mais cuidado no capítulo 3), que as preocupações de Castoriadis vão se mobilizar cada vez mais para uma análise crítica do fenômeno da burocracia e sua amplitude no mundo ocidental e no leste. É claro que essa preocupação existe desde muito cedo nos textos de Castoriadis na revista, o que

¹⁹³ Pierre Rosanvallon afirma que a eleição de Castoriadis em 1979, somada com a de Lefort em 1974, teve um impacto decisivo nos posteriores estudos políticos da École. Cf. Pierre Rosanvallon, “Le politique,” in REVEL, J. e WACHTEL, N. *Une école pour les sciences sociales: De la Vie section à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Paris: CERF, 1996, p. 300.

parece mudar agora é que, dado a proximidade (geográfica e política) do problema, uma análise sobre os vícios da política soviética funcionavam cada vez mais como uma interpretação da própria evolução do capitalismo moderno porque, para Castoriadis, ambas as sociedades não eram tão diferentes assim. Essa percepção, de uma semelhança estrutural entre o capitalismo e a sociedade soviética conduziu Castoriadis (e certa parte do grupo, como veremos) notadamente para uma revisão radical da concepção tradicional de socialismo e do marxismo como teoria política, histórica e revolucionária.

Em textos dos anos 50, publicados na revista *Socialisme ou Barbarie*, como em “Sur la dynamique du capitalisme”, Castoriadis já criticava abertamente um ou outro elemento da teoria marxista clássica que, segundo ele, necessitavam ser rearticulados tendo em vista as transformações estruturais do próprio capitalismo (era o caso da teoria da pauperização e das formulações de Marx sobre o crescimento do exército industrial de reserva). Observava ele, no período em questão, que a dinâmica do capitalismo havia superado alguns prognósticos que a teoria econômica do marxismo clássico não mais poderia compreender. Ora, o desemprego parece diminuir e as flutuações econômicas indicavam que, de fato, os salários poderiam aumentar. De fato, como veremos a seguir, Castoriadis chegara a afirmar, em 1961, que os padrões de vida da classe trabalhadora haviam aumentado¹⁹⁴.

Duas eram as questões em Marx que Castoriadis tinha dificuldade em aceitar em seus textos dos anos 50. Recordemos primeiramente da afirmativa de Marx sobre a força de trabalho dos trabalhadores enquanto uma mercadoria como outra qualquer¹⁹⁵. Para Castoriadis, essa simples afirmativa apontava um erro crasso em Marx. Castoriadis nota que a força de trabalho, ao contrário de outras mercadorias, por não ter um valor fixo, não poderia ser objetivamente determinada. O capitalista que compra uma tonelada de carvão sabe quanta energia foi gasta para extrair essa quantidade, mas se ele compra, por exemplo, trabalho por um mês, ele não pode saber nunca com certeza quanto de atividade está comprando. A força de trabalho não era uma mercadoria qualquer, para Castoriadis, mas uma mercadoria humana, e isso mudaria tudo¹⁹⁶. O leitor pode se perguntar o que isso tem a ver com a preocupação fundamental do grupo SB em relação à teoria revolucionária. Para o próprio Castoriadis, a relação entre esses dois momentos era fundamental.

¹⁹⁴ Cf. *Le mouvement révolutionnaire sous le capitalisme moderne*, In: SB, n. 31, 1960. Reproduzido em: CASTORIADIS, C. *Modern Capitalism and Revolution*. Solidarity: London, 1965.

¹⁹⁵ Cf. MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* – Volume IV, São Paulo: Circulo do Livro, 1988, p. 46.

¹⁹⁶ CASTORIADIS, C. *Sur la dynamique du capitalisme*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 12, 1953, p. 20.

Tendo mantido o conceito de luta de classes fora de sua teoria econômica, Marx havia sido impelido a considerar quase tudo em sua análise enquanto lei objetiva. O que Castoriadis adverte é que, se compreendida a força de trabalho como uma mercadoria humana, viva, subjetiva, então todas as outras leis econômicas do marxismo não seriam mais leis. Sem leis econômicas estritas, se recuperaria, segundo Castoriadis, o elemento subjetivo da luta dos trabalhadores, a natureza da história poderia finalmente ser compreendida como algo aberto e passível de reais transformações.

Por outro lado, como bem aponta Van der Linden, os textos dessa época apontam uma segunda discordância de Castoriadis com Marx, agora relacionada com as formulações de Marx acerca da tecnologia capitalista. Em Marx, se poderia dizer que a tecnologia é, em si, neutra. Na sociedade capitalista ela funciona ao uso do capitalismo e, portanto, da exploração dos trabalhadores, mas o problema não está na tecnologia, e sim no tipo de sociedade que a emprega, uma sociedade baseada no lucro e na competição só poderia alçar o uso “satânico” (para usar a expressão do poeta William Blake) da maquinaria. Em uma sociedade socialista outras prioridades vigorariam no momento da produção e, uma vez os trabalhadores gerindo a produção, a tecnologia se voltaria para seu próprio usufruto¹⁹⁷. Preocupado com a própria questão de gestão da produção pelos trabalhadores, Castoriadis é obrigado a se afastar também de tal premissa.

Para Castoriadis, a maquinaria industrial pressupunha em si mesma uma rotinização do trabalho humano de modo a distorcer a própria atividade de socialização que o trabalho supostamente deveria oferecer. A maquinaria industrial moderna seria sobretudo, para nosso autor, tecnologia de classe. E uma outra sociedade necessitaria criar outras formas de tecnologia, baseadas na criatividade e na autonomia dos trabalhadores.

Na primeira parte de *Sur le contenu du socialisme*, de 1955, Castoriadis já apontava as contradições imanentes ao sistema soviético que haviam levado o grupo a um afastamento definitivo com qualquer relação de apoio e esperança em relação à URSS. Aplicando as concepções previamente estabelecidas sobre a crítica a burocratização na URSS, Castoriadis demonstra que a burocracia aparecia agora como uma classe efetivamente dominante na Rússia soviética. A URSS não seria mais agora, como queria Trotsky um *Estado operário degenerado*, mas agora uma “mistificação integral do socialismo”¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Cf. MARX, K. *Capital y Tecnologia* (Manuscritos de 1861-1863). Terra Nova: México, 1980.

¹⁹⁸ PREMAT, Christophe. *A la recherche de l'autonomie: le groupe 'Socialisme ou Barbarie' et Mai 68*. Disponível em: <http://www.sens-public.org/IMG/pdf/SensPublic_Heritages_de_Mai_68_CPremat1.pdf>.

Poder-se-ia mostrar facilmente que, nestas condições, o partido, minoria estritamente centralizada e monopolizando o exercício do poder, não poderia nem mais possuir um caráter proletário no sentido forte deste termo, e deveria forçosamente se separar da classe de onde havia saído. Mas não é necessário ir tão longe. Em 1923, o partido contava 350000 membros: 50000 operários e 300000 funcionários. Não era mais um partido operário, mas um partido de operários que se tornaram funcionários. Reunindo a "elite" do proletariado, o partido havia sido levado a instalar esta elite nos postos de comando da economia e do Estado; nestes postos, ela só devia prestar contas ao partido, ou seja, a ela mesma. O "aprendizado" da gestão pela classe operária significava simplesmente que um certo número de operários, aprendendo as técnicas de direção, saíam de sua posição e passavam para o lado da nova burocracia. Com a existência social dos homens determinando sua consciência, os membros do partido doravante iriam agir não segundo o programa bolchevique, mas em função de sua situação concreta de dirigentes privilegiados da economia e do Estado. A jogada estava feita, a revolução estava morta e, se há algo espantoso, é exatamente a subsequente lentidão da consolidação da burocracia no poder.¹⁹⁹

A análise em questão retoma a crítica que Castoriadis e Lefort haviam feito já enquanto tendência do PCI. Marcado por uma tentativa de instalar uma burocratização total da sociedade, na qual, como garantia da eficiência produtiva, separava-se aqueles que geriam a produção e aquela que a executavam, os regimes comunistas se caracterizariam por reduzir o trabalhador a funções de execução técnicas específicas. Longe da gestão da produção, e, portanto, da gestão política da sociedade, o trabalhador voltava a ocupar a posição donde nunca teria saído: a de funcionário (não mais da empresa, mas agora do Estado).

Ao mesmo tempo que oferecia uma visão crítica sobre o regime soviético, aproximando-o do capitalismo ocidental, Castoriadis se preocupava em mostrar como esse se configurava nas relações de força que caracterizara o mundo da Guerra Fria de então. Se aproxima o regime soviético do capitalismo moderno, não significa que Castoriadis tenha ignorado as particularidades de cada um. Sua preocupação em produzir um pensamento teórico para a própria sociedade capitalista de onde falava pode ser lida como uma tentativa de compreender como, afinal, a revolução poderia se efetivar na articulação das lutas dos trabalhadores ocidentais. Perceber o movimento do capitalismo (ou, como chamou, sua dinâmica) era parte desse trabalho.

Para além das reinterpretações da teoria econômica de Marx, Castoriadis desenvolveria, em fins dos anos 50, uma crítica que levava em conta as contradições inerentes

Acesso em 15 de setembro de 2014.

¹⁹⁹ CASTORIADIS, C. *Sur le contenu du socialisme*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 17, 1955, p. 1-25.

ao próprio capitalismo europeu moderno que não mais se encontrava nas searas estritamente econômicas, mas agora no próprio processo de produção. Castoriadis notava a existência de uma luta permanente entre gerentes da produção e os trabalhadores convencionais alienados de seu trabalho (e aqui, não se limita ao mundo da fábrica, mas insiste em falar dos escritórios e firmas). A contradição se daria então no terreno da produtividade. O objetivo dos gerentes seria, obviamente, o aumento da produtividade do trabalho e para isso incentivavam os trabalhadores a trabalhar o mais duro possível. O problema fundamental se encontrava na resposta a esse incentivo: a impossibilidade de formulação de regras e regulação que prescrevessem todas as tarefas de trabalho para os funcionários. Isso porque, Castoriadis adverte, um mínimo espaço era sempre necessário para a improvisação e para a individualidade dos trabalhadores, já que não havia tal como um conhecimento integral de todos os funcionários e situações. Para Castoriadis, esse seria o motivo do porque o processo industrial não havia conseguido, até então, trocar a mão de obra humana pela mão de obra robótica: a subjetividade e a criatividade humana era fundamental no processo de produção capitalista.

Marcel Van der Linden nota, no entanto, que tal concepção de Castoriadis baseava-se muito no período de relativo crescimento econômico que havia começado na década de 1950. Em 1961, Castoriadis escrevia em *Socialisme ou Barbarie*:

Os aumentos salariais e a redução do desemprego levaram a uma melhoria lenta e regular nos padrões de vida da classe trabalhadora, medida em termos de bens consumidos. No longo prazo, e deixando de lado as flutuações devido a circunstâncias específicas ou a peculiaridades locais ou profissionais, essa melhora tende a acontecer paralelamente ao aumento da produção como um todo²⁰⁰.

Isso não significava afirmar, no entanto, que o capitalismo tenderia à superação da pobreza, mas que agora tal melhoria dos padrões de vida se articulavam como uma nova fase do capitalismo, sem necessariamente superar a alienação dos trabalhadores do processo de produção, na exploração de sua criatividade para o domínio da fábrica, ou na manipulação psicológica dos consumidores com a criação de necessidades determinadas. Por outro lado, a mesma situação modificou profundamente o papel dos sindicatos que agora, segundo ele, haviam se adaptado e integrado perfeitamente ao sistema capitalista, trocando aumentos salariais pela obediência dos trabalhadores. A vida política deixou assim de fazer parte do

²⁰⁰ CASTORIADIS, C. *Le mouvement révolutionnaire sous le capitalisme moderne*. In: SB, n. 31, 1961, pp. 51-81. Reproduzido em: CASTORIADIS, C. *Modern Capitalism and Revolution*. Solidarity: London, 1965.

universo dos trabalhadores, política se tornará “coisa de especialista”, os trabalhadores não mais participavam das ações dos partidos e organizações. Em suma, que toda a sociedade havia sido privatizada.

A partir desse momento, o pensamento e os textos de Castoriadis vão convergir cada vez mais para uma crítica ao núcleo epistemológico do marxismo, não mais sendo possível, em sua percepção, uma congregação entre ser marxista e ser revolucionário. Observemos na próxima seção como uma escolha determinada pela segunda opção (ser revolucionário) justificaria, na visão de Castoriadis, a negação da primeira (ser marxista).

Da suspensão do marxismo como categoria interpretativa

O historiador argentino Elías Palti nota que falar em “crise” como noção explicativa nas ciências humanas refere-se sempre a um momento de decisão crucial e irrevogável. Falar em crise representa sua inscrição sobre uma certa narrativa dentro de um relato mais vasto, de evolução ou decadência. Na tradição jurídica clássica, a noção de crise significaria o momento de pronúncia de uma sentença. Sua raiz etimológica grega *krinô* significa “cortar”, “dividir”, mas também, “decidir”, “eleger”.

Mesmo na tradição marxista, a categoria *crise* ocupa um lugar central. As crises estruturais ou intrassistêmicas do capitalismo são os momentos onde as estruturas formativas do sistema, ou aspectos específicos de seu funcionamento, são confrontadas com a necessidade histórica de transformação (ora reconfigurando as composições dentro do próprio sistema, ora exigindo uma transformação do próprio sistema). A ideia de crise, na tradição marxista, pressupõe sempre sua resolução.

A chamada “crise do marxismo” é um termo de longa data. Palti recorda que o termo aparecerá na imprensa socialista já em 1898, introduzido pelo filósofo tcheco Thomas Masaryk. Pode-se dizer, entretanto, que a linha que liga o marxismo e sua crise é tão antiga que alguns autores chegaram a afirmar que a história do marxismo não seria nada mais que a história de suas sucessivas crises: “qualquer história das 'crises do marxismo' se identifica com a história mesma do marxismo: a unidade inquestionada de um marxismo carente de tensões não pode existir se não como um paradigma evanescente”²⁰¹.

²⁰¹ SAZBÓN, José. apud PALTÍ, Elías. *Verdades y saberes del marxismo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 15.

Para Perry Anderson, a própria natureza crítica do marxismo abriria espaço para a efetivação de uma autocrítica constante às suas próprias bases.

O que é distintivo no tipo de crítica representada em princípio pelo materialismo histórico é que ele inclui, indivisível e ininterruptamente, autocrítica. Isto é, o marxismo é uma teoria da história que, ao mesmo tempo, reivindica proporcionar uma história da teoria. Um marxismo do marxismo estava inscrito em sua constituição desde o início, quando Marx e Engels definiram as condições de suas próprias descobertas intelectuais como a emergência das contradições de classe determinadas da sociedade capitalista, e seus objetivos políticos não apenas como “um estado ideal de coisas”, mas como gerados pelo “movimento real das coisas”.²⁰²

Castoriadis adverte, no entanto, que é essa própria “abertura” do marxismo que permitiria sua negação determinada.

O ano é 1964. Na cena internacional, a tensão entre os dois blocos da Guerra Fria decaíam após o fim da crise dos mísseis em Cuba, quando Nikita Krushev cede ante as determinações de Kennedy. Como escreve Michel Winock: entrava-se na era do entendimento²⁰³. Na França, entretanto, a luta dos trabalhadores continuava e, em 1963, uma greve dos mineiros havia durado quase 3 meses. Radicalizando os métodos grevistas através da ação direta dos trabalhadores, tal greve foi lida posteriormente como uma das sementes do maio de 1968, pois ousou desafiar os aparatos sindicais burocráticos²⁰⁴.

No interior de SB, o grupo ainda sofria as dificuldades de continuação dos trabalhadores após a saída dos membros ligados à tendência interna *Pouvoir Ouvrier*, um ano antes. Como veremos no próximo capítulo, as raízes da cisão residiam na discordância por parte de alguns membros de seguirem o contínuo afastamento que Castoriadis operava em relação ao marxismo. Esse movimento continuará nos dois últimos anos de publicação da revista e esses textos representam em si mesmo de forma objetiva a resposta da pergunta que Castoriadis tentará responder nos anos seguintes: *Por que não sou mais marxista?*²⁰⁵.

Na edição de número 36 da revista é publicada a primeira parte do artigo derradeiro de Castoriadis, *Marxisme et et théorie révolutionnaire*, o artigo teria ainda mais 4 partes, sendo

²⁰² ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 13-14.

²⁰³ WINOCK, M. Ibid. 2000, p. 706.

²⁰⁴ Cf. NOÉ, Jean-Baptiste. *L'homme politique face à l'épreuve du changement: Le Général de Gaulle et la grève des mineurs, mars-avril 1963*. Paris: Éditions universitaires européennes, 2010.

²⁰⁵ A pergunta é título de uma entrevista com Castoriadis realizada em janeiro de 1974 pela Agence de presse Libération, e publicada em português em CASTORIADIS, C. *Uma sociedade à deriva*. Aparecida: Ed. Ideias e Letras, 2006

publicado respectivamente nos 4 últimos números da revista. O texto iniciava com a declaração de Castoriadis sobre a dificuldade em falar do marxismo como teoria geral. De que marxismo se deveria falar, ele se pergunta, “do de Krouschev, de Mao, de Togliatti, do de Castro, dos iugoslavos, dos revisionistas poloneses?”. O abismo que separaria os marxismos “oficiais” e os marxismos de “oposição” levava diretamente à questão sobre, afinal, o que seria o marxismo enquanto teoria? O mero “retorno a Marx” não parecia ser uma solução viável, pois isso seria negar a própria experiência histórica, trocando “a reflexão sobre os fatos” pela “exegese dos textos”.

Querer encontrar o sentido do marxismo exclusivamente no que Marx escreveu, ignorando aquilo que se tornou a doutrina na história, é pretender, em contradição direta com as ideias centrais desta doutrina, que a história real não importa, que a verdade de uma teoria esteja sempre e exclusivamente "no além"²⁰⁶.

Se a exigência das ideias com a confrontação histórica parece ser explicitamente ligada ao pensamento de Marx, seria necessário criar um outro tipo de relação entre as duas²⁰⁷. E é em relação a essa necessidade que Castoriadis parece responder. O reexame do marxismo empreendido por Castoriadis não ocorre no vazio. Como vimos, a crítica do grupo, desde sua raiz, estabelecia uma relação essencialmente crítica com os caminhos que o marxismo havia tomado no contexto e no modo como as organizações de esquerda haviam absorvido a crítica marxista enquanto uma relação excessivamente autoritária em relação à classe trabalhadora. O que muda agora é que, para além da crítica à aplicação do método, o reexame de Castoriadis centra-se no questionamento do próprio método. A percepção teórica agora se baseia então na ideia de que é impossível separar o método do conteúdo no marxismo, da mesma forma que sua unidade teórica não pode se separar das exigências de uma ação revolucionária que não pode mais, para Castoriadis, ser guiada pelos esquemas tradicionais do marxismo.

²⁰⁶ CASTORIADIS, C. *Marxisme et et théorie révolutionnaire*. In: Socialisme ou Barbarie, n. 36, 1964. Reproduzido em: CASTORIADIS, C. *Marxismo e Teoria Revolucionária*. In: A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 20.

²⁰⁷ Cerca de 30 anos antes, o marxista alemão Karl Korsch falava em termos semelhantes “Limitar-se a constatar que a teoria revolucionária de Marx e Engels foi abastardada nas mãos dos epígonos e em parte abandonada e acreditar que a este marxismo empobrecido e falsificado se opõe a "doutrina pura" do marxismo de Marx e Engels é uma maneira superficial e errônea de conceber a essência teórica da crise atual. Na crise contemporânea do marxismo trata-se antes, em última análise, de uma crise da própria teoria de Marx e Engels. A separação ideológica e dogmática da "doutrina pura" em relação ao movimento histórico real, incluindo o prosseguimento do desenvolvimento teórico, constitui ela mesma uma forma sob que se manifesta esta crise”. In: KORSCH, Karl. A Crise do Marxismo. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/korsch/1931/mes/crise.htm>> Acesso 15 de outubro, 2014.

Partindo do marxismo revolucionário, chegamos ao ponto em que era preciso escolher entre permanecer marxistas ou permanecer revolucionários; entre a fidelidade a uma doutrina que há muito tempo já não estimula nem uma reflexão nem uma ação, e a fidelidade ao projeto de uma transformação radical da sociedade, que exige primeiro que se compreenda o que se deseja transformar, e que se identifique naquilo que, na sociedade, realmente contesta esta sociedade e está em luta com sua forma presente²⁰⁸.

O reexame crítico de Castoriadis baseia-se então, em dois momentos: a crítica à teoria econômica do marxismo e a crítica à teoria histórica do marxismo. De modo que a crítica à teoria econômica já havia sido desenvolvida em artigos anteriores de Castoriadis na revista e foi apresentada na parte anterior de nosso trabalho, concentraremos agora nossa análise na crítica de Castoriadis ao conteúdo histórico-filosófico do marxismo.

O primeiro ponto da crítica tem raiz na velha distinção marxista entre forças produtivas e relações de produção e na determinação da segunda pela primeira. Castoriadis nota como o apelo do marxismo pela necessidade de liberar das forças produtivas de relações superestruturais “antiquadas” (como a propriedade privada) carregava, mais do que resolvia, o problema em questão. Ora, como analista econômico que era, Castoriadis vê no seu presente um desenvolvimento avançado das forças produtivas. Como explicar que o capitalismo tenha conhecido driblar tal contradição inerente de seu sistema? Para Castoriadis, primeiramente, isso não se tratava de uma contradição. Reduzindo à produção (o trabalho humano) às forças produtivas (a técnica), o pensamento marxista operava uma construção mecanizada dos sistemas sociais “baseada numa oposição eterna (...) entre uma técnica (...) e o resto das relações sociais e da vida humana – a superestrutura, dotada arbitrariamente de uma passividade e de uma inércia essencial”²⁰⁹.

Tal percepção seria, ela mesmo, fruto do pensamento erigido com o capitalismo. Naturalizando a relação entre técnica e trabalho humano, o marxismo teria esquecido da historicidade própria de tal questão (o próprio livro de Marx intitulado “Formações econômicas pré-capitalistas” não seria um sinal dessa relação excessivamente naturalizada do capitalismo como horizonte natural em todas as sociedades humanas, e, portanto, das relações entre técnica e trabalho como algo positivo e naturalizado?). Para Castoriadis, toda essa analítica marxista se basearia na ideia de uma unidade essencial do processo histórico, ideia

²⁰⁸ CASTORIADIS, *Ibid.*, 1982, p. 25. [Originalmente publicado em: *Socialisme ou Barbarie*, n. 36, 1964].

²⁰⁹ *Idem*, p. 31. Na mesma passagem: “O que acabamos de dizer mostra que não há, e que nunca houve, inércia em si do resto da vida social, nem privilégio de passividade das superestruturas. As superestruturas são apenas rede de relações sociais, nem mais nem menos “reais”, nem mais nem menos “inertes” do que as outras – tão “condicionadas” pela infraestrutura como esta por elas”.

essa herdada da filosofia hegeliana. O paradoxo mesmo da sociedade residiria na tentativa de cada época, cada civilização (pelo fato de ser particular e dominada por suas próprias “obsessões”) conseguir evocar e revelar significações novas que a precedem e a cercam. Em relação a isso, o marxismo tentou superar articulando pontos de vistas da sociedade sob uma ordem única, total, e racional.

Para nós, essa também era a razão pela qual a crítica de Castoriadis apresentaria o projeto de sua filosofia ulterior, ou seja, não só uma afronta contra as posições do marxismo, mas sim contra todas as filosofias da história que reduziriam as motivações fundamentais da sociedade sob o jugo de uma categoria central: a economia, a cultura, a natureza. A crítica de Castoriadis se dirige, em última instância, a todos esses movimentos da filosofia que Marshall Sahlins preferiu chamar de “*leviatanologias*”: as teorias onde os indivíduos não existiriam como tais, mas se apresentariam essencialmente como expressão de um sistema maior²¹⁰. Escrevendo na revista do grupo SB em 1964, Castoriadis diria:

Assim, a teoria que faz do “desenvolvimento das forças produtivas” o motor da história, pressupõe, implicitamente, um tipo invariável de motivação fundamental dos homens, a grosso modo a motivação econômica: desde sempre, as sociedades humanas teriam visado (conscientemente ou inconscientemente, não importa) primeiro e antes de tudo, o crescimento de sua produção e de seu consumo. Mas esta ideia não é apenas materialmente falsa, ela esquece que os tipos de motivação são criações sociais, que cada cultura institui valores que lhe são próprios e conforma os indivíduos em função deles.²¹¹

A importância de leituras antropológicas tem aqui um papel fundamental no pensamento de Castoriadis. Seu ex-companheiro de grupo, Claude Lefort, já havia escrito mais de uma década antes, em 1952, um texto sobre o problema das chamadas “sociedades sem história”, que Castoriadis cita abertamente ao longo de seu texto para desmistificar algumas noções demasiadamente determinantes do marxismo. Também a leitura de Castoriadis sobre as obras de Ruth Benedict e Margareth Mead aparecem de modo intenso ao longo do texto, tendo grande importância na argumentação castoridiana sobre a não-naturalidade do chamado *homoaeconomicus*.

²¹⁰ “Ou a sociedade não é mais que a soma das relações entre indivíduos empreendedores, como afirmariam Jeremy Bentham e Margaret Thatcher, ou os indivíduos não contam para nada, são nada mais que personificações da ordem social e cultural maior”. In: SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: apologias à Tucídides*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006, p. 136.

²¹¹ CASTORIADIS, C. *Ibid.*, 1982, p. 37. [Originalmente publicado em: *Socialisme ou Barbarie*, n. 36, 1964].

Para Castoriadis, mesmo que admitisse a existência de um sentido econômico-produtivo em todas as sociedades, o grande imbróglio que o pensamento marxista enfrentaria ao afirmar que as categorias técnico-econômicas teriam sido sempre determinantes em toda sociedade seria o da seguinte questão: como pretender que a maneira de viver as relações econômicas, o modo de experimentá-las, tão diferentes de uma sociedade e de uma época a outra, não teriam importância? Que as motivações, significações e valores criados por culturas historicamente e estruturalmente diferentes não teriam outra função que não a do encobrimento das relações econômicas dominantes²¹²?

Essa questão aponta outra coordenada do discurso marxista. Para Castoriadis, tal afirmação categórica de uma eterna dominância das forças produtivas sobre a “superestrutura” apontaria que o postulado do marxismo reconheceria a existência de uma natureza humana imutável, sempre dominada pelas categorias específicas do capitalismo.

Qual o encaminhamento de tal posição para uma teoria revolucionária, que pretende a formação de um mundo para além do economicismo? Para Castoriadis: “O postulado de que a verdadeira natureza do homem é ser um animal econômico-produtivo, postulado arbitrário e que implicaria, se fosse verdade, em que o socialismo é para sempre impossível”²¹³.

O que Castoriadis concluí, então, é que a recusa do marxismo seria necessidade se o objetivo fosse pensar em um projeto de sociedade realmente emancipatório. Se uma teoria da história, como a marxista, supunha necessariamente a exclusão de quase toda a história (“exceto o que aconteceu durante alguns séculos numa pequena faixa de terra envolvendo o Atlântico Norte”), para Castoriadis seria melhor manter a história e recusar a teoria. Para ele, o papel de um revolucionário não pressuporia a necessidade objetivada de reduzir a história da humanidade a esquemas simples. O papel de um teórico revolucionário deveria passar necessariamente pelo ato de

(...) compreender e interpretar nossa própria sociedade. E isso só podemos fazer relativizando-a, mostrando que nenhuma das formas da presente

²¹² “Portanto, quando acontece como na cultura do milho entre certas tribos indígenas do México, ou na cultura do arroz nas aldeias indonésias, que o trabalho agrícola é vivido não apenas como meio de assegurar a alimentação, mas também como momento do culto de um deus, como festa, e como dança, e que um teórico vem dizer que tudo o que envolve os gestos propriamente produtivos, nestas ocasiões, não é senão mistificação, ilusão e astúcia da razão – é preciso afirmar enfaticamente que este teórico é uma encarnação muito mais desenvolvida do capitalismo do que qualquer patrão. Porque não apenas permanece, lamentavelmente, preso às categorias específicas do capitalismo, mas quer ainda submeter-lhes todo o resto da história da humanidade, e pretende, em suma, que tudo o que os homens fizeram e quiseram fazer desde milênios não era mais do que um esboço imperfeito do *factory system*”. In: *Idem*, p. 40.

²¹³ *Idem*, p. 41.

alienação é fatal para a humanidade, já que elas nem sempre estiveram presentes – e não querendo transformá-la em absoluto e projetando, inconscientemente, sobre o passado esquemas e categorias que exprimem precisamente os aspectos mais profundos da realidade capitalista contra a qual nós lutamos.²¹⁴

Na interpretação crítica de nosso autor, a decadência do marxismo como filosofia emergiria no mesmo terreno da decadência do movimento operário moderno. Ambos seriam expressões (teórica e prática) de um fenômeno mesmo. À burocratização das organizações de esquerda no plano real e histórico, equivaleria ideologicamente a suspensão do marxismo como categoria explicativa, não mais útil pois fechada em si mesma, trocando o conteúdo real das lutas pelo sistema explicativo universal. “É alienação no que já existe (...) a negação do conteúdo mais profundo do projeto revolucionário, a eliminação da atividade real dos homens como fonte última de toda significação”²¹⁵. A impossibilidade de concílio entre o marxismo e uma teoria revolucionária se daria então em tal terreno: da negativa possibilidade de um sistema explicativo que reduz homens e mulheres a objetos passivos de sua verdade teórica, funcionar como catalisador de alguma transformação real das condições de vida dos mesmos homens e mulheres.

Se afastando do marxismo, os últimos dois textos de Castoriadis na revista *Socialisme ou Barbarie* serão dedicados à formulação de um novo projeto político e revolucionário baseado na possibilidade de conceber uma teoria enquanto um fazer constante, sempre aberto à sua negação pela prática. O pressuposto marxista diria que sem uma teoria explicativa do universal, não poderia haver ação consciente no mundo. É exatamente esse pressuposto que Castoriadis objetivaria inverter. Para ele, o mundo humano, sendo o lugar onde o fazer histórico nunca é determinado por completo (pois é *criação e auto-criação constante*), não permitiria a consideração de um “absoluto” que estaria sempre para além (e agindo sob) a ação humana. A transformação mesma do real exigiria um pensamento que tornasse impossível a absolutização da ação humana.

O projeto castoridiano de uma atividade revolucionária autônoma, que continuará até o final da sua vida como tema central de seu trabalho (cuja raiz remonta à SB), pressupõe um projeto revolucionário baseado no desenvolvimento da autonomia não só como fim a ser realizado em uma futura sociedade, mas como mediação do próprio caminho ao futuro.

²¹⁴ Idem, p. 41.

²¹⁵ Idem, p. 85.

Essa maneira de falar é cômoda, porque facilmente compreensível. Mas ela é, rigorosamente, um abuso de linguagem, e os termos fim e meio são absolutamente inadequados nesse contexto. A práxis não pode ser reduzida a um esquema de fins e de meios (...) Existe relação interna entre o que é visado (o desenvolvimento da autonomia) e aquilo por que ele é visado (o exercício dessa autonomia).²¹⁶

Como não relacionar essa ideia com as formulações que Lefort havia feito poucos anos antes, sobre a necessidade de autonomia dos trabalhadores no próprio “momento intelectual”, centrando-se na experiência cotidiana dos trabalhadores como movimento de elucidação revolucionária? No fim, o que parece é que tais autores não estavam tão longe quando reconsideravam a tradição do pensamento socialista em termos de criatividade e autonomia. De fato, Lefort dirá em uma entrevista em 1975

De fato, as discussões no interior de Socialismo ou Barbarie me conduziram ao núcleo dessa reflexão. A vontade de Castoriadis (ele tem o mérito de ter compreendido essas extremas consequências de suas análises) em definir o socialismo e seu conteúdo, me forçou a reconsiderar minhas ambições (...) O esquema de Castoriadis havia revelado para mim que o desenvolvimento do socialismo havia afundando em uma ficção racionalista.

Não cabe a nós, nesse trabalho, analisar a obra posterior de Castoriadis e Lefort, ou de Lyotard e Jacques Gauvatrat, mas vale dizer, no entanto, que para além das óbvias diferenças que cada obra guarda com a outra (e a própria diferença no interior de cada obra), o fato é que todos, a sua própria maneira, procuraram repensar o projeto social do marxismo baseado na autonomia dos órgãos democráticos, nas lutas (econômicas, sociais, simbólicas, libidinais) de autodeterminação dos indivíduos, contra o monopólio dos grandes sistemas explicativos racionalistas modernos. A compreensão dos sentidos de crise estabelecidos pelos textos e posições de Castoriadis no grupo interessam pois demonstram a consolidação de certas posições já estabelecidas por ele desde quando membro do PCI francês.

Articular a interpretação acerca de suas posições de divórcio com o marxismo com a interpretação mais geral sobre as posições estabelecidas coletivamente por SB não significa reduzir essas pela consideração mais geral de Castoriadis, como linha de força hegemônica, ou como reificação de sua posição de “líder” do grupo. Tal articulação interessa no sentido de averiguar as próprias tensões entre diferentes projetos em torno de um mesmo grupo. Se a posição de Castoriadis aponta para um caminho sem volta ao longo de sua trajetória intelectual, e ainda que a ideia de uma “crise do marxismo” parece atingir todo o grupo de

²¹⁶ *Idem*, p. 95.

maneiras mais ou menos intensas, não significa dizer que a crise, tal como pensada por Castoriadis, foi hegemonicamente aceita por outros membros do grupo. Como veremos, tais formulações tiveram ressonância em outras discussões no grupo, apontaram dissensões, e outras possibilidades críticas, e outras possibilidades *de crise*.

3) GUERRA E EXPERIÊNCIA

O que procurei compreender no capítulo antecedente foram as formas dissonantes através das quais a crítica do grupo Socialismo ou Barbárie se estabeleceu como uma *tendência distinta*²¹⁷, se comparada com o universo intelectual da época. Forma essa marcada principalmente pela abertura à crítica do marxismo como sistema teórico hegemônico (e filosofia prática única) na perspectiva de uma teoria revolucionária. Por outro lado, característica central na formulação dessa crítica foi a apreensão da luta de classes não meramente através do espectro das lutas socialistas, ou através da história das grandes batalhas sindicais, pois a percepção desenvolvida por SB ressaltaria, antes, que a história da luta de classes deveria ser encarada, na verdade, como história do cotidiano fabril, do modo como esses trabalhadores, entendidos como sujeitos históricos, experimentavam o dia a dia do trabalho de modo crítico e como cada ato de subordinação era acompanhado por um ato igual de resistência (entendendo resistência não só pela rebelião determinada contra a expropriação de sua mão de obra, mas pelos pequenos momentos onde tal resistência mostrava-se presente: na sabotagem indireta e direta, na efetuação do trabalho mínimo necessário, no compartilhamento de experiências e expectativas diárias, etc.).

Para esse grupo de intelectuais, no entanto, o universo da chamada “macropolítica” não passava despercebido. De fato, tal universo detém posição central no modo como irão se desenvolver as sensibilidades desses intelectuais em relação a crítica da ortodoxia marxista ou da política cotidiana. Como já discutido, para esses autores a efetividade de uma crítica aos regimes do chamado “comunismo real” era condição imprescindível se o objetivo fosse a elaboração de um programa revolucionário articulado com a perspectiva de um socialismo não engessado pelas camadas burocráticas, um socialismo efetivamente “dos produtores”. No mesmo sentido, as posições estabelecidas pelo grupo em relação a situação dos trabalhadores era sempre explicada em termos do “capitalismo burocrático” - da separação essencial entre dirigentes e executantes. O movimento que situava a burocracia enquanto essa determinação externa e essencial para a vida cotidiana dos trabalhadores, em leste ou oeste, apontava para a necessidade de compreensão da atividade própria da política internacional, suas barreiras, fronteiras, e possibilidades históricas.

²¹⁷ O termo é de Helenice Rodrigues da Silva. Para a autora, o germe de uma “esquerda anti-totalitária” em SB apontaria para tal pioneirismo. Cf. RODRIGUES, Helenice. *O intelectual no campo cultural francês: Do 'Caso Dreyfus' aos tempos atuais*. In: *Vária História*, v. 21, n 34, Belo Horizonte, 2005, p. 411.

Em nossa visão, tal conexão – entre crítica da vida cotidiana e analítica da política global – pode clarear, de forma mais latente, os movimentos internos do projeto forjado em torno do grupo SB, tendo a revista como máxima expressão para nossa análise. Nesse sentido, o presente capítulo pretende oferecer uma compreensão de dois momentos centrais da relação apontada acima; quero demonstrar como as posições estabelecidas por SB, em referência às mutações do mundo soviético após a morte de Stalin e também ao fenômeno da crise do colonialismo francês através da guerra da Argélia, estão articuladas com o projeto mais geral do grupo na elaboração de um programa socialista autônomo que exigiria, junto com a crítica da burocracia e do marxismo ortodoxo, também uma relação diferente com o fenômeno da violência.

3.1 – A VIOLÊNCIA COMO PROBLEMA PARA A ESQUERDA FRANCESA DO PÓS-GUERRA

Totalitarismo e violência revolucionária

No prefácio original de seu livro de 1981 *L'invention démocratique*, Lefort lembrava aos leitores que as razões da indulgência de princípio fornecida à URSS por boa parte dos intelectuais de esquerda na França não era preocupação recente de seus trabalhos. A importância de tal constatação viria a mostrar, no entanto, que mesmo no início da década de 80 a questão ainda não havia sido objeto de interrogações mais elaboradas por parte dos intelectuais de esquerda. Como havia afirmado Hannah Arendt cerca de dez anos antes, o baixo número de abordagens em relação ao fenômeno da violência por parte dos intelectuais poderia ser interpretado como sintoma do fato de que, talvez, a arbitrariedade da violência no século XX foi tomado sempre como fato corriqueiro e, portanto, como fato negligenciável para a *intelligentsia*.

A mesma Arendt analisou a experiência histórica do século XX como o século da violência “como denominador comum”²¹⁸. Eric Hobsbawm, por sua vez, asseverou a experiência do século como domínio quase ininterrupto da barbárie²¹⁹. O comunismo, como força política fundamental do século XX, aparece como um dos principais produtores de tal

²¹⁸ ARENDT, Hannah. *Da Violência*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994, p. 12.

²¹⁹ HOBBSAWN, Eric. Barbárie: manual do usuário. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 268.

violência. Há de se perceber, no entanto, que como sistema múltiplo de pensamento (mais que um sistema monolítico) tal violência também produziu mutações fundamentais no seio do próprio pensamento comunista e no pensamento de esquerda em geral.

Durante a década de 1950, com a expansão da União Soviética para além das fronteiras do mundo oriental, intensificava-se sua influência no território conhecido então como Europa Central. O problema do comunismo soviético se aproximava cada vez mais junto aos intelectuais ocidentais. Se antes era possível explicar os desastres do stalinismo como consequências naturais da modernização e da revolução em uma sociedade retrógrada e feudal como a Rússia pré-revolucionária, o mesmo não se poderia dizer sobre o avanço do stalinismo na Europa Central do pós-guerra. Os círculos políticos e intelectuais ligados ao comunismo, e ao marxismo como doutrina da libertação, estavam compelidos a estabelecer uma posição acerca do autoritarismo reinante no mundo soviético. É nesse ambiente que florescerá, na França, uma imensa diversidade de escritos e discursos preocupados em estabelecer os termos políticos da discussão pública sobre os significados da violência na sociedade global e nos projetos políticos capitaneados pelos intelectuais de esquerda do período.

Nesse sentido, é interessante ressaltar as formas pelas quais o campo intelectual francês do pós-guerra foi animado pela discussão sobre os usos do conceito de totalitarismo. Uma das questões em jogo se referia as posições tomadas em relação à amplitude de tal conceito, sobre em quais mundos e sistemas ele poderia ser aplicado.

Habitualmente associado às formulações de Hannah Arendt, o conceito de totalitarismo teve origem como conceituação crítica ao fascismo italiano e depois foi apropriado pelo próprio regime fascista de modo a identificar os pressupostos estatais para representação e orientação total da nação. O conceito resumiria a própria concepção de Estado do fascismo italiano, centrada no Estado “não só como entidade moral e espiritual capaz de encarnar a consciência da nação, mas sobretudo como uma instituição suscetível de englobar de forma completa a sociedade civil”²²⁰. Na Alemanha, após a tomada do poder pelos nazistas em 1933, o termo ganha vida mais uma vez como modo crítico, através dos escritos dos autores exilados do país, em torno de revistas como a *Zeitschrift für Sozialforschung*, do Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt. O termo serviria, nesse contexto, de modo a oferecer uma interpretação do nazismo como estrutura social de gerenciamento completo da

²²⁰ TRAVERSO, Enzo. *Le totalitarisme. Histoire et apories d'un concept*. In: *L'Homme et la société*. v. 129, n. 129, 1998, pp. 97-111.

vida social e individual. Nos textos dos frankfurtianos, no entanto, o totalitarismo é analisado como estágio superior do liberalismo, com a intensificação dos projetos de equação completa entre Estado e sociedade. Para Marcuse o círculo totalitário implicaria tanto uma fusão entre Estado, sociedade e indivíduos, como também métodos de mediação entre tal fusão (o controle, a técnica, o tempo)²²¹.

Na França, a palavra aparece pela primeira vez em 1927. No clássico *La Trahison des Clercs*, de Julien Benda, o autor já anunciava que o termo totalitarismo estava “longe de ser unívoco”²²². Emmanuel Mounier, anos depois, utilizara o termo diferentes vezes para se referir ao inimigo de seu projeto personalista, centrado na possibilidade de recuperar a moralidade como categoria política progressista²²³. A partir de 1936, marco do primeiro do ano dos chamados “processos de Moscou”, o termo totalitarismo começa a circular de forma mais intensa no seio dos grupos de esquerda antistalinistas e trotskistas (de fato, o próprio Trotsky assinalara em 1937 de que forma o regime bolchevique teria assumido um caráter totalitário “alguns anos antes que o termo nos viesse da Alemanha”²²⁴). A inserção do termo no debate político sobre o comunismo, no entanto, tardaria mais alguns anos para chegar, de tal modo que Michel Dreyfus e Roland Lew notam que, até a década de 1950, o termo se caracterizará hegemonicamente (por parte dos intelectuais de esquerda²²⁵) através de seu uso na caracterização dos projetos políticas de direita. A exceção, completam os autores, parece ser a defesa da ampliação do conceito para a URSS por parte da “extrema esquerda antistalinista e herdeira do trotskismo, representada na França pelo grupo Socialismo ou Barbárie”²²⁶.

De fato, mesmo as numerosas informações sobre o processo de Moscou em 1936

²²¹ Cf. MARCUSE, Herbert. O Combate ao Liberalismo na Concepção Totalitária do Estado. In: MARCUSE, H. *Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 47-88.

²²² BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Paris: Grasset, 1958, p. 82.

²²³ MOUNIER, Emmanuel. *Oeuvres 1 – 1931-1939*. Paris: Seuil, 1961, p. 211.

²²⁴ TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo: Parma, 1980, p. 72

²²⁵ Mais distante do registro de discussões no campo da esquerda, Raymond Aron defenderia, nos anos 50, que o termo deveria ser usado com cuidado para descrever certos momentos na história alemã ou soviética. Entendendo o totalitarismo, ao contrário de Marcuse, como forma irreduzível ao liberalismo, pois marcado pelo apreço à mobilização das massas e posterior subordinação da mesma acerca das decisões políticas e econômicas, Aron destacou o totalitarismo como forma social baseada na existência de um partido único, da autoridade absoluta da ideologia oficial como verdade de Estado através do uso da força e dos meios necessários de persuasão, do Estado como abarcando todas as esferas da vida econômica e profissional, e da politização ideológica administrada da ação individual. Aron destacou, ainda assim, a necessidade de estabelecer diferenciações necessárias entre os dois regimes, entre o emprego do campo de trabalho e o emprego da câmara de gás. Cf. ARON, Raymond. *Démocratie et Totalitarisme*. Paris: Gallimard, 1965.

²²⁶ DREYFUS, Michel. & LEW, Roland. Communisme et violence. In: DREYFUS, M. GROPPPO, B. et al. *Le siècle des communismes*, Paris: Point-Histoire, 2000. pp. 717-718.

parecem não ter tido muito efeito em relação aos escritos de intelectuais comunistas da época.

Em seu “*Humanismo e Terror*” de 1947, Merleau-Ponty tencionava uma defesa do comunismo soviético face às críticas daqueles que repreendiam a política soviética como atividade política essencialmente baseada no uso do terror e da violência. A questão, para ele, residia no questionamento sobre se, no contexto do marxismo, a violência poderia ser justificada em nome da revolução. Cerca de 10 anos antes da escrita do livro, tinha início na União Soviética os chamados Processos de Moscou, uma série de julgamentos que tiveram como consequência o expurgo ou a morte de inúmeros membros do Partido, anarquistas ou opositores. Para Merleau-Ponty, entretanto, não cabia ao intelectual julgar o papel da violência na história soviética, de modo que seria preciso, sobretudo, situá-la. No caso dos processos de Moscou, por exemplo, ele apontava a necessidade de compreender os julgamentos como julgamentos de uma causa revolucionária, e não como meros julgamentos ordinários de crimes comuns. Os processos de Moscou, particularmente o de Bukharin em 1938, haviam fornecida a matéria para o romance de Arthur Koestler, *Le zéro infini, le yogi et le commissaire* de 1941. No livro o protagonista fictício, o velho militante Rubachov, é inspirado nos líderes bolcheviques aniquilados pelo regime estalinista na União Soviética; o livro é um retrato das reflexões de um preso político em meio ao regime soviético. É centrado na figura de Koestler e de seu romance que Merleau-Ponty vai elaborar sua crítica ao que chamou de “má-fé da mistificação liberal” sobre a violência na URSS.

Todo argumento de Merleau-Ponty estava fundamentado na premissa de que a vitória futura do comunismo soviético justificaria os usos políticos da violência no presente. Recuperando o materialismo como analítica histórica, Merleau-Ponty estava preocupado em demonstrar como todo fato político do presente só poderia ser analisado através de seu julgamento regressivo no futuro. A violência por sua vez, também apresentaria sua ambiguidade, ora como violência ordinária, ora como violência revolucionária. Essa última se apresentaria enquanto arma a serviço da uma sociedade mais humana, podendo ser definida, para ele, como uma violência de caráter transitório, como “enfermidade infantil de uma nova história”.

Se o marxismo é, pois, uma teoria da violência e uma justificação do Terror, faz surgir, no entanto, a razão da falta de razão, e a violência que legitima deve levar um signo que a distinga da violência retrógrada. (...) Temos, então, a tarefa de localizar a crise do Partido Comunista russo dentro das perspectivas que são comuns ao governo soviético e aos opositores, e descobrir se a violência é ali uma enfermidade infantil de uma nova história,

ou somente um episódio da história imutável.²²⁷

Em sua perspectiva, o humanismo abstrato, o humanismo dos idealistas, descolado da realidade histórica, era o humanismo que deveria ser deixado de lado. Mas não o humanismo como categoria ética, já que esse estaria garantido como promessa futura. O comunismo soviético é descrito, então, como “ensaio de solução do problema humano”²²⁸. A instituição do comunismo como *telos* estava exposta por uma dialética entre dois modos de violência – de tal modo que o esforço pela defesa da legitimidade da violência revolucionária define a posição adotada por Merleau-Ponty no período, mesmo que seja importante notar que, pouco tempo depois, ele mudaria de opinião em vista de oferecer uma crítica ao “bolchevismo” como estratégia política comunista²²⁹. A reação de André Malraux também pareceu seguir um caminho semelhante, quando afirmou que “assim como a Inquisição não afetou a dignidade fundamental da cristandade, os julgamentos de Moscou não diminuíram a dignidade fundamental do comunismo”²³⁰.

A década de 1950 abrigaria ainda inúmeras outras denúncias relacionadas com a questão da violência e seus limites na política oficial dos comunistas. Victor Kravchenko, ex-funcionário soviético exilado nos Estados Unidos, já havia publicado, na França, seu testemunho acerca dos processos de coletivização e das prisões soviéticas em 1946. David Rousset, por sua vez, publicou um relatório sobre os campos de concentração na URSS no início dos anos 1950, que fortaleceu a criação, em 1951, da *International Commission against the Concentration Camp Regime* (CIRC)²³¹. A lógica da guerra, imposta aos comunistas não-soviéticos pelas regulações da Kominfom, organizava então os posicionamentos estabelecidos em relação a esses casos, de tal forma que Kravchenko é tachado de “proveitador capitalista” por Albert Camus²³² e o líder iugoslavo Josip Broz Tito, ao cortar relações com o Partido soviético em 1948, é chamado de “espião anticomunista”²³³. Em setembro de 1949, o

²²⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Humanismo y Terror*. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1968, p. 144.

²²⁸ *Idem*, p. 226.

²²⁹ Cf. MERLEAU-PONTY, M. *As aventuras da dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006

²³⁰ Citado por HOLLANDER, Paul. *Political Pilgrims: Western Intellectuals in Search of the Good Society*. Oxford: Oxford University Press, 1981, p. 161.

²³¹ Cf. KRAVCHENKO, Victor. *I chose justice*. New York: CSS, 1950. & *Le livre blanc sur les camps concentrationnaires soviétiques*. Paris: Le Pavois, 1951. & ROUSSET, David. *Le Procès concentrationnaire pour la vérité dans les camps*. Paris: Le Pavois, 1951.

²³² CAMUS, Albert. *Actuelles* v. 2. Paris: Gallimard, 1977, p. 167.

²³³ Citado por WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 584.

L'Humanité divulgava o que seria conhecido posteriormente como “caso Rajk”, quando László Rajk, ex-ministro húngaro, é acusado de ter preparado o assassinato de dirigentes comunistas da Hungria, sob o propósito de entregar o poder para Tito. Seu julgamento, amplamente divulgado na imprensa francesa, funciona como espetáculo de demonstração do poder stalinista contra as oposições internas no leste europeu. Na Bulgária, pouco tempo depois, o processo Kostov segue uma lógica semelhante: “mesmo procedimento, mesmas acusações delirantes, mesma ausência de provas”²³⁴. Rajk é executada em outubro de 1949, Kostov, apesar de sua retratação pública, é executado em dezembro do mesmo ano.

Todos esses momentos intensificam a necessidade de posicionamento dos intelectuais comunistas (ligados ou não ao Partido) em relação ao fenômeno da violência. Se Tony Judt – para quem a defesa por parte dos intelectuais franceses em relação à legitimidade de tais eventos se explicaria pela necessidade de se posicionar principalmente contra qualquer germe de anticomunismo²³⁵ – parece ter razão quando analisa que as posições estabelecidas a esses problemas eram majoritariamente ligadas às determinações internas da Kominform, acreditamos que sua análise acaba por obscurecer os múltiplos sentidos em disputa no período e ignorar que, à luz dos movimentos antiautoritários ascendentes nos anos 1960, as posições estabelecidas do período eram muito mais complexas que sua análise possa, por ventura, deixar transparecer. Na verdade, os exemplos de posições críticas em referência a tais eventos parecem ser quase tão expressivos quanto os exemplos de posições alinhados às posições oficiais do Partido, o problema é que uma análise calcada necessariamente na veiculação posterior dessas ideias (e na posterior posição desses intelectuais) identifica, de forma quase natural, a posição dos intelectuais ligados a tais determinações como posições dominantes no período – algo como o relato dos vencedores do qual falou Benjamin. É claro que falar de “vencedores” no caso do comunismo parece ser um contrassenso mas, à luz da história do século XX, parece ser fácil identificar como a institucionalidade do chamado “comunismo oficial” adentrou à memória histórica contemporânea como o *discurso de verdade* do comunismo.

Historiadores e filósofos já tentaram demonstrar sobre as diferentes formas pelas quais o pensamento de esquerda do período estabeleceu comportamentos políticos críticos sobre a política soviética oficial da época. Michel Winock demonstrou, por exemplo, como todo o

²³⁴ Idem, p. 590.

²³⁵ JUDT, Tony. *Passado Imperfeito: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa do pós-guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 147, p. 163, p. 168-169.

núcleo da revista *Esprit*, em torno de Emmanuel Mounier, vai se configurar após 1949 enquanto universo crítico às acusações do Kominform contra Tito²³⁶. Jean Maitron, por sua vez, analisou como o campo ligado ao pensamento anarquista efetuava suas críticas, durante a década de 1950, de modo cada vez mais intenso contra a ordem estabelecida pelo “comunismo oficial”²³⁷.

Não pretendo defender, com isso, que tais posições críticas definem o espectro de comportamentos políticos do período. Parece ser claro que, no alvorecer dos anos cinquenta, a posição dos intelectuais mais eminentes está hegemonicamente articulada com a defesa da URSS, como a própria críticas de SB parece atestar. Em todo caso, se a década de 1960 irá se constituir, no campo das esquerdas, como década da denúncia e reconhecimento da natureza autoritária do regime soviético, a análise das posições durante a década anterior não pode obscurecer o fato de que alguma dessas posições (que convergirão para 1968) começam a ser delineadas já no ambiente posterior ao final da Segunda Guerra. No que se refere ao grupo Socialismo ou Barbárie, veremos como esse procedimento crítico em relação as posições do “comunismo oficial”. está intrinsecamente correlacionado com o movimento crítico estabelecido em referência ao marxismo como teoria política, histórica e econômica. Como, afinal, todo discurso de posicionamento acerca da violência como fenômeno político se encontra com a reflexão da necessidade de constituição de uma nova práxis para o projeto revolucionário moderno.

3.2 – STALINISMO COMO TOTALITARISMO: O TERROR COMO ESTRUTURA POLÍTICA

A situação internacional sob um ponto de vista radical

Quando, em 5 de março de 1953, o *Le Monde* anunciava “*Le maréchal Staline est mort*”, o ambiente político francês foi atingido de forma substantiva. A sede do PCF amanhece envolta em panos pretos. O *L'Humanité* estampa “Luto para todos que expressam, com a máxima reverência, seu amor para o grande Stalin”. O choque com a morte do líder não se limita aos fiéis ao comunismo, se estende por parte da opinião pública. Na câmara dos deputados, em Paris, o presidente Édouard Herriot pede um minuto de silêncio pelo “carrasco de Hitler”. No departamento francês de Seine-Maritime, os trabalhadores portuários e

²³⁶ WINOCK, M. *Histoire politique de la revue Esprit, 1930-1950*. Paris: Ed. du Seuil, 1975.

²³⁷ MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste en France*. Paris: Gallimard, 1992.

ferroviários, junto de muitas escolas e outros serviços, paralisam suas atividades. Em Soteville, na semana seguinte, uma discussão sobre nomear uma avenida como Joseph Stalin é apoiada por alguns habitantes, rechaçada por outros²³⁸. Em 12 de março, *Les Lettres françaises* publica na primeira página um retrato de Stalin pintado por Picasso. Louis Aragon e parte do PCF rechaçam Picasso por não ter tratado Stalin com o realismo necessário: "podemos fantasiar flores, cabras, bois, e até mesmo homens, mulheres – mas nosso Stalin não podemos fantasiar. Pois, para ele, a fantasia e a invenção é inevitavelmente menor que a realidade. Incompleta e, por tanto, infiel"²³⁹.

Se movimenta a opinião da imprensa, da sociedade civil, dos artistas, não poderia ser diferente com os analistas, militantes e intelectuais. Ora, se o regime soviético era sempre analisado sob o signo de seu maior líder, sua morte haveria de levantar, naturalmente, questões sobre o próprio futuro da Rússia soviética. Na revista *Socialisme ou Barbarie*, não foi diferente. Um editorial de agosto de 1953, procurava analisar as determinações objetivas da política internacional após a morte de Stalin.

As mudanças emergidas na URSS e em seus satélites desde a morte de Stalin são importantes em si mesmas e na compreensão própria do regime burocrático. A morte do personagem que tem sido para a burocracia, por mais de 25 anos, a incontestável encarnação de seu poder e também um déspota temido e odiado sob sua própria classe, ao colocar um formidável problema acerca da sucessão, provoca necessariamente turbulências entre os burocratas profissionais e ameaça a explosão das lutas entre clãs que anteriormente haviam sido reprimidos pelo poder de um só homem.²⁴⁰

A situação objetiva da URSS e de seus satélites acabava por enfrentar questões de existência material diretamente ligadas com a morte do líder. O desaparecimento súbito do “poder encarnado” abriria portas para a ruptura do congelamento político das oposições que havia caracterizada os anos de Stalin no poder. A busca pela consolidação do poder haveria de enfrentar agora diferentes núcleos políticos na busca pela sucessão da liderança do Partido. Configurado sob o lema não confesso “*La société, c'est moi*”, como apontado por Trotsky²⁴¹, a

²³⁸ Cf. Dossier Societe: les obseques de staline. In: <http://www.blogavocat.fr/space/bernard.kuchukian/content/dossier-societe---les-obseques-de-staline_3119eec0-4697-4288-9876-b10e02858f62>. Acesso em 1 de dezembro, 2014.

²³⁹ Citador por SNYDER, Timoth. *Terres de sang, l'Europe entre Hitler et Staline*. Paris: Gallimard, 2012, p. 720.

²⁴⁰ *La situation internationale*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 12, 1953, p. 48.

²⁴¹ PADURA, Leonardo. *The Man Who Loved Dogs: A Novel*. New York: Farrar, Straus & Girous, 2014, p. 285.

estrutura do regime soviético repousava acima da imagem do líder, e o próprio princípio de liderança advinha, como notou Hannah Arendt, da posição em que o regime colocava o líder, “ou seja, da importância fundamental do líder para o movimento”²⁴².

O saldo do final da guerra havia cobrado um alto custo à sociedade russa: escassez de alimentos, crescimento da pobreza e sistemáticas supressões de informações necessárias para um funcionamento mais racional da economia²⁴³. Desde 1945, a figura de Stalin havia representado, segundo a interpretação de SB, a unidade de tal sistema em crise, de tal forma que o evento de sua morte acarretaria uma intensificação significativa da crise experimentada pelo país desde então. Mas, se o evento apontou para um posicionamento de preocupação por parte do grupo em relação aos caminhos de tal crise, representou também algumas nuances de esperança. A percepção do grupo era de que a crise que atingiria inevitavelmente as lideranças partidárias poderia atingir (e, portanto, mobilizar) de forma igual as expectativas dos trabalhadores da Rússia e de seus satélites. E assim os eventos de junho de 1953 na Berlim Oriental – quando, em represália às decisões do governo comunista em aumentar a jornada de trabalho sem compensação salarial, cerca de 50 mil manifestantes tomaram as ruas exigindo a anulação da medida – pareciam confirmar as hipóteses do grupo, que situava os eventos de Berlim como resposta indireta às consequências de crise do imaginário comunista decorrentes da morte de Stalin (e também as ações de menor grau ocorridas no mesmo período na Tchecoslováquia e na Hungria²⁴⁴).

As projeções do grupo para um possível fortalecimento do movimento operário autônomo acabaram por se cruzar, no entanto, com outras questões emergentes na esfera da política soviética dos anos seguintes. Menos de quatro anos após a morte de Stalin teria lugar, em Moscou, o XX Congresso do Partido. Na ocasião o então secretário-geral Nikita Khrushchev apresentaria, ao final do congresso, o que viria a ser chamado de Discurso Secreto, onde denunciava ao alto escalão administrativo da URSS um relatório completo

²⁴² ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 414.

²⁴³ Cf. NOVE, Alec. *An Economic History of the USSR, 1917-1991*. London: Penguin, 1992.

²⁴⁴ Ao mesmo tempo, em agosto uma greve geral explode na França contra às decisões do governo referentes ao aumento da idade mínima para aposentadoria. Para os membros de SB, esse evento, não relacionado diretamente com as consequências da morte de Stalin, indicava uma outra possibilidade interpretativa. Estabelecendo referências entre esses diversos momentos, o grupo enxergou em tais eventos a possível emergência de novas formas políticas da classe trabalhadora, com potencial revolucionário significante, como lembra Hastings-King, para quem tais eventos colocam o problema do programa revolucionário de volta a ordem do dia do grupo, uma centelha de esperança que organizou as diversas ações do grupo no sentido de refletir sobre os problemas dos conselhos operários, das organizações de base, da narrativa dos trabalhadores. HASTINGS-KING, Stephen. *Looking for Proletariat: Socialisme ou Barbarie and the Problem of Worker-Writing*. Brill: Leiden, 2014, p. 74.

sobre a era Stalin. No documento, Khrushchev denunciava o uso indiscriminado da violência contra toda e qualquer oposição, bem como “em direção ao que parecia, para o caráter arbitrário e despótico [de Stalin], ao contrário de seus conceitos”²⁴⁵. O culto à imagem de Stalin era de igual forma denunciado por Khrushchev, para quem o chamado “culto da personalidade” teria adquirido tamanho tão grande muito devido ao próprio Stalin, que teria utilizado de todos os métodos possíveis para a glorificação universal de sua própria pessoa. Ainda, o culto da personalidade poderia ser visto, segundo o relatório de Khrushchev como grande responsável pelos excessos do poder soviético, ao uso desmesurado da violência, aos defeitos da atividade econômica. “Ele [o culto de Stalin] trouxe graves violações em relação ao Partido e a democracia soviética; uma administração estéril; desvios de todo tipo; encobrimentos de deficiências e mascaramentos da realidade”²⁴⁶.

É nesse contexto que Lefort escreve, em 1956, um artigo na revista *Socialisme ou Barbarie* dedicado à reflexão dos novos caminhos e limites que a situação soviética apresentava para a crítica política e os movimentos de massa. Lefort está preocupado em entender principalmente como o XX Congresso representaria um novo estágio na história do regime soviético. Para ele, o grande nó do stalinismo seria justamente a mistificação do Estado soviético como Estado socialista, mistificação só possível pela identificação necessária entre líder e sistema econômico, de forma que, com a morte do líder, o sistema econômico perderia sua estrutura central.

O evento é revolucionário porque indica não uma mudança da orientação política de caráter conjuntural, mas uma transformação total que afeta: o funcionamento da burocracia como classe, o funcionamento das instituições essenciais, a eficiência do planejamento, o papel *totalitário* do partido, as relações entre o Estado e a sociedade, e porque expressa, no nível mais profundo, um conflito inerente ao sistema de exploração baseado no capitalismo de Estado²⁴⁷.

Reconhecendo a impossibilidade de transformação estrutural meramente através dos eventos e revoltas que seguiram a morte de Stalin, Lefort reconhece também que tais eventos estabelecem a necessidade de adequação do regime em referência a crise de liderança. Se a

²⁴⁵ KHRUSHCHEV, Nikita. Speech to 20th Congress of the C.P.S.U. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/khrushchev/1956/02/24.htm>>. Acesso 2 de dezembro, 2014.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ LEFORT, Claude. *Le totalitarisme sans Staline – L’U.R.S.S. dans une nouvelle phase*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 19, 1956. Reproduzido em: LEFORT, C. *The Political Forms of Modern Society: Bureaucracy, Democracy, Totalitarianism*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1986, p. 52, grifo nosso.

liderança soviética consolidava nesse período uma revisão de seus métodos políticos, tal revisão não seria simplesmente fruto de “elementos capitalistas invisíveis”, nem como fruto da ameaça imperialista, tampouco das revoltas populares. A análise do desenvolvimento soviético deveria, para Lefort, ser executada sob a própria estrutura social do regime. É no sentido de uma analítica estrutural do poder soviético que Lefort lançará mão, pela primeira vez em seus escritos, do conceito de totalitarismo como categoria explicativa da realidade soviética.

O uso do conceito de totalitarismo por Lefort tem, nesse período, mais além de um sentido de denúncia, pois ganha um sentido analítico que tem como função o estabelecimento crítico dos desafios colocados historicamente para os trabalhadores e para o futuro dos projetos emancipadores. Definir a sociedade soviética como totalitarismo significa, para Lefort, perceber os limites práticos do projeto bolchevique e, através da percepção de tais limites, elaborar estratégias de superação.

No stalinismo, sempre segundo Lefort, o partido cumpriria papel fundamental na instauração de uma unidade incontestada (e incontestável), cimentando os elementos sociais possivelmente heterogêneos, e reduzindo o interesse civil ao interesse da burocracia do partido. A isso, um analista poderia considerar o uso do termo “ditadura”. Por que agora a necessidade de outro termo para fornecer uma explicação da estrutura social?

Mais especificamente, ele [o totalitarismo] não é um regime político: é uma forma de sociedade, a forma na qual todas as atividades estão imediatamente ligadas umas às outras, deliberadamente apresentadas como modalidades de um único mundo; a forma na qual um sistema de valores predomina absolutamente, de tal forma que cada ação individual ou coletiva deve necessariamente encontrar nele um coeficiente de realidade; a forma na qual, por último, o modelo dominante exerce uma pressão física e espiritual total do comportamento dos indivíduos privados.²⁴⁸

O interlocutor desse trecho (e de alguma forma de todo o texto) parece ser o próprio trotskismo. Cabe lembrar que a posição clássica de Trotsky e de seus seguidores defendia que a burocracia seria apenas uma deformação temporária no Estado proletário soviético por excelência. Pelo contrário, considerar a URSS como regime totalitário é reafirmar, para Lefort, a falácia de tal posição. Para ele, a burocracia como classe não poderia ser considerada, como Lenin defendia, uma “reminiscência do passado czarista”, mas da burocracia como sistema enraizado enquanto nova classe dominante na qual o próprio poder

²⁴⁸ Idem, p. 79.

derivaria da configuração política da sociedade – era tal configuração que deveria ser contestada. Lefort escreve: “Como em sonhos onde toda metamorfose parece natural, na utopia trotskista o socialismo se transformou em seu oposto sem perder sua identidade”²⁴⁹.

Se a casta burocrática, da qual falava Trotsky, mantinha sua posição privilegiada mesmo com as transformações após a morte de Stalin, como analisar o fenômeno de continuidade estrutural de um totalitarismo que se encontrava, agora, sem líder? Essa parece ser a questão central da reflexão de Lefort na revista: da possibilidade de estabelecer o papel da burocracia no totalitarismo soviético. Para desenvolver essa questão, Lefort retorna ao fundamento do “culto da personalidade”. Retornando sua análise para as denúncias de Khrushchev, Lefort está preocupado em entender como a denúncia do “culto da personalidade” acabava por obscurecer a natureza do regime soviético como problema fundamental de qualquer análise crítica sobre a URSS. Para ele, uma crítica centrada simplesmente na personalidade de Stalin como estância máxima do poder só poderia existir através de uma separação absoluta entre vida política e realidade social, tudo poderia ser explicado pelas determinações psicológicas e patológicas do desejo de Stalin pelo poder. Através de tal interpretação toda violência e autoritarismo do regime poderia ser explicado apenas como desvios e excessos do líder supremo.

Pelo contrário, como a preocupação lefortiana é a fundamentação de uma crítica das estruturas políticas e sociais do regime soviético, a redução do regime ao seu líder não era um caminho seguir. Ao contrário de muitos comunistas da época (e de muitos comunistas da nossa época, vale dizer), Lefort não estabelecia uma separação essencial entre a URSS de Lenin e a URSS depois de Lenin. De fato, para Lefort, a estrutura política totalizada na figura do Partido, eliminando as oposições e facções intrapartidárias, era um projeto nascido no seio do leninismo, e o stalinismo só teria transformado os excessos “temporários” de Lenin em regra geral.

De igual forma, a crítica da URSS como “capitalismo de Estado” não satisfazia as pretensões analíticas de Lefort, pois tal crítica reduziria o fenômeno stalinista ao seu aspecto econômico (a concentração de capital pela burocracia). Pelo contrário, a especificidade da estrutura do regime soviético, não encontrada de forma igual no capitalismo ocidental, se encontrava no uso do terror não apenas como ferramenta instrumental, mas como política organizativa de toda estrutura do regime, pois uso do terror é continuado, e até intensificado,

²⁴⁹ Idem, p. 53.

mesmo após a eliminação de toda oposição efetiva. Em 1956, Lefort escreve que o terror “é constitutivo de uma nova força social cujo surgimento pressupõe um violento desenraizamento do terreno da velha sociedade, e cuja sobrevivência requer o sacrifício diário de novos membros para a garantia da unidade do já formado organismo social”²⁵⁰. A função do terror nessas sociedades é dupla, real e imaginária. Real pois, como nos lembrou Hannah Arendt, o terror estabelece a homogenização da população como condição da emergência do totalitarismo. Em nossa interpretação, a consideração de Lefort segue um caminho semelhante, apesar de Lefort não referenciar em nenhuma parte de seu texto a obra de Hannah Arendt (a conhecida obra de Arendt, *Origens do Totalitarismo*, data de 1951, 5 anos antes do texto de Lefort).

Para Lefort, a violência era também condição para o desenvolvimento da burocracia como estrato social que, através do uso do terror, garante os privilégios de apropriação integral do trabalho coletivo. O uso do terror também teria uma função imaginária pois substituiria a velha separação entre sociedade civil e Estado, por uma separação imaginária entre o poder invisível da burocracia (negada como força individual) e a sociedade civil.

Na realidade, ele [o Partido] se comporta como um grupo particular que está tentando anexar a si mesmo aos grupos produzidos pela divisão do trabalho, um grupo cuja função é mascarar a fragmentação irreduzível de atividades, para representar na dimensão imaginária as continuidades que a realidade rejeita, um grupo cuja verdadeira especialidade é não ter especialidade alguma.²⁵¹

A sociedade totalitária seria, então, uma sociedade desincorporada onde os sujeitos encontram-se submersos na coletividade e a dimensão da própria realidade é apagada ao mesmo tempo em que reina a lógica simbólica da onipotência do corpo político. O poder soviético, para o autor, condensa na burocracia todas as instâncias da lei e do saber, acomodando-se e configurando-se como lugar onde os fins últimos da sociedade têm origem e “no qual grosseiros contrastes na realidade são transformados em partes complementares e harmoniosas” e Lefort prossegue identificando o socialismo soviético como sistema totalitário, apresentando também os limites do trotskismo na interpretação de tal fenômeno:

²⁵⁰ Idem, p. 67.

²⁵¹ Idem, p. 81.

Não é demais observar que estes delírios opostos se entrecruzavam curiosamente no mito de um sistema perfeitamente coerente designado como totalitarismo absoluto ou como socialismo, mas sempre apresentado como radicalmente diferente dos sistemas capitalistas conhecidos por nós. O trotskismo, é verdade, apresentou um panorama contrastado, mas, se contentando em implantar a imagem do totalitarismo sobre aquela do socialismo, acumulou no seu próprio mito as ficções precedentes.²⁵²

A referência de Lefort ao trotskismo ressalta a incapacidade desse em oferecer uma interpretação eficaz do fenômeno totalitário. Interpretando o modelo bolchevique com uma deformação do socialismo, com a ausência dos aparatos democráticos e o uso da violência “contrarrevolucionária” o trotskismo falharia em perceber a própria função do Partido na paisagem bolchevique. Como notou Schevisbiski²⁵³, a interpretação lefortiana afirma o papel do partido como instituição a partir da qual se opera o totalitarismo. O partido encarna a possibilidade mesma do stalinismo, é através dele que se exercita o silenciamento popular, concentrando em suas mãos todos os poderes, se confundindo com o Estado e subordinando todas as outras instituições à sua vontade. Com a extinção do conflito e do dissenso em todas as esferas da vida política, monopoliza-se o controle da vida. Se na formulação weberiana o Estado moderno possui o “monopólio da violência”, a interpretação lefortiana considera que o regime soviético produz uma nova forma de monopólio: monopoliza-se a própria possibilidade de pensar o poder para fora de si.

Em outros textos do mesmo período, Lefort concentra sua crítica na atuação daqueles que ele se refere como “intelectuais progressistas”. O objetivo, em tais textos²⁵⁴, é perceber como a reação dos intelectuais comunistas às denúncias e fatos objetivos do regime soviético (como a repressão das revoltas de Berlim em 1953) poupam a crítica da URSS em nome dos “excessos da liderança” ou da “conspiração internacional”. Se referindo a crítica de Lefort, Bernard Flynn recorda que “muitos intelectuais progressistas realmente acreditavam, ou forçavam si mesmos a acreditar, que as rebeliões contra o imperialismo soviético eram fomentadas pela CIA”²⁵⁵. Nesse sentido, os eventos de outubro de 1956 na Hungria, quando os tanques soviéticos reprimiram violentamente a revolta popular no satélite soviético, viriam

²⁵² LEFORT, Claude. Totalitarisme sans Stalin. In: SB, n. 19, 1956, p. 2.

²⁵³ SCHEVISBISKI, R. *Ibid.*, 2013, p. 35.

²⁵⁴ Principalmente: *La méthode des intellectuels dits “progressistes”- échantillons*. In: SB, n. 23, 1958, pp. 126-153. & *L’insurrection hongroise*. In: SB, n. 20, 1957, pp. 85-116.

²⁵⁵ FLYNN, Bernard. *The Philosophy of Claude Lefort: Interpreting the Political*. Evanston: Northwestern University Press, 2005.

a confirmar esses prognósticos de Lefort.

Nesse momento, a revista *Socialisme ou Barbarie* se encontrava em seu auge. Castoriadis notou como o contexto social, político e internacional após 1953 possibilitara uma nova energia a um grupo que, a partir de 1950, havia sofrido um isolamento crescente, contando com uma dezena de participantes e quando as edições da revista eram cada vez mais finas.

Depois a cena muda, estranho poder da história. Um fato após o outro, a guerra da Coreia termina, Stalin morre, os operários de Berlim Oriental se revoltam, todo o setor público da França entra em greve. A vida do grupo ganha novo alento, certo número de pessoas adere a ele, o conteúdo da revista se enriquece e sua publicação torna-se mais frequente (...) depois, evidentemente, a revolução húngara e o movimento polonês estimulam consideravelmente a vida do grupo, por representarem uma maciça confirmação de nossa orientação (...) Dali em diante, foram vendidos no mínimo 700 exemplares da revista a cada vez e cerca de uma centena de pessoas de fora do grupo assistem nossas reuniões públicas.²⁵⁶

De fato, uma rápida análise da revista mostra que, entre os anos de 1956 até o encerramento da revista em 1965, o número de artigos que a compõe é consideravelmente maior. A interpretação posterior de Castoriadis vai identificar esse crescimento material da revista como expressão da consciência dos membros do grupo de que tais eventos confirmavam as orientações elaboradas em torno da revista: a saber, de que a centralidade da URSS como alternativa factível ao capitalismo ocidental não poderia sobreviver às contradições internas da burocratização maciça do regime expressas agora pelo progressivo conhecimento tomado no Ocidente acerca dos usos desmesurados da violência como instrumento de sustentação do regime soviético.

A resposta militarizada dos soviéticos contra as revoltas populares em 1956 na Hungria já foi descrita como um ponto de virada nas relações hegemônicas entre os comunistas franceses e o regime soviético²⁵⁷. Em dezembro de 1956, Pierre Emmanuel escreveria nas páginas da revista *Esprit*: “Que loucura nos trouxe até aqui? Que sonambulismo?”²⁵⁸. A sublevação húngara à posterior repressão soviética são objetivos de vários artigos na revista *Socialisme ou Barbarie*. O número 20 da revista, cobrindo o período

²⁵⁶ CASTORIADIS, C. *Uma sociedade à deriva*. Aparecida: Ed. Ideias e Letras, 2006, p. 29-30.

²⁵⁷ Cf. FEJTÖ, François. *Budapest, l'insurrection - la première révolution anti-totalitaire, 1956*. Bruxelles: Éd. Complexe, 1990. & GRANDSENE, Florence. *Les intellectuels français face aux crises du communisme en Europe du Centre-Est (1956-1981)*. In: *Labyrinthe - Actualité de la recherche* (n° 7), 2000, 164-166.

²⁵⁸ EMMANUEL, Pierre. *Les oreilles du roi Midas*. In: *Esprit*, dezembro de 1956, p. 785

de dezembro de 1956 a fevereiro de 1957, é praticamente todo dedicado a interpretações diversas sobre os eventos da Hungria. Observemos brevemente algumas análises sobre o problema nas páginas da revista.

Philippe Guillaume, militante e um dos fundadores do grupo (ainda que tenha escrito em menor quantidade) referiu-se ao evento como “uma revolução de todo o povo: proletária e jovem” e, completa o autor, “sem tradição, sem amarras, oprimidos e miseráveis, esses jovens mostraram ao mundo moderno o caminho a seguir”²⁵⁹. Segundo a interpretação de Marie-France Raflin²⁶⁰, a análise de Guillaume acaba por descrever a persistência do mito de ruptura e da violência revolucionária na insurreição húngara, bem como as dinâmicas do movimento que encontrou a vitória provisória antes do contra-ataque militar soviético, de um movimento unânime em sua oposição à URSS, mas que necessitaria de uma liderança mais efetiva dos conselhos operários.

O texto de Lefort em *Socialisme ou Barbarie, L'insurrection hongroise*, é uma analítica factual dos eventos ocorridos na Hungria. Ao fim do texto, Lefort retorna para a fundamentação das possibilidades demonstrada pelos húngaros. Para ele, por um lado, os horizontes se abriram, a perspectiva de uma democracia baseada nos conselhos operários, como proposta pelos líderes da insurreição, demonstrava que era possível reconstruir possibilidades de democracia não submetidas a burguesia ou a burocracia: “[o movimento] quer a vitória da democracia operária, a tomada das fábricas pelos conselhos”²⁶¹. Por outro lado, a insurreição húngara também confirmou alguma das posições defendidas por Lefort anteriormente sobre a natureza política soviética. Em uma das últimas seções do texto, intitulada “O regime contra o qual os operários lutam”, Lefort se volta mais uma vez contra a opinião ainda hegemônica dos comunistas franceses: “a confiança do L'Humanité está prestes a se apagar, usam-se todos os meios para esconder o verdadeiro caráter dos acontecimentos da Hungria”²⁶². A previsão de uma transição do stalinismo para um regime menos autoritário não era mais uma possibilidade, e o texto finaliza com uma formulação apaixonada de Lefort sobre as impossibilidades de crença no futuro progressista da URSS, e retoma a caracterização do capitalismo burocrático como burocracia totalitária.

²⁵⁹ GUILLAUME, Philippe. *Comment ils se sont battus*. In: SB, n. 20, 1956-1957, p. 117.

²⁶⁰ RAFLIN, Marie-France. *Socialisme ou Barbarie, du vrai communisme à la radicalité*. Tese de Doutorado pelo Instiut d'études politiques de Paris, 2005, p. 561.

²⁶¹ LEFORT, Claude. *L'insurrection hongroise*. In: SB, n. 20, 1956-1957. Reproduzido em LEFORT, C. A invenção democrática: os limites da dominação totalitária. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 179.

²⁶² Idem, p. 182.

Não pensávamos que a URSS ousaria. Há seis meses que a ditadura de Stalin tinha sido solenemente condenada; os dirigentes russos tinham prometido o fim do terror policial, multiplicado os gestos que visavam restabelecer a confiança, assinado com Tito declarações sobre o princípio de igualdade que deveriam reger as relações entre as nações socialistas (...) Mas em 24 horas as concessões são retiradas, as declarações anuladas, as promessas achincalhadas, a democratização varrida e ousam retomar o rosto medonho do stalinismo que eles mesmos tinham transformado em espantinho para ressuscitar a confiança nas suas próprias pessoas (...) A história da humanidade está, sem dúvida, cheia de exemplos sangrentos, cheia de mentiras e das traições dos governos, mas não se podia imaginar que um Estado que reivindica o comunismo fizesse frente contra um povo inteiro e desencadeasse a mais feroz repressão (...) Os Krouschev, os Mikoyan, os Bulganin que se comprazeram em acusar Stalin de todos os males e de todas as atrocidades do passado, que se apresentaram eles mesmos como espectadores impotentes de um terror que não tinham desejado (...) ultrapassaram Stalin em atrocidade. Os milhares de discursos de ontem e de amanhã não apagarão seus atos que os denunciam como fuziladores de operários e denunciam, para além de suas pessoas, um regime: o capitalismo burocrático. Que todos os que estavam prestes a entusiasmar-se com a nova burocracia progressista da URSS contemplem hoje o rosto medonho que adquiriu o combate (...) e que compreendam, pelo menos, que é preciso escolher. Escolher radicalmente não entre Stalin e Krouschev, Krouschev e Malenkov, entre os pretensos duros e os pretensos moles, mas entre a burocracia totalitária e os únicos que podem a ela se opor, que sofrem a exploração e que são os únicos a poder dar sentido ao socialismo.²⁶³

Ao retomar a caracterização da URSS como “burocracia totalitária”, Lefort reafirma os eventos de 1956 como uma certa confirmação dos projetos do grupo SB. Como bem notou Daniel Blanchard, membro do grupo a partir de 1957, o projeto de SB, surgido através das crises que o grupo detectara na sociedade, era sempre também validado por manifestações de crise social. Os eventos da Hungria, nesse sentido, “teriam validado e fornecido mais estímulos para o trabalho teórico do grupo”²⁶⁴.

Dominação totalitária e crítica do marxismo

Ainda em relação aos eventos na Hungria, Castoriadis notava que eles representavam

²⁶³ Idem, p. 190-191.

²⁶⁴ BLANCHARD, Daniel. *From workers autonomy to social autonomy: the experience of Socialisme ou Barbarie. An interview with Daniel Blanchard by Amador Fernández-Savater*. Disponível em: <<http://libcom.org/history/workers-autonomy-social-autonomy-experience-socialisme-ou-barbarie-interview-daniel-blanchard>>. Acesso 15 de janeiro, 2015.

“a posição mais avançada no combate contemporâneo. Isso significa simplesmente que ela [a Revolução Húngara] oferece a mais clara e mais alta expressão das tendências e metas dos trabalhadores de nossa época (...)”²⁶⁵. Tal como em Lefort, o evento de 1956 também apresenta, na interpretação de Castoriadis, elementos que possibilitam outras reflexões sobre o fenômeno do regime soviético como regime totalitário. Desenvolvendo uma análise da crise da burocracia soviética expressa pelas revoltas efetuadas após a morte de Stalin, Castoriadis busca perceber como essas revoltas estão interligadas com crises conjunturais da produção soviética de alimentos, de carvão, de fertilizantes. A crise econômica apontaria, dessa forma, para uma crise na própria estrutura de coação do regime em controlar integralmente os resultados da mão de obra; a resistência dos trabalhadores seria ponto fundamental na crise de gerenciamento do regime²⁶⁶. No entanto, qual a relação de tal apontamento para com o debate envolvendo a noção de sociedade totalitária na revista?

Tendo sido negado, aos trabalhadores soviéticos, o direito de greve, assim como o direito de organizações autônoma em defesa de seus interesses, aliado ao tratamento arbitrário reservado aos trabalhadores não-russos, o trabalhador húngaro experimentava a exploração de modo igual, ou pior, ao do trabalhador do capitalismo liberal, segundo a interpretação de SB,. Ao perceber o descontentamento dos trabalhadores como expressão real da crise do regime, Castoriadis procura observar, na função social do terror (outro elemento “em crise” após o discurso de Krouschev), o ponto nevrálgico de sobrevivência do totalitarismo soviético. A violência “revolucionária” da URSS teria por função central a conformação da burocracia como imagem de poder, isso significa dizer que todo aparato do terror (os campos de concentração, a repressão diária, o controle do pensamento) funcionava como base real de uma ideologia monolítica entendida como a orientação da sociedade totalizada na figura do líder e preocupada com o asseguramento dos privilégios da burocracia. Mas, com a morte do líder e a crise dos aparatos de violência do regime²⁶⁷, o que teria restado do totalitarismo? Para a percepção das transformações do totalitarismo soviético após 1953, Castoriadis retorna, nas

²⁶⁵ CASTORIADIS, C. *La révolution prolétarienne contre la bureaucratie*. In: SB, n. 20, 1956-1957. Reproduzido em: CASTORIADIS, C. *Political and Social Writings II*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988, p. 57.

²⁶⁶ Idem, p. 69.

²⁶⁷ Nota-se que a morte de Stalin afetou de forma substantiva os aparatos de repressão do regime, haja vista tanto as dificuldades de controle político e social dos satélites (Hungria, Polônia) mas também crises em próprio território russo, demonstradas através dos testemunhos de revoltas e desordens nos campos de concentração soviéticos após a morte do líder. Cf. HARDY, Jeffrey. *Khrushchev's Gulag: The Evolution of Punishment in the Post-Stalin Soviet Union, 1953-1964*. Tese de doutorado, Princeton University, 2011

páginas da revista, à reflexão sobre as consequências do discurso de Kroushev em vistas de perceber como ele, aliado aos numerosos fatores conjunturais já explicitados, fornece uma nova roupagem ao totalitarismo característico do stalinismo.

O que nos interessa aqui é fornecer uma interpretação que busque conjugar um aspecto aparentemente invisível no universo múltiplo do grupo SB. Esse aspecto é a conjugação inevitável entre os textos analíticos sobre o totalitarismo soviético, suas transformações internas e organização material, com o estabelecimento de uma perspectiva cada vez mais crítica em relação ao marxismo como instrumento hegemônico de interpretação e orientação política. Observaremos como as percepções acerca do regime russo pós-1956 se articulam com o afastamento do marxismo como categoria analítica enquanto tema central dos textos de Castoriadis e Lefort durante o final dos anos 1950 e, no caso de Castoriadis, até o final do grupo em 1967. Quero argumentar, portanto, como a crítica da política global (representada no presente capítulo através do totalitarismo como categoria explicativa para a realidade histórica da URSS) e as relações críticas que o grupo acaba por estabelecer com a tradição intelectual do marxismo são preocupações que funcionam em um mesmo viés, partes de um mesmo momento. Essa “sovietologia crítica” de Castoriadis e Lefort é impossível de ser entendida, em sua totalidade, se não estabelecermos o cruzamento necessário entre ela e as preocupações que fundamentam a posição desses autores em relação ao marxismo.

Em um primeiro plano, há que se observar que até o final da Segunda Guerra o que se tem é um silêncio dominante por parte dos comunistas ocidentais acerca das condições reais do regime soviético, do autoritarismo, da repressão. Em um pequeno artigo de 1956 dedicado a situar o papel histórico dos julgamentos de Moscou, Castoriadis nota que

Somente quando as vítimas dos julgamentos começaram a ser colocadas nos arquivos da burocracia, eles [os intelectuais comunistas] começam a “denunciar” os julgamentos. Até então, quase todos eles foram cúmplices: a SFIO, cujo jornal *Le Populaire* manteve silêncio desde 1934 acerca dos crimes do GPU; os socialistas espanhóis, que deram passagem para o mesmo Antonov-Ovseyenko cuja injusta execução por Stalin, Khrushchov hoje lamenta; os socialistas noruegueses (no poder em 1935-36), cujo ministro da justiça Trygve Lie, amordaçou Trotsky por três meses em 1936, bem no meio do chamado “Julgamento dos Dezesesseis”, o isolando e o prevenindo de defender a si mesmos contra as maquinações objetivadas contra ele; a Ligue française des droits de l’homme, cujo presidente, Victor Basch, interpretou os procedimentos dos julgamentos de Moscou como perfeitamente normais; os jornalistas “objetivos”, como Mr. Durant, e os juristas “socialistas”, como Mr. Pitt, conselheiro de Sua Majestade, que, depois de ter sido convidado a Moscou durante os julgamentos, interpretou os processos como impecáveis e

os vereditos como justificados, etc. Todos os intelectuais "de esquerda" também foram cúmplices, com raríssimas exceções – e não estamos falando aqui sobre stalinistas confessos, mas todo o grupo de "simpatizantes"; os santos e os "realistas", os Romain Rollands e os Jean Cassous, que encobriram toda essa miserável operação através de sua autoridade moral, e todos os outros a quem seria cansativo enumerar.²⁶⁸

Tendo em vista tal consideração objetiva (a de que intelectuais comunistas silenciaram em vistas da materialidade do problema²⁶⁹), a pergunta que ira mobilizar uma série de reflexões do grupo daí em diante parece ser: qual a função ideológica do marxismo (enquanto categoria de interpretação do mundo e referencial teórico do projeto comunista) na atividade de conformação da realidade social russa? Em outras palavras, o que na natureza da reflexão marxista permitiu que sujeitos, versados na longa tradição do materialismo histórico, demonstrassem grande desinteresse (e, por vezes, condescendência) pela realidade violenta e autoritária do comunismo real?

Por fim, retomo aqui uma discussão efetuada no capítulo anterior, mas munido de outra preocupação preliminar. Se lá analisei a crise do marxismo nos escritos de Castoriadis como fundamento de um novo projeto político em termos revolucionários, aqui a mesma crise será analisada, através de Lefort e Castoriadis, pelo viés das relações entre teoria marxista e subjugação ao terror stalinista. Essas relações podem ser expressas em dois sentidos. Primeiramente, no sentido de uma lógica intrínseca ao marxismo que reduziria a história ao desenvolvimento contínuo e, portanto, justificaria os usos da força na realidade soviética, tal como a crítica de Castoriadis atesta. Em segundo lugar, na formulação lefortiana acerca de um déficit da práxis revolucionária do comunismo hegemônico para pensar o lugar da democracia como local possível de transformação social.

Concebendo o marxismo como ideologia, no sentido de uma racionalidade orientada de forma a representar a unidade social, Castoriadis estava preocupado, durante os anos 1960, em compreender que tipo de conexões se poderia estabelecer entre texto e realidade histórica, ou seja, entre a tradição intelectual marxista e o autoritarismo enquanto fundamento do real. “Várias vezes perguntou-se como os marxistas tinham podido ser stalinistas? Mas se os padrões são progressistas, como não o seriam comissários construindo tanto e até mais?”²⁷⁰. A

²⁶⁸ CASTORIADIS, C. *Rideau sur la métaphysique des procès*. In: SB, n. 19, 1956-1957. Reproduzido em: CASTORIADIS, C. *Ibid.*, 1988, p. 53.

²⁶⁹ Castoriadis nota que a quantidade de relatórios oficiais, testemunhos, reportagens, que denunciavam as condições do regime eram abundantes demais para que os comunistas ocidentais alegassem desconhecimento sobre eles.

²⁷⁰ CASTORIADIS, C. *Marxismo e Teoria Revolucionária*. In: *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de

relação aqui é alicerçada na constatação das complexas relações entre o caráter político de um regime, e o desenvolvimento de suas forças produtivas. Castoriadis percebe como o apreço do marxismo ao “estado da técnica” motivava um certo posicionamento dos comunistas na identificação positiva de progresso técnico e progresso social. Para ele, pelo contrário, a chamada “racionalização da produção” na URSS não era nada mais que a reafirmação (tão criticada por ele em relação ao “Marx maduro”) da soberania do econômico em todos os sentidos do termo, da concepção que reduziria os sujeitos e suas atividades como mensuráveis em relação ao estado da técnica. Como compreender que as forças produtivas, consideradas reacionárias sob a ordem capitalista (por não mais se desenvolver e se transformar em mera “exploração parasitária”) transformem-se automaticamente em progressistas sob a ordem da ditadura do proletariado? Encarnando a posição discursiva dos comunistas defensores da URSS, Castoriadis escreve:

Pouco importa que esta situação deixe subsistir alguns problemas filosóficos, já que não vemos como em tais condições 'infra-estruturais' idênticas possam sustentar edifícios sociais opostos; que ela também não resolva alguns problemas reais, enquanto os operários insuficientemente maduros não compreendam a diferença que separa o taylorismo dos padrões e o do Estado socialista, também pouco importa. Passaremos por cima dos primeiros com a ajuda da dialética, calaremos os segundos a tiros de fuzil. A história universal não é o lugar da sutileza²⁷¹

Nessa interpretação, que para Castoriadis define a posição majoritária dos comunistas da época, o poder absoluto do Partido se justificaria. O estatuto filosófico do marxismo ortodoxo, fundamentado no materialismo que fornece à história uma teoria explicativa de antemão, submete todo desenvolvimento social e histórico ao desenvolvimento técnico, de tal modo que, sob a ideologia do progresso inevitável, todo “excesso” se explicaria por si só, ou se justificaria pela sua “eficácia revolucionária”. Da mesma forma, eliminando o conteúdo real da ação humana, substituindo-a pela pretensão teórica de uma verdade a ser realizada, o marxismo como ideologia só poderia fechar seu sistema “pré-escravizando os homens a seus esquemas”²⁷². Submetendo os indivíduos a posição de objetos passivos da verdade teórica, os intelectuais comunistas ocidentais não veriam dificuldade em justificar o totalitarismo soviético como pré-história necessária para a realização final da sociedade de abundância, da

Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 74.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem, p. 85.

qual falava Marx.

Ainda assim, a possibilidade de efetivação do que Castoriadis chama, no período, de “projeto revolucionário” residiria na própria percepção da atividade individual como fator histórico autônomo, pelo qual a própria teoria estaria possibilitada a ser revirada e rearticulada em relação ao movimento histórico real. A centralidade do poder em alguma instituição hegemônica, detentora de toda autoridade, ou a ideia de violência como “instrumento revolucionário” não poderiam ser mais estranhas a tal projeto que começa a ser desenvolvido por Castoriadis nas páginas de *Socialisme ou Barbarie*. A bibliografia posterior de Castoriadis estabelecerá como objetivo a formulação de uma demanda política por uma organização social que reconhecesse as possibilidades individuais de criação, de livre crítica e interrogação sobre suas próprias vidas e sobre as instituições circundantes²⁷³. De toda forma, vale notar que, apesar do surgimento de uma crítica aos sentidos determinantes do comunismo do período, de sua crença no progressivo inevitável da História, muitos dos sentidos em jogo no projeto do grupo SB não se afastam totalmente de tais perspectivas. Na verdade, a própria crença de uma ordem autônoma objetivada na figura dos conselhos operários parece conferir, no grupo, uma certa posição central em um projeto Histórico concreto em relação a um fim.

Para Lefort, entretanto, outro fator possível para a compreensão das relações dúbias, silenciadas ou condescendentes dos comunistas ocidentais em relação a violência do regime soviético residiria nas dificuldades de exercitar uma reflexão sobre a natureza da democracia na sociedade moderna. Mesmo em seu texto sobre as revoltas na Hungria em 1956, Lefort já apontava a cumplicidade dos comunistas franceses à repressão soviética como expressão da dificuldade desses em conciliar a reflexão de uma ordem revolucionária com um apreço pela democracia como valor. Reduzindo a ordem democrática sob o signo de uma “falsa consciência burguesa”, tais comunistas permaneceriam submetidos pela lógica da dominação justificada através da ideia de “eficiência revolucionária”. Nesse sentido, qualquer palavra de ordem democrática seria analisada sob o espectro de uma teleologia histórica que estabelecia o “ponto final” da história como régua de qualquer ação do presente, “segundo um plano preciso prescrito pela natureza²⁷⁴”. Para Lefort, a denegação do uso do “totalitarismo” como conceito analítico da realidade soviética por parte dos intelectuais comunistas surgia sempre como expressão mais ou menos organizada de um ódio à chamada “democracia burguesa”.

²⁷³ Para uma análise elaborada da obra de Castoriadis após o fim do grupo Socialismo ou Barbárie cf. DOSSE, François. *Castoriadis, une vie*. La découverte: Paris, 2014.

²⁷⁴ LEFORT, C. *Ibid.*, 2011, p. 159.

A perspectiva de Lefort parece ser compartilhada de forma notável pelo filósofo brasileiro Ruy Fausto, para quem a existência de um “vazio” analítico nos modos com que os comunistas do século XX conceberam uma teoria histórica poderia explicar as atitudes de cumplicidade entre intelectuais e o problema da violência. O problema, para Fausto, seria perceber

(...) como, na teoria que se tornou hegemônica no movimento socialista [o marxismo], em particular na maneira pela qual ela pensava o “outro” dos movimentos socialistas, a saber, o adversário contra o qual se lutava, havia um lugar cego, que tornava possível a emergência de uma forma social totalitária²⁷⁵.

Como não ver em tal constatação uma preocupação que mobilizará as obras mais notáveis de Lefort durante os anos 1970 e 1980? A perspectiva de uma teoria da democracia preocupada em oferecer uma orientação crítica aos lugares do poder na democracia moderna parece figurar como expressão possível das afirmações críticas de Lefort na época de SB, de modo semelhante à reflexão crítica sobre as lógicas políticas daquilo que chamou de “invenção democrática”, ou seja, da democracia como espaço efetivo de criação e recriação da crítica política, pois “longe de ser mera conservação de direitos, é a criação ininterrupta de novos direitos, a subversão contínua do estabelecido, a reinstituição permanente do social e do político”²⁷⁶.

Em ambos os casos, de Lefort e Castoriadis, não queremos aqui asseverar teleologicamente que os trabalhos de ambos em torno do grupo SB possam ser lidos exclusivamente como uma preparação menos madura de suas ideias futuras. Se trata, sim, de apontar na lógica das ideias alguns movimentos de semelhança, sem desconsiderar a existência também presente de movimentos de quebra e descontinuidade.

3.2 – JEAN-FRANÇOIS LYOTARD E A GUERRA FRANCO-ARGELINA

De 1945 a 1960, o colonialismo deu à esquerda um pai providencial. Com um adversário da dimensão do fascismo, a esquerda nunca teve de se definir a partir de si mesma; ela

²⁷⁵ FAUSTO, Ruy. *Em torno da pré-história intelectual do totalitarismo igualitarista*. Lua Nova, São Paulo, n. 75, 2008, p. 143.

²⁷⁶ CHAUI, Marilena. *Apresentação*. In: LEFORT, C. *Ibid.*, 2011, p. 39.

*podia se afirmar pela negação de outra coisa.*²⁷⁷

Raoul Vaneigem

O neocolonialismo como questão

Ao final dos anos 1940, descrevendo a si mesmo como um “não-parisiense”, Lyotard lembrou sobre como havia aproveitado a oportunidade de se tornar um professor de filosofia em um liceu argelino como forma de escapar de um ambiente pouco relacionado com suas pretensões pessoais de então. Para Lyotard, os anos do imediato pós-guerra teriam articulado uma extrema perda de significado e propósito no sentido de uma crise da expressão política da arte na França. Em 1948, ano de nascimento do grupo SB, Lyotard publica um breve testemunho pessoal em *Temps Modernes*, onde indica suas percepções acerca de certo esgotamento das formas tradicionais de posicionamento político e artístico do pós-guerra francês.

Estamos cansados de sermos obrigados a representar uma posição que nós não criamos. Nós nem sequer temos mais esperança que aquilo que defendemos seja uma situação que ainda precisa ser criada. Eles mataram nossa noção de humanidade, dizem. Vamos ser sinceros: nós não damos a mínima para a tradição.²⁷⁸

Em sua interpretação, os fracassos da guerra teriam resultado na derradeira crise de um projeto político moderno. Uma certa resignação que apontava a necessidade, entretanto, de outras possibilidades de ação (ainda que o texto apenas diagnostique a crise, sem oferecer outros caminhos). Marie-France Raflin analisou tal constatação de Lyotard através de um sentido biográfico e lembrado²⁷⁹. Para ela, o Lyotard que deixa a França no início dos anos 50, difere de modo significativo com o Lyotard que escreverá na revista *Socialisme ou Barbarie* (não há como não notar, para acrescentar, como o Lyotard de SB é também contrastante com o Lyotard de “Discurso, Figura” e “A condição pós-moderna”). Em todo caso, nota-se como os conflitos franco-argelinos representarem um ponto de virada importante na trajetória intelectual de Lyotard. Em um depoimento datado de 1989, Lyotard refere-se à sua experiência em Constantina como um *despertar*: “Eu devia e devo meu despertar, de todo modo, a Constantina. As nítidas disputas mostraram-me que as consolações

²⁷⁷ VANEIGEM, RAOUL. *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*. Paris: Gallimard, 1967, p. 11.

²⁷⁸ LYOTARD, Jean-François. *Nés en 1925*. Les Temps Modernes, n. 32, 1948, p. 2052-7.

²⁷⁹ RAFLIN, M. *Ibid.*, p. 407.

tão comuns entre os meus colegas (reformismo, stalinismo, esquerdismo) haviam sido negadas a mim”²⁸⁰.

Quando Lyotard chegara na Argélia, em 1952, para assumir a posição de professor de filosofia em um liceu de Constantina, as relações entre a então colônia e a França encontravam-se extremamente acirradas. As condições objetivas da política oficial do PCF em relação à Argélia teriam também mobilizado Lyotard para a necessidade de oferecer outro tipo de orientação progressista possível do ponto de vista de uma esquerda intelectual e política. Tendo entrado em contato com os grandes movimentos de descolonização, Lyotard percebeu a necessidade de questionar as políticas hegemônicas em um sentido mais global, necessidade levada a cabo após a constatação de que o PCF parecia flutuar em uma posição muito semelhante à do governo francês em “manter a Argélia sob a órbita da França”. Para os comunistas franceses, na percepção de Lyotard, a posição parecia se resumir em “manter o movimento operário argelino sob a órbita do PCF”²⁸¹.

Lyotard havia conhecido Pierre Souyri, militante do Partido Comunista Internacionalista, em 1950. A amizade entre ambos é descrita em diversos lugares como parte fundamental da trajetória de Lyotard²⁸². Ao final de 1954, quando Lyotard e Souyri já eram ambos professores em liceus na Argélia, surge a possibilidade de adentrar ao grupo SB (Souyri já havia conhecido Lefort e Castoriadis nas fileiras do PCI). Para eles a possibilidade era vista como um caminho factível na efetivação de uma crítica à esquerda hegemônica francesa; “e fomos aceitos para o grupo. Passamos por um tipo de exame para as pessoas que vinham de fora, o que era nosso caso pois não eramos parte dos fundadores do grupo”²⁸³. Lyotard seria responsável pela *section Algérie* da revista, e Souyri pelas análises em torno dos processos políticos e econômicos da China²⁸⁴.

Seu primeiro artigo envolvendo a questão argelina só seria publicado em 1956 sob o título de *La situation en Afrique du Nord*, onde Lyotard se preocupa em apontar os significados políticos e históricos das lutas coloniais que haviam emergido na África contra o domínio francês desde o começo da década. O contexto era de fato conflituoso: em janeiro de

²⁸⁰ LYOTARD, J.F. *La guerre des Algériens. Écrits 1956-1963*. Paris: Galilée, 1989, p. 39.

²⁸¹ Entrevista com J.F. Lyotard em: RAFLIN, M. *Ibid.*, p. 411.

²⁸² Cf. LYOTARD, J.F. Memorial para um marxismo: homenagem a Pierre Souyri. In: *Peregrinações: Lei, Forma, Acontecimento*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

²⁸³ Entrevista com J.F. Lyotard em: RAFLIN, M. *Ibid.* p. 414.

²⁸⁴ Os artigos de Pierre Souyri em *Socialisme ou Barbarie* foram reunidos em SOUYRI, Pierre. *Révolution et contre-révolution en Chine*. Christian Bourgois: Paris, 1982.

1952, protestos em Bizerta e Ferryville na Tunísia haviam sido reprimidos brutalmente e clamava-se, então, por uma greve geral; no Marrocos, protestos por todo o país em 1953 e a posterior proclamação de autonomia interna em julho de 1954 levariam à independência do país em março de 1956; na Indochina, a Guerra encaminhava-se para o fim após a Batalha de Dien Bien Phu em 1954, e as forças francesas logo evacuariam Hanoi e todo o território do Vietnã do Norte, em 1955.

A respeito da Argélia, 1954 havia sido o marco de início da insurreição argelina que culminaria da independência do país em 1962; a Frente de Libertação Nacional (FLN) e o Exército de Libertação Nacional (ALN), tomavam a frente da luta revolucionária reivindicando a liquidação total do sistema colonial e restauração do Estado argelino. Compreendendo esses movimentos como sintomas do esgotamento do colonialismo, Lyotard encaminha uma discussão sobre as perspectivas revolucionárias abertas pela crise do sistema colonial francês. As insatisfações do povo africano só poderiam ser entendida através da natureza “brutalmente reacionária do colonialismo francês nesses países”²⁸⁵. Lyotard chega a caracterizar o domínio francês como “totalitário”; o alto nível de exploração dos trabalhadores muçulmanos só poderia ser garantido pelo intermédio do terror. Assumindo uma posição semelhante à que Sartre professará em 1961 em relação ao livro de Frantz Fanon “Os Condenados da Terra”²⁸⁶, Lyotard estabelece os termos de funcionamento do aparato de terror nas colônias como método de garantia da exploração em nível nacional.

O policial que tortura é europeu, o patrão ou o supervisor é europeu, o oficial é europeu, o professor é europeu: o escárnio é europeu, e a miséria é “árabe”. Portanto, a luta se situa imediatamente em um nível nacional; ela procura espontaneamente suprimir o aparato de terror do estado onde a opressão assume sua forma mais óbvia e independente.²⁸⁷

Lyotard nega empregar o termo “fascista” para caracterizar o domínio francês na África. Para ele, tal conceituação, característica das posições dos comunistas franceses, reduziria os termos da luta na medida em que negava a existência de um terror

²⁸⁵ LYOTARD, J.F. *La situation en Afrique du Nord*. In: SB, n. 18, 1956, pp. 87-94. Reproduzido em: LYOTARD, J.F. *Political Writings*. Londres: UCL Press, 1993, p. 172.

²⁸⁶ Inspirado pela leitura kojéviana de Hegel, destacando a atualidade da dialética do senhor e do escravo, Sartre indica a continuidade de tal dialética em torno das figuras colonizador e colonizado no caso argelino. Cf. SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

²⁸⁷ LYOTARD, J.F. *Ibid.*, p. 172.

institucionalizado como prática política da normalidade. A identificação do sistema colonial francês na Argélia como “autenticamente totalitário”, como coloca Lyotard, residiria na percepção do controle total que o poderio do Estado aplicaria na vida individual dos argelinos através do comando militar de toda a vida social.

No mesmo sentido, efetuando um gesto de confronto com as posições do PCF, para quem a questão da independência da Argélia deveria ser lutada no terreno de uma revolução proletária na França (e não pela luta armada do povo argelino), Lyotard anuncia a necessidade de apoiar a luta argelina "em suas consequências extremas. (...) Somos incondicionalmente hostis às atividades de terror"²⁸⁸. Em outro texto, de 1957, Lyotard voltaria a clamar pela necessidade integral de apoio à luta argelina: “ela [a luta argelina] deve ser inteiramente apoiada; os inimigos domésticos (colonialistas e chefes feudais) devem ser destruídos, expropriados, e seus bens redistribuídos”²⁸⁹.

Apesar de o grupo apoiar majoritariamente a revolta argelina, encontramos algumas opiniões dissonantes, como mostra o exemplo de Henri Simon, para quem apoiar a FLN seria negar toda a produção teórica do grupo em torno da crítica da burocracia. Para ele, a FLN, juntos aos comunistas em torno do Partido argelino, negavam a formação de uma classe operária madura no seio do país de modo que a possível vitória da FLN levaria de modo quase que natural a uma organização centralizada e burocratizada²⁹⁰. Como observaremos, se a importância da luta argelina contra o colonialismo francês parece ser em alguma medida um consenso por parte do grupo, o mesmo não se pode dizer das relações estabelecidas entre o grupo e a possibilidade de apoio (material ou imaterial) à FLN.

O fato é que o problema das chamadas *réseaux de soutien* (redes de apoio) à FLN já repercutia de forma significativa nos círculos intelectuais e nos debates públicos da época. Como notou Helenice Rodrigues, desde o final de 1957, as redes de apoio à FLN, compostas em sua maior parte por jovens comunistas, pela esquerda cristã e por sindicalistas, já estão organizadas em toda a França sob a direção de Francis Jeanson, filósofo e colaborador de *Temps Modernes*. De modo clandestino, as redes funcionavam como colaboração material aos argelinos, seja transportando quantias em dinheiro ou oferecendo alojamento necessário aos

²⁸⁸ *Idem.*, p. 175.

²⁸⁹ LYOTARD, J.F. *La bourgeoisie nord-africaine*. In: SB, n. 20, 1956-1957, pp. 188-194. Reproduzido em: LYOTARD, J.F. *Political Writings*. Londres: UCL Press, 1993, p. 183.

²⁹⁰ Carta de Henry Chazé à Henri Simon. Citado por MOREAU, Aurélien. *Intellectuels révolutionnaires en guerre d'Algérie: Socialisme ou barbarie*. Université du Maine, 1998-1999.

membros da FLN na França.

Nas análises elaboradas pelos intelectuais da esquerda em torno dessas ações de “resistências” (redes de apoio dos intelectuais franceses ao FLN e deserção de soldados), a questão da legitimidade da violência e sua relação com a História assume, portanto, a forma de um debate filosófico. A propósito, o responsável pela revista *Esprit* (Jean-Marie Domenach) distingue, nessas ações, dois tipos de situações: as tributárias de uma “ética de sofrimento” (“éthique de détresse”) e que são da ordem da “não-violência” e as que se inscrevem no quadro da violência. Fazem parte da primeira categoria: a deserção de soldados recrutados que recusam combater na Argélia” e “o alojamento de argelinos procurados pela polícia”.²⁹¹

Quanto a repercussão da discussão no círculo do grupo SB, nota-se uma profunda divisão sobre que tipo de posicionamento tomar. As fontes indicam, ainda que de forma pouco clara²⁹², que o grupo teria se dividido em basicamente duas opiniões: entre aqueles concordantes com a linha defendida por Lyotard, da necessidade de um apoio irrestrito à FLN, percebida como encarnação máxima da luta contra o colonialismo francês, e aqueles que concordavam com Castoriadis, que manifestava a necessidade de separar o nome do grupo das atividades de apoio à FLN, permitindo contudo que seus membros se mobilizassem pessoalmente em favor ou contra o apoio.

Lyotard explica as divergências sobre os modos de organização em termos de uma imagem pública do grupo. Apesar de notar que a maioria do grupo concordava com a participação individual nas atividades de apoio, chegou-se ao acordo que tal participação não poderia envolver o nome do grupo, sob pena de retaliações jurídicas e políticas “(...) estávamos comprometidos o suficiente por esse lado [do apoio à FLN]. Mas o grupo, como tal, não podia obviamente ser exibido como membro dessas redes de apoio”²⁹³.

A causa argelina como ponto de cisão e o fim da publicação.

Interessante notar que, em ocasiões que foi convidado a contar a história de SB, Castoriadis nunca tocou no tema da importância que as discussões sobre a Argélia tiveram no desenvolvimento do grupo²⁹⁴, ainda que outros membros observem como tais discussões

²⁹¹ RODRIGUES, Helenice. *A violência na história e a legitimidade da desobediência civil*. In: História - Questões & Debates, Curitiba, n. 35, 2001, p. 52.

²⁹² Cf. PREMAT, Christophe. *Les scissions internes au groupe "Socialisme ou Barbarie"*. In: Dissidences, 2009, 6, pp.137-147.

²⁹³ Entrevista com J.F. Lyotard em: RAFLIN, M. *Ibid.* p. 933.

²⁹⁴ Cf. por exemplo: CASTORIADIS, C. *Por que não sou mais marxista*. In: CASTORIADIS, C. *Ibid.*, 2006, p.

tiveram centralidade substantiva durante o final dos anos 1950, incluindo diversas reuniões públicas para a discussão do tema²⁹⁵. Uma hipótese possível para apontar esse silenciamento por parte de Castoriadis seria a de que tais discussões intensificaram conflitos entre os membros do grupo, que acabariam por causar a saída de Lyotard de SB, em 1963, causando o posterior isolamento de Castoriadis e o fim da publicação da revista em 1965. Essa é a interpretação de Marie-France Raflin, para quem as reflexões e discussões em torno da temática argelina teriam impactado de forma significativa outra questão central em SB: o problema da organização dos trabalhadores. Para ela, as diferentes formas de ação propostas em torno da Argélia, da legalidade à ilegalidade, representaram uma continuidade temática das discussões estabelecidas em torno das formas de ação do movimento operário. A relação residiria nas críticas propostas às instituições oficiais do comunismo francês e, no caso da Argélia, das discussões em torno do que significava a FLN: uma encarnação legítima do proletário argelino? Ou uma organização pronta a se burocratizar uma vez que vencesse a guerra?

Por outro lado, o que podemos adicionar aqui é que tal discussão parece ter impactado de forma também significativa as próprias sensibilidades dos membros em referência ao problema mesmo do estatuto do marxismo. Se, como argumentei, toda a discussão sobre o caráter organizativo dos trabalhadores (a necessidade de uma vanguarda ou a luta pela espontaneidade das massas em termos de Lefort) já apontava para uma relação conflituosa com o marxismo como teoria revolucionária, o tema da guerra de independência argelina parece seguir um caminho semelhante na medida em que Lyotard, preocupado inicialmente com a efetivação de uma práxis revolucionária contra o colonialismo francês, interpreta que a virada do grupo de um *marxismo crítico* para uma *crítica do marxismo* nos anos 1960 não mais poderia oferecer as ferramentas necessárias para tal práxis. Em um texto autobiográfico, Lyotard relembra como as teses de Castoriadis teriam impactado suas percepções acerca do problema.

Castoriadis propusera à discussão um conjunto de teses que não implicavam apenas uma profunda reorientação de nossa política, mas um novo questionamento da própria linguagem na qual se tratava de descrever o mundo contemporâneo e nele intervir (...) Que o movimento revolucionário nada tivesse a esperar das lutas centradas nas reivindicações de caráter econômico e controladas pelas burocracias "operárias"; que a questão do

25-64.

²⁹⁵ RAFLIN, M-F. *Ibid.*, p. 935.

trabalho tivesse deixado de ser central, já que havia "pleno emprego" em todos os países desenvolvidos; que os sindicatos houvessem se tornado "engrenagens do sistema"; que a vida "política oficial" só suscitasse a apatia nas pessoas; que o proletariado tivesse deixado, fora da produção, de aparecer "como uma classe com objetivos próprios"; já que "as classes dominantes houvessem conseguido controlar o nível da atividade econômica e impedir as principais crises"; estas eram asserções de fácil verificação, ao que parece, naqueles tempos de crescimento regular do capitalismo nos países mais desenvolvidos. E parecia razoável concluir que nessas condições, se é que havia projeto revolucionário, seria necessário encontrar seu impulso em outra contradição que não a descrita por Marx em *O Capital*.

²⁹⁶

A percepção era de que as orientações desenvolvidas por Castoriadis ressaltavam que realidade material do capitalismo, sua capacidade em neutralizar as contradições desenvolvidas pela natureza de seu próprio funcionamento, neutralizaria junto com ela o próprio estatuto interpretativo do marxismo. No mesmo relato, Lyotard cita uma carta que Souyri havia enviado a ele nesse período, onde Souyri o alertava sobre os perigos das novas concepções de Castoriadis e a conseqüente necessidade em renunciar às posições majoritárias desse. Souyri dizia: "Acho deplorável nesta oportunidade trocarmos-se epítetos como paleo e neomarxistas. As polêmicas só podem se transformar em dissensões graves e inúteis em nosso grupo"²⁹⁷. Se referindo a uma suposta resistência dos adeptos às teses de Castoriadis em aceitar as visões contrárias à crítica do marxismo (expressada através dos "epítetos" que ele cita), Souyri ressalta que o desenvolvimento das polêmicas parecia apontar para um caminho sem volta. Seu medo era de que as posições de Castoriadis levassem o grupo a aceitar os supostos ganhos qualitativos do capitalismo como verdade consolidada. Para ele, pelo contrário, o período "positivo" do capitalismo deveria ser entendido em sua natureza instável, não com transformação estrutural, mas como período historicamente localizado. Para Souyri, contando com o fato de que as contradições do capitalismo voltariam a se intensificar num futuro próximo, o marxismo deveria ser ainda a orientação necessária do movimento revolucionário. Antecipando uma recente posição do crítico britânico Terry Eagleton para quem "enquanto o capitalismo continuar em atividade, o marxismo precisará fazer o mesmo"²⁹⁸, Pierre Souyri apontava a necessidade de manutenção da crítica marxista por entender que os pressupostos que determinaram sua criação não haviam ainda sido superados.

²⁹⁶ LYOTARD, J.F. *Ibid.*, pp. 88-89.

²⁹⁷ Citado por LYOTARD, J.F. *Ibid.*, p. 90.

²⁹⁸ EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 5.

O curioso é que apesar de tal relato de Lyotard, escrito em 1990, indicar uma suposta concordância sua com as teses de Castoriadis, o fato é que Lyotard e Souyri lideram, no início dos anos 1960, uma autoproclamada “antitendência” dentro do grupo, que confrontava as posições defendidas por Castoriadis em *Le mouvement révolutionnaire sous le capitalisme moderne*, de 1961. Essa antitendência, denominada *Pouvoir Ouvrier*, se dedicaria nos anos seguintes tanto à continuação das discussões envolvendo a Guerra da Argélia, como ao amadurecimento de uma posição política ainda atrelada ao marxismo como paradigma de teoria e prática política.

Por cerca de dois anos, a tendência de Lyotard e Souyri assumiria a publicação do jornal *Pouvoir Ouvrier*, ainda ligado ao grupo SB como centro de discussões críticas; um projeto que pode ser lido tanto como uma intenção de demonstrar um certo caráter autônomo e plural por parte do grupo, ou, pelo contrário, como a necessidade de estabelecer uma separação real entre opiniões divergentes e conflitantes. De toda forma, o projeto não teve longevidade e, em 1964, repetindo o gesto da tendência Chaulieu-Montal quando da separação com o PCI, os membros em torno da tendência *Pouvoir Ouvrier* decidem tornar *Pouvoir Ouvrier* um grupo autônomo e se separam de SB. Para Lyotard, a separação respondia como expressão da necessidade de Souyri em continuar estabelecendo um projeto para a fundação de uma organização proletária, objetivo de que Castoriadis abertamente se afastava cada vez mais durante os anos 60.

Para fazer justiça, é importante notar que o próprio Lyotard admite dificuldades em explicar a sua tomada de posição na época pois, de alguma forma, acreditava que já estava mais do lado das teses de Castoriadis do que de uma continuação estrutural do marxismo clássico defendida por Souyri. No mesmo texto de 1990, diz ele: “Hoje tento entender por quê, apesar da desavença que me opunha a Souyri e da simpatia que tinha pela maioria das teses de Castoriadis, encontrei-me, quando da cisão de 1964, do lado do primeiro no grupo que se opunha ao segundo”²⁹⁹. Castoriadis também lembra, em 1974, de tal clivagem que suas opiniões haviam provocado no seio do grupo:

Não era mais essa ou aquela posição particular, mas o marxismo como um todo que era questionado. E, naturalmente, isso provocou imediatamente um recuo horrorizado de Maille³⁰⁰, Lyotard, Souyri, e berros “Castoriadis abandona o marxismo”, “Castoriadis se torna existencialista.”³⁰¹

²⁹⁹ *Idem*, p. 93.

³⁰⁰ Maille é Albert Masó, que também usava o pseudônimo Véga na revista. Souyri assinava como P. Brune.

A partir de então, com a separação de SB com o grupo de Souyri e Lyotard e, portanto, sem a presença dos que clamavam ainda pela necessidade de certa fidelidade ao marxismo, intensifica-se no grupo a produção de uma crítica teórico-política, histórica e econômica às bases do marxismo ocidental, como observamos no capítulo 2. O que podemos atestar é que, em um certo grau, as reflexões em torno da situação argelina acabaram por mobilizar as opiniões do grupo de diferentes formas: por um lado radicalização da crítica, por outro necessidade de assegurar certos pontos da tradição (ainda que, como falou Lyotard, *vestindo-a de uma roupa nova*). A virada crítica levada a cabo por Castoriadis parece ter sido ponto determinante para o afastamento de todas as divergências mais estruturais no círculo de SB.

Um grupo caracterizado pelo afastamento temático e teórico em relação a quase todas as organizações existentes pareceu não ser capaz de articular diferentes fundamentos, linguagens e perspectivas sem se dissolver. Por outro lado, a ilusão ou a realidade de um consenso em torno das perspectivas de Castoriadis tampouco foi capaz de oferecer vida ao núcleo intelectual da revista. Depois de 2 números em 1965, onde completava-se a publicação de *Marxisme et théorie révolutionnaire*, a publicação da revista é interrompida, e as reuniões do grupo só aconteceriam até o começo de 1967. Para Castoriadis, os motivos para suspensão residiam diretamente em um deficit na circulação das ideias do grupo.

(...) não havia quase nenhum feedback, nada em volta. Os leitores da revista nunca ou quase nunca escreviam, as pessoas vinham às reuniões e voltavam para casa (apesar de nossas tentativas de romper com a estrutura professoral da reunião tradicional). As ideias circulavam, sem dúvida, mas o público se comportava como consumidores passivos de ideias.³⁰²

Por outro lado, o fim do grupo é lido, ainda por Castoriadis, como fruto de uma dificuldade congregação entre jovens e velhos militantes. Sua interpretação indicava que os jovens, chamados a participar do grupo por motivações pessoais (por uma “revolta emocional”) não conseguiam encontrar no grupo uma força que atendesse suas perspectivas de urgência. Isso teria acarretado um mal-estar entre os chamados “antigos” membros do grupo, e “o funcionamento do grupo, minado pelos atritos que disso resultavam, tornava-se cada vez menos coletivo e menos coerente”³⁰³. A perspectiva era de que a revista, enquanto grande expressão do grupo, não mais refletia um trabalho coletivo, e estava engessada por

³⁰¹ CASTORIADIS, C. *Ibid.* 2006, p. 40.

³⁰² CASTORIADIS, C. *Ibid.*, 2006, p. 41.

³⁰³ *Idem.*, p. 42.

conflitos de menor importância, sem a produção de uma crítica política de reais repercussões. A proposta de Castoriadis de uma dissolução total do grupo em 1967 não sofreu grandes desacordos pelos membros restantes.

O que quis demonstrar com esse capítulo foi a importância do problema da violência e do totalitarismo como importantes chaves de leitura para pensar a história e o desenvolvimento do grupo. Não entendo violência meramente sob o significado da coerção física, a violência é entendida aqui como problema *político* e problema da *política*, daquilo que Benjamin tão bem colocou entre uma violência que preserva a lei, e uma violência que institui a lei, enquanto paradigmas centrais da história moderna³⁰⁴.

Se as discussões que circundam o problema da violência (dos usos do conceito de totalitarismo às discussões acerca do regime colonial na Argélia) estão tão conectadas com as relações estabelecidas entre os intelectuais e a teoria marxista, isso não pode ser analisado como mero acaso. Penso que, de fato, todas essas relações problemáticas, críticas e instáveis entre SB e o marxismo são frutos de uma variada gama de problemas, que encontram nas análises da situação política global um grande impulsionador dessa crítica, mas também uma espécie de “laboratório”, onde tais críticas poderiam ser confirmadas ou negadas. Quando Lefort fala do mundo soviético como dotado de um “mecanismo de eliminação de parasitas”, ou quando Castoriadis se refere ao totalitarismo soviético através da categoria “monstruosidade”, ou mesmo quando Lyotard se refere ao colonialismo francês como “sistema de terror”; esses exemplos não podem ser lidos, creio eu, como simples figuras de linguagem, ou como apenas métodos de denúncia. Mais que isso, eles refletem uma posição política que alude aos movimentos internos de uma crítica também política que se exerce enquanto crítica à autoridade, ao núcleo fechado do marxismo, às “cegueiras” dos intelectuais comunistas.

Não pretendo defender que isso signifique uma “unidade discursiva” na crítica de SB. Como vimos, os debates são intensos, as cisões demonstram que o grupo estava longe de ser homogêneo, e esse movimento que leva de um marxismo crítico à crítica do marxismo é atravessado por explorações teóricas de diferentes graus. Pelo contrário, procurei demonstrar

³⁰⁴ BENJAMIN, Walter. Crítica do poder como violência. In: *O Anjo da História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

que foi as convergências e divergências em torno dessa própria abertura ao dissenso possível que teriam permitido ao grupo experimentos significativos em relação aos paradigmas considerados intocáveis pelo pensamento de esquerda tradicional de então.

Um ano após o fim do grupo, explodiria nas ruas da França o que viria a ser mundialmente conhecido como “Maio de 68”. Na interpretação retrospectiva de Castoriadis, esse momento de euforia na vida política francesa teria desmentido as ideias que o grupo havia expressado para explicar o seu fim (de que os leitores não haviam colaborado ativamente com o grupo, e que as ideias do grupo não haviam circulado do modo como queriam)

Um ano depois, veio Maio e mostrou um diferente estado das coisas, mostrando que, em um sentido, a ideia que tínhamos dos leitores da revista como consumidores passivos não era verdade. Pois o que Maio certamente nos mostrou – em uma maneira oculta, obviamente – foi que as ideias da revista, apesar de sua pequena circulação, tiveram um impacto imenso e eu poderia dizer um grande impacto em seu movimento³⁰⁵.

Os eventos de 68 ainda trariam alguns personagens de volta à cena. Conhecido por ser a primeira análise intelectual dos eventos, o livro *Mai 68 – La Brèche*, lançado no ardor dos acontecimentos, reunia as interpretações de três ex-membros do grupo: Lefort, Castoriadis e Edgar Morin. As interpretações de Lefort e Castoriadis, como não poderia deixar de ser, ainda divergiam. Castoriadis clamaria pela necessidade do movimento estudantil e operário em se organizar institucionalmente. Lefort refletia e admirava a espontaneidade do movimento que não havia necessitado dos aparatos burocráticos para fazer valer sua voz³⁰⁶. Em 1973 Lyotard, analisaria maio de 1968 já em termos de sua filosofia ulterior, como momento de emancipação das “grandes narrativas”, como experimentação de novos modelos de política para além dos paradigmas concebidos pelas filosofias da história³⁰⁷.

³⁰⁵ Entrevista concedida por Castoriadis ao programa de televisão grego “Backstage”. Disponível em <<http://www.lieux-dits.eu/Presence/castoriadis.htm>> Acessado em 25/06/2014.

³⁰⁶ MORIN, Edgar & LEFORT, C. & CASTORIADIS, C. *Mai 68: La Brèche*. Bruxelles: Complexe, 1988.

³⁰⁷ Cf. LYOTARD, J.F. *Des dispositifs pulsionnels*. Paris: Galilée, 1994.

CONCLUSÃO

Quando Mario Pedrosa, em seu “A opção imperialista”, analisava os caminhos do capitalismo global nas décadas de 1950 e 1960, ele se referia ao grupo de Castoriadis e Lefort como grupo *Socialisme et Barbarie* (sic). O lapsos ocorre ao menos 3 vezes nas páginas seguintes, e volta a aparecer ao final de seu ensaio³⁰⁸. Muitos outros autores cometeram o mesmo equívoco, substituindo a conjunção “ou” pela coordenativa “e”³⁰⁹. A natureza de tal diferença parece ser uma boa forma de demonstrar em maior grau a hipótese central desenvolvida nas páginas de nosso trabalho: da existência de uma relação cruzada entre a experiência de um marxismo menos enraizado pela tradição e o progressivo desenvolvimento da suspensão do marxismo (enquanto categoria de interpretação) como movimento central na história das ideias de SB. Se faz sentido nossa interpretação do nome do grupo como a elaboração crítica de um socialismo antiautoritário³¹⁰ (oposto não só à forma capitalista da barbárie, mas também à formas gerais de exploração, ainda quando chamadas de socialistas), creio que isso também pode dizer algo acerca de tal movimento das ideias.

Se o lema “Socialismo ou Barbárie” representou, nesse terreno, a expressão de um marxismo menos arraigado às certezas históricas, mais aberto à crítica conjuntural e menos aos temas universalistas da teoria marxista clássica, representou também a expressão de certas práticas de continuidade e ruptura com a tradição. Tal como afirmei no capítulo 2.3, o desenvolvimento da relação de Castoriadis com as ideias de Marx segue um movimento de afastamento e crítica, passando de uma *leitura crítica da tradição* para a *crítica da tradição mesma* ao longo dos anos 60. Não como espelho das relações de Castoriadis com o marxismo, mas de alguma forma impulsionada por essas (confirmada pelos próprios debates levados a cabo no grupo, as cisões etc.), nosso trabalho tentou demonstrar que o movimento de SB seguiu um caminho semelhante, sempre tensionado por essas práticas de continuidade e ruptura com a tradição intelectual do marxismo.

³⁰⁸ PEDROSA, Mário. *A Opção Imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 96-100 e p. 519.

³⁰⁹ Para observar outras situações onde o mesmo equívoco ocorre cf. MOYN, Samuel. Marxist and Alterity: Claude Lefort and the critique of totality. In: BRECKMAN, Warren et al. *The modernist imagination: intellectual history and critical theory*. New York: Berghahn Books, 2011, p. 108. FOURQUET, François. *L'argent, la puissance et l'amour*. Paris: Éditions-Diffusion Charles Léopold Mayer, 1993, p. 62. JANOVER, Louis. *Tombeau pour le repos des avant-gardes*. Cabris: Editions Sulliver, 2005, p. 265. LANGE, Jean-Marie. *Une introduction à la médiation*. Liege: Éditions du Céfal, 2003, p. 131. CORTEN, André. *Les frontières du politique en Amérique latine: imaginaires et émancipation*. Paris, Karthala, 2006, p. 27. BAUDOUIN, Jean & HOURMANT, François (dir.). *Les revues et la dynamique des ruptures*. Rennes: coll. Res Publica, 2007.

³¹⁰ Ver páginas 58-59 do presente trabalho.

Repetindo o gesto de Rosa Luxemburgo, a alternativa entre o socialismo ou a barbárie representou, na matriz teórica do grupo, a reafirmação de certos “princípios de incerteza”. Em termos práticos, tal reafirmação permitiu ao grupo a elaboração de uma análise original acerca do cotidiano da experiência dos trabalhadores, sem submeter tal experiência à padrões explicativos universais. Possibilitou também outras nuances de compreensão acerca do papel do intelectual, do engajamento e da ideia de representação. E, ainda, permitiu a elaboração de posições mais críticas em relação ao problema da violência e do totalitarismo. Os debates analisados em torno dos problemas sobre a organização dos trabalhadores, sobre as relações críticas com o marxismo como teoria dominante no campo intelectual de esquerda e sobre as críticas à URSS (dando centralidade as discussões acerca do conceito de totalitarismo e terror como instrumento político) funcionaram aqui como demonstrativos de tal movimento. Da mesma forma, utilizei os conceitos de crítica e crise como elementos de tensão para a compreensão das ideias do grupo.

É famosa a tese de Reinhart Koselleck, para quem a assimilação da crítica como ferramenta central na mobilização intelectual do pensamento iluminista teria provocado a deslegitimação da ordem absolutista e, assim, teria aberto o terreno para as posteriores crises políticas que marcariam a época contemporânea³¹¹. As filosofias da história, expandindo o chamado “horizonte de expectativa” (o conjunto dos conteúdos que se espera para o futuro) teriam possibilitado a emergência de uma experiência do tempo verdadeiramente moderna, onde o vislumbre de rupturas com as ordens vigentes estaria mais aberto. A crise funcionaria aqui como produto real da crítica; como Koselleck afirma: “a crítica impulsiona a crise”³¹². No registro da economia marxista mais tradicional³¹³, a ideia parece se inverter: é a crise do capitalismo, produzida por determinações materiais (crises de produtividade, queda da taxa de lucro etc.) e por circunstâncias subjetivas (organização dos trabalhadores, exercício da práxis revolucionária) que possibilitaria a emergência de formas críticas do real.

Em ambos os casos, a ideia de crise pressupõe sempre relações mais ou menos verticais com a crítica (é a crítica que produz a crise ou é a crise que alimenta a necessidade

³¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.

³¹² KOSELLECK, R. & RICHTER, Michaela. Crisis. in: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 67, No. 2 (Apr., 2006), p. 385

³¹³ Cf. GROSSMAN, Henryk. *The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System*. Pluto: London, 1992 [1929]. CHESNAIS, François. Marx's Crisis Theory Today. In: FREEDMAN, Christopher. *Design, Innovation and Long Cycles in Economic Development*. Frances Pinter: London, 1984. MATTICK, Paul. *Economic Crisis and Crisis Theory*. Merlin Press: Balbriggan, 1981 [1974].

de uma crítica). O que talvez o caso de SB possa demonstrar são certas dimensões inter-relacionadas entre crítica e crise, entre o exercício da suspensão das certezas e o momento de demarcação de seus limites. A tensão entre tradição e crítica no movimento intelectual de SB aparece primeiro sob uma inicial tentativa de mediação prática entre os dois termos, para dar lugar de forma progressiva a uma desproporcionalidade objetiva entre os termos.

Em vez de retomar o conceito de crise sob o signo de determinações verticais, talvez faça mais sentido remeter aqui à ideia nietzschiana de uma “experiência abismal”. Compreendemos, na esteira de Elias Palti, que tal ideia parece ser mais eficaz para pensar a crise dentro do pensamento marxista³¹⁴ já que estabelece a experiência da crise não como um produto direto do esforço crítico, tampouco como determinante único da crítica. A ideia de experiência abismal reafirmaria a crise como *perturbação subjetiva*, onde certos eventos (enquanto interrupções da repetição) quebram horizontes de inteligibilidade de uma teoria. Aqui, aproximamos a experiência abismal das reflexões de Alain Badiou sobre o significado do “evento” para a compreensão da construção dos saberes. Em Badiou, o “evento” (entendido como o surgimento da novidade) não pode ser reduzido a suas causas ou condições, ou seja, não pode ser explicado meramente nos termos de certas condições objetivas existentes. Pelo contrário, Badiou aponta exatamente para a necessidade de compreender as rupturas do evento em seus aspectos dialetizantes: o evento e sua ruptura devem ser entendidos tanto pelo desequilíbrio de uma situação ideológica, quanto pela perturbação dos sistemas de explicação envolvidos em tal situação³¹⁵. No caso de SB, acreditamos que a crise do marxismo não pode ser predicada unicamente através de suas circunstâncias objetivas (o desencanto com a URSS, o afastamento com os grupos de esquerda mais tradicionais etc.) ou das subjetividades intelectuais (o aparato fenomenológico da crítica de Lefort, as críticas de Castoriadis à Marx etc.). É o próprio cruzamento dos dois momentos que estabelece as possibilidades de superação dos aparatos discursivos e simbólicos do marxismo.

Nos trabalhos de Castoriadis após o fim de SB, surge um interesse central pelo conceito de imaginário. Já preocupado em estabelecer uma crítica aos paradigmas científicos da modernidade (tendo o marxismo e o estruturalismo posição central nessa crítica),

³¹⁴ PALTÍ, Elias. El marxismo como laboratorio. In *Verdades y saberes del marxismo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 13-22.

³¹⁵ Cf. BADIOU, Alain. *Verdade e sujeito*. Estud. av. 1994, vol. 8, n. 21, São Paulo, pp. 177-184. BADIOU, Alain. *O ser e o evento*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. & Ed. UFRJ, 1996.

Castoriadis notou como a teoria revolucionária do marxismo seria o exemplo de uma “significação social e imaginária”. Isso significava dizer que o marxismo seria (como qualquer outra visão da sociedade) produto de um trabalho intelectual determinado, que moldaria definições acerca do mundo e de suas possibilidades de transformação. Para ele, o imaginário moderno não teria então “carne própria”³¹⁶, pois retiraria sua substância do racional, e reduziria esse a um jogo matemático, estabelecendo regras, limitações, e determinações sobre o possível e o impossível. Mas, para Castoriadis, a característica mais básica da realidade histórica era justamente sua irredutibilidade a tais geometrias, pois o indivíduo seria, como disse Hegel, algo como “um nada vazio que contém tudo em sua simplicidade”³¹⁷.

Essa interpretação levava Castoriadis a reconhecer que o marxismo, como todo e qualquer imaginário social moderno radicado na racionalidade, seria naturalmente um espaço propenso à crises e à perturbações de ordem epistemológicas e práticas: tendo reduzido a individualidade ao esquematismo de uma filosofia da história, o marxismo só poderia experimentar a própria história como crise constante. O desenvolvimento criativo³¹⁸ dos indivíduos e das sociedades, ultrapassando os limites e possibilidades estabelecidos pela teoria, construiria um nó para o marxismo. Para Castoriadis, esse nó seria o limite de todo imaginário moderno: “assim, o objeto em questão, o ser próprio do social-histórico, encontrou-se constantemente deportado para outra coisa que não ele mesmo, e absorvido por este”³¹⁹. No caso do marxismo, as limitações da teoria teriam resultado, na prática, em limitações da própria liberdade cotidiana, como se o ato de “forçar” o desenvolvimento de uma práxis limitada só pudesse levar, ao fim, à consagração da barbárie. De certo modo, nossa impressão é de que o desenvolvimento da obra de Castoriadis após o fim de SB teria transformado a alternativa “Socialismo ou Barbárie” na possível identificação “Socialismo e Barbárie”, mas isso deve ser trabalho de investigações mais elaboradas.

De nossa parte, vale afirmar que se tomamos aqui Castoriadis, Lefort e Lyotard como personagens principais da história do grupo, não foi por entender que suas visões poderiam

³¹⁶ CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 192.

³¹⁷ Citado por KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto/Eduerj, 2002: 536.

³¹⁸ A criatividade como conceito não detém, para Castoriadis, uma conotação necessariamente positiva. “Auschwitz e o Gulágs são criações humanas tanto quanto são o Parthenon e o Principia Mathematica”. In: CASTORIADIS, C. *Philosophy, Politics, Authonomy*. Oxford: Oxford Press, 1991, pp. 3-4.

³¹⁹ CASTORIADIS, C. *Ibid*, 1982, p. 202.

representar a totalidade do universo de SB. Pelo contrário, a preferência dada por tais autores procurou servir também como modo de demonstração das possíveis repercussões de suas ideias, através dos conflitos, dissensos, polêmicas e cisões surgidas no interior do grupo. Nessa lógica, se Castoriadis estabelece, em 1964, a necessidade de escolher entre “ser marxista ou ser revolucionário”³²⁰, o espectro de posições entre os membros do grupo vai se constituir de forma múltipla: se alguns irão, a partir de então, elaborar perspectivas revolucionárias para além do marxismo³²¹, aqueles que continuam fiéis ao estatuto do marxismo nem mesmo parecem acreditar na necessidade de escolher uma para abdicar de outra³²².

Em 2013, o economista grego Yanis Varoufakis apresentou em Zagreb um texto intitulado “Confissões de um marxista errático ao redor de uma repugnante crise europeia”³²³. O texto de Varoufakis explicava como a teoria de Marx permanecia central para sua análise do capitalismo moderno, mas também porque era necessário se colocar como um “marxista errático” se o objetivo fosse o desenvolvimento de um projeto político-econômico “humanista”. A necessidade de se colocar ao mesmo tempo como herdeiro e crítico de Marx havia surgido para ele como forma de superar os limites de Marx, sua falta para com a dialética, “insuficientemente reflexiva”. Varoufakis apontava então para o fato de que a

³²⁰ CASTORIADIS, C. *Marxisme et et théorie révolutionnaire*. In: *Socialisme ou Barbarie*, n. 36, 1964. Reproduzido em: CASTORIADIS, C. *Marxismo e Teoria Revolucionária*. In: *Ibid.*, 1982, p. 20.

³²¹ Além de Castoriadis, Jean Laplanche (que assinava na revista *Socialisme ou Barbarie* como Marc Foucault) irá se consagrar internacionalmente através da psicanálise. Daniel Blanchard irá se dedicar a partir dos anos 70 à poesia. Claude Lefort se afasta do marxismo em vistas de constituir reflexões originais sobre o fenômeno da democracia e do totalitarismo. Lyotard, após de dedicar ao periódico marxista *Pouvoir Ouvrier* até 1969, se tornará o célebre “pai da pós-modernidade” após o lançamento do seu “A Condição Pós-Moderna” em 1979. Jacques Gautrat (que assinava como Daniel Mothé), o “filósofo-militante”, se torna nos anos 1970 sociólogo do trabalho com a supervisão de Edgar Morin na Université d'Aix-Marseille, e irá constituir uma posição crítica às correntes marxistas da sociologia do trabalho. Pierre Guillaume, um dos fundadores do grupo, irá se afastar mais radicalmente do marxismo, defendendo, durante o final da década de 1970, posições negacionistas em relação ao Holocausto, e se aproximando no decorrer dos anos 80 de grupos de extrema direita e da Front National.

³²² Henri Simon, que havia saído do grupo SB junto com a Lefort em 1958, aproxima-se das perspectivas do comunismo de conselhos e, após o fim do grupo que participava com Lefort (*Informations et correspondances ouvrières*) funda em 1975 a revista conselhistas *Échanges et mouvement*, que ainda é publicada. Pierre Souryi seguirá na trilha de um marxismo crítico, publicando artigos e resenhas sobre marxismo na revista *Annales* até sua morte em 1979. Yvon Bourdet, membro do grupo durante os anos 1960, publicará uma série de livros sobre o problema da autogestão no registro do marxismo.

³²³ Disponível em: <<http://yanisvaroufakis.eu/2013/12/10/confessions-of-an-erratic-marxist-in-the-midst-of-a-repugnant-european-crisis>>. Acesso 10 de janeiro, 2015.

atualidade de Marx para a interpretação do universo econômico europeu de nosso tempo não poderia abdicar de uma crítica consequente sobre os fechamentos da teoria marxista, “essa determinação para obter uma história ou modelo completo, fechado, a palavra final”. Assim, para o economista grego, um novo sentido da prática política baseada na autonomia não poderia abdicar de abrir o horizonte do marxismo para a democracia e a liberdade. Hoje, após a vitória do partido de esquerda *Syriza* na Grécia, quando Varoufakis aparece nas manchetes como o “esquerdista” novo ministro de Finanças da Grécia, algumas de suas ideias podem ser recuperadas em vistas de refletir sobre a contribuição da crítica de SB para a reflexão sobre as relações entre marxismo e emancipação política em nosso mundo.

A elaboração de projetos emancipatórios hoje deve estar calcada não na autoridade da tradição, mas em seu próprio estatuto de descontinuidade. Isso significa, para nós, a reafirmação do caráter inacabado e aberto do marxismo como tradição intelectual; sua abertura para os necessários deslocamentos, rupturas e demarcações inscritos em seus próprios fundamentos. Por certo, alguns membros do grupo SB argumentariam que a preservação de um compromisso verdadeiramente emancipatório hoje pressuporia o próprio abandono da substância do marxismo como teoria, pois a “unicidade”³²⁴ da tradição (em vez de esclarecer a sociedade objetivando sua transformação) funcionaria apenas como modo de encobrir a história a categorias fixas (Castoriadis) ou como modo de justificar o apagamento do político como esfera efetiva de transformação (Lefort) ou ainda, em um registro distinto mas não totalmente desconexo, como “meta-relato” deslegitimado, já que incapaz de validar a multiplicidade do regime pós-moderno (Lyotard). Mas, como tais proposições podem conciliar a autonomia da ação com o horizonte de uma crítica radical da sociedade? Em outras palavras, como a exigência de posições teóricas livres de determinações objetivas podem se conciliar com a manutenção de certos horizontes críticos do capitalismo moderno, da crítica à socialização pelo valor, da crítica à lógica da produção etc.? Essa parece ser uma questão comum tanto ao grupo SB, quanto aos recentes movimentos de esquerda em nosso mundo, no qual o *Syriza* de Varoufakis é apenas um exemplo³²⁵.

Em nossa concepção, algumas possíveis respostas a tais limites da tradição marxista

³²⁴ Tomo o termo do modo como empregado por Paulo Eduardo Arantes. Cf. ARANTES, Paulo Eduardo. O pensamento único e o marxista distraído. In: Zero à esquerda. São Paulo: Conrad, 2004, pp. 115-132.

³²⁵ Sobre o estatuto filosófico e prático dos movimentos de esquerda hoje cf. SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012. NEGRI, Toni. HARDT, Michael. *Declaration*. Argo Navis: s/l, 2012. ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. ŽIŽEK, Slavoj. *The year of dreaming dangerously*. Londres/Nova York: Verso, 2012. GRAEBER, David. *The Democracy Project: A History, a Crisis, a Movement*. New York: Spiegel & Grau, 2013.

hoje podem ser buscadas a partir do esforço teórico de reconsideração do próprio materialismo dialético, pois, se como lembrou Robert Kurz, a compreensão dos valores atuais da teoria de Marx passa pela necessária redefinição da natureza de nosso tempo histórico, o contrário também é verdade, ou seja, a elaboração de tarefas e estratégias políticas historicamente orientadas pode ser melhor desenvolvida a partir da reflexão sobre as permanências, obsolescências, limites e horizontes do materialismo dialético. “Atuantes no futuro só podem ser agora aqueles aspectos dessa teoria [o marxismo] que não se esgotam em 'núcleos temporais', antes apontam para além deles”³²⁶.

Gérard Genette, linguista francês, membro de SB durante 1956 e 1959, descreveu sua passagem pelo grupo como um “momento de desintoxicação”: “Para tornar-me não-marxista depois de ter sido stalinista durante oito anos, era preciso uma força centrífuga, Socialismo ou Barbárie era uma delas”³²⁷. Expandindo as possibilidades críticas no marxismo ou para além do marxismo, creio que SB foi capaz de criar, pese a amplitude de seu projeto, estratégias possíveis para tal superação de estruturas hierárquicas seja no pensamento teórico, como no espaço político real. Nesse sentido, se poderia afirmar que o projeto de SB funcionou como uma crítica à duas expressões do autoritarismo: na prática política e nas elaborações teóricas. Mas, cruzando esses dois momentos, não seria possível ir mais além e afirmar que um dos objetivos de SB tenha sido a própria recuperação da ideia de Marx de um indissolúvel nexo entre teoria e prática? E que, em certos momentos, a recuperação dessa ideia tenha funcionado exatamente como modo de demonstrar as conexões e limites entre a significação da teoria marxista e sua relação com a prática histórica e política? Não seria esse mesmo nexo teórico-prático que explicaria os recentes apelos das forças ascendentes de esquerda na Europa pela revitalização dos conceitos de democracia, cidadania e liberdade como conceitos imanentes de uma linguagem de esquerda? As perguntas ainda precisam ser respondidas, mas acredito que a trajetória crítica do grupo SB pode fornecer importantes pistas para a reflexão dos sentidos e horizontes da esquerda hoje.

A radicalização da oposição antiburocrática levou o grupo SB até o ponto onde tal oposição acabava por revelar a ligação interna entre estruturas hierárquicas de poder e categorias de uma “verdade absoluta”. Pensar a linguagem de esquerda hoje passa pela necessária compreensão tanto do funcionamento de tal oposição, quanto das possibilidades e

³²⁶ KURZ, Robert. *Marx depois do marxismo*. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz410.htm>>. Acesso em 30 de janeiro, 2015.

³²⁷ Apud DOSSE, François. *Histoire du structuralisme*. Paris: La Découverte, 1991, p. 203

estratégias para sua superação objetiva.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987
- _____. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense. s/a, p. 51
- ALEXANDER, Robert. *International Trotskyism: a documented analysis of the world movement*. Durham: Duke University Press, 1991.
- ARENDT, Hannah. *Da violência*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994
- _____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- ARON, Raymond. *Démocratie et totalitarisme*. Paris: Gallimard, 1965..
- AXELOS, Kostas. *Vers la pensée planétaire*. Paris: Éditions de Minuit, 1964.
- BADIOU, Alain. *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. & Ed. UFRJ, 1996.
- _____. *Verdade e sujeito*. Estud. av. vol. 8, n. 21, São Paulo. 1994.
- BAUDOIN, Jean & HOURMANT, François (dir.). *Les revues et la dynamique des ruptures*. Rennes: coll. Res Publica , 2007.
- BARRÈS, Maurice. *Scènes et doctrines du nationalisme*. Paris: F. Juven, 1902.
- BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Paris: Grasset, 1958
- BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Belo Horizonte: Editora Autênciã, 2012.
- BENSAID, Daniel. *Trotskyismo*. Lisboa: Combate, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOSCHETTI, Anne. *Sartre et "Les Temps Modernes": Une entreprise intellectuelle*. Paris: Editions de Minuit, 1985.
- BUTLER, Judith. *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*. New York: Columbia University Press, 1987
- BLANCHARD, Daniel. *From workers autonomy to social autonomy: the experience of Socialisme ou Barbarie. An interview with Daniel Blanchard by Amador Fernández-Savater*.

Disponível em: <<http://libcom.org/history/workers-autonomy-social-autonomy-experience-socialisme-ou-barbarie-interview-daniel-blanc>>. Acesso 15 de janeiro, 2015.

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 1st ed., Paris: Armand Colin, 1949

BRECKMAN, Warren et al. *The modernist imagination: intellectual history and critical theory*. New York: Berghahn Books, 2011

CALHEIROS, Pedro. *L'impacte de l'affaire Dreyfus au Brésil e au Portugal*. In: Colóqui Portugal, Brésil, France: histoire et culture, 1988, Paris: Fondation Gulbenkian, 1988.

CAMUS, Albert. *Actuelles v. 2*. Paris: Gallimard, 1977

CANNON, James. *History of American Trotskyism*. Nova Iorque: Pioneer Publishers, 1944.

CASTORIADIS, C. *Modern Capitalism and Revolution*. Solidarity: London, 1965.

_____. *Political and Social Writings I*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

_____. *Uma sociedade à deriva*. Aparecida: Ed. Ideias e Letras, 2006.

_____. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense.

_____. *El intelectual como ciudadano*. 1979, p. 84. Disponível em: http://www.elviejotopo.com/web/archivo_revista.php?arch=689.pdf Acesso em 9 de agosto de 2014.

CHAUÍ, Marilene. *Intelectual Engajado: uma figura em extinção*. In: NOVAES, Adauto (org). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHARLE, Christophe. *Naissance des intellectuels. 1880-1900*. Paris: Editions de Minuit, 1984.

CHARPIER, Frédéric. *Histoire de l'extrême gauche trotskiste. De 1929 à nos jours*. Paris: Editions 1, 2002.

CHESNAIS, François. *Marx's Crisis Theory Today*. In: FREEDMAN, Christopher. *Design, Innovation and Long Cycles in Economic Development*. Frances Pinter: London, 1984.

CHRISTOFFERSON, Michael Scott. *French intellectuals against the Left. The antitotalitarian moment of the 1970s*. Nova York: Berghahn Books, 2004.

COGGIOLA, Osvaldo. *El trotskismo en la Argentina*. Buenos Aires: CEAL, 1985.

COURBAN, Alexandre. *L'Humanité (Avril 1904 – août 1939). Histoire Socialie, Politique et Culturelle d'un Journal du Mouvement Ouvrier Français*. Tese de Doutorado em História, Université de Bourgogne, 2005

CORTEN, André. *Les frontières du politique en Amérique latine: imaginaires et émancipation*. Paris, Karthala, 2006

DEAECTO, Marisa. & MOLLIER, Jean-Yves. *Edição e Revolução: Leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

DAVRANCHE, Guillaume. *Avril 1947: La grève Renault enflamme la France*. Disponível em: <<http://www.alternativelibertaire.org/?Avril-1947-La-greve-Renault>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

DELI, Peter. *De Budapest à Prague: les sursauts de la gauche afrançaise*. Paris: Anthropos, 1981

DOSSE, François. *Histoire du structuralisme*. Paris, La Découverte, 1991.

_____. *Castoriadis, une vie*. La découverte: Paris, 2014.

_____. *La marche des idées – histoire des intellectuels, histoire intellectuelle*. Paris: La Découverte, 2003.

_____. *L'irréduction dans l'histoire intellectuelle* In: *Espaces Temps*, 84-86, 2004.

DRAKE, David. *Sartre et le parti communiste français (PCF) après la libération (1944-1948)*. Disponível em: <<http://www.sens-public.org/spip.php?article234&lang=fr>>. Acesso 8 de agosto, 2013.

DREYFUS, GROppo, et al. *Le siècle des communismes*, Paris: Point-Histoire, 2000.

EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012

ESTIER, Claude. *Un combat centenaire 1905-2005, Histoire des socialistes français*. Paris: Le Cherche Midi, 2005,

FAUSTO, Ruy. *Em torno da pré-história intelectual do totalitarismo igualitarista*. Lua Nova, São Paulo, n. 75, 2008,

FEJTÖ, François. *Budapest, l'insurrection - la première révolution anti-totalitaire, 1956*. Bruxelles: Éd. Complexe, 1990.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FIELD, Trevor. *Vers une nouvelle datation du substantif intellectuel*. In: *Travaux de linguistique et de littérature*: Strasbourg, 1976

FOUCAULT, Michel. O que é o Iluminismo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). *Michel Foucault (1926- 1984)*. Rio de Janeiro, Livraria: Taurus Editora. Publicado originalmente no Magazine Littéraire, 1984.

FOURQUET, François. *L'argent, la puissance et l'amour*. Paris: Éditions-Diffusion Charles Léopold Mayer, 1993.

FLYNN, Bernard. *The Philosophy of Claude Lefort: Interpreting the Political*. Evanston: Northwestern University Press, 2005

GOUARNÉ, Isabelle. *L'introduction du marxisme en France. Philosoviétisme et sciences humaines (1920-1939)*. Rennes: PU Rennes, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRANDSENNE, Florence. *Les intellectuels français face aux crises du communisme en Europe du Centre-Est (1956-1981)*. In: Labyrinthe - Actualité de la recherche (n° 7), 2000

GROSSMAN, Henryk. *The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System*. Pluto: London, 1992 [1929].

HABERMAS, Jurgen. *Heinrich Heine e o papel do intelectual na Alemanha*. Cadernos de Filosofia Alemã, São Paulo, n. 3, 1997.

HAGE, Julien. L'âge d'or des Librairies Militantes. In: SOREL, Patricia (org). *Histoire de la Librairie Française*. Paris: Cercle de la Librairie, 2009.

HARDY, Jeffrey. *Khrushchev's Gulag: The Evolution of Punishment in the Post-Stalin Soviet Union, 1953-1964*. Tese de doutorado, Princeton University, 2011

HASTINGS-KING, Stephen. *Looking for Proletariat: Socialisme ou Barbarie and the Problem of Worker-Writing*. Brill: Leiden, 2014.

_____. *L'Internationale Situationniste, Socialisme ou Barbarie, and the Crisis of the Marxist Imaginary*. In: SubStance, University of Wisconsin, v. 90, n. 3, 1999, pp. 26-54.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998,

HOLLANDER, Paul. *Political Pilgrims: Western Intellectuals in Search of the Good Society*. Oxford: Oxford University Press, 1981

HURTIG, Christiane. *De la SFIO au nouveau parti socialiste*. Paris: Armand Colin, 1970.

JANOVER, Louis. *Tombeau pour le repos des avant-gardes*. Cabris: Editions Sulliver, 2005.

JARCZYK & LABARRIERE. *De Kojève à Hegel: Cent cinquante ans de pensée hégélienne en France*. Paris: Albin Michel, 1966.

JUDT, Tony. *Marxism and the French Left. Studies on Labour and Politics in France, 1830-1981*. New York: NYU Press, 2011

_____. *Passado Imperfeito: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa do pós-guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007

_____. *The Burden of Responsibility: Blum, Camus, Aron*. Chicago: Chicago Press, 1998

JUST, Stephanie. *L'Impérialisme, stade suprême du capitalisme ou nouvelle époque historique*. Disponível em: https://www.marxists.org/francais/just/ddt2/sj_ddt2_1_02.htm Acesso em 16 de setembro de 2014.

KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel* Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 2002

KORSCH, Karl. *A Crise do Marxismo*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/korsch/1931/mes/crise.htm> Acesso 15 de outubro, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.

KOSELLECK, R. & RICHTER, Michaela. *Crisis*. in: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 67, No. 2 (Apr., 2006), p. 385

KURZ, Robert. *O colapso da modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

KRAVCHENKO, Victor. *I chose justice*. New York: CSS, 1950.

LACOUTURE, Jean. *De Gaulle: The Ruler, 1945–1970*. London 1992

LANGE, Jean-Marie. *Une introduction à la médiation*. Liege: Éditions du Céfal, 2003.

LEFORT, C. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

_____. *Éléments d'une critique de la bureaucratie*. Paris: Gallimard, 1979

_____. *Uma entrevista inédita de Claude Lefort, por Ruy Fausto*. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=02&t=05> Acesso em 10 de setembro de 2014.

_____. *The Political Forms of Modern Society: Bureaucracy, Democracy, Totalitarianism*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1986

LENIN, V. *¿Quiénes son los "amigos del pueblo" y cómo luchan contra los socialdemócratas?* México: Siglo XXI, 1974.

_____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *30 de dezembro de 1922*. In: *Obras Completas*, Moscou: Progress Publishers, 1967.

LIARD, Louis. *L'enseignement supérieur en France*. Paris, 1894

LOTTMAN, Herbert. *A Rive Gauche: escritores, artistas e políticos em Paris 1934-1953*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

LOWY, Michel. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: LECH, 1979.

_____. *Resenha ao livro de John Holloway "Mudar o mundo sem tomar o poder"*. Revista Crítica Marxista, n. 20, 2005

LELLOUCHE, Serge. *L'invention du politique. Rencontre avec Claude Lefort*. Disponível em: <http://www.scienceshumaines.com/index.php?&lg=fr&id_article=10814>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, ROSA. *A Crise da Social-Democracia (Folheto Junius)*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>>. Acesso 15 de dezembro, 2014.

LYOTARD, Jean-François. *A partir de Marx y Freud*. Caracas: Editorial Fundamentos, 1973.

_____. *Des dispositifs pulsionnels*. Paris: Galilée, 1994.

_____. *La guerre des Algériens. Écrits 1956-1963*. Paris: Galilée, 1989

_____. *Peregrinações: Lei, forma e acontecimento*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

_____. *Political Writings*. Londres: UCL Press, 1993.

MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste en France*. Paris: Gallimard, 1992.

MARCUSE, H. *Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1989.

_____. *O Capital: crítica da economia política - Volume IV*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 46.

_____. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986b.

_____. *Capital y Tecnologia (Manuscritos de 1861-1863)*. Terra Nova: México, 1980.

MATTICK, Paul. *Economic Crisis and Crisis Theory*. Merlin Press: Balbriggan, 1981 [1974].

MAZGAJ, Paul. *The Origins of the French Radical Right: A Historiographical Essay*. In: French Historical Studies, Vol. 15, No. 2.

MENDONÇA, Cristina. "*Les Temps modernes*": Um projeto iluminista no pós-guerra francês. In: Novos Estudos, n. 20, 1998

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Humanismo y Terror*. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1968

_____. *Les Aventures de la Dialectic*. Paris: Gallimard, 1955.

_____. *Signes*. Paris: Gallimard, 1960.

MOUNIER, Emmanuel. *Ouvres Complètes IV*. Ed. Seuil: Paris, 1963.

MOREAU, Aurélien. *Intellectuels révolutionnaires en guerre d'Algérie: Socialisme ou barbarie*. Université du Maine, 1998-1999.

MOREAU, Jean-Luc. *Camus l'intouchable: polémiques et complicités*. Paris: Éds. Écriture, 2010.

MORIN, Edgar. *Autocratique*, Paris: Julliard, 1959

_____. *La mission de l'intellectuel*. In: *L'intellectuel, l'intelligentsia et les manuels*. Paris: Anthropos, 1983.

MORIN, Edgar & LEFORT, C. & CASTORIADIS, C. *Mai 68: La Brèche*. Bruxelles: Complexe, 1988.

NICK, Christophe. *Les Trotskistes*. S.l.: Fayard, 2002.

NOÉ, Jean-Baptiste. *L'homme politique face à l'épreuve du changement: Le Général de Gaulle et la grève des mineurs, mars-avril 1963*. Paris: Éditions universitaires européennes, 2010.

NOVE, Alec. *An Economic History of the USSR, 1917-1991*. London: Penguin, 1992.

ORTELLADO, Pablo. *A organização da autonomia: Castoriadis, Pannekoek e Lefort sobre a organização operária*. Disponível em: <http://www.gpopai.org/ortellado/2012/01/a-organizacao-da-autonomia-castoriadis-pannekoek-e-lefort-sobre-a-organizacao-operaria-2005/> Acesso em: 09 de setembro de 2014.

PADURA, Leonardo. *The Man Who Loved Dogs: A Novel*. New York: Farrar, Straus & Girous, 2014,

PALTÍ, Elias. *Verdades y saberes del marxismo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

_____. *Un diálogo com Elias Palti por Rafael Polo Bonilla*. Disponível em: <www.flacso.org.ec/docs/i36polo.pdf> Acesso em 17 de setembro de 2014.

PEDROSA, Mário. *A Opção Imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

POSTER, Mark. *Existential marxism in postwar France: From Sartre to Althusser*. N.J.:Princeton, 1975.

PREMAT, Christophe. *A la recherche de l'autonomie: le groupe 'Socialisme ou Barbarie' et Mai 68*. Disponível em: http://www.sens-public.org/IMG/pdf/SensPublic_Heritages_de_Mai_68_CPremat1.pdf Acesso em 15 de setembro de 2014.

_____. *Destins d'exilés: trois philosophes grecs à Paris*. Paris: Le Manuscrit, 2011.

_____. *Les scissions internes au groupe "Socialisme ou Barbarie"*. In: *Dissidences*, 2009, 6, pp.137-147.

RAFLIN, Marie-France. *Socialisme ou Barbarie, du vrai communisme à la radicalité*. Tese de Doutorado pelo Instiut d'études politiques de Paris, 2005.

RAKOVSKI, Christian. *Los peligros profesionales del poder*. In: <www.marxists.org/espanol/rakovski/1928/08-1928.htm>. Acesso em: 15 de setembro, 2014.

REBÉRIOUX, Madeleine. *Intellectuels français, intellectuels hongrois. XIII"-XX" siecles*. Paris: Éd. du CNRS, 1985.

REVEL, J. e WACHTEL, N. *Une école pour les sciences sociales: De la Vie section à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Paris: CERF, 1996

RICOEUR, P. *Le temps et récit III: Le temps raconté*. Paris: Seuil, 1985.

RODRIGUES, Helenice. *A violência na história e a legitimidade da desobediência civil*. In: *História - Questões & Debates*, Curitiba, n. 35, 2001, p. 52.

_____. *O intelectual no "campo" cultural francês: do "Caso Dreyfus" aos tempos atuais*. *Varia hist.* vol. 21, n.34, 2005.

_____. *Fragmentos de história intelectual*. Campinas: Papirus, 2002.

_____. *Texte, action, histoire: reflexions sur le phenomene de l'engagement*. Paris, L'Harmatthan, 1995

ROUSSET, David. *Le Procés concentrationnaire pour la vérité dans les camps*. Paris: Le Pavois, 1951.

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: apologias à Tucídides*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura?*. São Paulo: Ática, 2004.

_____. *The communists and the peace with a reply to Claude Lefort*. New York: George Braziller, 1968.

SCHEVISBISKI, Renata Schlumberger. *A “obra” da ideologia e a ideologia na obra de Claude Lefort*. Tese de Doutorado (USP), 2013

SNYDER, Timoth. *Terres de sang, l'Europe entre Hitler et Staline*. Paris: Gallimard, 2012, p. 720.

SOUYRI, Pierre. *Révolution et contre-révolution en Chine*. Christian Bourgois: Paris, 1982.

SIMON, Henri. *Workers' Inquiry in Socialisme ou Barbarie*. Disponível em: viewpointmag.com/2013/09/26/workers-inquiry-in-socialisme-ou-barbarie/ Acesso em 13 de setembro de 2014.

SIRINELLI, Jean-François. *Pour la révision du procès. «Une protestation»*. Disponível em: http://www.liberation.fr/cahier-special/1998/01/12/pour-la-revision-du-proces-une-protestation_544879 Acesso em 10 de agosto de 2014.

_____. Os intelectuais in: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed.zUFRJ/Ed. FGV, 1996..

TRAVERSO, Enzo. Le totalitarisme. Histoire et apories d'un concept. In: *L'Homme et la société*. v. 129, n. 129, 1998

TROTSKY, L. *Programa de Transição. Capítulo 1*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/cap01.htm> Acesso em 15 de setembro de 2014.

_____. *A revolução traída*. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/trotsky/1936/revbet/> Acesso em 10 de setembro de 2014, tradução nossa.

_____. *Aonde vai a França?* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1934/franca/cap02.htm> Acesso em 18 de setembro de 2014.

VAN DER LINDEN, Marcel. *Socialisme ou Barbarie - A french revolutionary group (1949-65)*. In: *Left History*: York, 1997.

_____. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

VANEIGEM, RAOUL. *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*. Paris: Gallimard, 1967

WINOCK, Michel & JULLIARD, Jacques. *Dictionnaire des Intellectuel Français*. Paris: Éditions Seuil, 2009.

WINOCK, M. *Histoire politique de la revue Esprit, 1930-1950*. Paris: Ed. du Seuil, 1975.

_____. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2000.

ZOLA, Emile. *Eu acuso!* São Paulo: Hedra, 2007.